IX Governo Constitucional

OGE

Orçamento Geral do Estado 2026

Investir na Transformação Nacional, na Integração Regional e no Desenvolvimento Inclusivo

RELATÓRIO

Índice

Discurso do Primeiro-Ministro 6

Resumo Executivo 7

1. Perspetivas Macroeconómicas e Estratégia Orçamental 11

Estratégia orçamental 11

Panorama macroeconómico 13

Indicadores Sociais e de Governação 29

Análise de Sustentabilidade Fiscal 32

Demonstração de Riscos Fiscais e Passivos Contingentes 34

2. Prioridades e reformas do governo 44

Progressos no sentido de alcançar os objetivos do governo 44

Prioridades de despesa e medidas-chave para 2026 49

Medidas de política orçamental 66

Subvenções às Empresas Públicas 72

Subsídios e Programas Sociais 73

Investimento em Municípios 75

Novos desenvolvimentos na GFP 81

3. Política orçamental 85

Desempenho orçamental 85

Estratégia orçamental para 2026 93

Perspetivas das despesas a médio prazo 98

Marcadores de orçamento 100

4. Receitas e Financiamento 107

Receitas Internas 107

Fundo Petrolífero 111

Empréstimos, limites da dívida, PPP e subvenções 113

Operações de Tesouraria e Saldos de Caixa 124

Financiamento 127

I. Anexo 1: Nota metodológica 130

II. Anexo 2: Informações financeiras das empresas públicas 135

III. Anexo 3 – Certificado do Fundo Petrolífero 144

Elementos do Relatório Orçamental por entidade responsável

Elementos	Entidade
Estratégia orçamental	GMF
Projeções dos principais indicadores macroeconómicos com influência no OGE e na sua evolução	DGPO
Evolução da situação financeira das Administrações Públicas e dos seus subsectores	DGT
Resultados da execução orçamental do exercício anterior	DGT
Evolução e sustentabilidade do Fundo Petrolífero	GPGFP
Evolução e sustentabilidade da dívida pública	DGGMRE
Situação das operações de tesouraria e das contas do Tesouro	DGT
Previsão da receita fiscal e da perda de receitas fiscais	DGPO/AT
Linhas gerais de política e programas orçamentais	DGPO
Medidas de racionalização da gestão orçamental	DGPO
Medidas temporárias e permanentes de política orçamental	DGPO
Análise de riscos orçamentais	DGPO
Informação sobre responsabilidades contingentes das Administrações Públicas	DGPO
Despesas anuais e plurianuais com parcerias público-privadas e respetiva situação de endividamento global	DGGMRE
Informações sobre atrasos de pagamento das administrações públicas	DGPO/DGT
Comparação entre as previsões macroeconómicas e orçamentais utilizadas e as previsões dos organismos internacionais de referência	DGPO
Comparação entre as previsões macroeconómicas e orçamentais utilizadas na lei do OGE para o exercício orçamental anterior e a evolução real observada	DGPO

Abreviaturas

Banco Asiático de Desenvolvimento	BAD
Agências Autónomas	AA
Serviço Autónomo de Medicamentos e Equipamentos de Saúde	SAMES
Capital de Desenvolvimento	CD
Classificação das Funções do Governo	CFG
Conselho de Administração do Fundo das Infraestruturas	CAFI
Fundo Consolidado de Timor-Leste	FCTL
Comissão da Função Pública	CFP
Índice de Preços no Consumidor	IPC
Dalan Ba Futuru (Timor-Leste)	DBFTL
República Democrática de Timor-Leste	RDTL
Parceiros de Desenvolvimento	PD
Apoio Orçamental Direto	AOD
União Europeia	UE
FALINTIL - Força de Defesa de Timor-Leste	F-FDTL
Sistema de Informação de Gestão Financeira	SIGF
Fundo de Reserva da Segurança Social	FRSS
Orçamento Geral do Estado/ Orsamentu Jerál Estadu	OGE/ OJE
Governo de Timor-Leste	GoTL / GovTL
Produto Interno Bruto	PIB
Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano	FDCH
Fundo das infraestruturas	FI
Instituto Nacional de Segurança Social	INSS
Unidade do Sistema Integrado de Informação de Gestão Financeira	USIIGF
Programa Integrado de Desenvolvimento Municipal	PDIM
Instituto Nacional de Saúde	INS
Agência Internacional de Desenvolvimento	AID
Laboratório Nacional	LABNAC
Linhas Ministeriais	LM
Micro, Pequenas e Médias Empresas	MPME
Ministério da Agricultura e Pescas	MAP
Ministério da Defesa	MD
Capital Menor	CM
Ministério da Educação incluindo SEJD	MEJD

Ministério das Finanças	MdF
Ministério da Saúde	MdS
Ministério do Interior	MI
Ministério dos Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional	MACLAN
Ministério das Obras Públicas	MoP
Ministério da Solidariedade e Inclusão Social	MSSI
Ministério do Comércio e Indústria	MCI
Ministério dos Transportes e Comunicações	MTC
Agência Nacional de Comunicação	ANC
Agência Nacional de Desenvolvimento	ADN
Direção-geral de Planeamento e Orçamento	DGPO
Polícia Nacional de Timor-Leste	PNTL
Organização dos Países Exportadores de Petróleo	OPEP
Fundo Petrolífero	FP
Orçamentação por Programas	OP
Gestão das Finanças Públicas	GFP
Unidade de Parcerias Público-Privadas	UPP
Transferências Públicas	TP
1º trimestre	1ºT
2º trimestre	2ºT
Taxa de Câmbio Real Efetiva	TCRE
Agências autofinanciadas (serviços com autonomia administrativa e financeira e receita própria)	AAF
Salários e Vencimentos	SV
Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno	RAEOA
Plano Estratégico de Desenvolvimento	PED
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Banco Mundial	BM

Discurso do Primeiro-Ministro

Resumo Executivo

Visão geral

A proposta de Orçamento Geral do Estado rege-se pelos requisitos legais previstos na Lei de Enquadramento do Orçamento e da GFP (Lei n.º 3/2025, de 23 de abril). O tema da proposta de Orçamento Geral do Estado para 2026 é: ***Investir na Transformação Nacional, na Integração Regional e no Desenvolvimento Inclusivo***.

O orçamento total consolidado para 2026, depois de eliminada a dupla contabilização das transferências entre entidades, é de US$2.291 milhões, o que representa um aumento de 5,2% face ao Orçamento de 2025. Desse montante, US$ 354,6 milhões (15%) serão destinados diretamente aos cidadãos por meio dos veteranos e dos benefícios da segurança social. Excluindo essas transferências, o orçamento efetivo disponível para outros fins é de US$ 1.936,5 milhões.

Os orçamentos para cada componente do Sector da Administração Pública são os seguintes:

- US$ 2.215 milhões para a Administração Central, um aumento de 7% em relação ao Orçamento de 2025.
- US$ 170,4 milhões para a Segurança Social, uma redução de 3% em relação ao Orçamento de 2025.
- US$ 60 milhões para a Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno (RAEOA), uma redução de 4% em relação ao ano anterior.

Os orçamentos consolidados combinados da Administração Central e da RAEOA são de US$ 2.245 milhões, representando um aumento de 6% em relação ao Orçamento de 2025.

O crescimento real do PIB não petrolífero foi de 4,3% em 2024, marcado pela forte execução orçamental e pelo aumento da atividade do setor privado. Projeta-se que o crescimento da economia acelere para 4,5% em 2025, impulsionado pela expansão contínua do setor privado e pela melhoria da execução dos gastos públicos.

Em 2026, espera-se que a economia mantenha um crescimento de 4,5%, apoiado por um consumo mais forte das famílias, maior despesa pública em bens e serviços, melhor execução do investimento público e maior atividade do setor privado, reforço da adesão de Timor-Leste à ASEAN e alargamento do acesso ao crédito.

Apesar destas perspetivas positivas, o défice orçamental mantém-se significativo, situando-se em 59,5% do PIB, financiado principalmente através de retiradas excedentárias do Fundo Petrolífero, complementadas pela utilização de saldos de caixa, empréstimos concessionais e apoio orçamental. Embora o Fundo Petrolífero continue a ter um forte desempenho, as projeções atuais indicam que poderá esgotar-se até 2037, a menos que sejam asseguradas novas receitas petrolíferas ou sejam introduzidas reformas fiscais abrangentes. Esta situação evidencia a urgência de prosseguir as reformas orçamentais, alargando simultaneamente a base económica através da diversificação.

A estratégia orçamental do Governo define as principais prioridades em matéria de reformas. As reformas da gestão dos contratos públicos e do investimento público destinam-se a melhorar a execução de projetos complexos polivalentes nos próximos anos, proporcionando assim uma base para um crescimento económico futuro sustentado. Ao melhorar os mecanismos de gestão do investimento público, o governo tem o potencial de aumentar o financiamento de empréstimos concessionais para investimentos de capital, reduzindo a dependência excessiva do Fundo Petrolífero. As reformas da função pública, incluindo a introdução da reforma obrigatória aos 65 anos, visam conferir maior disciplina à massa salarial do setor público.

Estão igualmente em curso reformas institucionais e de investimento. A criação do Banco Nacional de Desenvolvimento de Timor-Leste (BDNTL) desempenhará um papel catalisador na mobilização de financiamento para o crescimento do setor privado e projetos de infraestruturas. Ao mesmo tempo, o governo está priorizando investimentos estratégicos ao longo da costa sul, particularmente em projetos ligados aos setores de petróleo e mineração, para expandir a capacidade industrial e desbloquear novas fontes de crescimento.

Paralelamente, as iniciativas de governação digital estão avançando. A introdução de uma identificação digital permitirá uma maior precisão na verificação dos beneficiários, controlos mais apertados da folha de pagamento e menores fugas nas transferências de dinheiro através de um sistema de informação moderno entre bancos e fornecedores de dinheiro móvel. Melhorará igualmente a interoperabilidade dos dados entre os sistemas fiscais, aduaneiros, de pensões e de registo civil, reforçando o cumprimento e alargando a base de receitas. A adesão iminente de Timor-Leste à ASEAN constitui um marco transformador. A adesão expandirá o acesso ao mercado, aumentará a confiança dos investidores e incorporará o país nos marcos comerciais e regulatórios regionais. O orçamento de 2026 reflete estas oportunidades, dando prioridade às reformas em matéria de titularização fundiária, inclusão financeira, solvência e normas contabilísticas, bem como investimentos em conectividade de fibra ótica e requalificação de aeroportos. Coletivamente, estas medidas visam tornar Timor-Leste um destino mais atrativo para o investimento, promovendo simultaneamente um crescimento inclusivo e sustentável.

Tabela 1: Tabela Fiscal do Orçamento de 2025 e Orçamento de 2026, US$ Milhões

Despesas por Subsectores por Sector da Administração Pública	Observação	Orçamento aprovado para 2025	Proposta de Orçamento 2026
Administração Central (CA)	1=2+3+4	**2.073,0**	**2.214,7**
Despesas líquidas de transferências para a RAEOA e para a Segurança Social	2	1.938,7	2.060,6
Transferência para a Segurança Social	3	124,3	124,1
Transferência para a RAEOA	4	10,0	30,0
Segurança Social (SS)	5=6+7	**176,3**	**170,4**
Despesas financiadas pelas receitas da SS	6	52,1	46,3
Despesas Financiadas por Transferência da Administração Central	7	124,3	124,1
Região Administrativa Especial de Oe-cusse (RAEOA)	8=9+10	**62,2**	**60,0**
Despesas Finanças pela RAEOA (Receitas não fiscais + saldo de caixa)	9	52,2	30,0

Despesas por Subsectores por Sector da Administração Pública	Observação	Orçamento aprovado para 2025	Proposta de Orçamento 2026
Despesas Financiadas por Transferência da Administração Central	*10*	10,0	30,0
Total das despesas globais	**11=1+5+8**	**2.311,5**	**2.445,1**
Total das despesas consolidadas	**12=11-3-4**	**2.177,2**	**2.291,0**
Despesas correntes	**13=14+15+16**	**1.714,5**	**1.795,6**
Salário e Vencimentos	*14*	492,8	487,4
Bens e Serviços	*15*	416,4	469,0
Transferências Públicas	*16*	805,3	839,2
Despesas de Capital	**17=18=19**	**462,7**	**495,4**
Capital Menor	*18*	22,6	35,6
Capital de Desenvolvimento	*19*	440,1	459,8
Receitas totais	**20=21+22+23**	**862,6**	**848,8**
Receitas Internas - Administração Central	*21*	257,9	253,3
Receitas não fiscais cobradas pela RAEOA	*22*	0,7	5,9
Receitas cobradas pela Segurança Social	*23*	52,1	46,3
Rendimento Sustentável Estimado (ESI) do Fundo Petrolífero	*24*	551,9	543,3
Saldo Orçamental	**25=20-12**	**(1.314,6)**	**(1.442,2)**
Financiamento do Défice	**26=27+28+29+30**	**1.314,6**	**1.442,2**
Levantamentos excedentários do Fundo Petrolífero	*27*	1.009,1	1.175,9
Utilização do Saldo de Caixa do Tesouro	*28*	251,5	205,8
Desembolso de empréstimos	*29*	45,0	52,6
Apoio orçamental direto (subvenções)	*30*	9,0	7,9

Tabela 2: Tabela Fiscal da Administração Central e RAEOA, US$ Milhões

	Orçamento aprovado para 2025	Proposta de Orçamento 2026
Total das despesas Administração Central (1)	2.073,0	2.214,7
Transferência para a RAEOA (1.1)	10,0	30,0
Total das despesas RAEOA (2)	62,2	60,0
Total das despesas consolidadas Administração Central + RAEOA (1+2 -1,1)*	**2.125,2**	**2.244,7**
Recorrente	1.662,8	1.749,3
Salários & Vencimentos	490,4	485,4
Bens e Serviços	414,8	467,5
Transferências Públicas	757,6	796,4
Capital	462,4	495,4
Capital Menor	22,6	35,6

	Orçamento aprovado para 2025	Proposta de Orçamento 2026
Capital de Desenvolvimento	439,8	459,8
Receitas	**810,6**	**802,5**
Receitas Internas	258,6	259,2
Receitas Internas Administração Central	257,9	*253,3*
Receitas não fiscais retidas pela RAEOA	0,7	*5,9*
Rendimento sustentável estimado (RSE)	551,9	543,3
Saldo Orçamental	**-1.314,6**	**-1.442,2**
Défice de financiamento	**1.314,6**	**1.442,2**
Levantamentos acima do RSE	1.009,1	1.175,9
Utilização do Saldo de Caixa	251,5	205,8
Empréstimos	45,0	52,6
Apoio orçamental direto	9,0	7,9

*Nota: * Total das Despesas CA + Total das Despesas RAEOA -Transferência de CA para RAEOA para evitar dupla contagem.*

Tabela 3: Tabela Fiscal da Segurança Social, US$ Milhões

	Orçamento aprovado para 2025	Proposta de Orçamento 2026
Total Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	**176,3**	**170,4**
Recorrente	**176,0**	**170,4**
Salários & Vencimentos	*2,5*	*2,0*
Bens e Serviços	*1,5*	*1,5*
Transferências Públicas	*172,0*	*166,9*
Capital	**0,3**	**-**
Capital Menor	*0,1*	-
Capital de Desenvolvimento	*0,3*	-
Receitas e Financiamentos	**176,3**	**170,4**
Contribuições para a Segurança Social	*50,5*	*46,3*
*Multas e Penalidades**	*0,0*	*0,0*
Rendimentos	*0,1*	*0,1*
Transferências da Administração Central	*124,3*	*124,1*
Transferências recorrentes do FRSS	*0,4*	-
Transferências de Países Terceiros	*0,1*	-
Utilização do Saldo de Caixa	*1,0*	-

**valor inferior a US$ 50.000*

1. Perspetivas Macroeconómicas e Estratégia Orçamental

Estratégia orçamental

1.1. Sob o tema «*Investir na Transformação Nacional, na Integração Regional e no Desenvolvimento Inclusivo*», o Orçamento para 2026 dá prioridade às reformas destinadas a reforçar a competitividade, alargar as oportunidades para o setor privado e salvaguardar a sustentabilidade a longo prazo das finanças públicas. Com a adesão à ASEAN confirmada, a estratégia orçamental reflete o compromisso do governo em posicionar Timor-Leste numa economia regional dinâmica, continuando a elevar o nível de vida a nível interno.

1.2. A estratégia orçamental baseia-se nos progressos recentes que elevaram o crescimento do PIB não petrolífero, alinhando as prioridades orçamentais com o Plano Estratégico de Desenvolvimento (2011-2030) e o Programa do IX Governo Constitucional. As dotações de capital continuam a ser substanciais para sustentar a reserva de infraestruturas prioritárias, ao passo que se espera que a execução orçamental melhore com a aplicação da nova lei relativa aos contratos públicos e a adoção gradual de contratos plurianuais. Esta abordagem equilibrada, que combina o fornecimento de infraestruturas, a diversificação económica e o desenvolvimento do capital social, visa converter alocações maiores em execução mais rápida, resultados de maior qualidade e um crescimento inclusivo mais forte.

1.3. Olhando para o futuro, a estratégia orçamental posiciona Timor-Leste para capturar as oportunidades de integração da ASEAN, ao mesmo tempo que fortalece as bases orçamentais internas. A introdução planeada de um Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) em 2027 proporcionará uma fonte de receitas nova e sustentável, que deverá inicialmente acrescentar cerca de 1% do PIB. Com o tempo, as receitas do IVA continuarão a expandir-se à medida que a economia se formaliza e os fluxos comerciais e de investimento se aprofundam através da adesão à ASEAN.

1.4. Prevê-se que a massa salarial da função pública diminua gradualmente à medida que a reforma da função pública avança. A reforma compulsória e o congelamento das contratações gerarão poupanças duradouras. Ao mesmo tempo, medidas como o aumento dos investimentos em energias renováveis e a eliminação gradual da utilização de transferências públicas para o *Banco Nacional de Desenvolvimento de Timor-Leste* (BNDTL) ajudarão a reduzir futuras pressões orçamentais. Ao fornecer crédito acessível e garantias para setores prioritários, o BDNTL reduzirá a dependência de subsídios e, ao mesmo tempo, apoiará a diversificação económica.

1.5. As despesas de capital manter-se-ão estáveis a curto prazo, sendo dada prioridade à conclusão dos projetos já em curso. Seguir-se-á uma expansão planeada em 2029 e 2030, à medida que as taxas de execução melhorem ao abrigo da nova lei dos contratos públicos e do Tabela plurianual de contratação. Estas medidas permitirão reafectar recursos a

infraestruturas de elevado impacto, assegurando que a política orçamental sustenta o crescimento e, ao mesmo tempo, promovendo o desenvolvimento inclusivo e uma integração regional mais profunda.

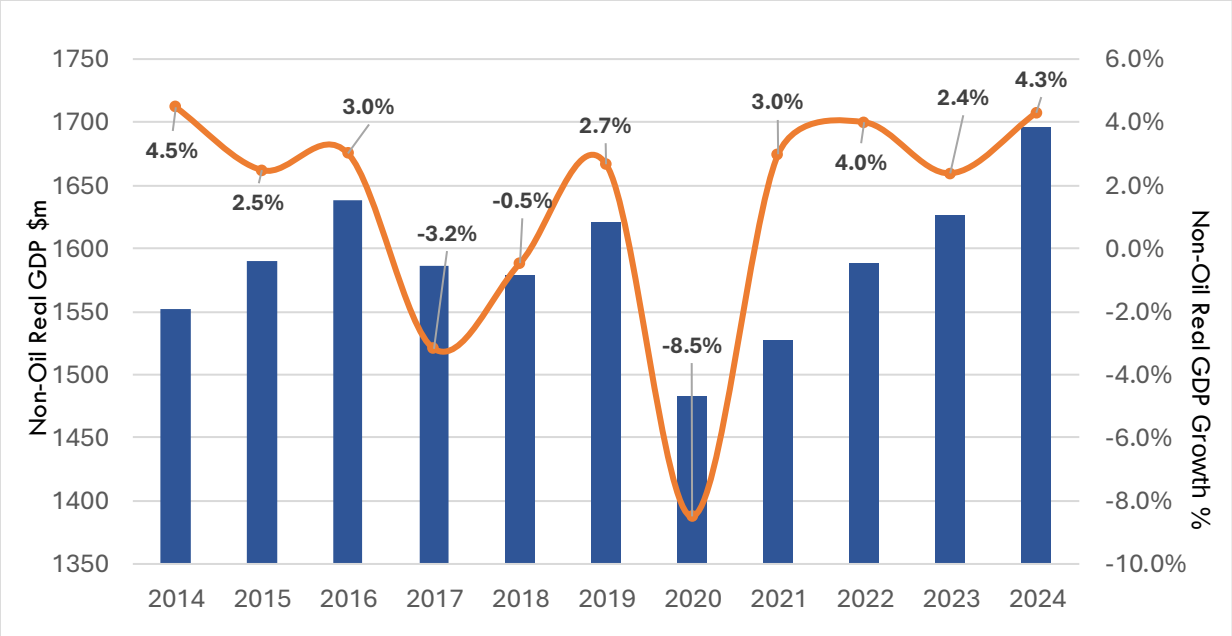
1.6. As principais estatísticas macroeconómicas e orçamentais estão resumidas no Tabela 4 e elaboradas ao longo deste documento. O Tabela apresenta dados e previsões recentes para o crescimento do PIB e a inflação, bem como valores relativos à dívida pública e à situação do défice orçamental.

Tabela 4: Principais estatísticas macroeconómicas e orçamentais, %

Estatística	Real					Previsão					
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
PIB real (não petrolífero)	**-8,5**	**3,0**	**4,0**	**2,4**	**4,3**	**4,5**	**4,5**	**4,7**	**4,8**	**4,8**	**5,0**
Crescimento do Consumo das Famílias	-1,5	-3,0	14,6	3,8	3,6	3,6	9,0	3,6	3,4	3,4	3,7
Crescimento do consumo público	4,9	2,9	-0,3	-0,8	0,9	7,4	1,0	3,0	3,1	3,2	0,7
Crescimento do investimento	-42,3	-14,1	32,5	11,8	39,5	-1,8	5,8	4,8	6,4	6,7	10,4
Crescimento das exportações	-47,3	79,3	30,3	31,8	13,3	13,3	6,1	4,9	6,9	5,0	6,2
Crescimento das importações	-7,0	-8,9	22,8	4,9	14,6	3,5	6,8	2,0	2,4	2,6	2,3
IPC da inflação (média anual)	**0,5**	**3,8**	**7,0**	**8,4**	**2,1**	**0,5**	**1,2**	**2,0**	**2,0**	**2,0**	**2,0**
IPC da inflação (fim do período)	**1,2**	**5,3**	**6,9**	**8,7**	**-0,4**	**0,5**	**1,2**	**2,0**	**2,0**	**2,0**	**2,0**
Défice orçamental* % do PIB	**25,9**	**42,7**	**58,4**	**42,6**	**47,9**	**56,9**	**59,5**	**59,3**	**60,2**	**61,2**	**60,6**
Dívida Stock % do PIB	**13,0**	**14,5**	**14,5**	**14,2**	**13,8**	**14,1**	**14,9**	**14,5**	**13,0**	**11,6**	**10,3**

*Fonte: Dados efetivos do PIB das Contas Nacionais, Instituto Nacional de Estatística, INETL; Previsões do PIB e previsão do IPC 2025 da Direção de Política Económica DNPE, Ministério das Finanças; Valores reais da inflação pelo IPC do Instituto Nacional de Estatística, INETL; Previsões do IPC 2025-26 do BCTL, setembro de 2025, previsões do IPC 2027-2030 do FMI World Economic Outlook, abril de 2025; Cálculo do Défice Orçamental e Endividamento da Direção Nacional de Política Económica DNPE, Ministério das Finanças; Dados e previsões do Stock da Dívida da Direção-Geral de Mobilização de Recursos Externos DGMRE, Ministério das Finanças, setembro de 2025. *Note-se que o défice orçamental é calculado para a Administração Central e para a RAEOA. Isto inclui a transferência para o Fundo de Segurança Social, mas não inclui as despesas financiadas por contribuições para a segurança social ou os retornos de investimento do fundo. O cálculo do défice mostra os montantes que o governo deve financiar através de empréstimos, subvenções, saldos de caixa ou levantamentos excessivos do Fundo Petrolífero.*

Figura 1: Crescimento real do PIB 2014-2024, LHS US$ milhões, RHS %



Fonte: Contas Nacionais, Instituto Nacional de Estatística, INETL, setembro de 2025

Crescimento histórico

1.7. Como nação produtora de petróleo, o PIB global de Timor-Leste é altamente volátil, estando dependente tanto dos números da produção de petróleo como dos preços internacionais (ambos fatores que são inerentemente difíceis de prever). No entanto, como o sector petrolífero gera um mínimo de emprego, uma vez que requer mão de obra altamente qualificada e especializada e opera em grande parte offshore, tem um impacto direto limitado nos rendimentos das famílias. Por esta razão, o PIB não petrolífero reflete melhor as condições económicas vividas pela maioria da população. Portanto, todas as referências ao crescimento do PIB nesta seção referem-se ao crescimento real (ajustado pela inflação) do PIB não petrolífero.

1.8. Entre 2014 e 2023, Timor-Leste registou um crescimento real médio do PIB de apenas 1,0% ao ano. O crescimento foi mais forte no início da década de 2010, impulsionado pelo aumento da despesa pública associada à estratégia económica do Governo para construir a base de infraestruturas necessária para permitir que o setor privado prosperasse a longo prazo. O investimento público durante este período permitiu uma melhoria significativa da cobertura rodoviária e de eletricidade em todo Timor-Leste, o que ajudou a melhorar os padrões de vida e o ambiente de negócios em geral.

1.9. No entanto, estes progressos foram prejudicados pelos períodos de crescimento económico negativo em 2017, 2018 e 2020. Em 2020, o crescimento do PIB caiu 8,5% devido ao efeito combinado do atraso na aprovação do Orçamento Geral do Estado, da incerteza política, da pandemia de COVID-19 e da aplicação do Estado de Emergência.

1.10. Em resposta, a despesa pública aumentou cerca de 29% em 2021 como parte de uma estratégia orçamental expansionista para relançar a economia após o impacto da pandemia. Este estímulo apoiou uma recuperação do crescimento real do PIB não petrolífero, que recuperou para 3,0%.

1.11. Em 2022, o PIB cresceu 4,0%, principalmente devido ao aumento do investimento público e privado. As transferências governamentais e a recuperação da pandemia COVID-19 também alimentaram um grande aumento do consumo privado (que aumentou 14,6% em termos reais). Os gastos do governo em 2022 atingiram o maior nível da história do país, com US$ 1,74 mil milhões. Ao mesmo tempo, porém, as importações aumentaram também 23% em termos reais, o que resultou do aumento da procura e dos preços mundiais.

1.12. Em 2023, o crescimento do PIB desacelerou para 2,4%. Enquanto a despesa pública global com salários e vencimentos e bens e serviços aumentou 4,6%, uma taxa de inflação elevada fez com que o consumo público diminuísse 0,8% em termos reais. Apesar disso, o crescimento global manteve-se positivo, apoiado por despesas de capital públicas mais elevadas e por uma recuperação do investimento privado.

1.13. O consumo das famílias também registou um aumento de 3,8%. Isso reflete um aumento na atividade económica geral à medida que a economia se recuperou dos efeitos persistentes da pandemia COVID-19. As exportações não petrolíferas aumentaram acentuadamente 31,9% em termos reais, impulsionadas principalmente pelo aumento das exportações de serviços, em particular de viagens. No entanto, as exportações de bens (excluindo as exportações de petróleo) registaram uma queda de 20%, evidenciando as fragilidades estruturais persistentes no setor dos bens transacionáveis. Isto mostra a importância de diversificar a base de exportação de Timor-Leste para além do petróleo e dos serviços para alcançar um crescimento mais equilibrado e sustentável.

PIB 2024

1.14. Estima-se que o crescimento do PIB não petrolífero tenha acelerado 4,3% em 2024, contra 2,4% em 2023. A taxa de crescimento mais elevada foi impulsionada principalmente pelo forte crescimento do investimento, tanto privado como público, uma vez que as reformas nos contratos públicos e na gestão do investimento melhoraram a execução da despesa pública, o que, subsequentemente, apoiou a expansão do setor privado.

1.15. O crescimento global do PIB ao longo da última década está representado na Figura 1 acima. O ano de 2024 registou o crescimento económico mais robusto da década, refletindo a estabilidade governativa, uma afetação mais eficaz do orçamento nacional, a conclusão de importantes medidas de reforma e investimentos destinados a apoiar o setor privado.

1.16. A secção seguinte descreve a progressão de cada uma das principais componentes do PIB (Consumo – incluindo o consumo público, Investimento, Exportações e Importações).

1.17. **Consumo**, que inclui tanto o consumo das famílias/privado como a despesa das administrações públicas em bens e serviços, bem como os salários e vencimentos (conhecido como consumo das administrações públicas). O consumo das famílias foi um dos que mais contribuiu para o crescimento do PIB em 2024, subindo 3,6% em termos reais, impulsionado principalmente pelo aumento da despesa das famílias em comunicação, atividades

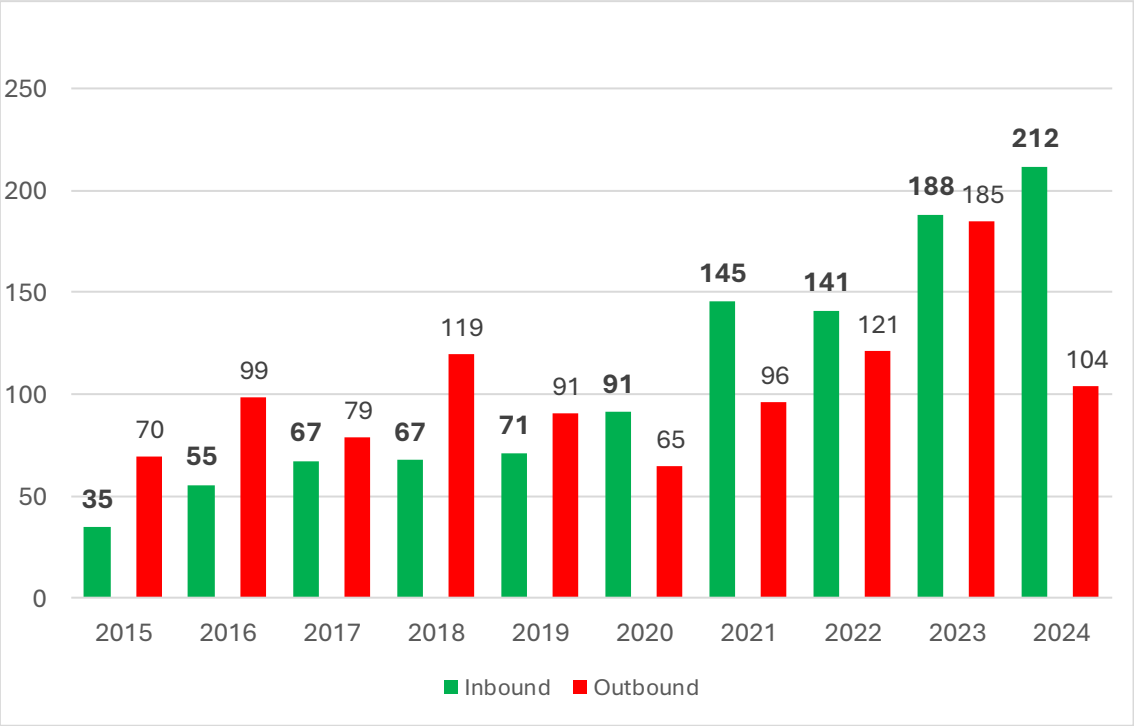
recreativas ou culturais e no setor dos serviços. Isto sugere que as famílias tinham mais fundos disponíveis para despesas discricionárias, sugerindo melhorias no emprego e nos padrões de vida em geral.

1.18. As remessas também desempenharam um papel fundamental no apoio ao consumo das famílias em Timor-Leste. As remessas líquidas aumentaram em mais de US$ 100 milhões, com as remessas externas diminuindo em mais de US$ 80 milhões, enquanto as remessas internas aumentaram em US$ 24 milhões.

1.19. O crescimento do consumo de serviços de comunicação coincide com a decisão do governo de conceder licenças para os serviços de internet Starlink, uma política que pode levar a um grande aumento da velocidade da internet, aumentando a produtividade e criando novas oportunidades no setor de serviços.

1.20. As despesas com alimentos e bebidas não alcoólicas aumentaram moderadamente 0,8%. Apesar da redução dos impostos sobre o tabaco, as despesas com o tabaco e o álcool diminuíram 4,4%, o que sugere que a redução do imposto especial de consumo não gerou efeitos negativos. Isto está alinhado com a análise publicada em orçamentos anteriores que sugeriam que o aumento dos direitos sobre o tabaco em 2023 de US$ 50 por quilograma para US$ 100 por quilograma não teve grande efeito na redução do consumo, uma vez que os consumidores passaram a importar tabaco ilegalmente.

Figura 2: Entradas e saídas de remessas para as famílias, US$ milhões

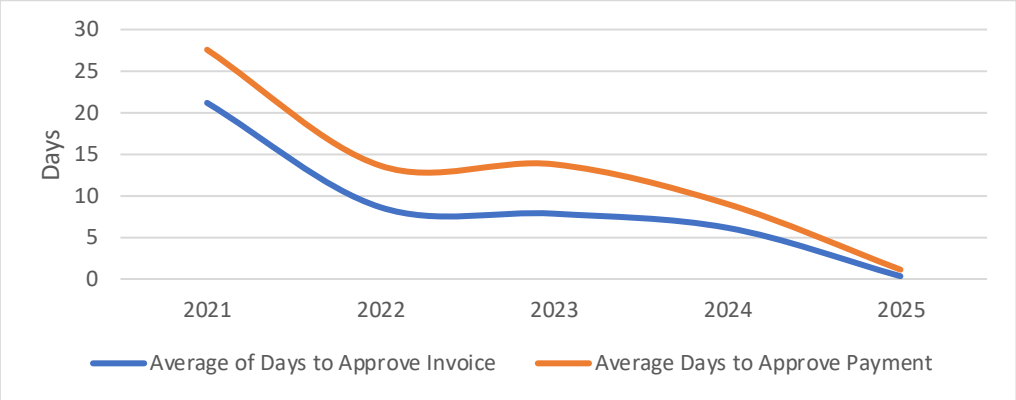


Fonte: Banco Central de Timor-Leste, BCTL, maio de 2025

1.21. **O consumo das administrações públicas** cresceu 0,9% em termos reais, refletindo despesas mais elevadas em bens e serviços, bem como em salários e salários.

1.22. Embora o orçamento final aprovado para a Administração Central e a RAEOA para 2024 tenha sido apenas 10% superior face a 2023, a despesa global aumentou 11%. Tal deveu-se, em parte, a melhorias nos prazos de processamento de faturas e pagamentos, que melhoraram o desempenho geral do governo. Como mostra a Figura 3, os tempos médios de processamento de pagamentos e faturas foram reduzidos em dois dias em 2024.

Figura 3: Tempos médios de aprovação de faturas e pagamentos 2020-2025



Fonte: GRP, Ministério das Finanças, setembro de 2025

1.23. Estima-se que o **investimento** tenha registado um crescimento significativo em 2024. Uma combinação de um forte crescimento de 54% no investimento público e de 75% no investimento privado.

1.24. As despesas de capital e desenvolvimento da Administração Central e da RAEOA totalizaram US$ 300 milhões, contra US$ 187 milhões em 2023. Isso reflete um forte foco no desenvolvimento de infraestrutura de longo prazo, incluindo reabilitação de estradas, construção de pontes e expansão de rodovias. Além disso, os preparativos para uma visita papal histórica em setembro de 2024 também contribuíram para um maior investimento do governo em infraestrutura pública.

1.25. Timor-Leste também registou um aumento significativo das chegadas de visitantes. Os dados relativos à imigração indicam um aumento de 17% nas chegadas de estrangeiros. Embora os números possam não captar totalmente a atividade turística, uma vez que os cidadãos da UE estão isentos de vistos de turista e muitos profissionais entram inicialmente com vistos de turista, o aumento das chegadas de estrangeiros é um forte indicador do aumento da atividade turística ou relacionada com as empresas.

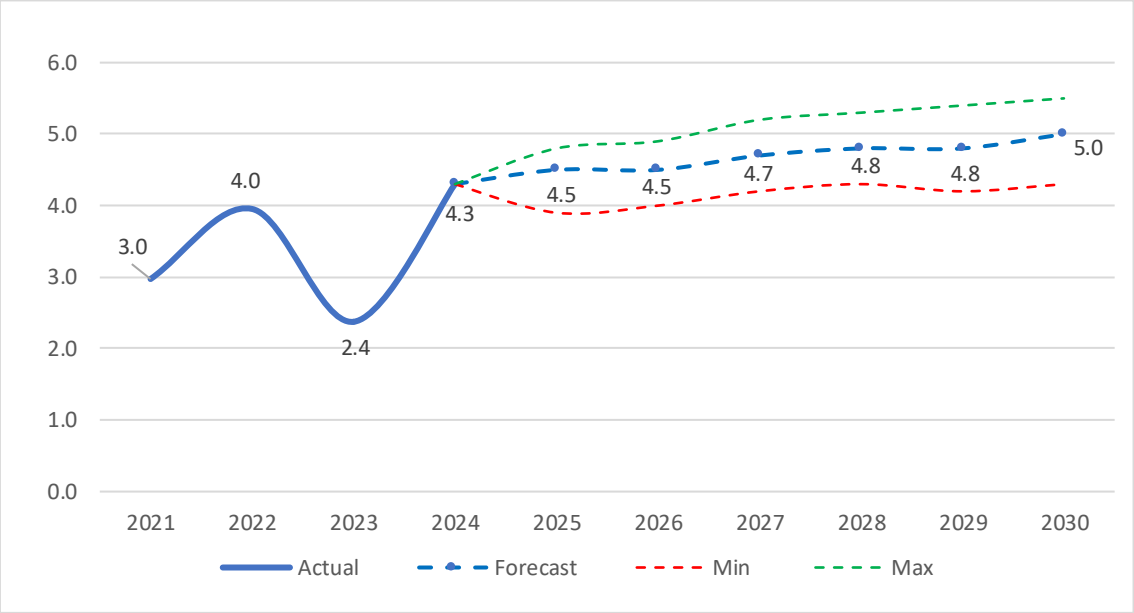
1.26. As exportações não petrolíferas cresceram 13,3% em termos reais durante 2024, impulsionadas pelo forte crescimento do setor dos serviços. O crescimento do setor dos serviços deveu-se, em grande medida, ao crescimento da procura de serviços de viagens, uma tendência que deverá manter-se nos próximos anos. As perspetivas de crescimento serão apoiadas pelo aumento das opções de voos para Timor-Leste (através de novas rotas para a

China e Malásia com Aero-Dili e Batik air, respetivamente) e pela adesão prevista ao bloco comercial da ASEAN.

Perspetivas de Crescimento de Timor-Leste

1.27. A Figura 4 apresenta as previsões de crescimento do PIB para 2025 a 2030. A linha azul no meio fornece as estimativas centrais de crescimento do Ministério das Finanças, enquanto as linhas vermelha e verde fornecem limites superiores e inferiores, respetivamente.

Figura 4: Crescimento do PIB 2021-2024 e perspetivas 2025-2030, %



Fonte: Atualidades das Contas Nacionais, INETL, Previsões da Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças, setembro de 2025

1.28. **Em 2025, prevê-se que o PIB não petrolífero cresça 4,5%,** o que representaria as taxas de crescimento mais elevadas em mais de uma década. Esta previsão baseia-se nas melhorias esperadas na execução orçamental para 2025, nos últimos dados disponíveis sobre o comércio e na análise dos indicadores disponíveis sobre o PIB. Espera-se que o crescimento seja impulsionado pelo crescimento da despesa pública, pelo aumento do consumo das famílias e pelo investimento privado. Os dados de imigração até julho de 2025 mostraram um aumento de 17% nas chegadas de estrangeiros, potencialmente sugerindo um maior turismo ou atividades comerciais envolvendo cidadãos estrangeiros.

1.29. Os indicadores disponíveis sugerem que o consumo das famílias continuará a crescer em 2025, apoiado pelo aumento das transferências das famílias (devido ao aumento dos pagamentos da segurança social), pelo crescimento das remessas e pelo aumento das importações relacionadas com o consumo. Como tal, prevê-se que o crescimento do consumo das famílias se mantenha próximo do nível registado nos dois anos anteriores, na ordem dos 3,6 a 3,8%.

1.30. Além disso, espera-se que os programas governamentais no setor agrícola também impulsionem a produção agrícola interna, o que, por sua vez, contribuirá ainda mais para o

crescimento do consumo e a substituição de importações. Pelo menos 300 hectares de terras férteis em Halic foram cultivados com a introdução de novas culturas sob métodos de agricultura de conservação. Os programas governamentais também se concentraram na irrigação, bem como expandiram o cultivo de soja, feijão mungo, batata, amendoim e hortaliças. Esses programas contribuirão para substituir alimentos básicos importados, impulsionando ainda mais o crescimento econômico.

1.31. O consumo público deverá crescer 7,4% em termos reais em 2025. Dados de execução até agosto de 2025 indicam que os gastos com salários podem chegar a US$ 497 milhões, o maior nível da história do país. Prevê-se também um aumento das despesas com bens e serviços, permitindo ao Governo atingir uma taxa de execução global de 90% no cenário central.

1.32. O investimento público, em particular o investimento em capital de desenvolvimento, registou um forte crescimento no primeiro semestre de 2025 face a 2024. Embora os gastos tenham desacelerado em agosto e setembro, prevê-se que voltem a subir no último trimestre do ano, atingindo cerca de US$ 315 milhões, representando um aumento moderado em relação aos US$ 300 milhões executados no ano passado. A taxa de execução do investimento público continua a ser uma das maiores fontes de incerteza nas previsões do PIB deste ano. Se o investimento de capital no último trimestre do ano não acelerar em linha com as tendências observadas em 2023 e 2024, o crescimento do PIB poderá cair para 3,9%.

1.33. Da mesma forma, se as melhorias em curso na gestão de compras e investimentos públicos aumentarem as despesas de capital de desenvolvimento para cerca de US$ 350 milhões, o crescimento do PIB poderá chegar a 5%. Esta incerteza estende-se também ao impacto do setor privado. Em 2025, o crédito ao setor privado aumentou significativamente, particularmente na construção, com cerca de US$ 79 milhões de crescimento de crédito entre junho de 2024 e junho de 2025. Se este crescimento do crédito se traduzir em investimento privado real, o governo poderá exceder a sua meta de 10% de crescimento anual do crédito. No entanto, se os projetos forem adiados ou não se concretizarem, é provável que o crescimento do PIB se aproxime mais do limite inferior das projeções.

1.34. **Prevê-se que o crescimento do PIB continue a crescer 4,5% em 2026,** à medida que o país continua a beneficiar das reformas governamentais e dá os primeiros passos no sentido da integração económica com o bloco comercial da ASEAN. Prevê-se que o consumo das famílias cresça ainda mais rapidamente em 2026, impulsionado por transferências pontuais para os Veteranos recém-aprovados. Estas transferências mais elevadas resultam da duplicação da lista de veteranos aprovados que estavam orçamentados para 2025, prevendo-se que os primeiros pagamentos comecem em dezembro de 2025. Os veteranos elegíveis receberão 12 meses de pagamentos retroativos, proporcionando um impulso substancial aos rendimentos das famílias e ao consumo privado, a partir das últimas semanas de dezembro de 2025 e estendendo-se até ao primeiro trimestre de 2026.

1.35. Prevê-se também que o consumo público aumente em 2026, devido a uma maior afetação às despesas com bens e serviços, à medida que o governo expande os seus objetivos políticos e a prestação de serviços. Prevê-se que em 2026 se proceda à continuação da tendência recente de maior execução pública das despesas com bens e serviços.

1.36. O governo também deu um passo crucial para garantir o crescimento económico futuro ao garantir um acordo para que Timor-Leste se torne o 11.º membro de pleno direito da ASEAN na Cimeira de outubro de 2025. Espera-se que a adesão tenha um impacto imediato em várias componentes do PIB. A adesão à ASEAN aumenta o perfil internacional de Timor-Leste, com potencial para estimular a chegada de turistas e atrair maiores níveis de investimento direto estrangeiro (IDE).

1.37. A adesão à ASEAN também muda a perceção entre os investidores. Setores como a indústria transformadora ligeira, os serviços digitais e as energias renováveis, anteriormente limitados pelo pequeno mercado interno do país e isolados, tornar-se-ão mais viáveis quando considerados como parte de um mercado único da ASEAN com mais de 600 milhões de pessoas. Ao mesmo tempo, os Tabelas da ASEAN em matéria de normas contabilísticas, legislação em matéria de insolvência e resolução de litígios contribuirão para reduzir os riscos de investimento, apoiando a criação de emprego e novas empresas. Com as reformas em curso na titularização de terras, inclusão financeira e infraestruturas modernas, como a conectividade por fibra ótica, a adesão à ASEAN multiplica estas reformas sinalizando estabilidade e integração regional no mercado global.

1.38. A previsão central para 2026 pressupõe que o Governo continuará a cumprir a sua meta de assegurar um aumento anual de 10% no investimento do setor privado. Tal deverá ainda ser apoiado pela criação do Banco Nacional de Desenvolvimento de Timor-Leste (BNDTL), que deverá impulsionar os esforços existentes para estimular o crescimento do crédito e apoiar a diversificação económica. O cenário do limite inferior reflete a trajetória de crescimento provável, caso este pressuposto não se concretize.

1.39. A aplicação da nova legislação sobre aprovisionamento e contratos públicos facilitará ao governo a execução de projetos complexos polivalentes. Tal deverá melhorar tanto a qualidade como a taxa de execução do investimento público, que deverá crescer mais de 6 % em 2026.

1.40. Prevê-se também um forte crescimento das exportações não petrolíferas. Tal como nos últimos anos, o crescimento será impulsionado por uma expansão das exportações do sector dos serviços, apoiada pela implementação de um cabo de Internet por fibra ótica e pela adesão de Timor-Leste à ASEAN. No entanto, dado que as exportações são relativamente pequenas em escala, o seu contributo para o crescimento final do PIB resultante do crescimento das exportações é limitado.

1.41. Apesar das potenciais novas oportunidades comerciais através da ASEAN, prevê-se que a balança comercial piore a curto prazo, uma vez que uma parte significativa das despesas de consumo continuará a ser direcionada para as importações. Ao longo do tempo, este desequilíbrio pode ser gradualmente reduzido através da estratégia do governo para a diversificação económica.

1.42. A médio prazo, as perspetivas de crescimento de Timor-Leste são cada vez mais promissoras, à medida que o governo lança as bases para uma economia mais dinâmica e favorável ao investimento. As previsões centrais apontam para um aumento gradual do crescimento do PIB até atingir os objetivos do Governo. No entanto, esses resultados dependem da capacidade do governo de implementar com sucesso o seu programa e

enfrentar os gargalos para o crescimento económico. A fraca execução ou as ineficiências na implementação das prioridades políticas delineadas no presente documento impediriam o crescimento de atingir as projeções centrais, aproximando os resultados das previsões do limite inferior.

1.43. As tendências recentes têm sido positivas, estando em curso passos importantes para desbloquear o investimento. O governo esforça-se para emitir títulos de propriedade que ampliarão o acesso ao crédito e aumentarão a confiança dos investidores. Estão igualmente em curso reformas judiciais destinadas a garantir uma resolução mais rápida e eficiente dos litígios. O estabelecimento BNDTL está a abrir novas oportunidades para as comunidades e empresas que anteriormente lutavam para garantir financiamento. Ao mesmo tempo, o Banco Central está a avançar com iniciativas de inclusão financeira, como garantias móveis que permitem que veículos e outros ativos sejam usados como garantia. Juntamente com programas de literacia financeira, estas medidas estão a alargar o alcance do sistema financeiro e a criar novas oportunidades para as famílias e as pequenas empresas.

1.44. O governo está também a alinhar os Tabelas financeiros e regulamentares com as melhores práticas internacionais. As reformas das normas contabilísticas e a adoção de uma legislação moderna em matéria de solvência estão a melhorar a transparência e a reforçar a confiança das empresas. Estas medidas criam um ambiente mais estável e previsível, incentivam o investimento privado e, ao mesmo tempo, apoiam o crescimento em setores-chave como a agricultura, onde a melhoria do acesso ao crédito e aos serviços de extensão está a aumentar a produtividade e os rendimentos nas zonas rurais. No seu conjunto, estas reformas permitirão ao setor privado desempenhar um papel mais importante como principal motor do crescimento económico e da criação de emprego.

1.45. Paralelamente a estas melhorias institucionais, grandes investimentos em infraestruturas deverão transformar a paisagem económica de Timor-Leste. O cabo de fibra ótica proporcionará uma Internet mais rápida e a preços mais acessíveis, abrindo oportunidades nos serviços digitais e permitindo que as empresas operem de forma eficiente. A remodelação planeada do Aeroporto de Díli melhorará a conectividade regional, facilitará o comércio e o turismo e abrirá Timor-Leste ainda mais aos mercados regionais. Em conjunto, estas reformas e investimentos aumentarão a capacidade de Timor-Leste para atrair investimentos de toda a ASEAN, apoiando a ambição a longo prazo do país de construir uma economia mais resiliente, inclusiva e diversificada.

1.46. A previsão do limite superior representa uma via potencial que se concretizará se a integração da ASEAN estimular a emergência de novas indústrias ou oportunidades. Tal conduziria a aumentos do consumo, do investimento e das exportações para além das tendências e expectativas atuais.

1.47. As ambições de crescimento do Governo não só são facilitadas pelas dotações previstas no Orçamento de 2026, como também se refletem nas perspetivas de despesa a médio prazo, apresentadas na Secção 3. Espera-se que as reformas na gestão de compras e investimentos fortaleçam a capacidade absorvente do governo, melhorando as taxas de execução de Bens e Serviços e Capital de Desenvolvimento, que historicamente têm sido sub-executados. Ao mesmo tempo, prevê-se que os trabalhos em curso para reformar a mão de obra do setor

público e a folha de pagamento gerem poupanças nos próximos anos. Entretanto, os limites máximos de despesa para as transferências públicas estão congelados a médio prazo, refletindo um compromisso com uma maior eficiência na despesa pública.

1.48. A Tabela 5 apresenta as contribuições para o crescimento do PIB de 2021 a 2030. Por exemplo, em 2025, prevê-se um crescimento do PIB de 4,5%, derivado das seguintes contribuições individuais:

- **6,9%** da despesa de consumo final (ou seja, consumo das famílias e das administrações públicas)
- **-0,6%** Formação bruta de capital fixo (investimento subtrai variação de existências)
- **0,1%** de variação de existências, e
- **-1,8%** de variação da balança comercial

Tabela 5: Contributos para o crescimento do PIB, 2021-2030, %

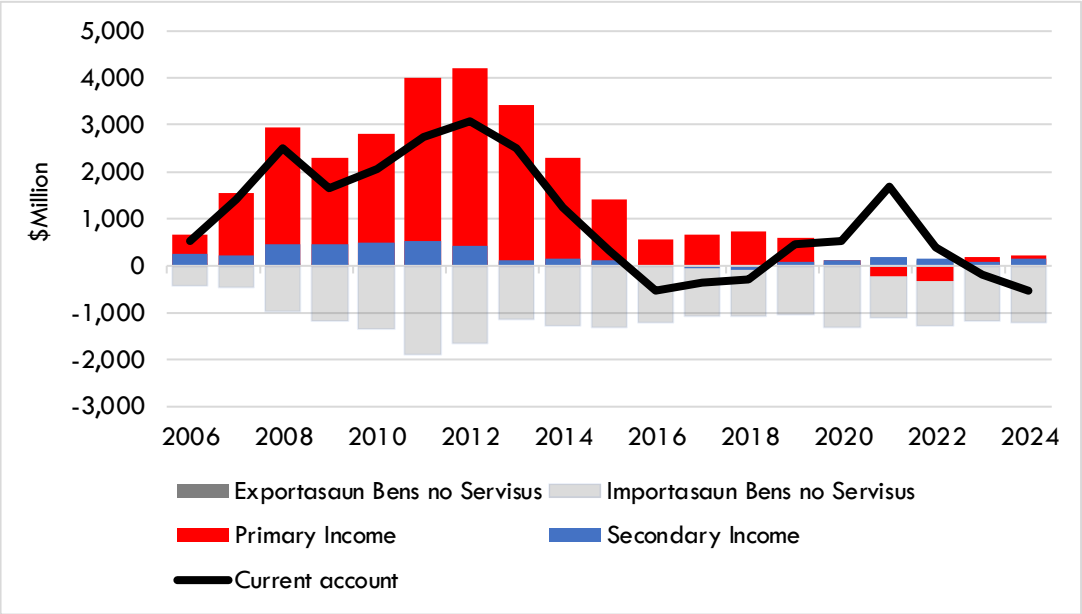
	% de contribuição real para o crescimento				Projeções (estimativa central) % Contributo para o crescimento					
PIB = C (consumo privado e público) + I (Investimento) + X (Exportação) – M (Importação)	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**2030**
Crescimento do PIB não petrolífero	**3,0**	**4,0**	**2,4**	**4,3**	**4,5**	**4,5**	**4,7**	**4,8**	**4,8**	**5,0**
Consumo final Despesas	**0,1**	**9,1**	**2,0**	**3,5**	**6,9**	**6,9**	**4,4**	**4,2**	**4,3**	**3,1**
Famílias FCE	-2,1	9,4	2,7	2,5	2,6	6,3	2,7	2,5	2,5	2,6
ISFLSF FCE	0,4	-0,1	-0,2	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Governo Geral FCE	1,8	-0,2	-0,5	0,5	4,2	0,6	1,7	1,7	1,8	0,4
Formação bruta de capital fixo (FBCF)	**-1,0**	**3,9**	**2,0**	**8,4**	**-0,6**	**1,6**	**1,3**	**1,8**	**1,9**	**3,0**
Variação de existências	**-1,8**	**1,3**	**0,4**	**0,5**	**0,1**	**0,1**	**0,1**	**0,1**	**0,1**	**0,1**
Saldo externo	**5,6**	**-10,4**	**-2,0**	**-8,1**	**-1,8**	**-4,1**	**-1,1**	**-1,2**	**-1,4**	**-1,2**
Exportações do sector não petrolífero	0,8	0,5	0,7	0,4	0,4	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Importações do sector não petrolífero	-4,8	10,9	2,7	8,5	2,2	4,3	1,3	1,5	1,6	1,4

Fonte: Dados da Conta Nacional, INETL; Projeções da Direção Nacional de Política Econômica, DNPE, setembro de 2025

Balança Comercial

1.49. Como mostra a figura 5, o esgotamento das reservas de petróleo do campo de Bayu-Undan resultou em défices da balança corrente nos últimos dois anos. Isto significa que as importações de Timor-Leste do resto do mundo são superiores às suas exportações, refletindo a crescente dependência da economia de bens e serviços externos.

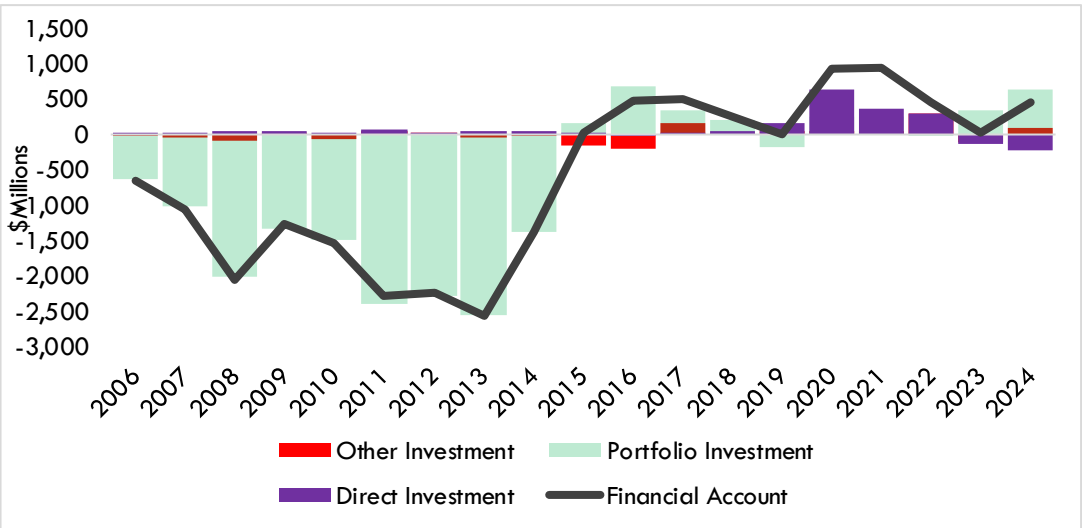
Figura 5: Saldo da balança corrente, US$ milhões



Fonte: Banco Central de Timor-Leste, BCTL, maio de 2025

1.50. O déficit em conta corrente de US$ 530 milhões em 2024 foi financiado por levantamentos do Fundo Petrolífero. Isto é demonstrado por uma conta financeira e de capital positiva, em que a barra verde da Figura 6 (Investimentos de Carteira) representa os fluxos de e para o Fundo Petrolífero, apresentados como receitas líquidas quando negativas e levantamentos líquidos quando positivos.

Figura 6: Saldo da conta financeira, US$Milhões

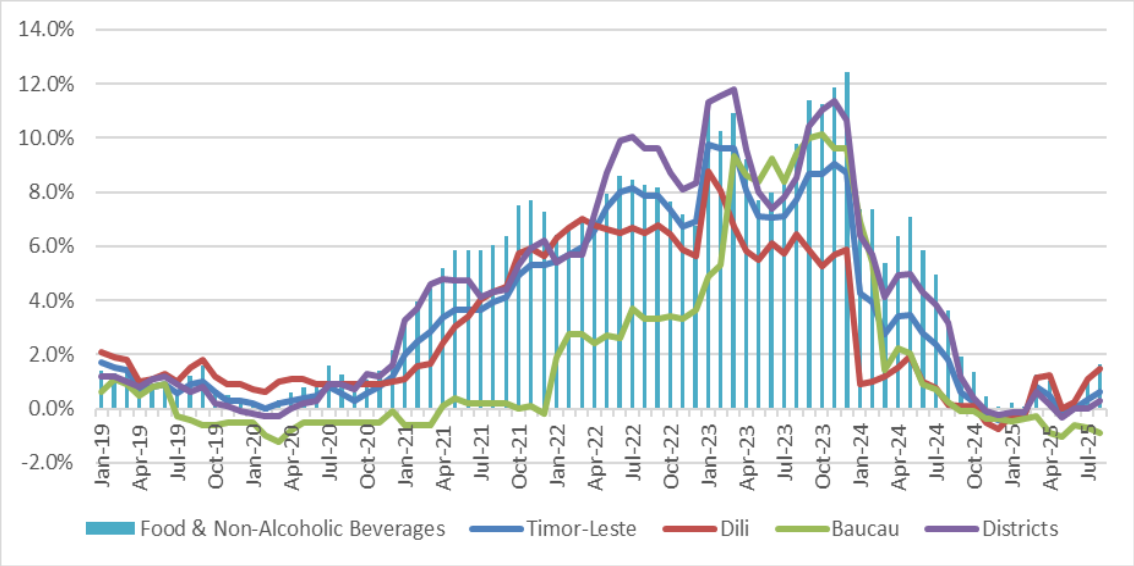


Fonte: Banco Central de Timor-Leste, BCTL, maio de 2025

Inflação e Taxas de Câmbio

1.51. A inflação caiu acentuadamente em 2024, passando de 8,4% em 2023 para 2,1% em 2024. A queda significativa pode ser atribuída aos esforços do Governo para reduzir os direitos de importação de 5% para 2,5% e eliminar o imposto sobre o açúcar e produtos de confeitaria (anteriormente US $ 1 por quilo de açúcar).

Figura 7: Variação recente em termos homólogos* Índice de Preços no Consumidor Timor-Leste janeiro 2019-agosto 2025, %



*Fonte: Dados do IPC, Instituto Nacional de Estatística (INETL) https://inetl-ip.gov.tl/, setembro de 2025 * Cada mês mostra o aumento do IPC desde os 12 meses anteriores, setembro de 2025*

1.52. A taxa de inflação diminuiu ainda mais em 2025, situando-se em média em 0,2% de janeiro a agosto, projetando-se que atinja, em média, 0,5% para o conjunto do ano. As razões para a descida da inflação incluem custos de envio mais baixos e a queda dos preços mundiais dos alimentos. Devido ao peso significativo dos alimentos e bebidas não alcoólicas no cabaz do IPC e à elevada proporção de alimentos importados para Timor-Leste todos os anos, os preços internacionais dos alimentos continuam a ser um dos principais impulsionadores da taxa global do IPC. Por conseguinte, as alterações nos preços internacionais dos géneros alimentícios podem ter um impacto significativo tanto na taxa de inflação como no nível de vida.

1.53. Tal como indicado no Tabela 6, projeta-se que a inflação continue a diminuir nos próximos anos, refletindo novas descidas esperadas tanto nos custos de transporte marítimo como nos preços das matérias-primas.

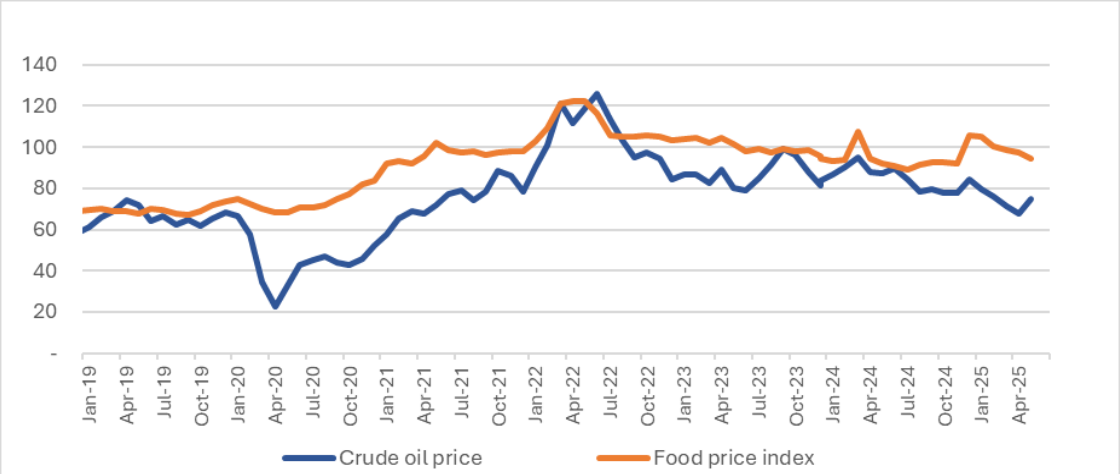
Tabela 6: Inflação anual (média homóloga) 2024 e previsão 2025-2030, %

Categoria	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Previsão da Inflação (Preços Médios no Consumidor)	2,1%	0,5%	1,2%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%

Fonte: Inflação para 2023 do Instituto Nacional de Estatística (INETL) https://inetl-ip.gov.tl/, Ministério das Finanças. Previsões de inflação para 2024 da Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças. Previsões 2026 e 2027 do BCTL, Previsões 2027-2030 do Fundo Monetário Internacional, setembro de 2025

1.54. Os preços do petróleo bruto e dos alimentos são os principais impulsionadores da inflação em Timor-Leste. Os preços globais do petróleo e dos alimentos vêm caindo desde meados de 2022, após um período de aumentos acentuados impulsionados pela pandemia de COVID-19, conflitos globais e eventos climáticos, como o efeito El-Niño em 2024. No entanto, estes elementos estão sujeitos a um elevado grau de volatilidade e as tendências futuras dependem de fatores que escapam ao controlo do Governo. Como tal, um elevado grau de incerteza está associado às previsões do Tabela 6. A seção de risco fiscal e passivos contingentes deste documento descreve como o governo pode mitigar esses riscos.

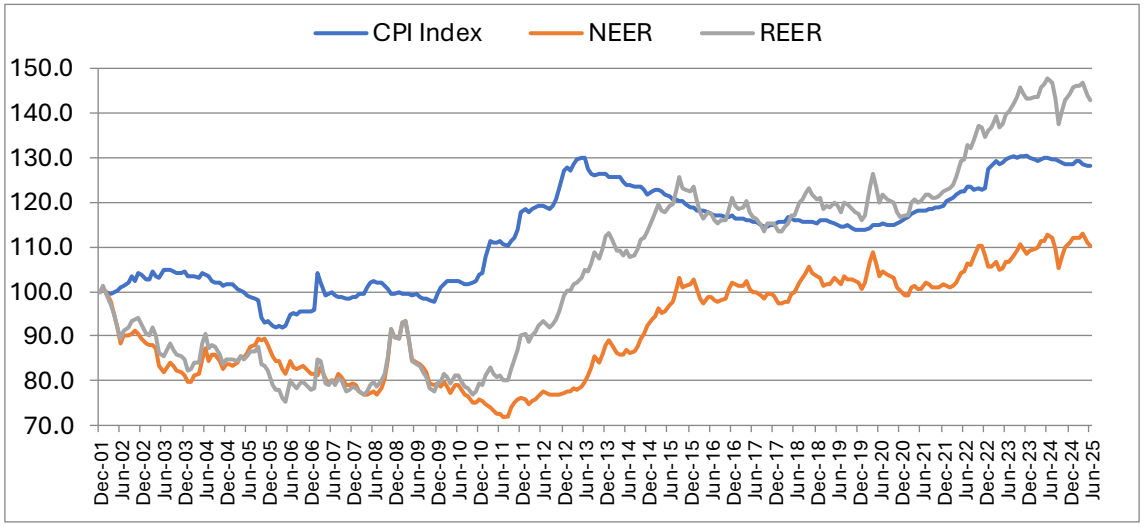
Gráfico 8: Índices de preços de *commodities*



Fonte: World Bank Commodity Markets Outlook, Agosto de 2025

1.55. A taxa de câmbio efetiva é a taxa de câmbio da moeda de um país, medida como a soma ponderada das taxas de câmbio com os seus parceiros comerciais. A taxa de câmbio efetiva real (REER) é ajustada aos efeitos da inflação e constitui uma melhor medida da competitividade. Timor-Leste é uma economia dolarizada, pelo que a taxa de câmbio efetiva real é baseada no dólar americano, enquanto se aplica a taxa de inflação em Timor-Leste.

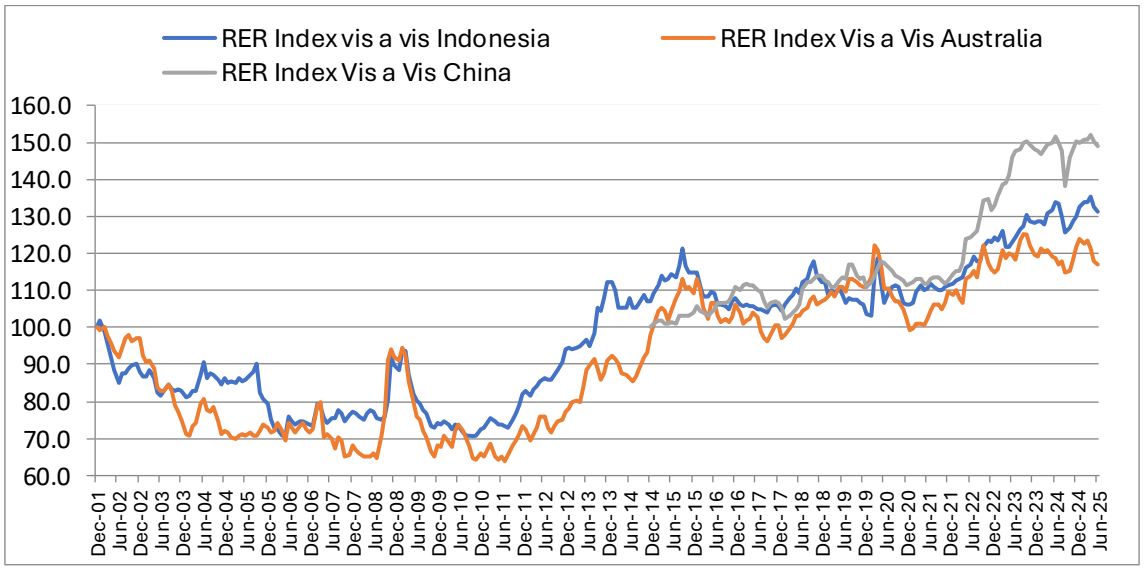
Figura 9: Taxas de câmbio reais, dezembro de 2001 – junho de 2025, 2001 = 100



Fonte: Banco Central de Timor-Leste, BCTL, setembro de 2025

1.56. Uma valorização da taxa de câmbio real implica um fortalecimento do dólar americano em relação às moedas dos maiores parceiros comerciais de Timor na região. Isso significa que é relativamente mais barato importar e relativamente mais caro exportar.

Figura 10: REER Vis a Vis Principais Parceiros Comerciais, dezembro de 2001 – junho de 2025, 2001 = 100

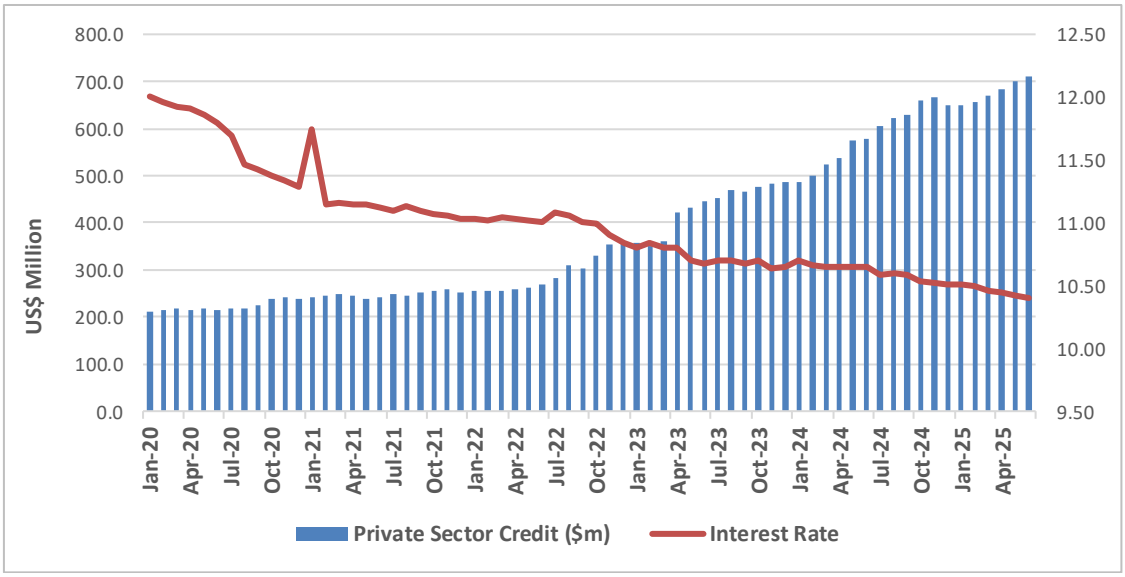


Fonte: Banco Central de Timor-Leste, BCTL, setembro de 2025

Tendências do Setor Financeiro

1.57. A taxa de juro dos empréstimos a empresas privadas foi de 10,4% em junho de 2025, uma descida moderada face aos 10,64% de junho de 2025. O crédito ao setor privado cresceu fortemente, passando de cerca de US$ 540 milhões para cerca de US$ 670 milhões, ou cerca de 24% de crescimento em um ano. Isto significa que os empréstimos se tornaram um pouco mais baratos, enquanto mais empresas contraíram empréstimos. A combinação de taxas de juro mais baixas e empréstimos mais elevados aponta para um melhor acesso ao financiamento.

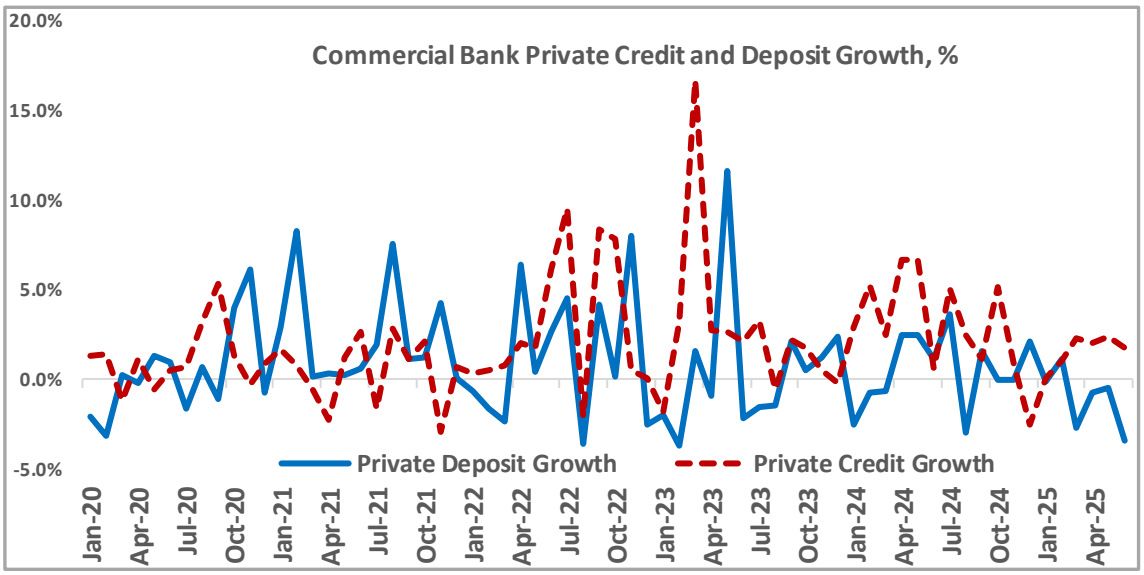
Figura 11: Taxas de Juros Comerciais % (RHS) e Crédito ao Setor Privado US$ Milhões (LHS)



Fonte: Banco Central de Timor-Leste (BCTL), setembro de 2025

1.58. O gráfico abaixo mostra o crescimento mensal dos depósitos e do crédito do setor privado. A tendência dos últimos quatro anos sugere um elevado grau de volatilidade, mas mostra também que o crescimento do crédito e dos depósitos vai, grosso modo, na mesma direção.

Gráfico 12: Banco Comercial Crédito Privado e Crescimento de Depósitos, %



Fonte: Banco Central de Timor-Leste (BCTL), setembro de 2025

Visão Geral do Emprego

1.59. As últimas estatísticas de emprego disponíveis em Timor-Leste são da publicação do censo de 2022. Os dados do censo mostram que a taxa de participação na força de trabalho foi de 35,9% e a taxa de desemprego foi de 2,9% em 2022. O Tabela seguinte apresenta a repartição da população ativa indicada no recenseamento.

Tabela 7: Principais categorias e indicadores relativos à situação da força de trabalho, por sexo

um. Categorias (em milhares)			
Categoria	**Total**	**Masculino**	**Feminino**
População em idade ativa 15+	874,0	441,6	432,4
Mão de obra	313,7	185	128,7
dos quais empregado	304,7	180	124,8
dos quais desempregados	9,0	5,1	3,9
Fora da força de trabalho	560,3	256,6	303,7
b. Categorias (em percentagem)			
Indicador	**Total**	**Masculino**	**Feminino**
Taxa de participação no mercado de trabalho	35,9	41,9	29,8
Rácio emprego/população	34,9	40,8	28,9
Taxa de desemprego	2,9	2,7	3,0

Fonte: Censos 2022, Instituto Nacional de Estatística de Timor-Leste (INETL)

1.60. Tal como acontece com outros países da ASEAN, o mercado de trabalho de Timor-Leste caracteriza-se por elevados níveis de informalidade. A última estimativa feita pelo Ministério das Finanças, com base no Inquérito às Forças de Trabalho de Timor-Leste 2021, revela que, dos indivíduos empregados acima, 71,1% estão em empregos informais.

1.61. O governo tomou medidas ativas para criar oportunidades de emprego. Em 2025, mais de 42 mil pessoas tiveram acesso a programas de formação profissional criados pela Secretaria de Estado da Formação Profissional e do Emprego (SEFOPE). No momento em que este artigo foi escrito, mais de 6 mil já se formaram e muitos conseguiram entrar no mercado de trabalho através de estágios ou funções a tempo inteiro.

Crescimento e inflação globais

1.62. Tal como demonstrado nas últimas projeções, o crescimento mundial abrandou em 2024 e espera-se que registe uma nova moderação em 2025, à medida que as tensões comerciais acrescidas e as medidas pautais generalizadas pesam sobre a atividade económica. A previsão de referência do FMI coloca o crescimento do PIB global em 2,8% em 2025 e 3,0% em 2026, bem abaixo da média histórica pré-pandemia. Projeta-se que o crescimento nas economias avançadas desacelere para 1,4%, refletindo um dinamismo mais fraco nos Estados Unidos e na área do euro, enquanto os mercados emergentes e as economias em desenvolvimento devem crescer 3,7% em 2025 e 3,9% em 2026. Estes resultados representam revisões em baixa significativas em relação às expectativas anteriores, em particular para as economias mais expostas a novas medidas comerciais, incluindo a China.

1.63. O abrandamento mundial reflete as pressões tanto do lado da oferta como do lado da procura. A rápida escalada dos direitos aduaneiros no início de 2025 perturbou os fluxos comerciais e atenuou a confiança no investimento, com efeitos de contágio nas cadeias de abastecimento mundiais. Ao mesmo tempo, a incerteza persistente tornou as condições financeiras mais restritivas, reduzindo a disponibilidade de crédito e abrandando o crescimento do consumo em todas as regiões. Projeta-se que a inflação diminua mais gradualmente do que o esperado anteriormente, com uma inflação global de 4,3% em 2025 e 3,6% em 2026, à medida que as pressões ascendentes sobre os preços nas economias avançadas compensam algum dinamismo desinflacionista nos mercados emergentes.

1.64. De um modo geral, embora a economia mundial continue a demonstrar resiliência, as perspetivas de crescimento são frágeis e dependem fortemente da clareza das políticas e da cooperação internacional. O FMI sublinha que a redução das tensões comerciais e os compromissos renovados para um sistema comercial baseado em regras melhorariam as perspetivas. Por enquanto, espera-se que persista a divergência entre as economias avançadas, que enfrentam um crescimento modesto e lento, e as economias emergentes e em desenvolvimento, onde a expansão permanece mais forte, mas mais vulnerável a choques externos.

Tabela 8: Indicadores de Crescimento Global, 2022-2025, %

Região/País	Real		Previsão	
	2023	2024	2025	2026
Mundo	3,5	3,3	2,8	3,0
Economias avançadas	1,7	1,8	1,4	1,5
Economias emergentes e em desenvolvimento	4,7	4,3	3,7	3,9
Ásia emergente e em desenvolvimento	6,1	5,3	4,5	4,6
ASEAN	3,6	4,3	3,6	3,3

Fonte: World Economic Outlook do FMI, Avril de 2025, dados descarregados em setembro de 2025

1.65. Prevê-se que a inflação mundial tenha abrandado em 2023 e que se projete um novo abrandamento em 2024. Prevê-se que a inflação global seja de 4,0% pelo FMI em 2025.

1.66. A redução da inflação em 2024 e 2025 ocorre no momento em que os bancos centrais de todo o mundo aumentaram as taxas de juros.

1.67. Embora se preveja que a inflação permaneça elevada nos países emergentes e em desenvolvimento, prevê-se que atinja níveis próximos dos objetivos nos países asiáticos emergentes e em desenvolvimento e nas maiores economias da ASEAN.

Tabela 9: Taxas de inflação globais e regionais, %

Região/País	Real		Previsão	
	2023	2024	2025	2026
Mundo	6,6	5,7	4,3	3,6
Economias avançadas	4,6	2,6	2,5	2,2
Economias emergentes e em desenvolvimento	8,0	7,7	5,5	4,6
Ásia emergente e em desenvolvimento	2,4	2,0	1,7	2,0
ASEAN	8,4	6,8	5,7	4,7

Fonte: Perspetivas Económicas Mundiais do FMI, abril de 2025, data downloaded September 2025

Indicadores Sociais e de Governação

1.68. Embora os indicadores macroeconómicos forneçam uma panorâmica do desempenho económico, é igualmente importante avaliar uma série de indicadores sociais para avaliar os progressos e a evolução. Por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida composta que capta conquistas em três dimensões fundamentais do desenvolvimento humano: saúde, educação e progresso económico. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano 2025 do PNUD, a pontuação do IDH de Timor-Leste em

2023 foi de 0,634[1], colocando o país na categoria de Desenvolvimento Humano Médio e classificando-o em 142º lugar entre 193 países. Esta pontuação reflete os resultados médios do país em termos de esperança de vida em boa saúde, acesso ao conhecimento e um nível de vida decente. Entre 2000 e 2023, o país registou um aumento de 26% em seu valor de IDH[2], acompanhado por melhorias notáveis na expectativa de vida, anos de escolaridade esperados e crescimento econômico.

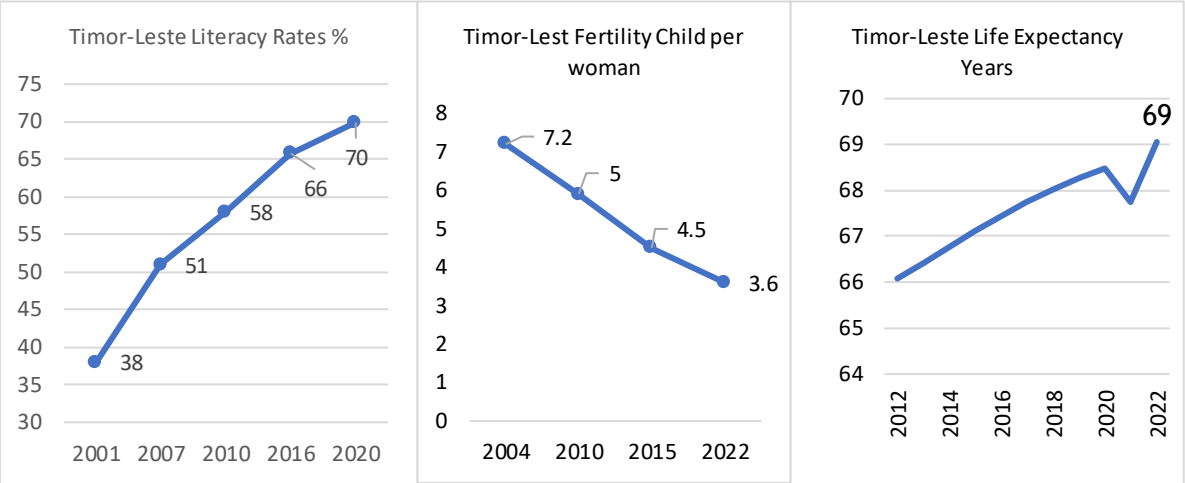
1.69. O desenvolvimento do capital humano é também vital para maximizar o potencial da nação, especialmente tendo em conta que Timor-Leste tem uma das populações mais jovens do mundo. O Índice de Capital Humano (ICH) do Banco Mundial mede a produtividade potencial que uma criança nascida hoje pode esperar atingir aos 18 anos, em relação a uma referência de educação completa e saúde plena. Globalmente, projeta-se que uma criança nascida em 2020 atinja aproximadamente 56% de sua produtividade potencial. Em Timor-Leste, a pontuação do IHC para 2020 foi de 0,45, indicando que uma criança nascida hoje pode esperar realizar apenas 45% da sua produtividade potencial, o que está onze pontos percentuais abaixo da média global. Embora isto sublinhe desafios significativos na saúde e na educação, registou-se um progresso moderado, tendo o Índice de Capital Humano melhorado de 0,43 em 2017.

1.70. Registaram-se igualmente progressos em matéria de taxas de pobreza. O número de pessoas que vivem abaixo da Linha Nacional de Pobreza caiu de 50,3% em 2007 para 41,8% em 2014[3]. Serão visíveis novos progressos na redução da pobreza com a publicação do Inquérito sobre os Padrões de Vida de 2024[4]. No entanto, os indicadores disponíveis sugerem que se registaram progressos positivos na última década. Por exemplo, o acesso à eletricidade aumentou de 38% da população em 2010 para 100% em 2021[5]. Estimativas da OMS e da UNICEF mostram que a percentagem da população que acede a água potável aumentou de 70,2% em 2014 para 87,3% em 2024.

1.71. Além disso, Timor-Leste tem testemunhado progressos consistentes nos principais indicadores de saúde e educação. Por exemplo, as taxas de fertilidade desceram de 7,2 filhos por mulher em 2004 para 4,5 em 2015 (o que sugere progressos na educação, nos direitos das mulheres e numa menor mortalidade infantil). O investimento no sistema de saúde levou a um aumento do número de médicos per capita, passando de 0,1 por 1000 pessoas em 2011 para 0,7 por 1.000 em 2015[6]. Este facto está correlacionado com a melhoria da esperança de vida, que aumentou mais de 10 anos na última década. Quanto à educação, as taxas de alfabetização aumentaram acentuadamente, de 51% em 2007 para 66% em 2016.

[1] Relatório de Desenvolvimento Humano 2025, PNUD, 2025
[2] https://www.undp.org/timor-leste/news/timor-growing-progress-unequal-undp-report-says
[3] Inquérito aos Padrões de Vida de Timor-Leste 2007 e 2014, INETL
[4] No momento em que este artigo foi escrito, o Inquérito aos Padrões de Vida de 2024 ainda não tinha sido publicado.
[5] Indicadores de Desenvolvimento do Banco Mundial, WDI
[6] Indicadores de Desenvolvimento do Banco Mundial, WDI

Gráfico 13: Indicadores de Saúde e Educação



Fonte: Indicadores de Desenvolvimento do Banco Mundial, WDI, setembro de 2025

1.72. Através das dotações e metas estabelecidas no Orçamento de 2026, o Governo demonstra o seu empenho em garantir mais progressos em linha com o plano estratégico de desenvolvimento. O orçamento não é apenas mais um passo em direção às metas de política económica do governo, mas as dotações orçamentárias também visam melhorar os resultados de saúde e educação do país, bem como melhorar os meios de subsistência através da redução da pobreza. Uma governação e administração eficazes das políticas são cruciais para assegurar que as dotações orçamentais se traduzam em progressos e realizações políticas.

1.73. Para atingir estes objetivos, o governo também está a tomar medidas para combater a corrupção. Nos últimos cinco anos, Timor-Leste subiu mais de sete posições no Índice de Perceção da Corrupção, indicando progressos em matéria de transparência e responsabilização do setor público. Atualmente, apenas dois países da ASEAN (Singapura e Malásia) estão melhor classificados do que Timor-Leste neste índice[7].

1.74. O ano de 2025 registou também melhorias significativas na transparência e responsabilização pública em resultado da nova Lei de Enquadramento Orçamental e gestão financeira pública. As reformas que já antes vinham a ser implementadas garantiram que o Parlamento dispusesse de mais informações económicas e financeiras ao público. Por exemplo, a Conta Geral do Estado de 2024, publicada em junho de 2024, é acompanhada de informações e relatórios mais detalhados do que nunca. Em 2025, o Governo publicou relatórios mais detalhados sobre a execução e o desempenho (como relatórios trimestrais de desempenho e execução e a Declaração de Estratégia Orçamental) que estão disponíveis no site do Ministério das Finanças. Estas reformas deverão resultar-se em pontuações mais elevadas no âmbito da Despesa Pública e da Responsabilidade Financeira (PEFA) na próxima avaliação (a anterior foi realizada em 2020). A *secção "Novos desenvolvimentos na GFP*" deste

[7] https://timor-leste.gov.tl/?p=35957&lang=en

orçamento contém mais pormenores sobre as realizações, bem como os objetivos para os próximos anos.

1.75. O progresso em todas as prioridades nacionais dependerá também da capacidade do governo de criar um ambiente propício para o setor privado. A pesquisa World Bank Business Ready (B-Ready) avalia o ambiente de negócios em várias economias. Timor-Leste obteve a pontuação mais alta em Serviços de Serviços Públicos e entrada de Negócios. A pontuação elevada em serviços de utilidade pública é o resultado de investimentos na infraestrutura de eletricidade e água através de sucessivas transferências para EDTL e Bee-TL. As empresas que se instalam em Timor-Leste podem garantir um acesso de qualidade à água e à eletricidade a um custo razoável. Além disso, o país estabeleceu marcos regulatórios que permitem facilitar a entrada no mercado. Isto proporciona uma oportunidade para atrair investimento de empresas estrangeiras à medida que Timor-Leste entra na ASEAN.

1.76. As pontuações mais baixas de Timor-Leste são em Insolvência Empresarial (0,0), Concorrência de Mercado (16,7) e Serviços Financeiros (24,8). O baixo desempenho na concorrência de mercado reflete a parcela significativa da economia que depende de empresas estatais e da intervenção do governo. Entretanto, as baixas pontuações nos serviços financeiros e de insolvência resultam das dificuldades persistentes em estabelecer normas contabilísticas adequadas e um Tabela judicial, nomeadamente no que diz respeito à propriedade fundiária. É provável que as recentes melhorias na legislação em matéria de insolvência e na gestão das finanças públicas tenham um impacto positivo nestes indicadores.

Tabela 10: B-*Ready* 2024, *Timor-Leste Scores*

	Entrada de Negócios	Localização do negócio	Serviço Utilitário	Trabalhista	Serviços financeiros	Comércio Interna-cional	Fisca-lidade	Resolução de Litígios	Concorrência de Mercado	Insolvência das empresas
Pontuação média de três Pilar	**49,9**	**40,3**	**60,2**	**56,9**	**24,8**	**48,6**	**48,9**	**36,5**	**16,7**	**0**
Pilar I Marco Regulatório	85,8	51,1	60,1	68,6	30,2	46,5	37,3	60,4	22,3	0
Pilar II Serviço Público	23,5	3,2	49	53	5,8	55,1	38,3	7,8	2,3	0
Pilar III Eficácia Operacional	40,5	66,6	71,5	49,2	38,4	44,2	71,1	41,6	25,5	0

Fonte: Inquérito B-Ready 2024 do Banco Mundial

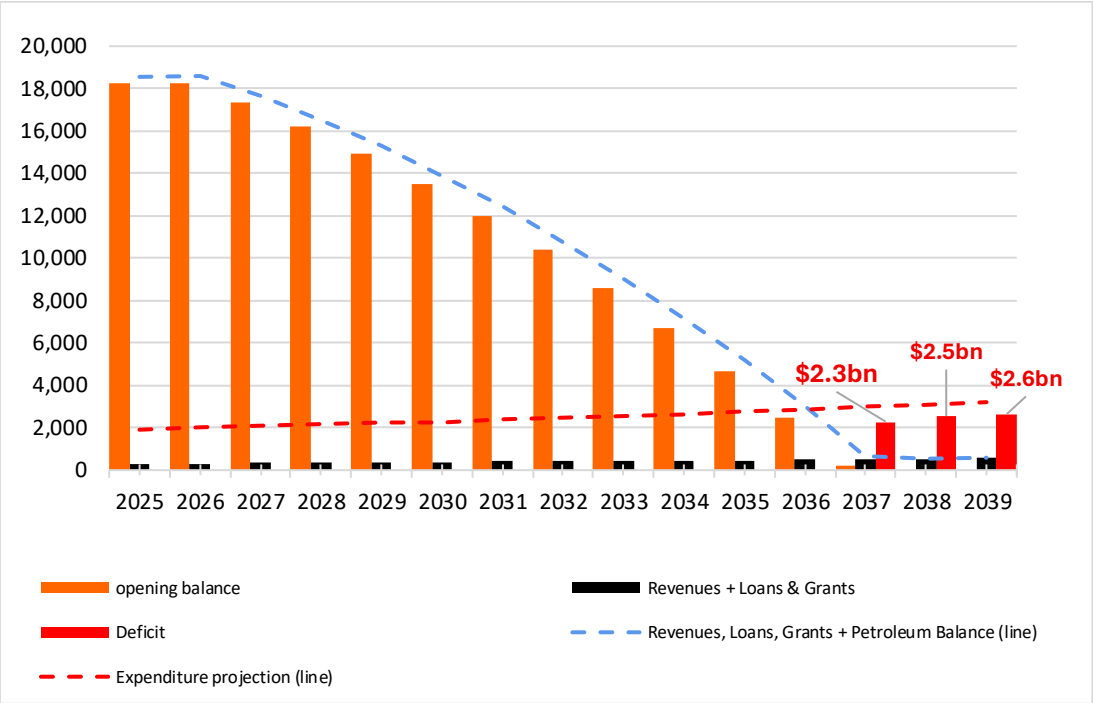
Análise de Sustentabilidade Fiscal

1.77. Ao longo da última década, o Fundo Petrolífero financiou regularmente mais de 70% do orçamento. Como tal, um elemento-chave de qualquer Análise de Sustentabilidade Fiscal em Timor-Leste está centrado na previsão da vida útil do Fundo Petrolífero.

1.78. O gráfico abaixo ilustra a previsão atual para a vida útil do Fundo. Esta estimativa incorpora o limite máximo orçamental para o Orçamento de 2026 e as perspetivas de despesas a médio prazo elaboradas na secção 3. Para além de 2030, prevê-se que as despesas aumentem em linha com a inflação e o crescimento demográfico. De acordo com estes pressupostos de despesa, prevê-se que o Fundo Petrolífero se esgote totalmente até 2037.

1.79. É importante notar que esta modelização pressupõe que não serão descobertos e extraídos recursos petrolíferos adicionais antes de o Fundo se esgotar totalmente, e que não serão introduzidos novos impostos. No entanto, o Governo está a avançar ativamente nas negociações relacionadas com o campo do Greater Sunrise, bem como com outras potenciais oportunidades petrolíferas e mineiras, que irão desbloquear novos recursos petrolíferos e minerais para Timor-Leste. Paralelamente, o Ministério das Finanças está a explorar cuidadosamente os custos e benefícios da introdução de reformas fiscais. Estas medidas proactivas têm o potencial de atrasar o esgotamento do Fundo Petrolífero e assegurar o futuro a longo prazo do país.

Figura 14: Vida útil do Fundo Petrolífero sob a trajetória atual (US$ MILHÕES)



Fonte: Direção Nacional de Política Econômica, DNPE

Tabela 11: Saldo Final Previsto para o Fundo Petrolífero, US$ Milhões

$USm	2026	2027	2028	2029	2030
Saldo de Encerramento	**17.146**	**16.198**	**15.143**	**13.924**	**12.588**

Fonte: Direção Nacional de Política Econômica, DNPE

1.80. Se o Fundo Petrolífero se esgotar antes de novas receitas petrolíferas serem descobertas e extraídas, surgirão consequências significativas para a despesa pública e para a economia em geral. Nesse cenário, após o esgotamento do Fundo, o governo não terá receitas suficientes para desempenhar suas funções mais básicas, como pagar salários aos funcionários públicos, fornecer pagamentos da segurança social aos idosos, continuar os pagamentos aos veteranos e pagar empréstimos.

1.81. Até agora, o desempenho dos fundos superou as expectativas. A taxa de retorno desde o início até 2025 está projetada em 4,57%, o que excede a Renda Sustentável Estimada de 3%. Tal resultou de uma gestão prudente do Fundo. Além disso, até agora, o saldo do Fundo também se manteve relativamente estável em resultado de orçamentos subexecutados e de receitas petrolíferas superiores às previstas no passado.

1.82. O campo de Bayu-Undan cessou a produção em junho de 2025. Embora algumas entradas de receitas das atuais licenças e impostos de PSC existentes, estas são relativamente baixas e não se prevê mais receitas petrolíferas para além de 2025. Além disso, as reformas do governo na gestão das finanças públicas assegurarão que, no futuro, as taxas de execução se aproximarão dos orçamentos aprovados. Neste contexto, torna-se cada vez mais importante adotar medidas prudentes nos próximos anos para salvaguardar a sustentabilidade a longo prazo do Fundo Petrolífero – e, por extensão, a estabilidade fiscal e económica do país.

1.83. O governo implementou medidas para racionalizar as despesas recorrentes, como a introdução da aposentadoria compulsória aos 65 anos para os funcionários públicos, a redução das despesas com contratados e a realização de uma revisão da folha de pagamento e da força de trabalho. Os trabalhos futuros incluirão medidas destinadas a racionalizar as transferências, reduzindo a dependência das importações de combustíveis e melhorando a administração das prestações sociais. Essas etapas são importantes, pois orçamentos mais baixos podem significar que uma parcela maior do fundo pode ser alocada para carteiras de ações com maior taxa de retorno. Despesas mais elevadas significam levantamentos mais elevados, o que, por sua vez, significa que uma maior parte do fundo deve ser mantida em contas mais líquidas com menores retornos de investimento.

1.84. Além disso, para além das reformas das receitas internas, as reformas da Gestão do Investimento Público podem permitir ao governo aumentar o financiamento de projetos de investimento a partir de empréstimos concessionais. Dado o rácio dívida/PIB relativamente baixo de Timor-Leste, esta pode ser uma ferramenta fundamental para reduzir a dependência do Fundo Petrolífero.

Demonstração de Riscos Fiscais e Passivos Contingentes

1.85. Os riscos orçamentais são fatores que podem fazer com que os resultados orçamentais se afastem das expectativas ou previsões. Os riscos fiscais podem surgir de choques macroeconômicos ou da realização de passivos contingentes - ou seja, obrigações desencadeadas por um evento inesperado ou cuja realização durante o exercício é incerta.

1.86. Os passivos contingentes são um tipo de risco fiscal que envolve obrigações de pagamento para os governos, mas que não surgem a menos que um determinado evento ocorra no futuro para desencadeá-lo.

1.87. No caso de Timor-Leste, tal pode conduzir a novas retiradas excessivas, esgotando o Fundo Petrolífero, e prejudicar a sustentabilidade orçamental e a estabilidade macroeconómica. Os países com instituições mais fortes podem controlar e gerir melhor os riscos subjacentes, de modo a estarem menos expostos ao acionamento de passivos contingentes.

1.88. O Governo está empenhado em melhorar a divulgação, análise e gestão dos Riscos Orçamentais e Passivos Contingentes.

1.89. Além deste requisito legal, Timor-Leste também se comprometeu com o "Desenvolvimento de uma Declaração de Riscos Orçamentais e Estratégia de Gestão de Riscos" no âmbito da Estratégia de Reforma da GFP 2022-2027.

1.90. De acordo com o FMI, as melhores práticas internacionais em torno do risco fiscal e da gestão de passivos contingentes envolvem uma compreensão mais completa dos riscos potenciais, passos para quantificar riscos e passos para mitigar ou prover riscos.

1.91. Assim, para melhor gerir os riscos orçamentais e os passivos contingentes, o Ministério das Finanças procura tomar as seguintes medidas:

1. *Divulgação: descrição de riscos explícitos e potenciais e compromisso de gerenciá-los.*
2. *Coletar: dados de LMs e EPs sobre seu stock de riscos.*
3. *Análise: de concentração e correlação de riscos.*
4. *Gerir, mitigar e monitorizar: tomar medidas para gerir o stock de riscos existente e prevenir o seu aumento; provisão para imprevistos; monitorizar cristalizações ou alterações no risco.*

1.92. As declarações de riscos orçamentais publicadas no relatório orçamental descrevem uma parte fundamental da estratégia global de gestão de riscos. A este respeito, a seguinte declaração de risco orçamental fornece um esboço dos riscos macroeconómicos e específicos. Bem como uma avaliação dos potenciais impactos e medidas de mitigação.

Riscos macroeconómicos

1.93. Os riscos macroeconómicos são uma categoria de riscos orçamentais que surgem devido a variações nos pressupostos macroeconómicos e nas previsões utilizadas nas previsões do Governo. É provável que surjam riscos orçamentais se o PIB for inferior ao previsto ou se a inflação for significativamente mais elevada do que as previsões fornecidas na secção anterior.

1.94. Como explicado anteriormente, a inflação em Timor-Leste é em grande parte impulsionada por fatores globais devido à elevada proporção de importações no consumo interno[8]. Os principais riscos para as previsões de inflação contidas neste documento são, por conseguinte, uma depreciação imprevista do dólar norte-americano, uma vez que tal aumentaria o custo das importações e, por conseguinte, aumentaria os preços, os aumentos dos preços do petróleo e os aumentos do preço das importações de produtos alimentares, como o arroz e outros produtos de base. Uma inflação mais elevada devido a estes fatores poderá conduzir a despesas públicas mais elevadas do que as atualmente projetadas. O aumento do preço das importações conduzirá a um aumento do consumo público. O aumento

[8] A análise dos dados relativos ao comércio e ao consumo sugere que mais de 50% do consumo interno incide diretamente sobre as importações.

dos preços do petróleo levará a um aumento do subsídio concedido à empresa estatal de eletricidade, EDTL.

1.95. Uma potencial estratégia de atenuação dos riscos relacionados com a inflação consistiria em estimular o investimento na agricultura interna e nas energias renováveis. Nos últimos anos, a EDTL tem estado entre os maiores beneficiários das despesas de transferência, uma vez que o Governo protegeu os cidadãos do aumento dos custos de importação de combustível, subsidiando a compra de eletricidade. Para reduzir a exposição às flutuações dos custos de transporte marítimo e dos preços mundiais do petróleo e reduzir os riscos fiscais decorrentes do subsídio à eletricidade, o Governo deve procurar investir em alternativas de energias renováveis.

1.96. O aumento da produção agrícola interna, particularmente a produção de arroz, também reduziria a dependência das importações para satisfazer a procura interna e, por conseguinte, protegeria o país das flutuações dos mercados agrícolas globais.

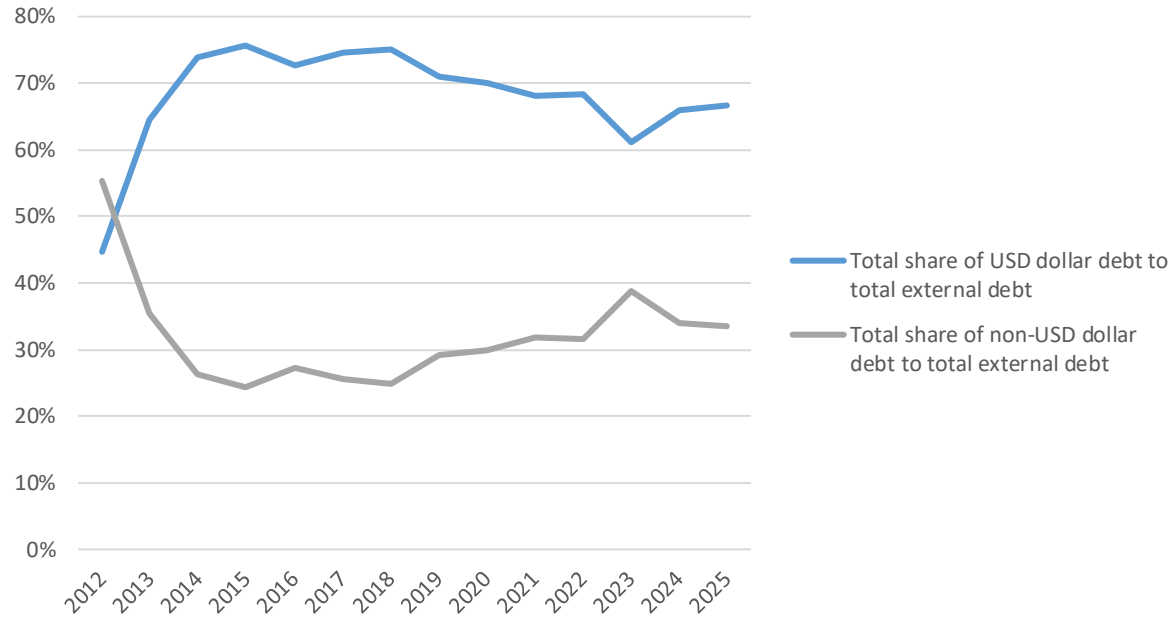
1.97. Em igualdade de circunstâncias, é provável que uma queda do PIB esteja associada a uma queda das receitas internas. O PIB é, em última análise, uma medida da atividade económica e, na ausência de alterações na política fiscal, na administração ou na dimensão da matéria coletável, uma queda da atividade económica significará rendimentos mais baixos e, por conseguinte, menores impostos cobrados. Se o PIB nominal for 10% menor do que o atualmente previsto para 2026, as receitas internas podem cair cerca de US$ 20 milhões.

1.98. Como explicado anteriormente, os dois principais riscos para as previsões do PIB são as importações e a execução governamental. Dada a elevada dependência das despesas públicas para impulsionar o crescimento económico, se a execução ficar aquém das expectativas, o crescimento do PIB também será afetado. Da mesma forma, uma grande parte do Orçamento de 2026 foi destinada a transferências para as famílias. Se uma parte destas transferências for gasta em importações mais elevada do que o sugerido pelas tendências históricas, o crescimento do PIB será inferior ao previsto.

1.99. No entanto, os riscos globais daí decorrentes serão parcialmente atenuados pelo facto de as importações mais elevadas assistirem também a um aumento dos direitos de importação cobrados. São também atenuados pelo facto de a redução das despesas também apoiar a sustentabilidade orçamental a longo prazo. Se a execução do governo cair abaixo do nível atual, isso também reduzirá o déficit fiscal existente e, potencialmente, estenderá a vida útil do Fundo Petrolífero.

1.100. Os riscos macroeconómicos são igualmente relevantes para a atual carteira de empréstimos. As taxas de câmbio resultam de empréstimos em moedas diferentes do dólar americano. De acordo com a política de empréstimos, pretende-se que o dólar americano continue a ser a moeda predominante na carteira de dívida externa do Governo devido à economia dolarizada do país. No entanto, desde 2018, a percentagem da dívida em dólares dos EUA diminuiu para atingir 60% antes de voltar a subir em 2024. Prevê-se que a política de manutenção de uma parte significativa da dívida em dólares dos Estados Unidos prossiga, pelo menos no curto a médio prazo.

Figura 15: Dívida em dólares dos Estados Unidos vs dívida não expressa em dólares dos Estados Unidos, %

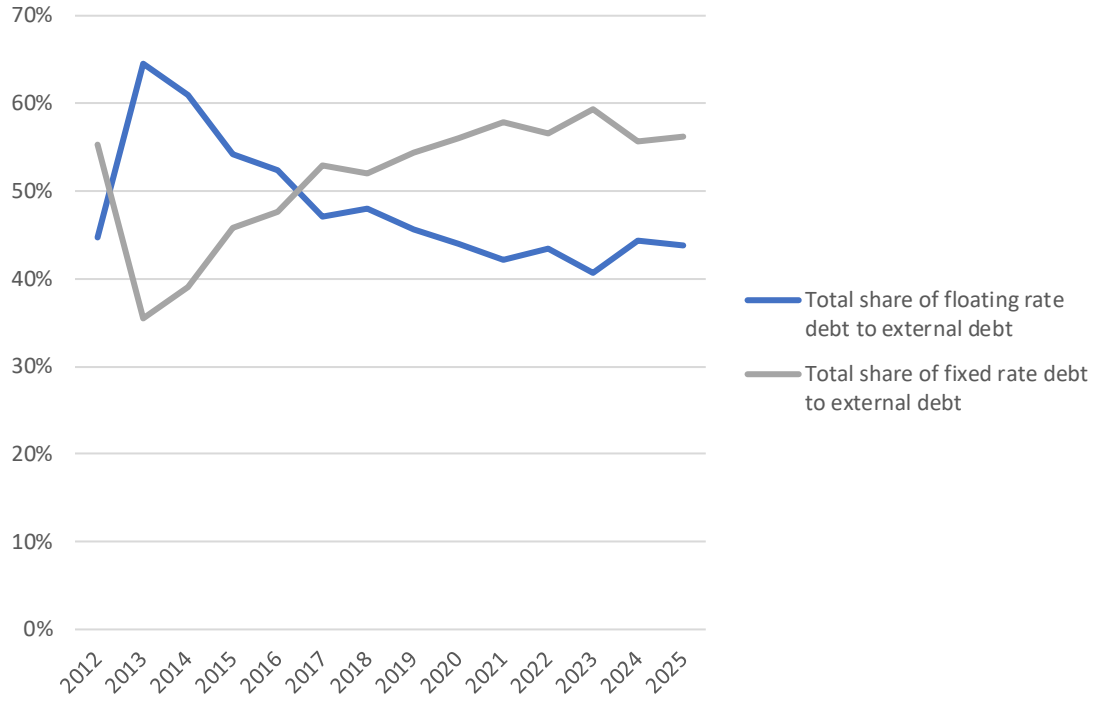


Fonte: DNPME, Ministério das Finanças, setembro de 2025

1.101. As taxas de juro também representam um risco, na carteira de crédito. A partir de 2013, a proporção de dívida da taxa fixa dentro da carteira de dívida começou a aumentar, acabando por compor a participação maioritária em 2017 e 2018. Esta mudança deveu-se à capacidade do Governo de gerir o risco de taxa de juro, dando prioridade aos desembolsos a partir de fontes de taxa fixa. Uma vez que TL é agora classificado como um país misto, está a ser gradualmente eliminada do financiamento concecional pelos seus credores externos, conduzindo a um aumento esperado dos custos dos empréstimos.[9] Para mitigar o risco de choques de taxas de juro, é necessário expandir o financiamento concecional a uma taxa de juro fixa por parte de fornecedores de empréstimos bilaterais.

[9] Como país misto, a TL restringiu o acesso a empréstimos concessionais a uma taxa de juro fixa.

Figura 16: Dívida fixa vs dívida flutuante, %



Fonte: DNPME, Ministério das Finanças, setembro de 2025.

1.102. A médio prazo, o Fundo Petrolífero é o principal amortecedor para os riscos macroeconómicos. O nível atual do fundo proporciona uma margem de manobra significativa nos próximos anos. Por exemplo, as receitas internas teriam de ser mais de 50% inferiores às previsões previstas neste documento para que o Fundo Petrolífero se esgotasse um ano antes do atualmente previsto.

Passivos Contingentes Explícitos reconhecidos por Lei ou Contrato

1.103. O contencioso judicial é uma importante fonte de passivos contingentes e o custo para o Estado depende do resultado do litígio ainda pendente.

1.104. Abaixo estão os casos de litígio atuais contra a República Democrática de Timor-Leste, e seu custo potencial máximo se o caso fosse decidido a favor do demandante.

1.105. Caso Timor Corp: Processo judicial no Tribunal Distrital de Díli com uma responsabilidade máxima de cerca de US$2.371.815,36.

1.106. Caso Ensul Engenharia: Processo judicial no Tribunal Distrital de Díli com uma responsabilidade máxima de cerca de US$1.444.617,83.

1.107. Caso Ong Sun-Jong Eugene: Processo judicial no Tribunal Distrital de Díli com uma responsabilidade máxima de aproximadamente US$1.783.821.

1.108. Processo de reclamação de propriedade: Processo judicial no Tribunal Distrital de Díli, com uma responsabilidade máxima de aproximadamente US$2.146.250,00.

1.109. Uma série de processos que, apesar de terem um valor reduzido, podem gerar passivos para o Estado no valor aproximado de US$500.000,00.

1.110. O Sistema de Garantia de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) é uma iniciativa destinada a apoiar empresas em fase de arranque, através da qual uma garantia governamental cobre até 70% do valor do empréstimo empresarial às MPME, a fim de incentivar o desenvolvimento do setor privado no país com a garantia total de 4 milhões de dólares. O Banco Central de Timor-Leste trabalha com os bancos para partilhar o risco e gerir os riscos. O valor máximo do empréstimo individual é de $150.000. No entanto, esta iniciativa já está 100% orçamentada, pelo que não representa qualquer risco adicional em caso de incumprimento dos empréstimos.

1.111. O *Fasilidade Garantia Crédito Suave* é um sistema de garantia de empréstimos a juros baixos para empresas e particulares. Os empréstimos são concedidos por instituições financeiras que contratam com o Governo (atualmente apenas BNCTL) para fornecer empréstimos a juros baixos que são garantidos pelo Governo. O regime tinha um orçamento inicial de US$ 1.379.990, mas que foi reforçado com mais US$ 50.000.000 pela Lei n.º 6/2022, Primeira alteração ao Orçamento Geral do Estado para 2022. No entanto, este regime também está 100% orçamentado, pelo que não representa qualquer risco adicional em caso de incumprimento dos empréstimos. Este regime, no entanto, não foi amplamente utilizado e está suspenso desde 2023, não tendo sido concedidos empréstimos adicionais desde então. No total, apenas 47 empréstimos com um valor global inferior a US$ 1.000.000 (um milhão de dólares americanos) foram concedidos. O Governo está atualmente a estudar a possibilidade de relançar este regime e de proceder às alterações necessárias para aumentar o seu sucesso.

Parcerias público-privadas (PPP)

1.112. Os contratos de parcerias público-privadas podem envolver garantias ou indemnizações sobre variáveis de risco específicas, tais como a procura de tráfego, alterações políticas ou regulamentares. Estas cláusulas contratuais distribuem riscos entre os parceiros públicos e privados, mas também criam passivos contingentes explícitos para o Governo, uma vez que a compensação se torna exigível se os riscos especificados se materializarem.

1.113. Até esta data há apenas uma PPP em operação, o Porto da Baía de Tibar, que terminou a construção desde setembro de 2022. Os passivos contingentes explícitos associados ao Porto de Tibar decorrem principalmente de obrigações de compensação relacionadas com flutuações cambiais; ocorrência de força maior ou atos de Deus, ou seja, eventos pelos quais nenhuma parte pode ser responsabilizada; circunstâncias políticas imprevistas; e acordos relacionados a diferentes eventos de rescisão.

1.114. O governo também está a finalizar uma garantia de US$ 80 milhões para a Usina Solar TIM. Este projeto emblemático fornecerá eletricidade fiável, acessível e limpa a famílias e empresas em Timor-Leste. Combinando a geração solar em escala de utilidade pública com um moderno sistema de armazenamento de energia em bateria, o projeto ajudará a estabilizar a

rede, reduzir as dispendiosas importações de diesel e reduzir as emissões de gases de efeito estufa, em consonância com os compromissos climáticos do país. Foi concebido para se integrar sem problemas com o sistema nacional operado pela EDTL e para melhorar a qualidade do serviço, especialmente durante os picos de procura.

1.115. É necessária uma garantia governamental de US$ 80 milhões para tornar o projeto financiável a baixo custo. A garantia está limitada a 80 milhões de dólares e foi concebida como um mecanismo de apoio contingente, em vez de um custo inicial para o governo. Só será aplicável se a empresa estatal de eletricidade, EDTL, não cumprir obrigações específicas de pagamento. O acordo é acompanhado de fortes salvaguardas: relatórios claros, compromissos de reembolso e cobertura limitada no tempo. Por conseguinte, a garantia protege o interesse público, assegurando energia limpa, fiável e a preços acessíveis, ao mesmo tempo que gere de forma prudente a exposição orçamental do Estado.

1.116. O Decreto-Lei n.º 42/2012, alterado pelo Decreto-Lei n.º 2/2014, artigo 6.º, alínea d), dispõe que "o risco de insustentabilidade financeira da parceria, por motivos não imputáveis ao incumprimento ou à alteração unilateral do contrato pelo parceiro público, ou à situação de força maior, será, na medida do possível, transferido para o parceiro privado".

Passivos Contingentes Implícitos

1.117. Para além dos passivos contingentes explícitos acima referidos, o Governo deve também considerar os passivos contingentes implícitos. Trata-se de passivos contingentes em que não existe uma obrigação legal de intervenção por parte do Governo. Apesar disso, a intervenção governamental pode ser necessária para proteger o bem-estar económico dos seus cidadãos. Tais passivos contingentes em Timor-Leste são suscetíveis de ocorrer como resultado de crises ambientais, sociais ou económicas. Qualquer crise deste tipo que leve à perda de meios de subsistência devido a danos, deslocações ou desemprego ou outras dificuldades económicas semelhantes pode levar a custos inesperados.

1.118. Estes custos surgiriam se o Governo interviesse através de regimes de assistência social e pacotes de estímulo orçamental. Abaixo descrevemos alguns desses passivos contingentes e explicamos como o Governo os pode mitigar para eles.

1.119. Um passivo contingente implícito é o apoio prestado às empresas públicas. Uma vez que os empréstimos são emitidos apenas para a Administração Central, as Empresas Públicas em Timor-Leste não têm quaisquer riscos ou passivos de dívida. No entanto, várias empresas estatais recebem grandes transferências do Estado anualmente. Os detalhes das transferências estão disponíveis na secção Desempenho orçamental deste documento. O anexo fornece igualmente informações financeiras disponíveis de entidades públicas.

1.120. As catástrofes naturais são outro dos principais riscos enfrentados por Timor-Leste. O país está situado perto do chamado "Anel de Fogo do Pacífico", uma área que tem alguns dos terramotos e atividades vulcânicas mais voláteis do mundo. Com o início das alterações climáticas, o país está também em maior risco de inundações e ciclones.

1.121. Na última década, os maiores gastos com desastres ambientais ocorreram em 2021, quando o governo foi obrigado a gastar US$ 6,2 milhões, principalmente como resultado do ciclone Seroja.

1.122. Os choques económicos externos são outra fonte de Passivos Contingentes implícitos. Como demonstrado pela crise da COVID-19, as crises sanitária e económica também podem ser uma importante fonte de riscos orçamentais em Timor-Leste. Embora as pandemias sejam eventos pouco frequentes, como uma pequena economia aberta que depende fortemente das importações, Timor-Leste está altamente exposto a eventos económicos noutros países.

1.123. Desde a independência, a crise sanitária da COVID-19 foi certamente o maior choque externo a atingir a economia timorense. A crise teve o maior impacto nos gastos do governo em 2021, durante o qual o governo gastou US$ 201 milhões em medidas para proteger os cidadãos dos impactos sanitários e econômicos da COVID-19.

1.124. As crises políticas também têm sido uma fonte de riscos orçamentais nos últimos anos. Os atrasos na aprovação do orçamento em 2017, 2018 e 2020 contribuíram para um crescimento económico negativo nesses anos. Um crescimento económico negativo pode significar uma queda generalizada dos rendimentos entre as empresas e os particulares. A curto prazo, esta situação conduz a receitas fiscais mais baixas. A longo prazo, abranda os progressos em matéria de diversificação económica necessários para ajudar o país a garantir a sua sustentabilidade orçamental a longo prazo.

1.125. Alguns passivos contingentes que representam grandes riscos orçamentais noutros países têm menor probabilidade de se materializarem em Timor. Muitos países em desenvolvimento estão expostos a riscos devido a movimentos voláteis das taxas de câmbio. Uma vez que Timor-Leste utiliza o dólar americano, que está entre as moedas mais estáveis do mundo, tais riscos são menos prováveis (embora não completamente imprevisíveis).

1.126. No entanto, é de notar que Timor-Leste só é capaz de manter um fornecimento regular de dólares como resultado do Fundo Petrolífero. Isso significa que isso pode se materializar como um risco maior na próxima década, conforme explicado na seção Sustentabilidade Fiscal deste relatório.

1.127. Dado um sistema bancário jovem, e o facto de alguns bancos que operam em Timor serem Empresas Públicas nos respetivos países e estarem sujeitos a credores estrangeiros de último recurso, existe também um menor risco de ocorrência de uma crise financeira interna em Timor-Leste em comparação com outros países de baixo ou médio rendimento.

1.128. Do mesmo modo, o rácio dívida/PIB deverá permanecer relativamente baixo, o que significa que existe um baixo risco de crise da dívida a médio prazo. Um passivo contingente que é exclusivo de Timor-Leste é o risco para as Receitas do Fundo Petrolífero decorrente da volatilidade nos mercados financeiros. Os fatores que afetariam o desempenho do Fundo Petrolífero poderiam ser considerados passivos contingentes, uma vez que as perdas na carteira de investimentos do Fundo poderiam levar ao esgotamento do Fundo mais cedo do que o previsto. Como descrito anteriormente, isso significaria uma maior exposição a riscos fiscais.

1.129. No entanto, o horizonte de investimento do Fundo encurtou-se, dado que as entradas de petróleo de Bayu-Undan estão a terminar e as despesas e retiradas deverão seguir a tendência atual. Não se espera que o retorno do investimento preencha a lacuna.

1.130. Para se ajustar ao esgotamento esperado do Fundo, foi criada em 2021 uma carteira de liquidez de investimentos de baixo risco para financiar os levantamentos ao longo dos próximos três anos. Isto proporciona alguma proteção contra ser forçado a vender ações e obrigações na sequência de uma perda, mas é menos eficaz quando os levantamentos excedem significativamente as projeções. Além disso, um período prolongado de fraco desempenho do investimento reduziria ainda mais a vida útil esperada do Fundo. Para além dos mercados financeiros, o Fundo está exposto ao futuro do projeto Greater Sunrise.

1.131. Em 2019, o Governo decidiu que o Fundo Petrolífero emprestasse 650 milhões de dólares à Timor Gap E.P. e às suas subsidiárias para financiar a aquisição de participações no projeto de desenvolvimento do Greater Sunrise. Estes empréstimos são avaliados anualmente de forma independente para as demonstrações financeiras auditadas do Fundo. Os reembolsos dos empréstimos estão ligados às receitas da Timor Gap E.P. provenientes do projeto petrolífero, o que significa que o Fundo está exposto ao sucesso do projeto de desenvolvimento.

1.132. Para garantir que o fundo de contingência tem dotação suficiente para cobrir eventuais riscos fiscais materializáveis, a nova Lei de Enquadramento do OGE e gestão financeira pública consagrou um limiar mínimo para o fundo de contingência, que deve ascender a um mínimo de 2% da despesa total do Orçamento e a um máximo de 5% da despesa total.

1.133. Para o Orçamento de 2026, foi alocado um total de US$ 45 milhões para o fundo de contingência. Por conseguinte, cumpre o requisito legal, uma vez que representa um pouco mais de 2% do orçamento consolidado para a RAEOA e a Administração Central.

1.134. Além do financiamento de contingência, o Governo e as Empresas Estatais podem recorrer a saldos de caixa em caso de perdas inesperadas. Em 31 de dezembro de 2024, os saldos de caixa eram os seguintes:

Tabela 12: Saldos de Caixa para Entidades do Setor Público em Timor-Leste, US$ Milhões

Entidade	Saldo de Caixa 31 de dezembro de 2024
Administração Central	158,2
INSS	235,7
RAEOA	65,0
BNCTL	245,8
TIMOR GAP	90,1
EDTL	89,9
ANP	23,6
ANM	1,2
Bee-TL	34,0
Saldo de Caixa em Bancos Comerciais	22,0
Murak Rai Timor	4,9
RTTL	2,2
ANATL	5,1
Saldo de caixa em contas de garantia	15,7

Entidade	Saldo de Caixa 31 de dezembro de 2024
Saldo a pagar pela compra de Ações da Timor Telecom, a depositar em Contas de Garantia	19,0
Conta Millenium Challenge (MCA)	0,2
Royalties do Setor Mineral e Rendas de Superfície	3,8
Projetos de Doadores	1,9
Total	**1.018,3**

Fonte: Relatórios financeiros disponíveis em setembro de 2025.

1.135. Grandes choques económicos podem exigir que o Governo intervenha com níveis muito mais elevados de apoio económico. Se tal resposta exigir níveis de despesa que ultrapassem o fundo de contingência, o Governo pode contar com levantamentos do Fundo Petrolífero. No entanto, isso tem um custo, pois retiradas imprevistas consistentes do Fundo Petrolífero significarão que o fundo se esgotará mais cedo. Isso também demonstra a importância de garantir que a política fiscal possa maximizar a longevidade do Fundo Petrolífero.

1.136. Além disso, se o Fundo Petrolífero se esgotar antes de as receitas internas serem suficientemente elevadas para suportar o financiamento de contingência, os passivos contingentes poderão representar maiores riscos orçamentais.

1.137. O Ministério das Finanças continuará a melhorar a informação fornecida na declaração de riscos orçamentais à medida que a recolha de dados continuar a melhorar.

2. Prioridades e reformas do governo

Progressos no sentido de alcançar os objetivos do governo

2.1. Nos últimos anos, Timor-Leste tem feito progressos constantes na saúde, educação, infraestruturas, água e eletricidade, fazendo avançar o Programa do IX Governo Constitucional e o Plano Estratégico de Desenvolvimento (2011-2030). Estas realizações proporcionam uma base sólida para o Orçamento do Estado para 2026, assegurando que as prioridades futuras são orientadas por evidências e pelas necessidades dos cidadãos.

2.2. **Saúde**: Em 2025, o setor da saúde registou progressos constantes na expansão do acesso a serviços essenciais, em particular para a saúde materna e infantil. Estas melhorias refletem o compromisso do Governo no âmbito do Programa do IX Governo Constitucional de reforçar os cuidados de saúde universais e equitativos.

2.3. Os resultados de saúde continuaram a melhorar, com a assistência qualificada ao parto a aumentar de 62% em 2022 para 67% em 2024, os partos institucionais a aumentarem de 50% para 56,7%, a cobertura dos cuidados pós-natais a atingir quase 90% e a imunização infantil (12-23 meses) a melhorar de 41% para 49%, embora a subnutrição permaneça elevada, com 47,1% das crianças com menos de cinco anos atrofiadas e 8,6% desperdiçadas.

2.4. No primeiro semestre de 2025, a prestação de serviços foi ainda mais reforçada com 1,43 milhões de consultas ambulatoriais, 982 missões de proximidade, SISCa em 55% dos Sucos, zero casos de malária e 90% de deteção de casos de TB. A saúde infantil avançou com 97% dos casos de desnutrição grave tratados, a imunização de menores de 6 anos com 34% e o lançamento da vacina contra o HPV. A capacidade hospitalar e de emergência melhorou com equipamentos funcionais a nível nacional, 14 novas subespecialidades, 75 unidades de urgência, um sistema de resposta 24 horas e mais de 90% de ocupação de camas, enquanto a qualidade dos medicamentos e a gestão institucional foram reforçadas através de testes mais fortes e da codificação de 85% dos ativos do Ministério.

2.5. Estes resultados destacam o progresso no sentido de melhores resultados em termos de saúde, mas persistem desafios, particularmente nas zonas rurais e mal servidas. Abordar a subnutrição, reduzir as lacunas nos serviços e reforçar os cuidados preventivos exigirá um investimento contínuo em infraestruturas, no desenvolvimento da força de trabalho e nos sistemas de saúde a nível comunitário.

2.6. **A educação** em Timor-Leste tem registado ganhos constantes no acesso e melhorias graduais na qualidade do ensino e da aprendizagem. A expansão das matrículas, professores mais bem treinados e uma maior distribuição de recursos estão a ajudar na aproximação do objetivo nacional de educação inclusiva e de qualidade para todas as crianças.

2.7. Em 2024, as matrículas chegaram a 389.333. As matrículas no pré-escolar subiram de 26% para 32%, enquanto as matrículas brutas no ensino básico subiram para 111,8% e no secundário para 111,1%. A evasão escolar primária caiu de 4% em 2021 para 2,7% em 2024. O número de professores cresceu para 15.291, com 46% cumprindo a qualificação mínima legal de Bacharelato. Foi aprovado o novo currículo do terceiro ciclo do ensino básico, alinhado com os currículos do ensino pré-escolar, e os materiais didáticos foram amplamente distribuídos,

incluindo 740 000 manuais escolares. O progresso também é visível nos resultados de aprendizagem: 36% dos alunos do 5.º ano alcançaram níveis intermédios em leitura e matemática. O acesso ao WASH nas escolas melhorou, com a percentagem de falta de instalações reduzida de 41% em 2021 para 35% em 2024.

2.8. No início de 2025, o progresso continuou com matrículas primárias quase universais (101%) com base em dados populacionais atualizados, apoiados pela distribuição de materiais de aprendizagem e formação para mais de 1.200 professores, incluindo na educação inclusiva. Os alunos do 9.º ano foram preparados para exames, o ensino multilingue expandiu-se e o ensino misto foi reforçado com equipamento TIC. A infraestrutura escolar melhorou através da construção de salas de aula em todo o país, enquanto 292 dirigentes escolares foram apresentados à nova política de alimentação escolar e 400 jardins pedagógicos foram estabelecidos. A governação avançou com novos instrumentos jurídicos, relatórios EMIS mais fortes e a implantação de conselhos de pais e estudantes, enquanto 14 Centros Comunitários de Aprendizagem forneceram cursos de TI e de línguas a mais de 1.300 jovens e adultos, quase metade dos quais mulheres.

2.9. No entanto, os desafios continuam a ser significativos. Quase 70% dos alunos do 1.º ano ainda não conseguem ler uma única palavra de uma simples passagem. A capacidade dos professores é desigual, apesar da formação contínua e do acompanhamento, e as provas que ligam a formação à prática em sala de aula são limitadas. O apoio aos dirigentes escolares e aos professores continua a ser insuficiente, sendo necessário alargar o número de mentores qualificados e melhorar a qualidade dos programas de formação. A alfabetização dos jovens rurais também continua atrasada em relação às áreas urbanas, ressaltando a urgência de reformas para fortalecer o desenvolvimento dos professores, garantir a qualidade do currículo e melhorar a equidade na alocação de recursos.

2.10. **A proteção social e a inclusão social** avançaram de forma constante em 2024-2025, com programas de apoio a famílias vulneráveis, expansão da assistência social e promoção do empoderamento da comunidade. Estas iniciativas refletem o compromisso de Timor-Leste em garantir que nenhum cidadão é deixado para trás, reforçando simultaneamente a equidade e a resiliência como alicerces do desenvolvimento nacional.

2.11. Realizações notáveis incluíram assistência a 68.696 beneficiários do Bolsa da Mãe em 2024 e 73.853 em 2025, com transferências que variam de US$ 8 a US$ 10 por mês por criança, dependendo do nível de escolaridade, e mais US$ 5 por mês para crianças com deficiência. A ajuda humanitária chegou a 42.990 famílias vulneráveis, enquanto o envolvimento das pessoas com deficiência se expandiu através da liderança do Plano de Ação Nacional para a Deficiência (2021-2030) e da preparação do relatório inicial de implementação da CNUDPD de Timor-Leste. A cobertura da proteção social também cresceu, com mais de 52 000 pensões de velhice e 5 285 pensões de invalidez entregues abrangendo 56% da população elegível e mais de 5 000 prestações de pensão contributivas e transitórias concedidas. Em 2024, o Governo também estabeleceu uma Pensão Social Mínima de 60 dólares mensais, reforçando ainda mais a rede de segurança.

2.12. Os serviços dos veteranos também avançaram, com a validação de 92.592 nomes de combatentes, resolução de 6.340 pedidos de benefícios e implementação da Lei do Fundo de Investimento dos Veteranos em 65 postos. O apoio incluiu 146 casos médicos, 618 funerais, 23 enterros e 36 bolsas de emergência. Iniciou-se também a construção dos Cemitérios dos Heróis, alcançando 3% de progresso, simbolizando o reconhecimento nacional dos sacrifícios da luta de libertação.

2.13. Apesar destes ganhos, subsistem desafios importantes, incluindo alcançar uma cobertura universal de pensões, garantir a sustentabilidade financeira e reduzir a dependência de certificação médica para benefícios por incapacidade. Numa perspetiva de futuro, as reformas centrar-se-ão na digitalização dos sistemas de beneficiários, no reforço da monitorização e da avaliação e no alargamento do alcance a zonas carenciadas. Estas medidas reforçarão a responsabilização e assegurarão que a proteção social continua a impulsionar a resiliência, a equidade e o crescimento inclusivo.

2.14. **Estradas e Pontes**: Timor-Leste avançou na reabilitação e expansão da sua rede rodoviária e de pontes, demonstrando o compromisso do Governo em melhorar a conectividade nacional, reduzir os custos de transporte e promover o crescimento inclusivo.

2.15. Em meados de 2025, o sistema viário nacional totalizava 1.534 km, com 780 km reabilitados, além de 94 km de estradas municipais, 308 km de estradas urbanas, 2.359 km de estradas rurais e 109 pontes concluídas. O financiamento concecional desempenhou um papel vital, com 570 km de estradas nacionais e 41 km de estradas municipais concluídas através de apoio de empréstimos, e mais 94 km em construção com empréstimos e subvenções.

Tabela 13: Situação do desenvolvimento das infraestruturas rodoviárias e de pontes

Categoria	Rede total (km/unidades)	Concluído até junho de 2025
Estradas Nacionais	1.534 quilómetros	780 quilómetros
Estradas Municipais	1.003 quilómetros	94 quilómetros
Vias Urbanas	747 quilómetros	308 quilómetros
Estradas Rurais	4.702 quilómetros	2.359 quilómetros
Pontes	238 unidades	109 unidades

Fonte: Ministério das Obras Públicas, setembro de 2025

2.16. Estas realizações já melhoraram a mobilidade entre municípios e reduziram o isolamento nas zonas rurais. Os esforços continuados centrar-se-ão na integração da resiliência climática, na garantia de normas de qualidade e na manutenção da disciplina orçamental, consolidando simultaneamente os progressos através de planos de reabilitação a longo prazo que se estendem até 2033.

2.17. **Água e Saneamento**: O acesso à água potável e ao saneamento expandiu-se significativamente, guiado pelo Plano de Negócios da BTL e alinhado com os compromissos nacionais com a saúde pública e a equidade. O progresso em 2025 sublinha o esforço do Governo para reduzir as disparidades na prestação de serviços.

2.18. As principais realizações incluem a conclusão de Planos Diretores e estudos de viabilidade em 11 capitais municipais e projetos de execução em 5, com a construção em curso em Lautém e Manufahi. Ao nível do posto administrativo, foram finalizados 40 DEDs, 30 sistemas

estão em construção e 4 já estão concluídos. Também começaram os preparativos para o desenvolvimento de um sistema de tratamento de águas residuais em Díli, marcando um passo importante para a modernização do saneamento urbano.

2.19. Esses marcos marcam passos importantes em direção ao acesso equitativo, mas os desafios permanecem: infraestrutura envelhecida, financiamento limitado, conexões ilegais generalizadas e escassez de mão de obra técnica. Lidar com essas restrições será fundamental para alcançar um abastecimento de água confiável 24 horas por dia e construir um setor financeiramente sustentável que apoie o desenvolvimento inclusivo.

2.20. **Eletricidade**: O progresso no acesso à eletricidade e na modernização da infraestrutura acelerou, avançando o objetivo do Governo de eletrificação universal e diversificação energética.

2.21. Até 2025, a cobertura elétrica atingiu 100% dos sucos (461) e 87,7% das aldeias (2.050) através do Programa Nacional de Eletrificação (PEN) e do Programa de Eletrificação Comunitária (PEK). Os programas de energia rural estenderam os serviços a comunidades remotas com sistemas de iluminação solar autônomos. Os projetos de infraestrutura avançaram, com a Subestação de Comores atingindo 35,5% de conclusão e o cabo subterrâneo Kuluhun-Becora progredindo. Os esforços de energia renovável ganharam impulso com a conceção de um projeto solar híbrido de 2 MW para Ataúro e progresso no projeto solar Laleia de 72 MW sob o modelo IPP com EDF e Itochu.

2.22. Essas conquistas demonstram um forte progresso em direção à modernização da rede e à redução da dependência do diesel, mas os desafios permanecem com a infraestrutura envelhecida, os sistemas de distribuição manual e a sustentabilidade financeira. As reformas em matéria de contagem, faturação e cobrança de receitas serão essenciais para garantir eletricidade fiável, a preços acessíveis e sustentável para todos os agregados familiares e empresas.

2.23. **Desenvolvimento Rural e Habitação Comunitária**: Até meados de 2025, o Ministério do Desenvolvimento Rural e Habitação Comunitária tinha avançado com dois programas emblemáticos, o Programa de Revitalização Comunitária e o Programa de Habitação Comunitária Digna. Ambas as iniciativas visam reduzir as disparidades urbanas rurais e proporcionar às famílias vulneráveis condições de vida mais seguras e dignas. Juntos, eles refletem a agenda mais ampla do IX Governo Constitucional de fortalecer as comunidades rurais como base para o desenvolvimento nacional inclusivo.

2.24. As principais realizações incluíram o registo de 424 grupos beneficiários, apoiando diretamente 1.425 mulheres e 2.290 homens. As obras de infraestrutura entregaram 17 latrinas públicas, com mais 26 em andamento, três centros multifuncionais em construção e reabilitação de casas tradicionais em Lautém. Enquanto isso, 90 casas dignas foram iniciadas em quatro municípios, 46 casas tradicionais em Covalima, e a aquisição começou para mais 52 casas em Ainaro, Ermera e Covalima. Projetos complementares, como lanchonetes e playgrounds, também avançaram em diversas comunidades.

2.25. Persistem desafios, em especial progressos desiguais entre municípios e projetos ainda em fase inicial. No entanto, a aprovação de Decretos-Lei de Revitalização Comunitária e Habitação criou uma base jurídica mais forte. No futuro, as prioridades serão acelerar a conclusão das obras, expandir a habitação digna e garantir que os investimentos

proporcionem melhorias tangíveis no bem-estar rural, ajudando a reduzir as desigualdades territoriais e a fortalecer a resiliência da comunidade.

2.26. **Agricultura**: Em meados de 2025, Timor-Leste tinha feito progressos constantes no desenvolvimento agrícola, focando-se na segurança alimentar, mecanização, irrigação e participação dos jovens. O sector está gradualmente a passar de práticas de subsistência para um sistema mais orientado para o mercado e sustentável, consistente com o objetivo do Governo de reduzir a pobreza rural e alcançar uma maior autossuficiência em culturas básicas.

2.27. Resultados significativos foram alcançados durante 2024-2025. A produção de arroz atingiu 158.274 toneladas de 37.684 hectares (média de 4,2 t/ha), enquanto a produção de milho totalizou 90.916 toneladas de 31.409 hectares (2,9 t/ha). Os agricultores beneficiaram da distribuição de sementes, fertilizantes orgânicos e novos equipamentos, incluindo 25 tratores médios, 400 tratores manuais e 39 debulhadoras em 2024, seguidos por 54 plantadoras de arroz, 42 ceifadoras e 22 tratores médios em 2025. Foram adquiridas peças sobresselentes para reabilitar 160 tratores antigos, apoiados por serviços mecânicos móveis. Os trabalhos de irrigação e normalização dos rios foram concluídos em 21 locais em todo o país, enquanto os estudos de diagnóstico do solo abrangendo 1.600 amostras em 13 municípios melhoraram o planeamento do uso da terra baseado em evidências. O envolvimento dos jovens também se expandiu, com 637 timorenses formados através do programa ICAT em Israel, 262 dos quais formaram grupos agrícolas, juntamente com 60 jovens formados internamente em centros de formação nacionais.

2.28. Apesar destes progressos, subsistem desafios importantes. Os rendimentos do milho e do arroz continuam a ficar aquém do potencial, a cobertura de irrigação ainda é limitada e muitas famílias de agricultores dependem de métodos tradicionais. Para colmatar estas lacunas, o Governo pretende acelerar a transição para uma agricultura semi-moderna e orientada para o mercado, intensificando os projetos de irrigação, reforçando a distribuição de sementes e fertilizantes e investindo na investigação e mecanização do solo. Expandir a formação dos jovens, reforçar os serviços de extensão e promover práticas agroecológicas sustentáveis será fundamental para construir resiliência e garantir que a agricultura contribua mais diretamente para a segurança alimentar, nutrição e renda rural.

2.29. **Formação Profissional e Emprego:** Em meados de 2025, Timor-Leste fez importantes avanços na formação profissional e no emprego, reforçando o seu compromisso com a Estratégia Nacional de Emprego 2017-2030. Os programas técnicos e vocacionais expandiram-se por todo o país, enquanto os esquemas de mobilidade laboral criaram novos caminhos para empregos no estrangeiro. Em conjunto, estas iniciativas associaram o desenvolvimento de competências ao acesso ao emprego, lançando as bases para uma mão de obra nacional mais competitiva.

2.30. As principais realizações durante o primeiro semestre de 2025 demonstram este progresso. A SEFOPE ministrou formação em agricultura, pescas, hotelaria, construção, TIC e empreendedorismo, alcançando centenas de participantes através de centros municipais, institutos especializados e programas de cooperação internacional. A mobilidade laboral foi um destaque, com 2.279 trabalhadores colocados no exterior (1.932 na Austrália, 321 na Coreia e 26 no Japão), gerando US$ 5,96 milhões em remessas. A nível nacional, 3 225 candidatos a emprego receberam aconselhamento, 1 028 jovens aderiram a uma exposição nacional de carreiras, foram lançados 21 grupos de trabalho independente e 29 projetos de obras públicas rurais criaram 667 empregos de curta duração. As mulheres beneficiaram fortemente, representando 53% dos beneficiários de aconselhamento, 536 colocações no

estrangeiro, 48% dos beneficiários de trabalho independente e 41% das funções de obras públicas.

2.31. Apesar destes ganhos, subsistem desafios para alinhar os resultados da formação com a procura do mercado de trabalho e assegurar percursos de emprego sustentáveis. A próxima fase da reforma dará ênfase a uma maior coordenação com os empregadores, à modernização dos currículos e à expansão dos sistemas de certificação para garantir o reconhecimento das competências. Ao mesmo tempo, o reforço do cumprimento do trabalho, do acompanhamento e dos serviços de apoio será fundamental para garantir um emprego seguro e justo. Estas medidas consolidarão as realizações recentes, assegurando simultaneamente que os serviços de formação e emprego contribuam mais diretamente para a criação de emprego, a produtividade e o crescimento inclusivo.

2.32. Para obter informações abrangentes sobre os resultados do Progresso para Alcançar as Metas do Governo, consulte o Livro do Orçamento de Desempenho do Programa para 2024 – Elemento Informativo, Volume 1 - Desempenho dos Programas no Exercício Orçamental Anterior. A edição de 2025 será publicada a seu tempo.

Prioridades de despesa e medidas-chave para 2026

Alinhamento estratégico e visão geral

2.33. Tal como no exercício de 2026, o Governo continua a alinhar as prioridades orçamentais com o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) 2011-2030 e o Programa do IX Governo Constitucional. O orçamento reflete uma abordagem equilibrada, combinando investimento em infraestruturas, diversificação económica e desenvolvimento do capital social, com o objetivo de acelerar o crescimento, desenvolver capital humano e reforçar a resiliência aos riscos orçamentais e climáticos.

2.34. A alocação total para o ano financeiro de 2026 é de US$ 2.245 milhões, uma variação de 5,6% em relação a 2025. Tal reflete um foco contínuo na disciplina orçamental, ao mesmo tempo que dá prioridade às despesas que melhoram a prestação de serviços e apoiam os objetivos de desenvolvimento nacional.

Prioridades do sector da saúde

2.35. Para o ano financeiro de 2026, o Governo atribui US$ 138,3 milhões ao setor da saúde. Esta dotação abrange o Ministério da Saúde (US$ 76,8 milhões), o Hospital Nacional Guido Valadares (US$ 20,9 milhões), o Instituto Nacional de Farmácia e Produtos Médicos (US$ 17,1 milhões), o Serviço Nacional de Ambulância e Emergência Médica, o Instituto Nacional de Saúde Pública, a RAEOA, os serviços municipais de saúde e o Fundo de Infraestrutura (US$ 6,7 milhões). Estes recursos confirmam o compromisso do Governo em expandir o acesso a serviços de saúde de qualidade, ao mesmo tempo que reforça a capacidade institucional e a prestação na linha da frente.

2.36. As prioridades do programa em 2026 se concentrarão na saúde secundária e terciária (US$ 58,2 milhões) e na atenção primária (US$ 55,9 milhões). Na atenção secundária e terciária, US$ 19,3 milhões são alocados para tratamento médico no exterior e pagamento de dívidas por serviços especializados, US$ 18,1 milhões para salários de profissionais de saúde e US$ 11,6 milhões para hospitalização e serviços médicos especializados. Os investimentos também apoiarão a reabilitação e construção de hospitais e instalações de saúde, incluindo

um novo edifício pediátrico e ICCU no Hospital Nacional Guido Valadares (HNGV), avaliado em mais de US$ 2,4 milhões. Em paralelo, os cuidados de saúde primários serão expandidos através do Pacote de Serviços de Saúde Primários Abrangentes (US$ 27 milhões, incluindo US$ 24 milhões para salários e salários), juntamente com US$ 2,4 milhões para programas de nutrição e iniciativas reforçadas de imunização, saúde reprodutiva e doenças não transmissíveis. Em conjunto, estas medidas reforçarão os alicerces de um sistema de saúde preventivo mais forte.

2.37. A nível político, as reformas continuarão a reforçar a eficiência e a responsabilização na prestação de serviços de saúde. O Serviço Nacional de Ambulância e Emergência Médica se expandirá com US$ 3,4 milhões em capacidade terrestre, marítima e aérea, enquanto o Instituto Nacional de Farmácia e Produtos Médicos (INFPM) receberá US$ 17 milhões, incluindo US$ 12,7 milhões para aquisição de medicamentos e suprimentos médicos. Estas iniciativas irão modernizar as cadeias de abastecimento de medicamentos, melhorar os sistemas de referência e garantir o acesso sustentável a medicamentos e vacinas essenciais. Coletivamente, demonstram a determinação do Governo em promover cuidados de saúde universais e equitativos, garantindo que os recursos cheguem aos mais necessitados, salvaguardando simultaneamente a sustentabilidade a longo prazo.

Prioridades do setor da educação

2.38. Para o ano financeiro de 2026, o Governo atribui 181,7 milhões de dólares ao setor da educação. Esta dotação abrange o Ministério da Educação (117,6 milhões de dólares), o Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura (6,3 milhões de dólares), a Universidade Nacional de Timor-Leste (15 milhões de dólares), bem como a RAEOA, os serviços municipais de educação, o Fundo de Infraestruturas e outras instituições. A dotação para 2026 consolida os ganhos recentes, ao mesmo tempo que enfrenta os desafios persistentes em matéria de acesso, equidade e qualidade.

2.39. A maior fatia, US$ 108,9 milhões, é destinada à Educação Básica, confirmando-a como a principal prioridade do governo em educação para 2026. Esses recursos financiarão salários e subsídios de professores (incluindo quase 1.000 estagiários bolsistas), reabilitação e construção de escolas e operações de salas de aula em todos os municípios. O ensino secundário recebe 21,7 milhões de dólares para reforçar os percursos académicos e profissionais através de novas instalações, destacamento de professores e subsídios para escolas profissionais. O ensino superior recebe US$ 13,7 milhões, principalmente para salários, além de investimentos na qualidade do ensino, melhoria do sistema e no projeto da Escola Raíz na UCT. A educação pré-escolar beneficiará de 10,6 milhões de dólares para mobiliário de sala de aula e salários de professores, enquanto 15,7 milhões de dólares apoiam o funcionamento institucional, incluindo sistemas operacionais, administração escolar e professores contratados. Juntos, esses programas atenderão dezenas de milhares de alunos em todo o país, reforçando o sistema de ensino desde a pré-escola até o ensino médio.

2.40. No nível superior, as prioridades incluem o fortalecimento da UNTL e do Instituto Politécnico de Betano para expandir programas em ciência, tecnologia e campos profissionais. O MESCC continuará a promover a política de ensino superior, pesquisa e inovação, enquanto a ANAAA reforça a acreditação e a garantia de qualidade. As reformas complementares finalizarão os currículos do 8.º e 9.º anos para o ensino básico, avaliarão e reverão o currículo do ensino secundário e expandirão a formação direcionada em ciências, TIC e educação inclusiva. Parcerias com o Ministério da Saúde também proporcionarão rastreios de saúde dos estudantes em todo o país. Estas medidas combinadas irão melhorar o acesso equitativo, melhorar a qualidade da aprendizagem e construir um sistema educativo mais relevante e

resiliente, totalmente alinhado com o Plano Estratégico de Desenvolvimento (2011-2030) e o Programa do IX Governo Constitucional.

Prioridades do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano (FDCH)

2.41. Complementando os investimentos em educação, o FDCH desempenha um papel intersetorial no desenvolvimento das competências e conhecimentos necessários para o crescimento e competitividade a longo prazo de Timor-Leste.

2.42. Para o ano financeiro de 2026, o Governo atribui 20,6 milhões de dólares ao Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano. Esta alocação apoia programas de bolsas de estudo e desenvolvimento estratégico de recursos humanos em todos os setores, com beneficiários incluindo estudantes do ensino superior, programas de treinamento especializado e iniciativas de desenvolvimento profissional. Como um mecanismo de financiamento intersectorial, o FDCH complementa os programas de educação e treinamento oferecidos pelos ministérios competentes, mantendo sua estrutura de governança independente para transparência e prestação de contas.

2.43. A maior parte dos recursos em 2026 financiará bolsas de estudo para áreas estratégicas do desenvolvimento nacional. US$18,3 milhões para cobrir propinas, subsídios de custo de vida, subsídios de transporte, materiais didáticos, despesas de pesquisa, cobertura de saúde e custos de retorno para bolsistas. É dada prioridade aos estudantes que prossigam estudos em áreas críticas para o desenvolvimento de Timor-Leste, como a saúde, engenharia, agricultura, educação, TIC, petróleo e administração pública, tanto a nível interno como externo. Mais de 1.000 estudantes timorenses deverão beneficiar destes programas em 2026, construindo uma força de trabalho qualificada capaz de impulsionar o desenvolvimento nacional.

2.44. As medidas de reforma reforçarão a sustentabilidade e o impacto dos investimentos do FDCH. As principais ações incluem um alinhamento mais estreito da atribuição de bolsas de estudo com as necessidades do mercado de trabalho, um melhor acompanhamento do progresso dos estudantes e parcerias mais fortes com universidades e instituições internacionais. Os esforços também se concentrarão na expansão dos sistemas digitais de gestão de bolsas de estudo, a fim de aumentar a eficiência e a transparência. Ao integrar as bolsas de estudo em estratégias mais amplas de capital humano e emprego, o FDCH continuará a desempenhar um papel vital na construção da economia do conhecimento de Timor-Leste, reduzindo as lacunas de competências e garantindo que os investimentos na educação se traduzam numa capacidade nacional mais forte e num desenvolvimento inclusivo.

Prioridades em matéria de proteção social e inclusão

2.45. No ano financeiro de 2026, o Governo atribui US$54 milhões de dólares à Proteção Social e Inclusão. Esta dotação abrange o Ministério da Solidariedade Social e Inclusão (24,7 milhões de dólares), o Centro Nacional de Reabilitação (CNR), as autoridades municipais, a RAEOA, INDDICA, SEI, INC HIV-SIDA, o Gabinete de Apoio à Sociedade Civil (25,2 milhões de dólares) e o Fundo de Infraestruturas relacionado. Excluindo as transferências dos Veteranos e as contribuições para o Fundo de Segurança Social, estas dotações sublinham o compromisso do Governo com programas que apoiam diretamente os grupos vulneráveis e reforçam a coesão social. Os principais beneficiários incluem pessoas com deficiência, crianças e agregados familiares que necessitam de assistência social

2.46. Em 2026, as prioridades do programa incluirão a Bolsa da Mãe (US$ 10,3 milhões), expandida para abranger alunos do pré-primário, e o piloto do BdMK SANUTRIO em Covalima, Ermera e RAEOA, combinando transferências de renda com alimentos nutritivos para mulheres grávidas, mães que amamentam e crianças menores de três anos. As autoridades municipais e a RAEOA continuarão a prestar serviços essenciais, como apoio funerário público (US$ 1,3 milhão) e assistência humanitária (US$ 1,6 milhão). No âmbito do Gabinete de Apoio à Sociedade Civil, a maior dotação de US$15 milhões de dólares irá para a Conferência Episcopal Timorense, enquanto US$9,6 milhões de dólares serão direcionados para congregações e fundações religiosas (católicas e não católicas), a par de um apoio mais alargado a organizações da sociedade civil e instituições de solidariedade social registadas. Esses programas juntos visam reduzir o nanismo, melhorar a saúde materna e infantil, expandir os serviços para pessoas com deficiência e reforçar a coesão social por meio de iniciativas baseadas na fé e na comunidade.

2.47. As medidas de reforma em 2026 centrar-se-ão no reforço da eficiência, da responsabilização e de uma melhor orientação. As principais ações incluem a digitalização da Bolsa da Mãe através de uma base de dados centralizada de beneficiários, a introdução de Cartões de Tutor personalizados e a implementação de um novo Sistema de Gestão de Informação dos Serviços Sociais (SGI). O projeto-piloto BdMK SANUTRIO servirá como ponto de entrada para a integração saúde-nutrição na proteção social, enquanto o estabelecimento de um Registo Social em três áreas-piloto aplicará o Proxy Means Testing (PMT) para definir escalas de vulnerabilidade e pobreza. Uma pesquisa nacional domiciliar em janeiro de 2026 definirá a linha de base para a elegibilidade do programa. Estas reformas irão melhorar a transparência, reduzir os erros e garantir que os programas são mais bem adaptados às necessidades das famílias, avançando a visão do IX Governo Constitucional de que nenhum timorense deve ser deixado para trás.

Cultura e Prioridades do Património

2.48. No ano financeiro de 2026, o Governo atribui US$ 6,3 milhões a programas de cultura e património, abrangendo o Arquivo e Museu da Resistência (US$ 2,8 milhões), o Ministério da Juventude, Desporto, Artes e Cultura (1 milhão de dólares), o Arquivo Nacional de Timor-Leste, o Centro Nacional Chega! I.P., e respetivo Fundo de Infraestrutura (US$1,4 milhão). Esta dotação reflete o compromisso do Governo em preservar a identidade cultural de Timor-Leste, salvaguardar a memória histórica e expandir o acesso às artes e ao património.

2.49. No centro desta agenda estão iniciativas para preservar locais de resistência, reabilitar museus e proteger documentos históricos de valor nacional. As principais ações incluem a extensão dos serviços de salvaguarda de abrigos e locais históricos da Resistência Timorense (1 milhão de dólares), o reforço do Museu Memorial Municipal e a continuação da construção do Jardim da Chama Eterna. Os esforços adicionais concentrar-se-ão na reabilitação da prisão de Aipele, na promoção de festivais de arte locais e no apoio à participação em feiras de arte internacionais. Será dada especial atenção à garantia de que as comunidades rurais tenham mais oportunidades de acesso e participação em atividades culturais, expandindo assim a inclusão cultural para além de Díli.

2.50. Olhando para o futuro, o Governo vai avançar na Estratégia de Preservação e Transmissão do Património Cultural, centrando-se nas tradições orais, nos sítios patrimoniais e nos museus. As reformas complementares integrarão a educação cultural nas escolas e promoverão campanhas de sensibilização a nível nacional, assegurando que a conservação do património está integrada na vida cívica. Em conjunto, estas medidas salvaguardarão o legado cultural de Timor-Leste, permitindo simultaneamente que a cultura e o património

desempenhem um papel central no crescimento inclusivo, na coesão social e na construção da nação.

Prioridades para a juventude e o desporto

2.51. No ano financeiro de 2026, o governo destina US$ 11,6 milhões para programas de juventude e desporto, incluindo US$ 1 milhão do Ministério da Juventude, Desporto, Artes e Cultura (MJDAC) e US$ 1,4 milhão do Fundo de Infraestrutura. Esta dotação sublinha o compromisso do Governo em capacitar os jovens, reforçar a participação cívica e promover estilos de vida ativos e saudáveis em todo o país.

2.52. No centro desta agenda estão iniciativas que apoiem tanto o desenvolvimento da juventude como a promoção desportiva. Os programas para jovens financiarão iniciativas de grupos de jovens para promover a criatividade, o conhecimento cívico e estilos de vida saudáveis, bem como a gestão operacional dos centros CRAM. Os programas desportivos irão expandir as atividades de base comunitária, fortalecer as parcerias com organizações desportivas e fornecer apoio direto à Liga de Futebol de Timor-Leste (primeira e segunda divisões). Recursos adicionais serão direcionados para a participação em eventos desportivos internacionais, iniciativas de liderança e voluntariado, garantindo que os jovens rurais tenham maior acesso a desportos organizados e oportunidades cívicas.

2.53. Numa perspetiva de futuro, as reformas centrar-se-ão num apoio institucional mais forte, numa coordenação mais estreita com os municípios e na melhoria dos sistemas de acompanhamento para garantir a inclusão e a sustentabilidade. Estes esforços proporcionarão uma base mais sólida para a participação dos jovens na vida cívica e no desporto, promovendo a coesão social, a unidade nacional e o desenvolvimento do capital humano.

Prioridades para estradas e pontes

2.54. No ano financeiro de 2026, o Governo atribui US$ 223 milhões para o Programa Estradas e Pontes. Esta dotação abrange o Fundo de Infraestruturas (US$ 106,2 milhões), o Ministério das Obras Públicas (US$ 83,7 milhões), o Fundo Especial para o Desenvolvimento da RAEOA (US$ 20,9 milhões), o Instituto de Apoio à Gestão de Equipamentos e ao Desenvolvimento de Infraestruturas (US$ 8 milhões) e 13 autoridades municipais (US$ 5 milhões). O Fundo de Infraestrutura continua a fornecer a maior parte, financiando a construção, reabilitação e expansão das principais redes nacionais e municipais, enquanto os municípios e a RAEOA permanecem focados nas prioridades regionais e de nível comunitário.

2.55. A conclusão das obras em curso continuará a ser um foco central em 2026. O Governo vai finalizar 250 km de estradas nacionais, 156 km de estradas municipais e 7 pontes que já estão em construção. Ao mesmo tempo, os processos de aquisição avançam para mais 174 km de estradas nacionais, 155 km de estradas municipais, 94 km de estradas urbanas, 475 km de estradas rurais e 7 pontes, garantindo um forte pipeline de projetos para implementação nos anos seguintes.

2.56. O reforço da resiliência às alterações climáticas é também uma prioridade importante. Os investimentos previstos incluem a conclusão de seis pontes estrategicamente importantes e o lançamento de 13 projetos de proteção fluvial com uma extensão de 9.200 metros. Estas obras destinam-se a proteger as comunidades contra os riscos de inundação e a garantir o acesso a serviços essenciais durante todo o ano.

Tabela 14: Prioridades rodoviárias e de pontes para 2026

Categoria	Rede total (km/unidades)	Concluído até junho de 2025	Implementação em curso 2023-2025	Concurso público 2025/2026	Restante para 2028-2033
Estradas Nacionais	1.534 quilómetros	780 quilómetros	250 quilómetros	174 quilómetros	330 quilómetros
Estradas Municipais	1.003 quilómetros	94 quilómetros	156 quilómetros	155 quilómetros	597 quilómetros
Vias Urbanas	747 quilómetros	308 quilómetros	143 quilómetros	94 quilómetros	202 quilómetros
Estradas Rurais	4.702 quilómetros	2.359 quilómetros	640 quilómetros	475 quilómetros	1.228 quilómetros
Pontes	238 unidades	109 unidades	7 unidades	7 unidades	115 unidades

Fonte: Ministério das Obras Públicas, setembro de 2025

2.57. No geral, o programa de 2026 reflete uma abordagem equilibrada: consolidar os trabalhos em curso, avançar com projetos prontos para aquisição e incorporar medidas de resiliência. Estes investimentos criarão emprego, melhorarão a responsabilização do setor privado e reforçarão as ligações económicas entre municípios. Ao reduzir os custos de transporte, melhorar a prestação de serviços e proteger a infraestrutura dos perigos relacionados ao clima, o Programa Estradas e Pontes continuará a ser um dos compromissos mais visíveis do Governo para o desenvolvimento nacional inclusivo.

Prioridades em matéria de água e saneamento

2.58. No ano financeiro de 2026, o Governo destina US$ 25,8 milhões a programas de água e saneamento. O financiamento provém principalmente do Fundo de Infraestruturas (10,7 milhões de dólares), do Ministério das Obras Públicas (6,1 milhões de dólares), das transferências para a Bee Timor-Leste, E.P. (US$ 6 milhões) e das dotações para a RAEOA, Ataúro e autoridades municipais (US$ 9,1 milhões). Esses recursos reafirmam o compromisso do Governo em ampliar o Programa de Expansão da Infraestrutura Hídrica e garantir o acesso equitativo à água potável em todo o país

2.59. No centro da agenda de 2026 está a expansão das ligações domésticas e a melhoria da fiabilidade dos serviços, particularmente em comunidades periurbanas e carenciadas. Com base nas infraestruturas já existentes em 30 postos administrativos, os novos investimentos reduzirão as doenças transmitidas pela água, melhorarão o bem-estar dos agregados familiares e reforçarão os resultados inclusivos em matéria de saúde pública.

2.60. Olhando para o futuro, as reformas darão prioridade à sustentabilidade financeira e institucional através do Pacote de Reforma da Sustentabilidade Financeira dos Serviços de Água. As principais ações incluem medidores de faturamento em todo o país, melhoria da

arrecadação de receitas e implementação de equipas técnicas para fortalecer a conformidade com os padrões de serviço. Ao reduzir a dependência de subsídios e promover o uso responsável da água, estas reformas reforçarão a capacidade institucional da BTL e posicionarão a água e o saneamento como uma pedra angular da saúde pública, resiliência e desenvolvimento nacional inclusivo.

Prioridades em matéria de eletricidade

2.61. No ano financeiro de 2026, o governo destina US$ 138,5 milhões a programas do setor elétrico. Isso inclui US$ 123,5 milhões para o Ministério de Obras Públicas, US$ 123,4 milhões para a EDTL, E.P. para garantir o fornecimento de eletricidade em todo o país, US$ 7,6 milhões do Fundo de Infraestrutura e US$ 7,4 milhões para o fundo especial RAEOA para cobrir a eletricidade em Oe-Cusse. A alocação reflete uma mudança estratégica dos gastos pesados com subsídios para o investimento na modernização da rede, energia renovável e reforma financeira.

2.62. As prioridades do programa em 2026 enfatizarão a melhoria da distribuição e a expansão da capacidade renovável. O Fundo de Infraestrutura inclui a reabilitação de redes de distribuição (US$1 milhão), a construção de novos escritórios EDTL em Lautém e outros municípios, e a implantação de sistemas avançados de controle e automação, como o Centro de Controle de Distribuição (CCD, US$1 milhão) e o Sistema de Informação de Gerenciamento de Distribuição (SIGD). Grandes obras farão avançar a linha subterrânea de Kuluhun-Becora em Díli, novas subestações em Aileu, e interligações como Comoro-Camea para reforçar a fiabilidade da rede. A expansão das linhas de média e baixa tensão ampliarão o acesso aos sucos rurais. Os projetos renováveis incluem a usina solar de 72 MW em Laleia, uma instalação híbrida de 1 a 2 MW em Ataúro e estudos de viabilidade para energia eólica em Bobonaro e Ossu. Ao mesmo tempo, o programa de eletrificação rural de Timor Naroman vai ligar mais 186 aldeias, complementando as 50 já em curso.

2.63. Numa perspetiva de futuro, as reformas centrar-se-ão na melhoria da sustentabilidade financeira e da eficiência operacional da EDTL. As principais ações incluem a ampliação da medição, a modernização dos sistemas de faturamento e cobrança, a introdução de impostos sobre aluguel de instalações e a aplicação de penalidades por falta de pagamento. Estas medidas reduzirão as perdas do sistema, garantirão receitas e reforçarão a governação do setor. Em conjunto, a agenda 2026 visa fornecer eletricidade fiável, acessível e sustentável, apoiando simultaneamente o bem-estar das famílias, a diversificação económica e a transição de Timor-Leste para um futuro energético resiliente às alterações climáticas.

Prioridades aeroportuárias

2.64. No ano financeiro de 2026, o Governo atribui US$ 46,3 milhões, incluindo a Transferência Pública para o Aeroporto e a Autoridade de Navegação para programas aeroportuários. Esta alocação inclui US$ 38,8 milhões do Fundo de Infraestrutura e US$ 5,7 milhões do Fundo Especial para o Desenvolvimento da RAEOA. Estes recursos destacam o papel estratégico dos aeroportos no reforço da conectividade nacional, no apoio ao comércio e ao turismo e na preparação de Timor-Leste para a adesão à ASEAN e para uma integração regional mais ampla.

2.65. A maior fatia financiará a reabilitação e ampliação do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato (AIPNL), principal porta de entrada internacional do país. As obras previstas incluem a ampliação da pista, a modernização dos terminais e a modernização dos sistemas de segurança da aviação para atender aos padrões internacionais. Recursos adicionais apoiarão a gestão, supervisão e compensação do projeto para as famílias afetadas pela

expansão. Para além de Díli, as dotações ao abrigo do fundo RAEOA financiarão a gestão e operação de aeronaves, enquanto uma subvenção para a Aero Dili assegurará a continuidade dos serviços aéreos domésticos, particularmente a rota Díli-Oe-Cusse. Coletivamente, essas iniciativas expandirão a capacidade de movimentação de passageiros, melhorarão a segurança da aviação e fornecerão serviços mais confiáveis em todo o país.

2.66. Olhando para o futuro, as reformas enfatizarão a modernização, a conformidade com a segurança e uma governança mais forte. O projeto de reabilitação do AIPNL foi concebido para alinhar Timor-Leste com as normas internacionais da aviação civil, reduzir as ineficiências operacionais e melhorar a qualidade do serviço. As parcerias com os parceiros de desenvolvimento reforçarão ainda mais a execução e a supervisão dos projetos. Ao modernizar as infraestruturas e reforçar os Tabelas institucionais, o Governo pretende reforçar a confiança dos investidores, melhorar a conectividade e posicionar o transporte aéreo como um motor fundamental da diversificação económica, da integração regional e do desenvolvimento nacional sustentável.

Prioridades em matéria de transportes

2.67. O Orçamento de 2026 atribui US$ 10,6 milhões a programas de transportes. Este montante é distribuído da seguinte forma: US$ 2,9 milhões para a segurança rodoviária sob a alçada do Ministério dos Transportes e Comunicações, US$ 4,5 milhões para a Autoridade Portuária de Timor-Leste, municípios e RAEOA, e US$ 2,8 milhões para o Fundo de Infraestruturas. Estes recursos refletem o compromisso do Governo em modernizar os sistemas de transporte, melhorar a mobilidade e garantir o acesso inclusivo em áreas urbanas e rurais, ao mesmo tempo que fortalece as ligações marítimas com úú e Oe-Ccusse.

2.68. As prioridades do programa em 2026 se concentrarão na manutenção dos serviços marítimos e na melhoria da mobilidade urbana. Os recursos irão manter a *Nakroma de Berlim* e o *Ramelau de Berlim* para garantir viagens regulares para Ataúro e Oe-Cusse, enquanto os investimentos nos transportes públicos apoiarão a construção de instalações, a reabilitação do edifício de licenciamento Akanuno e a instalação de novos sinais de trânsito em Díli. Outras obras incluem faróis em Ataúro, Maubara e Com (Lautém), melhorando a segurança marítima.

2.69. Olhando para o futuro, as reformas enfatizarão a sustentabilidade, a segurança e a inclusão. O Programa de Reforma da Mobilidade Urbana introduzirá formação estruturada de motoristas, modernizará o agendamento de serviços e fortalecerá o cumprimento das normas de segurança rodoviária. Estes esforços visam reduzir o congestionamento, melhorar a fiabilidade e tornar os transportes mais acessíveis para as mulheres, os jovens e os agregados familiares de baixos rendimentos. Ao integrar os investimentos terrestres e marítimos nas reformas políticas, o Governo procura expandir o acesso ao emprego e aos serviços, reforçar a coesão territorial e fazer avançar os objetivos nacionais em matéria de produtividade, coesão social e desenvolvimento resiliente às alterações climáticas

Prioridades em matéria de Telecomunicações, Correios, Meteorologia e Geofísica

2.70. No ano financeiro de 2026, o Governo irá alocar US$ 17,2 milhões para programas de telecomunicações, correios, meteorologia e geofísica. Esta alocação abrange o Ministério dos Transportes e Comunicações, a Autoridade Nacional de Comunicações, a TIC Timor, E.P., e o Fundo de Infraestruturas. Estes investimentos sublinham o compromisso do Governo em expandir a conectividade digital, salvaguardar os sistemas de comunicações, fortalecer os serviços postais e modernizar a monitorização meteorológica e geofísica como fatores críticos de competitividade, resiliência e desenvolvimento inclusivo.

2.71. Uma prioridade central para 2026 é a operacionalização da Infraestrutura Digital Nacional, integrando cabos submarinos, fibra terrestre e acesso digital universal. Aproximadamente US$ 6,3 milhões são alocados para prioridades de TIC, dos quais US$ 5,7 milhões financiarão projetos de conectividade, incluindo os Projetos Nacionais de Conectividade VII–IX (US$ 4,7 milhões), pagamentos de backbone de fibra ótica, supervisão de cabos submarinos e taxas de gestão de longo prazo para o Projeto de Fibra Ótica Submarina. Alocações adicionais suportam centros de dados e sistemas de identidade digital, atualizações de segurança cibernética, como antivírus e autenticação multifator para 500 sistemas governamentais, e estudos de viabilidade para novos links de micro-ondas e infraestrutura de TIC. A MTC também dobrará a capacidade de banda larga para 2 Gbps e buscará a certificação ISO 27001, enquanto o Data Center será fortalecido com novas licenças de hardware, software e firewall. Os programas complementares manterão os serviços postais, garantirão uma cobertura móvel acessível através da Autoridade Nacional de Comunicações e expandirão os sistemas de monitorização meteorológica e climatológica.

2.72. Olhando para o futuro, as reformas enfatizarão a sustentabilidade, a inclusão e a segurança. A Iniciativa de Acesso Digital Universal estenderá a internet de alta velocidade a comunidades remotas por meio de um modelo híbrido de fibra e satélite, permitindo que escolas, centros de saúde e postos administrativos tenham acesso a serviços públicos digitais e de e-learning, e-health. As medidas políticas reforçarão a governação das TIC, alinharão a regulamentação com as normas internacionais e reforçarão a capacidade institucional para combater as ameaças à cibersegurança. Ao modernizar os sistemas digitais, postais e meteorológicos, o Governo pretende reduzir os custos da Internet, expandir o acesso equitativo aos serviços e posicionar as infraestruturas de telecomunicações como base para a diversificação económica, inclusão social e resiliência climática, em consonância com o Plano Estratégico de Desenvolvimento (2011-2030) e o Programa do IX Governo Constitucional

Prioridades na área do Ambiente e Prioridades Climáticas

2.73. No ano financeiro de 2026, o Governo destina US$ 2,5 milhões a programas ambientais e climáticos. A dotação assinala uma maior ênfase na resiliência climática, na conservação da biodiversidade e na economia azul como motor essencial do crescimento sustentável e do desenvolvimento inclusivo.

2.74. No centro dessa agenda está o Programa de Proteção e Conservação Ambiental, que recebe a dotação total de US$ 1,6 milhão. As iniciativas prioritárias incluirão a capitalização do Fundo Verde do Clima, a emissão de licenças ambientais, a expansão da campanha nacional *"Hau Nia Tasi, Hau Nia Timor"* e o reforço dos dados ambientais e dos sistemas de monitorização. Os esforços também promoverão Tara Bandu como um mecanismo de base comunitária para a proteção da biodiversidade, operarão o centro de tratamento de óleo residual para reduzir a poluição e prepararão o estudo e o projeto detalhado de engenharia (PDE) para o novo Centro de Conservação de Espécies de Flora e Fauna em Hera-Dili.

2.75. Olhando para o futuro, as reformas enfatizarão uma regulamentação ambiental mais forte, uma melhor coordenação entre as agências governamentais e um alinhamento mais estreito com compromissos internacionais como o Acordo de Paris e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A integração da sustentabilidade ambiental e das prioridades da economia azul no planeamento nacional irá salvaguardar os recursos naturais, reforçar a resiliência aos riscos climáticos e criar novas oportunidades para as comunidades e a economia.

Prioridades na área de Desenvolvimento Rural e Habitação Comunitária

2.76. No ano financeiro de 2026, o Governo destina US$ 24,1 milhões ao desenvolvimento rural e à habitação comunitária. Esta dotação abrange o Ministério do Desenvolvimento Rural e da Habitação Comunitária, a RAEOA, a Apropriação Geral do Estado, o MOP, o ADN, o SEFOPE SECOOP e o Fundo de Infraestruturas, sublinhando o compromisso do Governo em reduzir as disparidades rural-urbanas, melhorar o acesso a habitação digna e promover o desenvolvimento territorial inclusivo.

2.77. No centro dessa agenda estão o Programa de Revitalização Comunitária (US$ 7,6 milhões) e o Programa de Habitação Comunitária Digna (US$ 3,2 milhões). As principais ações incluem a construção e reabilitação de infraestruturas rurais, a criação de condições para iniciativas do setor produtivo (US$ 4,9 milhões) e a promoção de formação profissional para capacitar grupos comunitários e empresas familiares (US$ 1,8 milhão). Um adicional de US$ 1 milhão é reservado para garantir um modelo de construção de moradias integrado e consistente em todo o território. Juntos, esses programas beneficiarão diretamente as famílias vulneráveis e fortalecerão a resiliência da comunidade.

2.78. Olhando para o futuro, as reformas enfatizarão a sustentabilidade, a responsabilidade e uma maior apropriação da comunidade. Os recém-aprovados Decretos-Lei de Revitalização Comunitária e Habitação, juntamente com novas orientações de subsídios, proporcionam um Tabela legal e institucional mais robusto. As prioridades incluirão acelerar a conclusão dos trabalhos em curso, melhorar a monitorização e a avaliação e promover um maior envolvimento da comunidade. Ao mesmo tempo, o Governo promoverá um ambiente propício ao investimento rural, garantindo que as comunidades rurais se tornem contribuintes mais resilientes, produtivos e inclusivos para o desenvolvimento nacional.

Prioridades da agricultura

2.79. No ano financeiro de 2026, o Governo destina US$ 43,4 milhões ao setor agrícola. Essa dotação abrange o Ministério da Agricultura, Florestas e Pescas (US$ 22,2 milhões), programas municipais, o Fundo Especial de Desenvolvimento da RAEOA, o Instituto de Pesquisa, Desenvolvimento e Treinamento em Bambu e o Fundo de Infraestrutura (US$ 13,2 milhões). O orçamento destaca o papel central da agricultura como motor da segurança alimentar, do emprego rural e do crescimento económico inclusivo.

2.80. No centro dessa agenda está o programa de Agricultura, Horticultura, Café, Culturas Industriais e Anuais, que receberá US$ 29,7 milhões. Um dos principais focos é o Programa Nacional de Reabilitação da Irrigação (US$ 15,7 milhões), visando áreas de produção de arroz e milho de alto potencial. As dotações adicionais incluem US$ 4,5 milhões para produção e produtividade de produtos agrícolas e hortícolas, abrangendo revitalização de zonas agroecológicas, uso de máquinas e estudos de viabilidade para novos esquemas de irrigação (US$ 1,3 milhão). O programa de Pecuária, Medicina Veterinária e Tecnologia receberá US$ 1,9 milhão, apoiando o tratamento animal, fortalecendo o Matadouro Nacional de Tibar e monitorando os mercados de gado. Pesca, aquicultura e gestão de recursos aquáticos beneficiarão de US$ 1,5 milhão para expandir incubatórios, desenvolver infraestrutura de aquicultura e modernizar a pesca artesanal. O manejo florestal sustentável receberá US$ 1,4 milhão para operar viveiros em Maubara e outras comunidades, expandir o plantio de manguezais e fortalecer o manejo de incêndios florestais. Os agricultores também ganharão com o acesso ampliado a sementes de qualidade, fertilizantes e mecanização, apoiados por financiamento misto e parcerias do setor privado. As iniciativas de base comunitária promoverão a formação de cooperativas, a formação de jovens e o desenvolvimento da cadeia de valor para cereais, produtos hortícolas, pesca e gado.

2.81. Numa perspetiva de futuro, as reformas terão por objetivo modernizar a governação agrícola e promover um ambiente propício ao investimento mais forte. O Ministério da Agricultura passará da prestação direta de serviços para a atuação como facilitador da produtividade do agricultor e do crescimento do agronegócio. As principais medidas incluirão a simplificação do licenciamento para agroindústrias, o avanço do registo de terras para garantir a posse da comunidade e o fortalecimento da pesquisa, dos serviços de extensão e do envolvimento dos jovens. Em conjunto, estas reformas apoiarão a criação de um sistema agroalimentar mais produtivo, resiliente às alterações climáticas e inclusivo, alinhado com o Programa do IX Governo Constitucional e o Plano Estratégico de Desenvolvimento (2011-2030).

Prioridades de Petróleo e Minerais

2.82. No ano financeiro de 2026, o governo destina US$ 194,1 milhões para programas do setor petrolífero e mineral. Isso abrange o Ministério do Petróleo e Recursos Minerais, a Autoridade Nacional do Petróleo, o Instituto de Geociências e o Fundo de Infraestrutura. Neste total, US$ 128,5 milhões são direcionados para o Ministério do Petróleo e Recursos Minerais, incluindo US$ 41 milhões para o plano de negócios e atividades da TIMOR GAP, US$ 4,9 milhões para a Autoridade Nacional de Minerais e US$ 4,9 milhões para Murak Rai Timor. Estas dotações sublinham a priorização dada pelo Governo às negociações do Greater Sunrise, à transição de Bayu-Undan e ao desenvolvimento mais amplo do petróleo e dos minerais como motores centrais da receita a longo prazo e da segurança energética.

2.83. No centro desta agenda está o Projeto Tasi Mane, que receberá US$ 66,5 milhões para financiar a Base de Abastecimento de Suai (US$ 20 milhões), a rodovia Zumalai-Betano-Dotic-Natarbora (US$ 30 milhões) e o acompanhamento da implementação do projeto. Outros US$ 52,2 milhões apoiarão a implementação de planos de negócios e atividades pela TIMOR GAP, ANM e Murak Rai Timor. Entretanto, são atribuídos 51,9 milhões de dólares ao desenvolvimento do Greater Sunrise, dos quais 45,6 milhões de dólares são para estudos técnicos, comerciais, jurídicos e financeiros para fazer avançar o projeto e o gasoduto para Timor-Leste. Fundos adicionais apoiarão estudos geológicos, exploração e mapeamento de recursos, incluindo hidrogeologia, potencial geotérmico e avaliações de risco, para garantir que o setor continue atrativo para o investimento e a inovação.

2.84. Numa perspetiva de futuro, 2026 será marcado pela intensificação das negociações com os parceiros a montante ao abrigo do Regime Especial do Greater Sunrise, com o desenvolvimento no terreno previsto para 2027/2028 e o primeiro gás até 2032. O trabalho paralelo no âmbito da estratégia de transição de Bayu-Undan irá reorientar as instalações existentes para um centro de processamento para campos de gás próximos, como Chuditch e Kelp Deep, enquanto extrai os hidrocarbonetos restantes. Novas rondas de exploração offshore e onshore também avançarão para reforçar a sustentabilidade dos recursos e atrair a participação do setor privado.

2.85. As reformas políticas colocarão uma forte ênfase na resiliência e na sustentabilidade. Uma iniciativa emblemática é a proposta de conversão do esgotado reservatório de Bayu-Undan numa instalação regional de captura e armazenamento de carbono (CAC) com uma capacidade de 10 milhões de toneladas por ano. Tal alargaria a utilização das infraestruturas, atrairia parcerias internacionais e criaria novos fluxos de receitas. Reformas complementares, Tabelas regulamentares reforçados, salvaguardas ambientais melhoradas e um envolvimento mais profundo das partes interessadas garantirão que o desenvolvimento petrolífero e mineral

apoie a estabilidade fiscal, a diversificação económica e a transição energética mais ampla de Timor-Leste.

Prioridades na Formação Profissional e Prioridades de Emprego

2.86. No ano financeiro de 2026, o Governo atribui US$ 12,8 milhões a programas de formação profissional e emprego. Este montante abrange a Secretaria de Estado da Formação Profissional e do Emprego (SEFOPE, 9,5 milhões de dólares), o Instituto Nacional de Desenvolvimento de Mão- de-Obra, o Centro Nacional de Formação Profissional - Becora (1,1 milhões de dólares) e o Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional - Tibar (1,5 milhões de dólares). Estas dotações refletem o compromisso contínuo do Governo em expandir o desenvolvimento de competências, melhorar a empregabilidade e criar vias para o emprego nacional e estrangeiro, em consonância com a Estratégia Nacional de Emprego 2017-2030.

2.87. No centro desta agenda está o programa de Investimento e Diversificação Económica, que receberá US$ 7,2 milhões para financiar a colocação e proteção de trabalhadores, formação profissional, incentivos ao empreendedorismo e aconselhamento de carreira. Os recursos também financiarão um programa nacional de estágios e atividades regulares de formação através dos centros municipais da SEFOPE e dos Institutos Becora e Tibar. Os programas prioritários incidirão em setores-chave de crescimento, como a agricultura, a construção, a hotelaria, as TIC e as pescas, ao mesmo tempo que expandirão as iniciativas de empreendedorismo e incubação de empresas para os jovens. Será dada especial ênfase às mulheres e aos jovens rurais, a fim de garantir uma maior inclusão entre homens e mulheres. Paralelamente, os programas de mobilidade laboral serão intensificados ao abrigo de acordos bilaterais, abrindo oportunidades no estrangeiro para os trabalhadores timorenses e aumentando os fluxos de remessas que apoiam as famílias e a economia em geral.

2.88. Numa perspetiva de futuro, as reformas concentrar-se-ão no alinhamento da formação com a procura do mercado de trabalho. A modernização curricular, sistemas de certificação mais fortes e uma coordenação mais estreita com os empregadores garantirão que as competências sejam relevantes e reconhecidas a nível nacional e internacional. Os programas "Train-the-trainer" continuarão a aumentar a qualidade do ensino, enquanto os investimentos em instalações e equipamentos modernos melhorarão os resultados da aprendizagem. Coletivamente, estas reformas visam criar uma força de trabalho competitiva e inclusiva, posicionando a formação profissional e os serviços de emprego como os principais motores da diversificação económica, da produtividade e da redução da pobreza.

Prioridades do Turismo

2.89. No ano financeiro de 2026, o Governo destina 6,8 milhões de dólares ao setor do turismo. Esta dotação abrange o Ministério do Turismo e do Ambiente, os municípios, o fundo RAEOA e o Fundo de Infraestruturas. Os recursos refletem a aposta estratégica do Governo no turismo como motor de diversificação económica, criação de emprego e desenvolvimento de pequenas empresas, alinhado com o Programa do IX Governo Constitucional e o Plano Estratégico de Desenvolvimento (2011-2030).

2.90. As prioridades do programa para 2026 combinarão o marketing do destino com o investimento em atrações culturais e naturais. O Programa Nacional de Marketing de Destino terá como alvo mercados de alto potencial, como Austrália, Indonésia e Singapura, por meio de campanhas digitais, eventos comerciais e fortalecimento da marca. Ao mesmo tempo, os

investimentos apoiarão a reabilitação de instalações turísticas e locais de património cultural, incluindo o Centro de Informação Turística em Baucau, a Praça da Marina em Díli, a Água Quente de Uiacana em Venilale, e o Castelo de Totogua Laga. O turismo de base comunitária será expandido através de festivais culturais, da criação de espaços públicos de turismo em Seloi Kraik e da manutenção das instalações do Jardim Lifau e da ANLA. Serão realizados estudos preparatórios e avaliações de parcerias público-privadas (PPP) para Lagoa Seloi, Praia Walusere/Jaco e Água Quente de Marobo para desbloquear novas oportunidades de investimento. Em conjunto, estas iniciativas irão melhorar as experiências dos visitantes, preservar a identidade cultural e alargar os benefícios às comunidades rurais e costeiras.

2.91. Numa análise prospetiva, as reformas reforçarão a governação setorial e a capacidade institucional. O Pacote de Reforma da Governação do Turismo clarificará os mandatos entre o Ministério do Turismo e a AATL, simplificará a legislação e reativará os mecanismos de coordenação nos transportes, infraestruturas e imigração. As medidas complementares incluirão o reforço das capacidades de gestão, o desenvolvimento de normas nacionais de serviço e a modernização dos sistemas de licenciamento das empresas. Ao combinar marketing, investimento em infraestruturas e reforma da governação, o Governo procura elevar o perfil internacional de Timor-Leste, atrair investimento privado e construir um setor de turismo sustentável e inclusivo que contribua para o crescimento económico e o desenvolvimento comunitário.

Prioridades de investimento do setor privado

2.92. Para o ano financeiro de 2026, o governo alocou US$ 32,1 milhões para investimentos do setor privado e programas de desenvolvimento de negócios. Esta dotação abrange o Ministério da Coordenação dos Assuntos Económicos, o Ministério do Comércio e Indústria (US$ 8,4 milhões), a Agência para a Promoção do Investimento e da Exportação (US$ 1,4 milhões), a Autoridade de Inspeção da Atividade Alimentar e Económica (2 milhões de dólares), o Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial, a Secretaria de Estado das Cooperativas (US$ 3,6 milhões), o Centro Nacional de Logística (US$ 4,3 milhões), o Serviço de Registo e Verificação de Empresas (US$ 1,6 milhões), o Instituto para a Qualidade de Timor-Leste (US$ 1 milhão) e o fundo de infraestruturas (US$ 3,8 milhões). Juntas, essas instituições formam a espinha dorsal dos esforços do governo para diversificar a economia, expandir o comércio e fortalecer a capacidade empresarial.

2.93. As prioridades do programa para 2026 fortalecerão a capacidade produtiva, expandirão as parcerias comerciais e apoiarão as empresas comunitárias. O Ministério do Comércio e Indústria promoverá o desenvolvimento industrial através de estudos de viabilidade, novas instalações de produção e participação em exposições comerciais, ao mesmo tempo que aprofundará o envolvimento internacional através de adidos e fóruns comerciais como a ASEAN, a OMC e a CPLP. A Agência de Promoção do Investimento e das Exportações atrairá investimento em setores estratégicos, enquanto o Centro Nacional de Logística comprará produtos locais, estabilizará os preços e apoiará os rendimentos dos agricultores. A Secretaria de Estado das Cooperativas ampliará os centros cooperativos e o desenvolvimento de produtos, e o Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial treinará e aconselhará MPMEs. As medidas complementares incluem inspeções de segurança alimentar, registo e licenciamento de empresas simplificados e novos laboratórios de alimentos e bebidas para garantir padrões de qualidade.

2.94. Numa análise prospetiva, as reformas darão ênfase à competitividade, à sustentabilidade e a uma maior participação do setor privado. As medidas políticas simplificarão o licenciamento das empresas, modernizarão os Tabelas regulamentares e reforçarão as

normas de qualidade e segurança, a fim de reforçar a confiança dos consumidores e dos investidores. Ao mesmo tempo, uma integração mais estreita das cooperativas, PME e grupos de agricultores nas cadeias de valor nacionais promoverá o crescimento inclusivo, enquanto a promoção internacional reforçará a presença de Timor-Leste nos mercados regionais. Ao posicionar o desenvolvimento do setor privado como um motor de diversificação, emprego e resiliência, a dotação de 2026 avança com a visão do IX Governo Constitucional de uma economia mais dinâmica, competitiva e sustentável.

Prioridades de segurança

2.95. No ano financeiro de 2026, o Governo destina US$ 69,8 milhões a programas de segurança. Esta dotação abrange o Ministério do Interior (US$ 11,1 milhões), a Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL, US$ 46,2 milhões), a Autoridade de Proteção Civil (US$ 6,4 milhões), o Serviço Nacional de Informações, municípios, RAEOA e o Fundo de Infraestruturas (US$ 3,1 milhões). Esses recursos ressaltam o compromisso do governo em salvaguardar a segurança nacional, fortalecer a aplicação da lei e aumentar a resiliência da comunidade contra o crime, a violência e os desastres naturais.

2.96. No centro do programa de 2026 estão medidas para melhorar a gestão das fronteiras, reforçar a segurança da comunidade e construir capacidade institucional. O Ministério do Interior reforçará a supervisão dos movimentos estrangeiros e promoverá a cidadania participativa através do diálogo comunitário, da resolução pacífica de conflitos e de campanhas de sensibilização sobre os direitos e deveres civis. A PNTL ampliará a capacidade operacional de resposta à violência complexa e ao crime organizado, apoiada por investimentos em equipamentos modernos para a Unidade Especial de Polícia. A Autoridade de Proteção Civil destinará US$ 1,9 milhão para resposta de emergência e recuperação pós-desastre, prestando assistência direta às vítimas de acidentes graves e desastres naturais. Os recursos do Fundo de Infraestrutura incluem US$ 1,5 milhão para a construção da nova sede da PNTL em Caicoli, cobrindo obras críticas, como muros perimetrais, paisagismo e sistemas de serviços públicos.

2.97. Olhando para o futuro, as reformas concentrar-se-ão na modernização, resiliência e prestação de contas. Entre as principais medidas contam-se o avanço da proteção da cibersegurança, o reforço da coordenação interagências e o reforço dos sistemas de preparação para catástrofes, a fim de melhorar a atenuação dos riscos e os tempos de resposta. Ao combinar uma aplicação mais forte da lei, um envolvimento mais profundo da comunidade e investimento em infraestruturas modernas, o Governo pretende construir uma sociedade mais segura, resiliente e inclusiva. Estas medidas assegurarão que as instituições de segurança não só salvaguardem a ordem pública, mas também contribuam para a estabilidade, a unidade nacional e o desenvolvimento sustentável, em consonância com o Programa do IX Governo Constitucional.

Prioridades em matéria de defesa

2.98. No ano financeiro de 2026, o Governo atribui US$ 54,1 milhões a programas de defesa. Esta dotação abrange o Ministério da Defesa (US$ 13,2 milhões), as FALINTIL-Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL) (US$ 14,1 milhões), o Instituto da Defesa Nacional e o Fundo de Infraestruturas (US$ 1,6 milhões). Os recursos refletem o compromisso do Governo em salvaguardar a soberania nacional, modernizar as infraestruturas de defesa e reforçar a prontidão operacional das forças armadas.

2.99. No centro do programa de 2026 estão os investimentos na manutenção e modernização dos ativos de defesa. O Ministério da Defesa destinará US$ 5,7 milhões para a reparação e manutenção de infraestruturas, equipamentos e armamentos militares, incluindo embarcações navais. Outros US$ 3 milhões são dedicados à aquisição de novos equipamentos e materiais para as forças armadas. Os recursos do Fundo de Infraestruturas apoiarão a construção do Porto Naval em Hera e novas instalações em Lahane, incluindo quartéis e edifícios de escritórios para unidades das F-FDTL. Estas iniciativas assegurarão que as Forças Armadas se mantenham equipadas e capazes de cumprir a sua missão de defender a soberania nacional e contribuir para a estabilidade interna.

2.100. Olhando para o futuro, as reformas concentrar-se-ão no fortalecimento da capacidade institucional, na profissionalização das Forças Armadas e na garantia da sustentabilidade dos investimentos em defesa. As prioridades incluem formação moderna para o pessoal das F-FDTL, melhores sistemas de logística e manutenção e uma coordenação mais forte com parceiros regionais e internacionais. Ao investir em infraestruturas e capital humano, o Governo pretende construir uma força de defesa mais moderna, disciplinada e resiliente, que apoie a paz, a estabilidade e o desenvolvimento nacional, em linha com o Programa do IX Governo Constitucional.

Prioridades dos Negócios Estrangeiros

2.101. No ano financeiro de 2026, o Governo atribui US$ 61,6 milhões a programas de negócios estrangeiros. Esta dotação abrange o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (US$ 36,3 milhões) e a dotação geral do Estado (US$ 25,3 milhões), apoiando representações bilaterais e multilaterais, contribuições para instituições internacionais e atividades de adesão à ASEAN. Estes recursos sublinham o compromisso de Timor-Leste em fortalecer a sua presença diplomática, fazer avançar a adesão à ASEAN e aprofundar as parcerias internacionais como facilitadores do desenvolvimento nacional e da integração global.

2.102. No centro da agenda de 2026 está o Programa de Adesão e Integração da ASEAN (US$ 3,1 milhões), que financiará a harmonização jurídica, o alinhamento de políticas, a preparação institucional e a participação nos mecanismos da ASEAN. Um envolvimento diplomático mais amplo será apoiado por meio de US$ 8 milhões para representação bilateral, regional e multilateral, enquanto US$ 18,1 milhões são dedicados ao fortalecimento do sistema de carreira diplomática, incluindo subsídios, mobilidade e seguro de saúde para diplomatas e suas famílias. Além disso, Timor-Leste contribuirá com 10 milhões de dólares em quotas de membros para instituições internacionais e fornecerá 10 milhões de dólares em apoio solidário, garantindo a participação ativa em iniciativas globais e regionais. Coletivamente, estas medidas reforçarão a capacidade diplomática de Timor-Leste, aumentarão o seu perfil internacional e prepararão os cidadãos e as empresas para beneficiarem da integração na ASEAN.

2.103. Olhando para o futuro, as reformas enfatizarão o fortalecimento institucional, o alinhamento político e a consciencialização do público. As principais medidas incluem o reforço da capacidade dos funcionários públicos e diplomatas para gerir a ASEAN e as obrigações internacionais, o lançamento de campanhas nacionais para informar os cidadãos sobre a adesão à ASEAN e o reforço da coordenação com os parceiros internacionais para mobilizar apoio técnico e financeiro. Ao incorporar as prioridades da ASEAN no Tabela mais amplo da política externa e ao assegurar uma representação eficaz no estrangeiro, Timor-Leste procura assegurar o seu lugar como 11.º Estado-Membro da ASEAN e contribuir significativamente para a paz, prosperidade e desenvolvimento sustentável regionais, em linha

com o Plano de Desenvolvimento Estratégico (2011-2030) e o Programa do IX Governo Constitucional.

Prioridades da Justiça

2.104. No ano financeiro de 2026, o Governo destina US$ 38,8 milhões a programas de justiça. Essa dotação inclui o Ministério da Justiça (US$ 14,1 milhões), a Justiça (US$ 8,1 milhões), a Procuradoria-Geral da República (US$ 7 milhões), a Defensoria Pública (US$ 2 milhões) e a Polícia Científica de Investigação Criminal (US$ 2,2 milhões). Os recursos adicionais são fornecidos através dos municípios, do Fundo de Infraestrutura, da RAEOA (US$ 1,4 milhão) e da Apropriação Geral do Estado (US$ 1,4 milhão). Estas dotações sublinham o empenho do Governo no reforço do Estado de direito, na promoção da igualdade de acesso à justiça e na modernização das instituições judiciais.

2.105. As prioridades do programa para 2026 incluem a formação profissional dos agentes da justiça (US$ 1,3 milhão) e o desenvolvimento dos serviços prisionais (US$ 2,8 milhões). Os recursos também apoiarão os serviços de registo civil e criminal, a melhoria da emissão de passaportes e a implantação a nível nacional de cartões de identificação única (BI) para alargar a cobertura da identidade legal, particularmente para as populações rurais e vulneráveis. Os investimentos em infraestrutura se concentrarão na construção da Prisão Weberek e do Centro de Reabilitação de Jovens em Tibar, incluindo limpeza do local, projeto, redesenho e supervisão para garantir instalações modernas e de alta qualidade. As principais instituições de justiça, os Tribunais, a Procuradoria-Geral da República, a Defensoria Pública e a Polícia Científica continuarão a cumprir seus mandatos, salvaguardando a ordem pública e garantindo o acesso justo à justiça.

2.106. Olhando para o futuro, as reformas darão prioridade à descentralização dos serviços judiciais, à expansão do mapa judicial e à simplificação dos procedimentos legais para reduzir os estrangulamentos e melhorar o acesso. Uma estratégia global de luta contra a corrupção reforçará a independência e a responsabilização do poder judicial, ao passo que reformas sensíveis às questões de género reforçarão as respostas à violência baseada no género e integrarão a igualdade em todo o setor da justiça. Ao incorporar a modernização, a inclusão e a integridade no centro da reforma da justiça, o Governo procura fortalecer as instituições democráticas e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos os cidadãos, em linha com o Plano Estratégico de Desenvolvimento (2011-2030) e o Programa do IX Governo Constitucional.

Prioridades da reforma da administração pública

2.107. No exercício de 2026, o Governo atribui US$ 6,2 milhões à Reforma da Gestão de Recursos Humanos na Administração Pública. Esta dotação abrange a Comissão da Função Pública (US$ 3,1 milhões), o Instituto Nacional de Administração Pública (US$ 1,8 milhões) e o Fundo de Infraestruturas (US$ 1,3 milhões), apoiando a implementação do Plano de Reforma da Administração Pública 2023-2028. Estes recursos refletem o compromisso do Governo com a construção de uma função pública moderna, profissional e responsável como pedra angular do desempenho institucional e da prestação de serviços.

2.108. As prioridades do programa para 2026 incluem a ampliação de práticas de RH padronizadas e baseadas no mérito em pelo menos 60% das instituições, apoiadas por diagnósticos setoriais da força de trabalho e exercícios de planeamento da força de trabalho. Os investimentos ampliarão a implantação do SIGAP-FOUN, incluindo a integração do módulo

de gestão previdenciária com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e articulação funcional com o Sistema de Informações de Gestão Financeira (GRP-FMIS). A Comissão da Função Pública supervisionará a formação profissional, incluindo a preparação para a pré-reforma, enquanto os testes eletrónicos e em linha serão implementados em todo o país a nível nacional, regional e municipal. Os investimentos em infraestruturas incluirão a construção de um novo Edifício de E-Recrutamento para a Comissão da Função Pública e um moderno Centro de Formação para o Instituto Nacional de Administração Pública (INAP), juntamente com a supervisão do projeto do Centro de Formação do INAP para garantir a qualidade e a conclusão atempada.

2.109. Olhando para o futuro, as reformas se concentrarão na transformação digital, na reforma da aposentadoria e na prestação de contas. As prioridades incluem a digitalização total dos registos de RH com 100% dos funcionários elegíveis integrados no SIGAP-FOUN, formação institucionalizada em pré-reforma e validação anual de dados para garantir transparência e eficiência. Os programas de compliance e ética serão reforçados, com uma meta de 60% das instituições operando sistemas funcionais de compliance até 2026. Ao incorporar a modernização, a responsabilização e a inclusão no centro da reforma, o Governo procura construir uma administração pública orientada para o desempenho que reforce a governação democrática e preste serviços de qualidade aos cidadãos, em linha com o Plano de Reforma da Administração Pública (2023-2028) e o Programa do IX Governo Constitucional**.**

Prioridades de descentralização

2.110. No ano financeiro de 2026, o Governo destina US$ 56,8 milhões a programas de descentralização e governação local. Esta dotação abrange o Ministério da Administração do Estado (US$ 22,3 milhões) e os municípios (US$ 34,6 milhões). Estes recursos sublinham o compromisso do Governo em expandir o acesso local aos serviços públicos, reforçar a governação municipal e fazer avançar a agenda nacional de descentralização.

2.111. As prioridades do programa para 2026 centrar-se-ão na reforma do governo local e na simplificação administrativa, incluindo a expansão dos balcões únicos (Balkaun Úniku) a todos os municípios, permitindo aos cidadãos aceder ao registo civil, à documentação de identidade, aos serviços notariais e às certificações jurídicas através de um único ponto de atendimento. Outras prioridades incluem toponímia e organização urbana, bem como investimentos no estabelecimento, reabilitação e prontidão operacional de instalações, abrangendo equipamentos, sistemas de TI e serviços públicos. Paralelamente, os recursos apoiarão o Programa Nacional de Desenvolvimento de Sucos (PNDS), financiando projetos de infraestrutura de nível suco, inclusive na RAEOA, e garantindo gestão, monitoramento e avaliação eficazes. Iniciativas complementares abordarão a demarcação de fronteiras, a supervisão administrativa de postos e uma maior simplificação dos processos do governo local, todas com o objetivo de melhorar a eficiência do serviço, a transparência e a capacidade de resposta às necessidades dos cidadãos.

2.112. Numa perspetiva de futuro, as reformas darão ênfase ao reforço das capacidades e à reforma da administração local. As medidas prioritárias incluem um planeamento estruturado dos recursos humanos, formação específica para o pessoal municipal e a nível suco, e tutoria contínua para assegurar a prestação de serviços profissionais e orientados para o cidadão. A coordenação técnica entre o Ministério da Administração Estatal e os ministérios competentes será reforçada para melhorar a interoperabilidade dos sistemas digitais e permitir uma prestação de serviços mais integrada. Ao incorporar a descentralização e as reformas da governação local na agenda mais ampla de modernização do setor público, o Governo procura

construir instituições locais acessíveis, eficientes e de confiança, reforçando a governação inclusiva e a participação ativa dos cidadãos no desenvolvimento nacional.

Prioridades da Gestão das Finanças Públicas

2.113. No exercício de 2026, as reformas da Gestão das Finanças Públicas (GFP) serão lideradas pelo Ministério das Finanças, incluindo através da Dotação Geral do Estado, com o apoio do Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico, da Comissão Nacional de Aquisições e do Fundo de Infraestruturas. Esses esforços concentram-se no fortalecimento da mobilização de receitas, orçamento baseado em programas, modernização do tesouro e contabilidade, gestão de fundos petrolíferos, administração de ativos estatais, compras e estatísticas oficiais.

2.114. As prioridades incluem a modernização dos sistemas aduaneiros e fiscais para aumentar as receitas não petrolíferas, a expansão da contratação pública eletrónica para grandes contratos e a modernização das funções de tesouraria com gestão de caixa automatizada e integração da folha de pagamento. A gestão de ativos melhorará através da manutenção eficaz da frota de veículos do Governo e da modernização dos sistemas de diagnóstico. As provisões para pensões e o serviço da dívida serão geridos de forma responsável, enquanto a supervisão dos fundos petrolíferos salvaguardará os retornos e a sustentabilidade orçamental. Os trabalhos preparatórios promoverão também a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento e a modernização do sistema de Planeamento de Recursos do Governo (GRP).

2.115. Numa perspetiva de futuro, as reformas visarão o aumento das receitas internas, contratos públicos atempados e transparentes, a adoção de uma contabilidade de exercício e uma supervisão mais rigorosa da despesa pública. Ao reforçar a disciplina orçamental, a responsabilização e a eficiência, estas medidas modernizarão os principais sistemas de GFP e apoiarão a visão do IX Governo Constitucional de uma gestão sustentável e transparente das finanças públicas.

Medidas de política orçamental

2.116. Em 2026, o Governo continuará a implementar medidas orçamentais em linha com a sua visão de longo prazo delineada no Plano Estratégico de Desenvolvimento (PDS) 2011-2030 e cumprindo os compromissos políticos delineados no Programa do IX Governo Constitucional. Algumas das principais medidas visam objetivos políticos a médio e longo prazo, enquanto outras dizem respeito à obtenção de resultados pontuais e à obtenção de resultados. Estas medidas de política orçamental estão estruturadas em categorias permanentes e temporárias, a fim de estabelecer uma distinção entre compromissos a longo prazo e intervenções pontuais a curto prazo com implicações orçamentais.

a) Medidas permanentes de política orçamental

2.117. Trata-se de medidas que terão implicações orçamentais a médio e longo prazo e que visam cumprir os objetivos governamentais de crescimento económico sustentável e melhoria da prestação de serviços. As principais medidas permanentes e respetivas dotações incluem:

2.118. Medidas sanitárias:

- Alocando US$ 55,9 milhões para financiar um sistema abrangente de cuidados de saúde primários destinado a fortalecer os sistemas locais de saúde e expandir a prestação de serviços baseados na comunidade, investindo em reformas críticas do sistema de saúde para expandir o acesso equitativo a serviços de saúde de qualidade, particularmente em áreas rurais e carentes.

- US$ 13,8 milhões foram alocados para tratamento.

- US$ 2,8 milhões serão gastos no fornecimento de infraestrutura de saúde inclusiva para melhorar o acesso aos serviços de saúde, por meio da modernização das instalações de saúde para atender aos padrões de design universal.

- US$ 11,6 milhões para hospitalização e serviços médicos especializados, bem como financiamento da reabilitação e construção de hospitais e instalações de saúde, o que inclui US$ 4,53 milhões para o novo Edifício Pediátrico e ICCU do Hospital Nacional Guido Valadares (HNGV).

- US$ 0,085 milhões para gestão e modernização do sistema nacional de abastecimento médico e logística para garantir a disponibilidade contínua de medicamentos essenciais e suprimentos de diagnóstico. Será introduzido um rastreio de stocks em tempo real a nível municipal e das instalações, alinhado com a lista nacional de medicamentos essenciais. Serão feitos investimentos adicionais em armazenagem municipal e logística de entrega de última milha para reduzir a falta de estoque e fortalecer a confiabilidade da prestação de serviços.

2.119. Educação: Para melhorar o acesso e a qualidade da educação nos níveis pré-escolar e básico, o governo continuará a enfrentar os desafios estruturais na força de trabalho da educação. As principais medidas para enfrentar este desafio incluirão:

- Fornecer US$ 4,4 milhões para o desenvolvimento de capital para a educação básica para melhorar os ambientes de aprendizagem através de investimentos em infraestrutura, visando a construção e reabilitação de salas de aula, instalações de água e saneamento e espaços inclusivos, particularmente em áreas rurais e periurbanas. Serão construídas instalações sensíveis às questões de género para reduzir as taxas de abandono escolar entre as raparigas, enquanto as melhorias de acessibilidade permitirão uma maior participação das crianças com deficiência.

- US$ 1,7 milhão para o avanço da reforma curricular para maior relevância e inclusão, por meio da distribuição nacional de livros didáticos alinhados ao currículo, auxílios de aprendizagem e materiais de leitura nas séries iniciais, bem como mobiliário padronizado e melhor acesso à biblioteca.

- Destinação de US$ 0,6 milhão para a formação continuada de professores da educação básica sobre os conteúdos curriculares da educação básica.

- US$ 39 mil para ampliar a formação direcionada de professores em ciências, matemática, TI e educação inclusiva, garantindo o alinhamento com o currículo

nacional e fornecendo apoio de acompanhamento por meio de coaching e monitoramento escolar.

- Provisão de US$29,1 milhões para o fornecimento continuado de merenda escolar nos níveis pré-escolar e fundamental.

2.120. **Inclusão social:** O governo continuará intensificando as intervenções para melhorar a vida de grupos vulneráveis e marginalizados como forma de promover a inclusão social. As principais medidas em 2026 e a médio prazo incluirão:

- Dotação para a segurança social mantida em US$ 170 milhões.
- US$ 10,4 milhões são destinados à ampliação e melhoria da implementação do Programa Bolsa da Mãe.
- Serão destinados US$ 22,6 milhões para apoiar a Conferência Episcopal Católica (US$ 15 milhões), associações desportivas e outros grupos marginalizados e vulneráveis (US$ 6,6 milhões).

2.121. **Acesso à cultura, produção artística e participação dos jovens:** as principais medidas incluirão:

- São disponibilizados US$ 5,7 milhões para apoiar várias modalidades desportivas e a participação dos clubes em competições internacionais.
- Serão disponibilizados US$ 1,22 milhões para cobrir a expansão do acesso a espaços culturais, o apoio a artistas timorenses e o envolvimento de jovens em atividades artísticas.
- Foram alocados US$ 1,1 milhão para apoiar a documentação de sistemas de conhecimento histórico oral e tradicional, bens históricos, bem como investimentos em patrimônios históricos, museus e arquivos públicos.
- Foram alocados US$ 3,6 milhões para capacitação institucional para melhorar a governança e a coordenação na gestão do subsetor.
- Serão destinados US$ 2,8 milhões para a operação e manutenção do Arquivo e Museu da Resistência
- US$ 1,4 milhão para o Arquivo Nacional de Timor-Leste, o Chega! Centro Nacional I.P.

2.122. **Ambiente:** As principais medidas a implementar em 2026 e a médio prazo incluirão:

- Uma alocação de US$ 0,172 milhão é feita em 2026 para proteção e conservação ambiental.

2.123. **Agricultura:** As principais medidas a implementar a médio prazo para melhorar a produtividade agrícola e garantir a segurança alimentar incluirão:

- Alocação de US$ 15,7 milhões para a Transformação da Agricultura num Impulsionador de Produtividade através da Reabilitação e expansão de sistemas estratégicos de irrigação.

- Alocação adicional de US$ 4,5 milhões para melhorar a produção e a produtividade de produtos agrícolas e hortícolas, abrangendo a revitalização de zonas agroecológicas e a mecanização da produção.

2.124. **Energia:** As principais medidas orçamentais para melhorar a sustentabilidade e a acessibilidade energéticas incluirão:

- Fornecer uma transferência pública de US$ 123,4 milhões para a EDTL para subsidiar o fornecimento de eletricidade confiável, acessível e sustentável, apoiando o bem-estar das famílias e a diversificação económica.

- Alocação de US$ 50 milhões para a avaliação técnica e financeira dos projetos estratégicos de infraestrutura e desenvolvimento petrolífero a jusante em Natarbora.

- Outros US$ 50 milhões serão usados para financiar os estudos técnicos para o desenvolvimento da infraestrutura do Projeto Tasi Mane.

- Fornecimento de US$ 4,7 milhões para exploração offshore e onshore de blocos petrolíferos e minerais.

2.125. **Turismo:** Governo vai continuar com a estratégia para Impulsionar a Chegada de Visitantes Através do Marketing de Destinos Estratégicos: as principais medidas a este respeito incluirão:

- Provisão de US$5,2 milhões para a implementação de um Programa Nacional de Marketing de Destinos para aumentar significativamente as chegadas de visitantes internacionais e elevar o perfil do turismo global do país. Esta medida e programa incidirá em mercados de elevado potencial, como a Austrália, a Indonésia e Singapura, através de campanhas digitais direcionadas que destacam as ofertas de nicho de Timor-Leste em turismo marítimo e de mergulho, património cultural e viagens de eco aventura.

2.126. **Impulsionando o comércio, o crescimento industrial e a diversificação econômica:** Em 2026, uma provisão orçamentária d6e US$ 4,3 milhões foi feita para apoiar o desenvolvimento da infraestrutura logística, a digitalização dos processos industriais e a implementação de políticas que incentivem o investimento estrangeiro e a sustentabilidade industrial.

2.127. **Desenvolvimento de infraestruturas e investimentos plurianuais:** As principais medidas em 2026 incluirão:

- Provisão de US$ 436 milhões para Capital de Desenvolvimento, dos quais US$ 300 milhões são para o Fundo de Infraestrutura, US$ 107 para projetos em ministérios de linha e US$ 29 milhões cobrirão infraestrutura em Municípios.

- Um adicional de US$ 1,7 milhão foi alocado para a administração do fundo de infraestrutura (SGP operacional/SFI) para garantir o desenvolvimento eficiente do projeto e priorização

2.128. Negócios Estrangeiros –

- Dotação de US$ 12,5 milhões para apoio às missões timorenses no estrangeiro

2.129. Alocação de US$ 0,155 milhão para apoiar a conclusão dos requisitos processuais e institucionais descritos no Roteiro da ASEAN para a Adesão Plena

2.130. Justiça - Fortalecimento da identidade jurídica, dos direitos fundiários e do acesso à justiça para todos: em 2026, o governo priorizará o desenvolvimento de um sistema de justiça moderno, acessível e sensível ao gênero. As principais medidas orçamentais em 2026 e a médio prazo incluirão:

- Reserva de US$ 16,2 milhões para melhorar a administração da justiça para todos.

2.131. Descentralização – Em linha com a sua política de descentralização, o governo continuará a delegar funções do governo central aos municípios através de:

- Disponibilização de US$ 37,1 milhões para melhorar a descentralização por meio do desenvolvimento de infraestrutura local.

b) Medidas temporárias de política orçamental

2.132. Trata-se de medidas que terão implicações pontuais no orçamento e que visam resolver os objetivos governamentais de crescimento económico sustentável e melhoria da prestação de serviços. As principais medidas e respetivas dotações para 2026 incluem:

Medidas	Descrição	Valor (US$ milhões)
1	Capitalização do BNDTL	55
2	Capitalização do BNCTL	5
3	Levantamento geotécnico em Natarbora; Estudo pré-FEED para a fábrica de GNL em Natarbora; Estudo pré-FEED para refinaria e planta petroquímica em Natarbora; estudo para instalação marinha em Natarbora; levantamento e supervisão do gasoduto Greater Sunrise e Bayu-Undan; estudo de impacto ambiental da instalação de hidrocarbonetos em Natarbora; e estudos relacionados	60
4	Projeto e estudos para o Centro Internacional de Convenções de Díli	5
5	Colocação e recrutamento de candidatos a bolsas de estudo para professores	16

Medidas	Descrição	Valor (US$ milhões)
6	Aquisição de 21.180 conjuntos de cadeiras e mesas para Educação Infantil (EI), Educação Básica (EB), Ensino Médio Geral (EMG) e Ensino Médio Técnico-Profissional (EMTP)	2
7	Dívidas hospitalares no estrangeiro	6
8	Aquisição de equipamentos para o HNGV (Hospital Nacional Guido Valadares)	4
9	Aumento da transferência para Timor GAP para preparar plano de negócios	25
10	Aquisição de equipamento pesado para a IGEADI	5
11	Projetos e atividades em áreas urbanas ligadas à política de toponímia no Ministério das Obras Públicas (MOP) e Fundo de Infraestruturas (FI)	20
12	Estudo do potencial de petróleo e gás *onshore*, minerais metálicos e rochas *onshore*	1
13	Compra de peças sobresselentes para equipamento pesado	1,5
14	Criação de um gabinete de máquinas pesadas e formação mecânica	2
15	Construção de quartéis para a Brigada IGEADI em 4 municípios	1,2
16	Manutenção dos navios militares *Jaco* e *Betano*	5
17	Aquisição de uniformes militares	1,5
18	Criação da associação OJECTIL/FALINTIL e da associação nacional dos militares das FALINTIL-FDTL	0,5
19	Aquisição de novos modelos de passaportes e registos em branco	1,1
20	Aquisição de tratores agrícolas	1,1
21	Aquisição de equipamento agrícola	2,5
22	Recrutamento/destacamento de membros da PNTL (Polícia Nacional de Timor-Leste)	1
23	Reforma dos recursos humanos na administração pública	7
24	Projeto de emergência na RAEOA (Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno)	7

Medidas	Descrição	Valor (US$ milhões)
25	Transferência para o Programa de Saúde e para mulheres grávidas, lactantes e crianças de até 3 anos em situação de vulnerabilidade social (subsídio condicional)	0,5
26	Recrutamento de novos funcionários para a Autoridade Aduaneira e Autoridade Tributária	0,6
27	Inquéritos Estatísticos (Agricultura, Consumo das Famílias, Registo Civil e Estatísticas Vitais)	0,6
28	Preparação das eleições presidenciais	4
Total		**241**

Fonte: DBFTL, Ministério das Finanças, setembro de 2025

Subvenções às Empresas Públicas

2.133. O Governo de Timor-Leste continua a apoiar as principais empresas públicas através de subsídios estratégicos, assegurando a prestação de serviços essenciais. Para o exercício de 2026, foram atribuídos os seguintes subsídios, tendo vários registado aumentos significativos que têm impacto no teto total do Orçamento do Estado:

- US$ 123,4 milhões foram alocados à EDTL, E.P. para garantir o fornecimento contínuo de eletricidade em todo o país. Representa uma diminuição de US$ 40 milhões em comparação com os US$ 165,5 milhões alocados no ano financeiro de 2025, justificada principalmente pelo grande saldo de caixa da EDTL de US$ 90 milhões em janeiro de 2025. No entanto, continua a ser uma grande dotação, refletindo o compromisso contínuo do governo em melhorar e expandir a infraestrutura energética.

- US$ 6 milhões são atribuídos à BTL, E.P. para apoiar a expansão da infraestrutura hídrica em todo o país e para fornecer acesso confiável e limpo à água para todos os timorenses.

- US$ 1,8 milhão serão destinados à ANATL, E.P. para fortalecer as operações da Autoridade Nacional de Aviação Civil. Para além do desenvolvimento dos aeroportos regionais de Baucau, Suai e RAEOA, este montante contribuirá para adaptar a capacidade do Aeroporto de Díli no contexto do crescente tráfego internacional relacionado com a entrada de Timor-Leste na ASEAN.

- Um total de US$2,55 milhões foi alocado à Rádio e Televisão de Timor-Leste, E.P. (RTTL) para apoiar serviços públicos de radiodifusão destinados a melhorar o acesso à informação e aos meios de comunicação em todo Timor-Leste. Este valor é equivalente à dotação do ano passado, com um adicional de US$ 200 mil para apoiar a transmissão da Copa do Mundo de Futebol de 2026.

- Um total de US$ 41 milhões foi alocado à TIMOR GAP, E.P., a companhia petrolífera nacional, para apoiar o seu papel crítico na exploração e produção de energia. Isto representa um aumento significativo de US$ 25 milhões, que serão alocados aos estudos de viabilidade e implementação do projeto Greater Sunrise. Espera-se que este projeto

desempenhe um papel vital no desenvolvimento nacional e no crescimento económico a longo prazo de Timor-Leste.

- US$ 4,9 milhões serão destinados à Murak-Rai Company, E.P., que contribui para os esforços de diversificação econômica, reduzindo a dependência do país das receitas do petróleo através da expansão para outros setores econômicos.
- US$ 4,9 milhões destinam-se à Autoridade Nacional para os Minerais (ANM), responsável pela regulação e supervisão dos recursos minerais em Timor-Leste, garantindo uma gestão adequada e sustentabilidade no setor.

2.134. Estas subvenções desempenham um papel crucial para permitir que as empresas públicas mantenham a prestação de serviços essenciais, reforçando simultaneamente a sua capacidade operacional. O Governo procederá a avaliações regulares do desempenho financeiro e da sustentabilidade a longo prazo destas empresas.

Subsídios e Programas Sociais

2.135. Timor-Leste tem um dos programas de proteção social mais generosos da Ásia. Em percentagem do PIB, as despesas com medidas de proteção social excedem largamente a média da ASEAN e dos Estados insulares do Pacífico.

2.136. As despesas com a proteção social são compostas principalmente por subsídios e pagamentos às famílias e representam um dos principais motores do consumo das famílias em Timor-Leste. O total de pagamentos às famílias aumentou sob o 9º governo constitucional de cerca de US$ 164 milhões em 2023 para US$ 266 milhões projetados para 2025[10].

2.137. Os maiores e mais visíveis compromissos dos últimos anos incluem a Transferência de Veteranos e a transferência para o Fundo de Segurança Social. Em consonância com o Programa do IX Governo Constitucional, os veteranos são reconhecidos como a base da independência e da nacionalidade. Apoiá-los é simultaneamente uma obrigação constitucional e um dever moral. Estas transferências asseguram dignidade aos que lutaram pela independência, ao mesmo tempo que reforçam o reconhecimento social, a unidade e a estabilidade, salvaguardando assim o legado da luta de libertação. Dados do Tesouro mostram que mais de 28 mil pessoas físicas receberam pagamentos individuais em 2025. Isso se expandirá em mais cerca de 26 mil indivíduos que devem começar a receber pagamentos em dezembro de 2025, como parte de uma lista expandida de pagamentos de Veteranos.

2.138. Ao mesmo tempo, o governo garante a dignidade e a segurança dos idosos através do Fundo de Segurança Social. A Segurança Social é constituída por um regime contributivo e não contributivo. O regime não contributivo prevê pensões de velhice e invalidez, oferecendo um piso de rendimento mínimo para idosos e pessoas com deficiência, e refletindo o aumento constante de beneficiários após as reformas de 2022 e 2024. Em 2025, com o aumento do piso da renda mínima, a transferência para o regime não contributivo passou de US$ 65 milhões para US$ 112 milhões. O pagamento mínimo por incapacidade é de US$ 60 dólares por mês. O pagamento mínimo para idosos tem aumentos graduais por idade, começando em US$ 60 por mês para aqueles entre 60 e 69 anos, aumentando para US$ 80 por mês para aqueles entre 70 e 79 anos e atingindo um pico de US$ 100 por mês para aqueles com 80 anos ou mais.

[10] Estimativas do Ministério das Finanças.

2.139. O INSS estima que cerca de 108 mil pessoas receberam pagamentos sob o regime não contributivo em 2025, com pouco mais de 10 mil prestações de invalidez e 97 mil prestações de idosos emitidas.

2.140. O regime contributivo, introduzido em 2016, financia pensões e outros benefícios para os trabalhadores formais. O regime combina um modelo básico de prestações definidas ou *de pensões por repartição* com uma componente de capitalização pública sob a forma de fundo de reserva (FRSS). As receitas das contribuições sociais do setor formal são utilizadas para pagar as prestações sociais do regime contributivo. Qualquer excedente anual entre as contribuições recebidas e as prestações pagas é transferido para o Fundo de Reserva (FRSS), cujo único objetivo é acumular e gerir as reservas do regime contributivo de modo que possam ser utilizadas no futuro, caso as contribuições anuais sejam insuficientes para cobrir as despesas anuais.

2.141. As transferências do Estado complementam também o regime contributivo para financiar as pensões dos funcionários públicos que acumularam vários anos de serviço, mas não tiveram oportunidade de acumular contribuições sociais suficientes para o regime contributivo iniciando a sua atividade laboral antes da criação e implementação do regime contributivo. O INSS estima que, em 2025, mais de 4.800 pessoas físicas tenham recebido pagamentos e subsídios como parte dos regimes contributivo e transitório.

2.142. Do orçamento total consolidado (incluindo o orçamento do governo central e o Segurança Social) de US$ 2.291,0 milhões, 354,6 milhões de dólares ou 15% serão atribuídos diretamente aos cidadãos através dos pagamentos para os Veteranos e do Segurança Social. O orçamento restante de US$ 1.936,5 milhões será alocado para sustentar o custo da administração pública e cumprir os objetivos centrais do governo, conforme descrito em outras seções deste documento.

2.143. Esta repartição é apresentada no Tabela seguinte:

Tabela 15: Orçamento Consolidado Total, com e sem Transferências para Segurança Social e Veteranos, US$ Milhões

Componente	Salário & Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital e Desenvolvimento	Orçamento total
Total Consolidado (Administração Central + Segurança Social + RAEOA)	487,42	468,96	839,23	35,56	459,83	2.291,00
Subtrair transferência para MCLAN (Veteranos)			187,69			
Subtrair a Segurança Social (transferência)			166,90			

Componente	Salário & Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital e Desenvolvimento	Orçamento total
Total Consolidado (Administração Central + RAEOA) excluindo transferências para veteranos e segurança social	487,42	468,96	484,64	35,56	459,83	1.936,41

Fonte: DBFTL, Ministério das Finanças, setembro de 2025

Investimento em Municípios

2.144. O IX Governo Constitucional reconhece a descentralização como pedra angular do desenvolvimento inclusivo. Ao dotar os municípios de autoridade financeira e administrativa, o Governo aproxima os serviços e o investimento dos cidadãos, assegurando que as prioridades locais são abordadas de forma eficaz.

2.145. Em 2026, o Tabela municipal de investimento é reforçado através de dois canais:

- Alocações diretas às Autoridades Municipais, abrangendo operações recorrentes e investimentos baseados em programas em setores-chave delegados, como educação, saúde, água e saneamento, agricultura e inclusão social.
- Programas nacionais de investimento de capital executados a nível municipal, incluindo o Programa Nacional de Desenvolvimento de Aldeias (PNDS), o Programa Municipal de Desenvolvimento Integrado (PDIM) e projetos de grande escala financiados pelo Fundo de Infraestruturas (FI) e pelo Ministério das Obras Públicas (MOP). Estes abrangem escolas, centros de saúde, estradas rurais, sistemas de irrigação e mercados em todos os municípios.

Tabela 16: Comparação das dotações orçamentais totais por municipio (2024-2026)

Não	Autarquia Municipal	Orçamento 2024 ($)	Orçamento 2025 ($)	Proposta de Orçamento 2026 ($)	% Variação (2024 vs 2026)	% Variação (2025 vs 2026)
1	AM Aileu	4.305.506	7.523.864	9.497.727	121%	26%
2	AM Ainaro	4.354.025	7.879.212	9.752.205	124%	24%
3	AM Ataúro	2.102.571	2.550.389	2.713.532	29%	6%
4	AM Baucau	9.456.741	12.437.747	13.802.085	46%	11%
5	AM Bobonaro	9.270.244	11.308.414	12.806.671	38%	13%
6	AM Covalima	7.256.651	8.293.634	9.517.979	31%	15%
7	AM Díli	16.169.783	19.234.005	19.502.642	21%	1%
8	AM Ermera	8.828.787	12.871.246	14.112.994	60%	10%

Não	Autarquia Municipal	Orçamento 2024 ($)	Orçamento 2025 ($)	Proposta de Orçamento 2026 ($)	% Variação (2024 vs 2026)	% Variação (2025 vs 2026)
9	AM Lautém	7.628.912	8.691.721	8.494.839	11%	-2%
10	AM Liquiçá	6.401.407	7.570.984	8.468.045	32%	12%
11	AM Manatuto	6.808.247	7.534.700	9.626.242	41%	28%
12	AM Manufahi	6.401.792	7.701.471	9.661.613	51%	25%
13	AM Viqueque	6.701.423	10.026.540	10.686.240	59%	7%
Total		**95,686,089**	**123.623.927**	**138.642.814**	**45%**	**12%**

Fonte: DBFTL, Ministério das Finanças, setembro de 2025

2.146. Entre 2024 e 2026, as dotações municipais totais aumentaram de US$ 95,7 milhões para US$ 138,6 milhões, um aumento de 45%. Em comparação com 2025, as dotações crescem 12%, confirmando o compromisso contínuo do Governo em reforçar a descentralização e aproximar os serviços dos cidadãos.

2.147. Os maiores aumentos são registados em Aileu (121%), Ainaro (124%) e Ermera (60%), refletindo investimentos direcionados em municípios rurais onde as lacunas na prestação de serviços permanecem elevadas. Manufahi (51%) e Viqueque (59%) também apresentam forte crescimento, enquanto a Ataúro regista expansão modesta (29% desde 2024). Em contraste, Díli cresce apenas 21% desde 2024 e apenas 1% face a 2025, demonstrando um reequilíbrio deliberado dos recursos para regiões menos desenvolvidas.

2.148. Esta distribuição reflete a política do Governo para reduzir as disparidades regionais. O aumento dos orçamentos municipais está alinhado com as competências delegadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 84/2023, nomeadamente nas áreas da educação, saúde, água e saneamento, agricultura e infraestruturas locais. Ao reforçar a capacidade e o financiamento locais, o Governo visa garantir um acesso equitativo aos serviços essenciais e acelerar o crescimento inclusivo em todos os municípios.

2.149. **Programa de Alimentação Escolar**: Um total de US$ 22,1 milhões é alocado para fornecer refeições nutritivas aos alunos da educação pré-escolar e básica. Esta iniciativa é essencial para melhorar as taxas de frequência e de retenção, em especial nas zonas rurais, onde a segurança alimentar continua a ser um desafio. Ao abordar o bem-estar infantil e os resultados da aprendizagem, o programa apoia a estratégia mais ampla do Governo para melhorar o desenvolvimento humano. Também promove a igualdade, priorizando as crianças mais vulneráveis, incluindo meninas, meninos e pessoas com deficiência, garantindo que ninguém seja deixado para trás.

2.150. **Programa de Subsídios Escolares**: Com uma alocação de US$ 6,2 milhões, o Programa de Subsídios Escolares apoiará as necessidades operacionais da educação pré-escolar e básica, incluindo manutenção, suprimentos e atividades extracurriculares. Isso garante que as

escolas tenham os recursos para melhorar a qualidade do serviço e responder melhor às necessidades da comunidade.

2.151. **Investimentos em setores-chave**: Em 2026, os orçamentos municipais priorizam educação, saúde, água e saneamento e infraestrutura rural. A educação básica (Programa 521) continua a ser o maior programa, complementada pela educação pré-escolar e recorrente. Os serviços de saúde (Programa 528) são financiados em todos os municípios, embora as dotações permaneçam modestas. Fortes alocações de capital para água e saneamento (Programa 798) e estradas e pontes (Programa 026) destacam a prioridade de melhorar o acesso e a conectividade, enquanto os programas de administração (025 e 510) sustentam a capacidade de governança. A inclusão social (Programa 980) e os programas de diversificação económica local (agricultura, pecuária, turismo e silvicultura) estão presentes, mas continuam subfinanciados, exigindo uma maior coordenação com as políticas setoriais nacionais.

2.152. Díli recebe a maior dotação (US$ 19,5 milhões) devido à dimensão da população e às necessidades de infraestruturas urbanas. Seguem-se Ermera (US$ 14,1 milhões) e Baucau (US$ 13,8 milhões), ambas com prioridade para a educação e as infraestruturas rurais. Bobonaro (US$ 12,8 milhões) mostra uma mistura equilibrada de setores, enquanto municípios menores como Ataúro (US$ 2,7 milhões) e Liquiçá (US$ 8,5 milhões) entregam todos os programas centrais, mas com recursos mais limitados.

2.153. No geral, os orçamentos municipais confirmam a educação e a WASH como setores emblemáticos, enquanto os cuidados de saúde primários e os programas econômicos locais permanecem subfinanciados. Cerca de um quarto das despesas é dedicado ao investimento de capital, com o restante a sustentar as operações e a administração. Para aumentar a equidade, a Fórmula de Transferências Municipais pode necessitar de ajustes, juntamente com maior foco na saúde, diversificação econômica e alinhamento com o Programa do IX Governo e o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030**.**

2.154. **Investimento Nacional de Capital Físico Implementado a Nível Municipal**: Além das dotações municipais, os municípios beneficiam de programas nacionais de investimento de capital.

- *Clarificação: As dotações do PNDS e do PDIM estão incluídas nos orçamentos das Autarquias Municipais, enquanto os projetos do Fundo de Infraestruturas (FI) e do Ministério das Obras Públicas (MOP) representam programas financiados a nível nacional executados a nível municipal. Outros projetos ministeriais de linha não capturados sob FI ou MOP são excluídos desta tabela*.

Tabela 17: Investimento de Capital por Município e Fonte de Financiamento (PNDS, PDIM, FI, MOP)

Não	Autarquia Municipal	PNDS – Infraestrutura & Operacional (US$)	PDIM (US$)	Projetos PDIM (#)	Projetos de IF (Excl. RAEOA) (US$)	Projetos FI (#)	Projetos MOP (Excl. RAEOA) (US$)	Projetos MOP (#)	Total (US$)
1	AM Aileu	1.218.902	2.663.873	31	6.136.016	37	2.827.980	39	12.846.771
2	AM Ainaro	929.224	2.494.495	20	2.756.002	32	2.429.983	42	8.609.704
3	AM Ataúro	267.031	312.000	5	4.040.068	14	232.341	2	4.851.440
4	AM Baucau	2.790.684	2.310.213	29	12.604.555	59	3.146.242	42	20.851.694
5	AM Bobonaro	2.117.330	2.750.460	27	14.443.950	63	4.564.550	59	23.876.290
6	AM Covalima	1.540.838	2.111.464	12	10.740.969	66	3.117.900	57	17.511.171
7	AM Díli	1.189.955	1.673.949	18	62.797.880	317	23.797.957	134	89.459.741
8	AM Ermera	3.084.969	1.629.826	20	23.822.721	40	4.796.290	71	33.333.806
9	AM Lautém	1.002.641	1.009.487	14	12.459.550	49	2.015.822	30	16.487.500
10	AM Liquiçá	1.169.264	1.410.500	17	3.590.882	26	3.696.912	53	6.276.676
11	AM Manatuto	1.084.839	3.061.915	31	5.994.673	42	3.584.683	37	13.726.110
12	AM Manufahi	1.008.852	2.461.800	19	12.958.130	50	3.862.534	48	20.291.316
13	AM Viqueque	1.667.030	2.325.552	19	8.003.701	51	2.938.209	36	14.934.492
Total		**19,071,559**	26.215.534	262 (Projetos)	180.349.097	846 (Projetos)	61.011.403	650 (Projetos)	26.215.534

Fonte: DBFTL, Ministério das Finanças, setembro de 2025

2.155. As despesas de desenvolvimento de capital em 2026 totalizam US$ 283,1 milhões nas 13 autoridades municipais. Isso inclui PNDS (US$ 19,1 milhões), PDIM (US$ 26,2 milhões), projetos de FI (US$ 176,8 milhões) e projetos MOP (US$ 61,0 milhões). Esta estrutura de financiamento assegura que tanto as iniciativas comunitárias como os investimentos nacionais em grande escala contribuem para um desenvolvimento territorial equilibrado.

2.156. Díli recebe a maior fatia (US$ 89,5 milhões), refletindo a concentração de projetos à escala nacional, como os principais corredores rodoviários, drenagem e serviços urbanos. Investimentos significativos também são direcionados para Ermera (US$ 33,3 milhões), Bobonaro (US$ 23,9 milhões), Baucau (US$ 20,9 milhões) e Manufahi (US$ 20,3 milhões). Essas alocações são impulsionadas por projetos do Fundo de Infraestrutura em estradas, pontes, instalações educacionais, irrigação e sistemas WASH, complementados por projetos PDIM que respondem às prioridades dos cidadãos. Alocações menores para Ataúro (US$ 4,9 milhões) e Liquiçá (US$ 6,3 milhões) permanecem significativas devido ao tamanho de sua população e condições geográficas.

2.157. A composição dos gastos mostra uma abordagem dupla: PNDS e PDIM (US$ 45,3 milhões) abordam prioridades de base, como estradas comunitárias, pequenos sistemas de água e escolas de nível suco, enquanto o Fundo de Infraestrutura e projetos MOP (US$ 237,8 milhões) oferecem investimentos transformadores em transporte, eletricidade, portos, aeroportos e instalações sociais de grande escala. Este alinhamento reforça a prestação diária de serviços

e, ao mesmo tempo, expande as oportunidades económicas através da melhoria da conectividade e das redes de infraestruturas.

2.158. As dotações para 2026 ilustram a estratégia do Governo de aprofundar a descentralização ao mesmo tempo que alavanca os investimentos nacionais. Ao combinar instrumentos de planeamento local com orçamentos de capital nacionais, o Estado assegura que os cidadãos dos municípios urbanos e rurais beneficiem de melhores serviços e infraestruturas, promovendo a equidade, o equilíbrio territorial e os objetivos de desenvolvimento a longo prazo.

2.159. **As dotações orçamentais per capita por município,** para dar uma imagem mais clara da equidade e da orientação para a prestação de serviços, as dotações orçamentais municipais para 2026 são também analisadas numa base per capita utilizando as projeções oficiais da população para 2026 publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística de Timor-Leste (INETL). Esta abordagem destaca o nível relativo de recursos disponíveis para cada cidadão em diferentes municípios.

Tabela 18: Dotação Orçamentária Municipal per Capita 2026 (incluindo PNDS e PDIM)

Não	Município	Orçamento Municipal 2026 (US$)	Projeção Populacional 2026	Orçamento municipal per capita (US$)
1	AM Aileu	9.497.727	59.415	**160**
2	AM Ainaro	9.752.205	76.417	**128**
3	AM Ataúro	2.713.532	10.964	**248**
4	AM Baucau	13.802.085	146.763	**94**
5	AM Bobonaro	12.806.671	115.961	**110**
6	AM Covalima	9.517.979	79.531	**120**
7	AM Díli	19.502.642	359.265	**54**
8	AM Ermera	14.112.994	152.159	**93**
9	AM Lautém	8.494.839	76.182	**112**
10	AM Liquiçá	8.468.045	92.230	**92**
11	AM Manatuto	9.626.242	55.227	**174**
12	AM Manufahi	9.661.613	65.936	**147**
13	AM Viqueque	10.686.240	86.371	**124**
Total		**138.642.814**	**1.330.502**	**104 (média)**

Fonte: DBFTL e INETL, Ministério das Finanças, setembro de 2025

2.160. Para complementar esta análise, o Tabela B apresenta as despesas de investimento de capital per capita, destacando a escala e a distribuição das dotações orientadas para as infraestruturas entre os municípios.

Tabela 19: Despesas de Investimento de Capital per Capita em 2026

Não	Município	Desenvolvimento de Capital 2026 (US$)	Projeção Populacional 2026	Desenvolvimento de Capital Per Capita (US$)
1	AM Aileu	12.846.771	59.415	**216**
2	AM Ainaro	8.609.704	76.417	**113**
3	AM Ataúro	4.851.440	10.964	**443**
4	AM Baucau	20.851.694	146.763	**142**
5	AM Bobonaro	23.876.290	115.961	**206**
6	AM Covalima	17.511.171	79.531	**220**
7	AM Díli	89.459.741	359.265	**249**
8	AM Ermera	33.333.806	152.159	**219**
9	AM Lautém	16.487.500	76.182	**216**
10	AM Liquiçá	6.276.676	92.230	**68**
11	AM Manatuto	13.726.110	55.227	**249**
12	AM Manufahi	20.291.316	65.936	**308**
13	AM Viqueque	14.934.492	86.371	**173**
Total		**283.056.711**	**1.330.502**	**213 (média)**

Fonte: DBFTL e INETL, Ministério das Finanças, setembro de 2025 Nota: As despesas de investimento de capital incluem projetos PNDS, PDIM, Fundo de Infraestruturas (FI) e Ministério das Obras Públicas (MOP) executados a nível municipal.

2.161. Numa base per capita, os orçamentos municipais em 2026 são em média de US$ 104 por pessoa, enquanto as alocações de desenvolvimento de capital são em média de US$ 213 por pessoa. Isto reflete a ênfase do Governo no crescimento liderado pelas infraestruturas, assegurando simultaneamente que os municípios retenham recursos operacionais para a prestação de serviços locais.

2.162. Municípios menores e remotos recebem maiores alocações per capita, refletindo custos mais altos de prestação de serviços. Ataúro regista as maiores alocações per capita (US$ 248 para orçamento total; US$ 443 para capital), consistente com sua geografia insular e desafios logísticos. Manatuto (US$ 174 per capita) e Manufahi (US$ 147 per capita) também beneficiam de fortes alocações em relação às suas populações menores.

2.163. Municípios maiores como Díli (orçamento per capita de US$54; US$ 249 capital per capita) e Baucau (orçamento per capita de US$ 94; US$142 capital per capita) absorvem grandes quantidades absolutas, mas apresentam valores per capita mais baixos devido à densidade populacional. Isso demonstra uma política deliberada de equilíbrio direcionando projetos de infraestrutura de alto valor para os centros urbanos, garantindo que os municípios rurais recebam um apoio per capita mais forte.

2.164. Estes resultados confirmam a política de descentralização orientada para a equidade do Governo: combinando investimento absoluto em áreas urbanas de alta demanda com maior apoio per capita a municípios rurais e remotos. Esta abordagem promove os objetivos da equidade na prestação de serviços e do desenvolvimento territorial equilibrado.

Novos desenvolvimentos na GFP

2.165. O Governo está a implementar um ambicioso programa de reforma da gestão das finanças públicas (GFP) para melhorar a disciplina orçamental, aumentar a transparência e apoiar a prestação eficaz de serviços. Estes esforços são orientados pelo Plano Estratégico Quinquenal do Ministério das Finanças e pelo Roteiro de Reforma da GFP atualizado. As medidas de reforma abrangem Tabelas jurídicos e institucionais, sistemas orçamentais e contabilísticos, mobilização de receitas, mecanismos de supervisão e modernização digital.

2.166. A base da reforma da GFP em Timor-Leste foi significativamente reforçada com a promulgação da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO, Lei n.º 3/2025), que substitui a lei de 2022 e introduz um conjunto abrangente de regras fiscais que regem todo o ciclo orçamental, desde o planeamento estratégico até à execução, reporte e auditoria. A lei visa incorporar a disciplina fiscal, a previsibilidade e a transparência no funcionamento do Estado. Para operacionalizar a LEO, encontra-se em fase final de preparação um conjunto de regulamentos de execução. Estes codificarão as regras e responsabilidades relacionadas com o planeamento, a execução orçamental, as operações de tesouraria, o controlo interno e a supervisão fiscal, garantindo uma aplicação coerente e responsável da lei em todos os ministérios e agências.

2.167. Em conjunto com a LEO, o Governo modernizou a base jurídica da contratação pública através do Decreto-Lei n.º 1/2025. Esta nova Lei de Compras introduz procedimentos competitivos padrão e integra recursos alinhados com o Acordo de Compras Governamentais (GPA) da OMC, como não discriminação e transparência, preservando uma margem de preferência de 10% para fornecedores locais para estimular as empresas nacionais. Além disso, os métodos flexíveis de contratação pública permitirão ao governo adquirir projetos complexos e integrados num único processo coerente. Tal é vital para permitir a execução eficaz de projetos polivalentes que abranjam setores, entidades e fontes de financiamento.

2.168. O Ministério das Finanças deu igualmente início ao desenvolvimento de modelos normalizados de contratos públicos e está a lançar um programa nacional de formação para funcionários responsáveis pelas aquisições.

2.169. Além disso, estão em curso esforços para reforçar a arquitetura institucional através da elaboração de uma Lei Orgânica revista para o Ministério e da criação de uma Organização Profissional de Contabilidade (OPC), que introduzirá um Tabela de certificação reconhecido para contabilistas e elevará as normas nacionais de contabilidade e auditoria. Foi criado um grupo de trabalho para criar este órgão e um projeto de decreto-lei será apresentado ao Conselho de Ministros durante o próximo ano.

2.170. Timor-Leste iniciou uma transição para a orçamentação baseada em programas para melhor ligar a despesa pública aos resultados. Esta abordagem assegura que as dotações orçamentais estão ligadas não só aos recursos, mas também aos indicadores de realizações e desempenho, permitindo aos ministérios demonstrar de que forma os recursos contribuem

para resultados tangíveis. Os ministérios estão a receber apoio técnico para alinhar as suas propostas orçamentais com os Tabelas de desempenho e estão em curso esforços para incorporar os princípios de monitorização e avaliação (M&E) nos ciclos de planeamento anuais. Trata-se de uma mudança importante em relação à abordagem tradicional das rubricas e marca uma evolução no sentido de uma despesa pública mais estratégica e responsável.

2.171. Paralelamente, o Governo lançou a adoção gradual da contabilidade de exercício alinhada com as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS). Esta reforma aumenta a transparência ao reconhecer ativos, passivos e despesas de uma forma que reflita com maior precisão a situação financeira do setor público. Registaram-se já progressos no sentido desta reforma. As demonstrações financeiras fornecidas por entidades do setor público alcançaram a plena conformidade com as IPSAS. Como próximo passo, o Ministério das Finanças está a trabalhar no registo de todos os ativos fixos e móveis, um precursor fundamental da avaliação de ativos e do cálculo da depreciação.

2.172. A implementação de ferramentas analíticas, como painéis do Power BI, está a melhorar ainda mais a capacidade do governo de monitorar a execução do orçamento e os padrões de despesas em tempo real, permitindo uma tomada de decisão mais informada e oportuna.

2.173. Como parte da sua estratégia orçamental de médio prazo, o Governo de Timor-Leste finalizou um projeto de Lei do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA). Trata-se de uma reforma fundamental que visa alargar a base de receitas internas e reduzir a dependência das receitas do petróleo. A introdução do IVA está também estrategicamente alinhada com os requisitos da adesão à ASEAN e à OMC, garantindo que o sistema fiscal de Timor-Leste cumpre as normas internacionais. Em preparação, os Tabelas jurídicos estão a ser revistos e as atualizações do sistema estão a ser concebidas para acomodar processos específicos do IVA, tais como mecanismos de registo, depósito e reembolso. Estão previstas consultas às partes interessadas e campanhas de educação dos contribuintes como parte do processo de implementação.

2.174. Os sistemas informáticos de apoio à administração das receitas estão também a sofrer uma transformação significativa. O Sistema Integrado de Administração Fiscal (ITAS) e a plataforma de Planeamento de Recursos Governamentais (GRP) estão a ser atualizados para apoiar a melhoria dos serviços prestados aos contribuintes, a automatização dos processos de conformidade e uma maior precisão dos dados. Estas alterações são fundamentais para criar uma administração fiscal mais reativa e eficiente.

2.175. A existência de dados sólidos é essencial para um planeamento político e orçamental sólido, tendo sido realizados progressos significativos neste domínio. O Instituto Nacional de Estatística (INETL) concluiu dois conjuntos de dados críticos, o Inquérito aos Padrões de Vida de Timor-Leste (IPVTL) 2024 (a publicar nos próximos meses) e o Censo da População e Habitação 2022. Estes fornecem uma base estatística atualizada para a tomada de decisões governamentais. O TLSLS fornecerá informações detalhadas sobre padrões de consumo, fontes de renda e níveis de pobreza, enquanto o Censo fornece dados demográficos abrangentes. Em conjunto, constituem a espinha dorsal empírica das estratégias de redução da pobreza, das transferências sociais direcionadas e das iniciativas de desenvolvimento regional.

2.176. Tal como em anos anteriores, os mercados orçamentais foram utilizados para permitir ligações entre as dotações de despesas e as prioridades governamentais. Ao marcar as dotações para temas transversais, como o género, a deficiência ou as alterações climáticas, os marcadores orçamentais tornam mais fácil para os cidadãos, os deputados e os parceiros de desenvolvimento ver para onde os recursos estão a ser direcionados e responsabilizar o governo pelos resultados. Os detalhes dos marcadores utilizados para o Orçamento de 2026 estão disponíveis no *capítulo Marcadores do Orçamento* deste livro orçamental.

2.177. O Governo continuará a reforçar os dados relativos aos resultados e a melhorar as normas contabilísticas para apoiar a tomada de decisões com base em dados concretos. O reforço da frequência e do alcance dos principais indicadores económicos e sociais será essencial para acompanhar o progresso das políticas públicas e das medidas de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, serão prosseguidas reformas institucionais e legislativas para alinhar as práticas contabilísticas dos setores público e privado com as normas internacionais. Isto não só melhorará a transparência fiscal, mas também contribuirá para um melhor ambiente de negócios e facilitará o desenvolvimento do setor privado em Timor-Leste.

2.178. Para melhorar o desempenho institucional e a prestação de contas, o Ministério das Finanças lançou um Tabela de Avaliação de Desempenho que acompanha o desempenho do pessoal e das unidades em relação aos indicadores-chave de desempenho (ICD). O sistema também vincula treinamento e desenvolvimento profissional a resultados de desempenho, fornecendo incentivos para a melhoria contínua. A implementação inicial revelou-se promissora no reforço de uma cultura de gestão orientada para os resultados no Ministério.

2.179. As reformas institucionais incluíram igualmente uma reestruturação das operações internas do Ministério, a fim de melhorar a coordenação e a prestação de serviços. Tal inclui a introdução de linhas de comunicação mais claras e a nomeação de Tabelas superiores com mandatos de desempenho sólidos. Estas alterações visam melhorar a capacidade de resposta, reduzir os atrasos burocráticos e garantir que as decisões políticas são executadas de forma eficiente. Uma liderança reforçada e uma responsabilização interna mais clara melhoraram também a coordenação com outros ministérios, contribuindo para uma colaboração interagências mais harmoniosas em matéria de reformas transversais.

2.180. A transformação digital é uma pedra angular da atual agenda de reformas da GFP. Em 2025, o Governo lançou um amplo programa de atualização das TIC, começando pela expansão e modernização do centro de dados nacional. Este investimento garante que os dados governamentais são armazenados de forma segura e disponibilizados através de infraestruturas fiáveis e resilientes. O centro de dados atualizado também serve como espinha dorsal para hospedar sistemas críticos de gestão financeira, incluindo IFMIS e ITAS. Essas melhorias reduzirão o tempo de inatividade do sistema, melhorarão a segurança cibernética e fornecerão uma plataforma para futuros serviços baseados em nuvem.

2.181. Registaram-se igualmente progressos significativos em matéria de interoperabilidade dos sistemas. Está a ser desenvolvida uma nova plataforma de integração central para permitir que diferentes sistemas de finanças públicas, como o IFMIS, o ITAS, as plataformas de contratos públicos e as bases de dados de recursos humanos, comuniquem sem descontinuidades. Essa interoperabilidade eliminará a duplicação de dados, reduzirá os esforços de reconciliação manual e permitirá painéis unificados que fornecem supervisão em tempo real

das finanças públicas. A atualização IFMIS de próxima geração concentra-se em melhorar a confiabilidade do orçamento, automatizar as funções de relatório e integrar as operações de tesouraria. Estes esforços são essenciais para alcançar a digitalização de extremo a extremo dos processos das finanças públicas e melhorar a eficiência da governação global.

3. Política orçamental

Desempenho orçamental

3.1. Esta secção apresenta uma panorâmica da execução orçamental para o período de 2020 a 2025. A revisão analisa os números do orçamento e da execução da Administração Central e da RAEOA, que incluem transferências do Estado para o Fundo de Segurança Social. Isto representa o montante total que o governo financiou todos os anos através de receitas internas, saldos de caixa, recursos externos (empréstimos ou subvenções) e retiradas de petróleo.

3.2. O orçamento final anual da Administração Central e da RAEOA aumentou de US$ 1,5 bilhão em 2020 para um pico de US$ 2,2 bilhões em 2022. Após o Orçamento de Retificação em 2023, o orçamento aprovado foi reduzido para US$ 1,7 bilhão, mas aumentou novamente em 10% em 2024 e mais 13% em 2025. Além disso, o Governo melhorou substancialmente a sua taxa de execução orçamental, passando da taxa mais baixa de 72% em 2021 para 88% em 2024. Uma nova melhora é esperada para 2025, com uma projeção inicial de chegar a US$ 1,92 bilhão ou **90**%.

Tabela 20: Números principais do orçamento 2020-2025 – Administração Central & RAEOA, US$ Milhões

Categoria	2020	2021	2022	2023	2024	Proj 2025
Orçamento Original	1.497	1.895	1.885	1.920	1.890	2.135
Orçamento final	1.497	2.030	2.211	1.717	1.890	2.135
Despesas de tesouraria	1.138	1.462	1.743	1.497	1.660	1.918
Taxa de Execução%	76%	72%	79%	87%	88%	90%

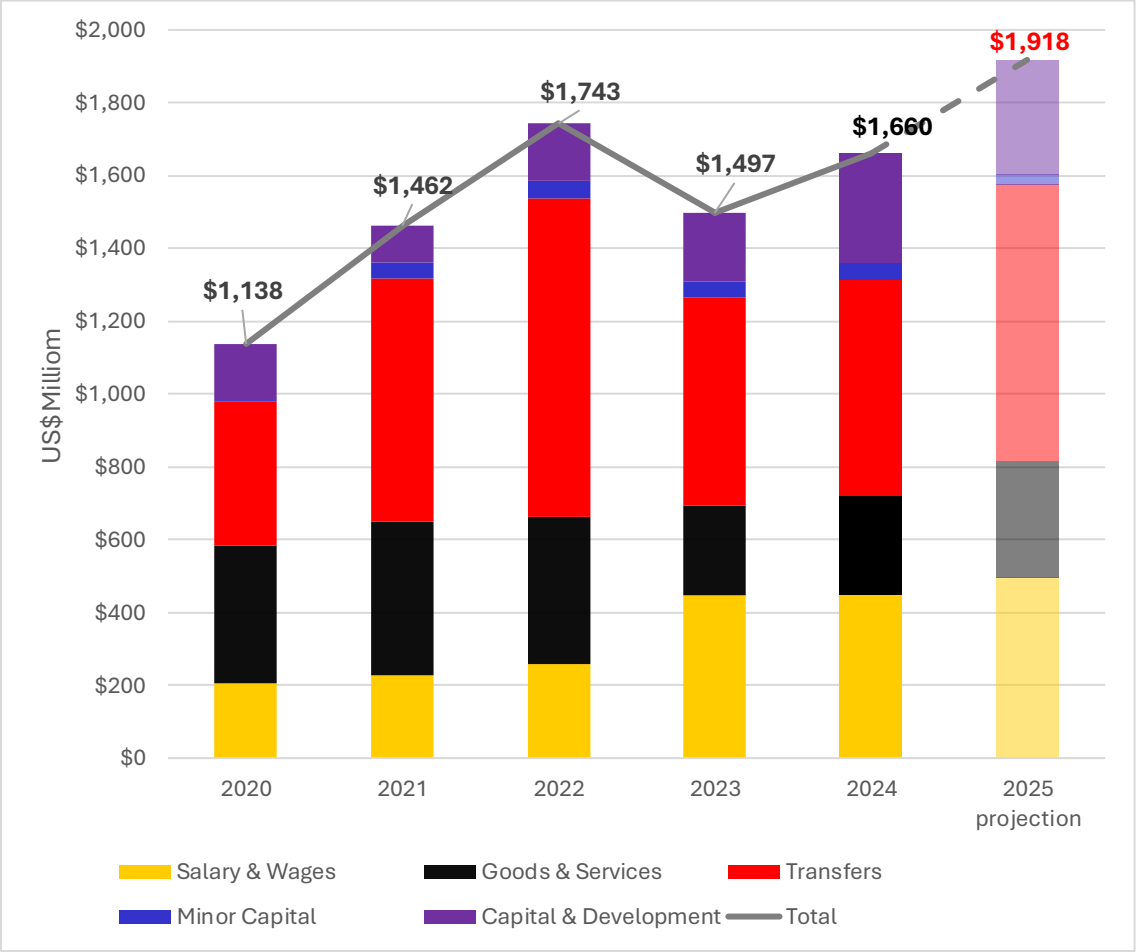
Fonte: GRP, Ministério das Finanças, junho de 2025 *Nota – os valores são montantes não consolidados para a Administração Central e a RAEOA e incluem transferências da Administração Central para a RAEOA, por exemplo, em 2025 a Administração Central transferiu US$ 10 milhões para a RAEOA, o que significa que o orçamento consolidado foi US$ 10 milhões inferior ao indicado acima. Os números do orçamento de 2025 incluem ajustes de janeiro a agosto de 2025

3.3. A despesa anual de tesouraria das administrações públicas aumentou 46% entre 2020 e 2024. Após a baixa execução em 2020 devido ao início da pandemia de COVID-19, a despesa registou aumentos substanciais de 29% e 19% em 2021 e 2022, respetivamente. Tal deveu-se principalmente ao aumento das despesas com transferências. A maior despesa pública entre 2020 e 2024 foi em 2022, com US$ 1,74 bilhão. A despesa diminuiu em 2023 na sequência dos esforços de racionalização da despesa por parte do novo governo, mas voltou a aumentar 11% em 2024 e prevê-se que aumente 16% em 2025 e atinja o nível mais elevado da história do país.

3.4. Como se pode ver no gráfico abaixo, a despesa nos últimos cinco anos tem sido dominada pelas despesas recorrentes, nomeadamente, as despesas com Salários e Vencimentos, Bens e Serviços e Transferências. As despesas correntes representaram 86% da despesa total em 2020 e aumentaram para 90% em 2021, onde apenas 10% da despesa total foi com capital. A participação nas despesas de capital aumentou para 16% em 2023 e 21% em 2024 (de 12%

em 2022), à medida que o 9.º governo constitucional tentava dar prioridade ao desenvolvimento e crescimento económico. Prevê-se que as despesas de capital representem 18% das despesas totais em 2025.

Gráfico 17: Despesa pública global 2020-2025, US$ milhões



Fonte: GRP, Ministério das Finanças, setembro de 2025 *Nota – os valores são valores não consolidados e, portanto, incluem transferências da Administração Central para a RAEOA, por exemplo, em 2025 a Administração Central transferiu US$ 10 milhões para a RAEOA, o que significa que as despesas consolidadas foram US$ 10 milhões menores do que o declarado acima. Os números do orçamento de 2025 incluem ajustes de janeiro a agosto de 2025

3.5. Os valores acima referidos são montantes não consolidados e, por conseguinte, incluem transferências da Administração Central para a RAEOA. Por exemplo, em 2025, o Estado transferiu 10 milhões de dólares para a RAEOA, o que significa que a projeção de despesa consolidada para o ano é de US$1.918 milhões. Isto é explicado mais claramente na tabela abaixo.

Tabela 21: Números de execução Administração Central & RAEOA, US$ milhões

Despesas por categoria	2020	2021	2022	2023	2024	Projeção para 2025
Salário & Vencimentos	206	226	256	449	447	497
Bens e Serviços	377	422	405	242	274	320

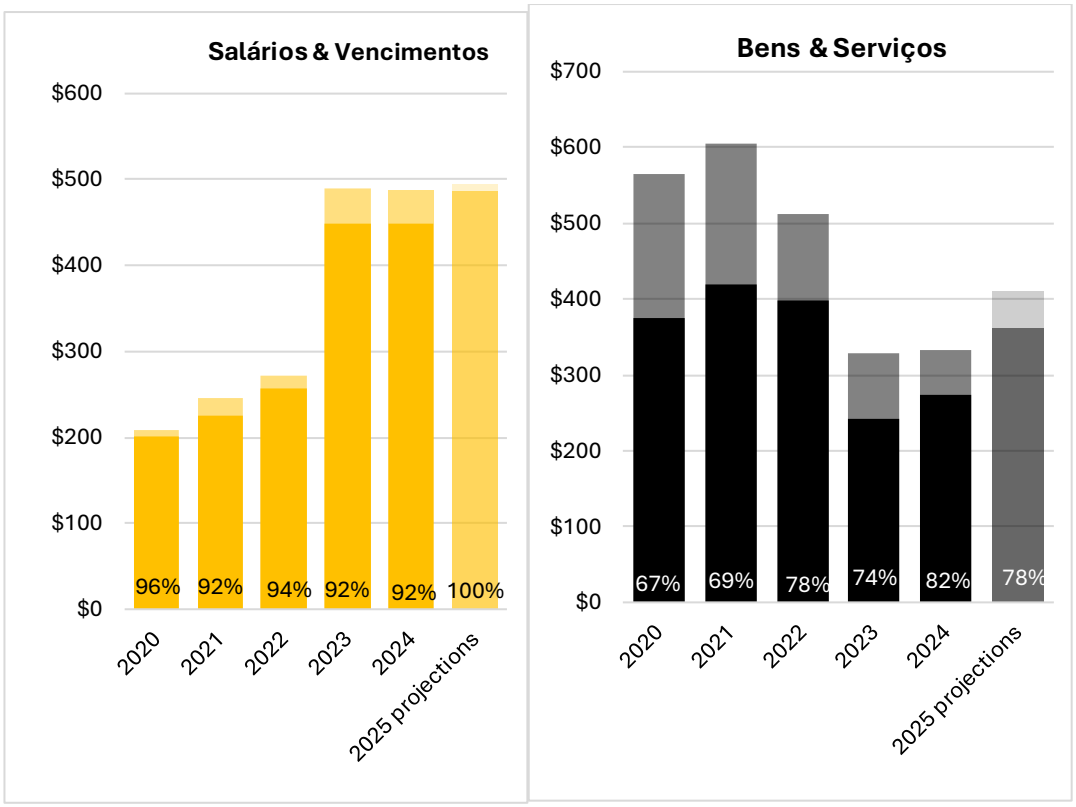
Despesas por categoria	2020	2021	2022	2023	2024	Projeção para 2025
Total de Transferências	394	668	878	571	592	758
Dos quais transferências para a RAEOA	*0*	*29*	*5*	*0**	*0**	*10*
Capital Menor	5	44	46	48	47	28
Capital e Desenvolvimento	155	103	158	187	300	315
Total das despesas não consolidadas	1.138	1.462	1.743	1.497	1.660	1.918
Despesas consolidadas (subtrair Transferência para a RAEOA)	1.138	1.433	1.737	1.497	1.660	1.908

*Fonte: GRP, Ministério das Finanças, setembro de 2025. * Transferências inferiores a US$ 500.000*

3.6. Analisando mais detalhadamente as despesas correntes, os gráficos abaixo mostram uma taxa de execução relativamente alta e estável para Salários e Vencimentos. Por outro lado, as taxas de execução de Bens e Serviços registaram variações significativas nos últimos cinco anos. Os gráficos também mostram um grande declínio nas despesas com Bens e Serviços em 2023, enquanto as despesas com salários e salários aumentaram de US$ 256 milhões para US$ 449 milhões.

3.7. Tal deve-se, em parte, às novas contratações no âmbito do novo governo, enquanto as despesas com bens e serviços foram reduzidas no âmbito dos esforços de consolidação orçamental no âmbito do novo governo. No entanto, o principal impulsionador disso é a reclassificação de categorias econômicas que resultou em vários itens de Bens e Serviços e Transferências sendo reclassificados para a Categoria Salário e Salários. Antes de 2023, as despesas com Consultores Nacionais e Internacionais figuravam na Categoria de Bens e Serviços. A partir de 2023 esta despesa passou para a Categoria de Salários e Salários. Vários itens relacionados a viagens e subsídios dos funcionários também foram transferidos para a Categoria Salário e Salários de Bens e Serviços em 2023. Por fim, antes de 2023, a contribuição do Estado como empregador para o Fundo de Segurança Social estava inscrita na categoria de transferência. Este passou para a categoria de Salários e Vencimentos em 2023.

Figura 18: Orçamento e Execução de Salários e Bens e Serviços, US$ Milhões

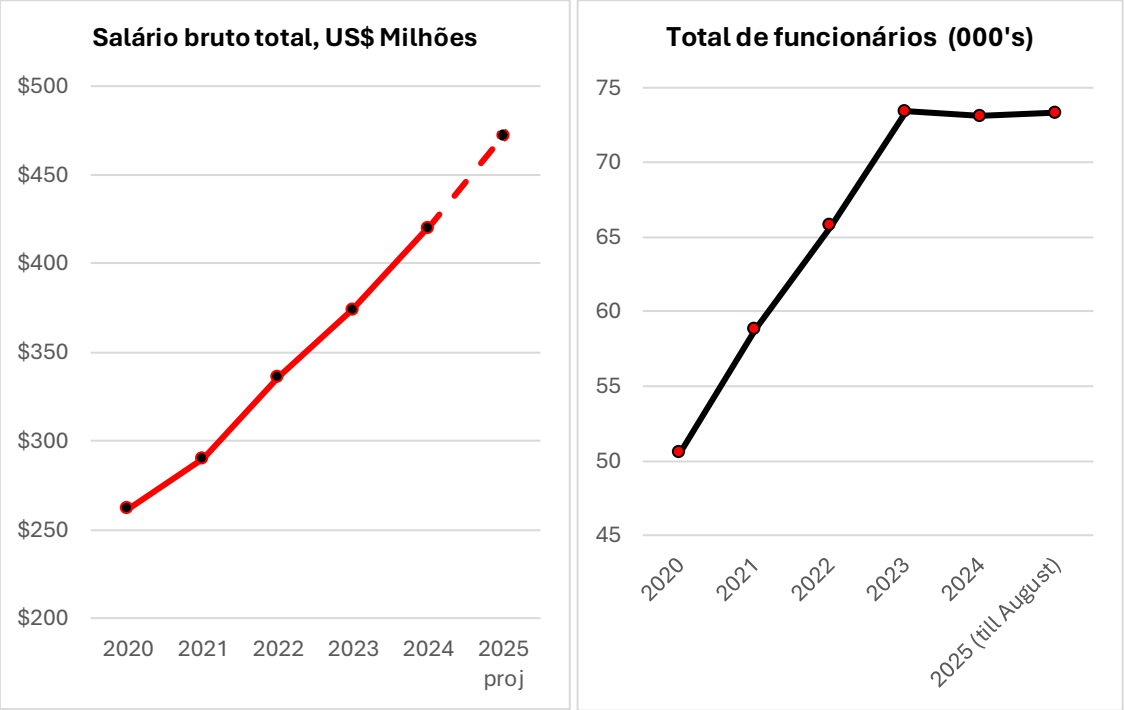


Fonte: GRP, Ministério das Finanças, setembro de 2025 *Os números do orçamento de 2025 incluem ajustes de janeiro a agosto de 2025

3.8. Devido ao facto de não existir um mapeamento claro ao nível dos itens e das rubricas das categorias antigas para as novas, não é possível analisar os dados históricos anteriores a 2022 ao abrigo da nova classificação. Portanto, para analisar adequadamente os fatores por trás das despesas salariais, é importante avaliar os dados da folha de pagamento. Os dados da folha de pagamento fornecem uma contagem do número total de funcionários que trabalham para a Administração Central e a RAEOA e seus salários brutos totais, excluindo subsídios variáveis, como custos de viagem e *per diems*. Excluem-se os trabalhadores de entidades extraorçamentais, como as empresas públicas. Os gráficos abaixo apresentam a despesa total com salários e o número total de funcionários públicos de acordo com os dados da folha de pagamento de 2020-2024. Estes números não incluem as contribuições patronais para o fundo de segurança social (ou seja, 6% do salário do empregador).

3.9. O primeiro gráfico mostra que a despesa bruta com a folha de pagamento teve um aumento de 60% de 2020 para 2024. O maior aumento foi em 2022, onde as despesas aumentaram 16%. As despesas com a folha de pagamento aumentaram 12% em 2024 e a projeção é que aumentem mais 12% em 2025. O gráfico à direita mostra que o aumento das despesas com a folha de pagamento entre 2020 e 2023 foi impulsionado principalmente pelas contratações, com o número de funcionários aumentando 45% entre 2020 e 2023. No entanto, o Tabela de funcionários estagnou desde 2023 e permaneceu em cerca de 73.000 funcionários. Isso significa que pouco mais de 5% da população trabalha para o setor público.

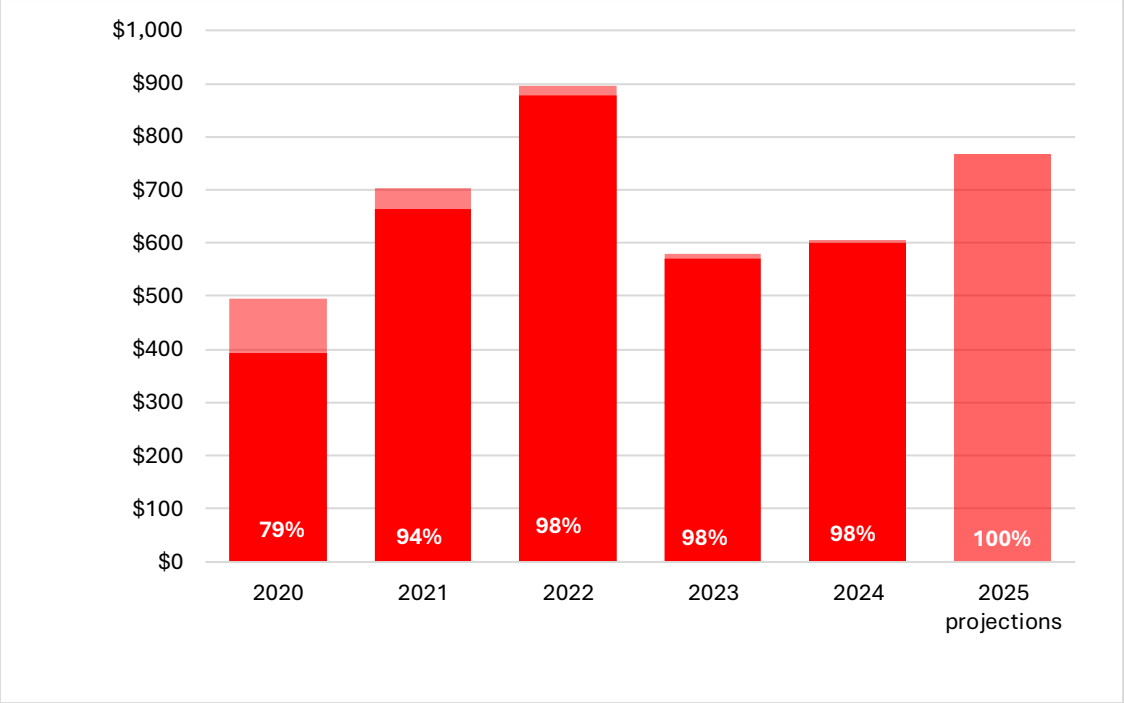
Figura 19: Dados da folha de pagamento sobre despesas e contagem de funcionários



**Os números do número de funcionários refletem o total de contratações ao longo do ano, uma vez que alguns contratantes são contratados apenas para uma parte do ano, estes números são superiores ao retrato dos funcionários no final do ano; O número de funcionários em 2025 pode aumentar devido a novas contratações no final do ano. Fonte: GRP, Ministério das Finanças, setembro de 2025*

3.10. De um modo geral, as despesas com transferências registaram uma tendência ascendente, indicando um aumento de 123% no período 2020-2023. Este aumento deveu-se, sobretudo, aos programas assistenciais durante a pandemia e às transferências para entidades públicas (em resultado da criação da EDTL e da BTL em 2020). O orçamento de retificação em 2023 viu uma grande queda nas transferências, que permaneceram relativamente baixas em 2024, mas devem aumentar novamente em 2025, principalmente devido a um grande aumento nas transferências para o fundo veterano. Em termos de execução, as transferências têm geralmente registado uma execução elevada nos últimos cinco anos, exceto em 2020, onde a execução foi impactada pelo início da pandemia de COVID-19.

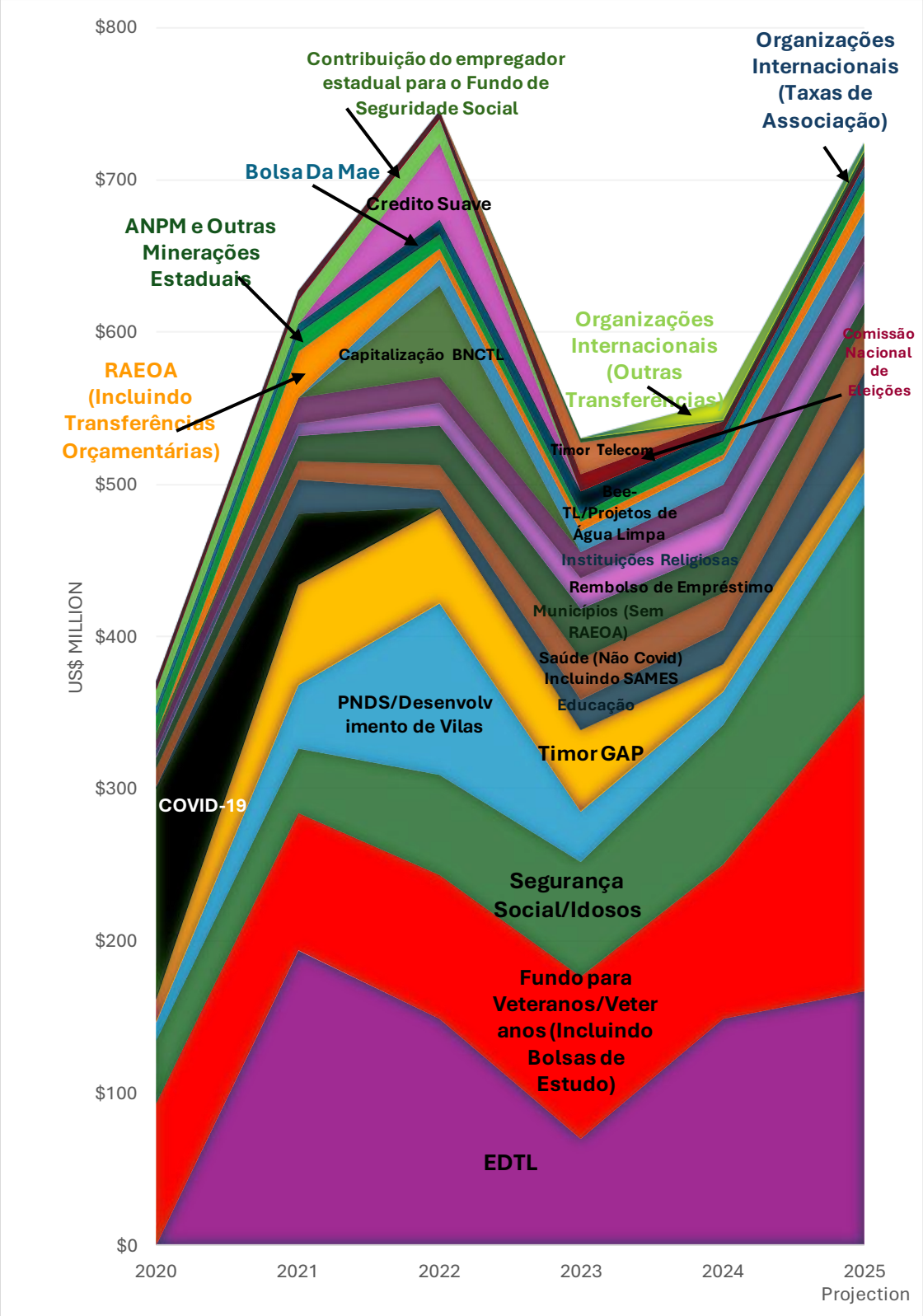
Figura 20: Transferência orçada e executada, US$ milhões



Fonte: GRP, Ministério das Finanças, setembro de 2025 *Nota – os valores são valores não consolidados e incluem transferências da Administração Central para a RAEOA, por exemplo, em 2025 a Administração Central transferiu US$ 10 milhões para a RAEOA, o que significa que o orçamento consolidado foi US$ 10 milhões menor do que o indicado acima. Os números do orçamento de 2025 incluem ajustes de janeiro a agosto de 2025

3.11. A gráfico abaixo Figura 22 ajuda a explicar os principais fatores impulsionadores das despesas de transferência. O gráfico mostra as principais transferências de 2020 a 2025, representando cerca de 90% das despesas de transferência a cada ano.

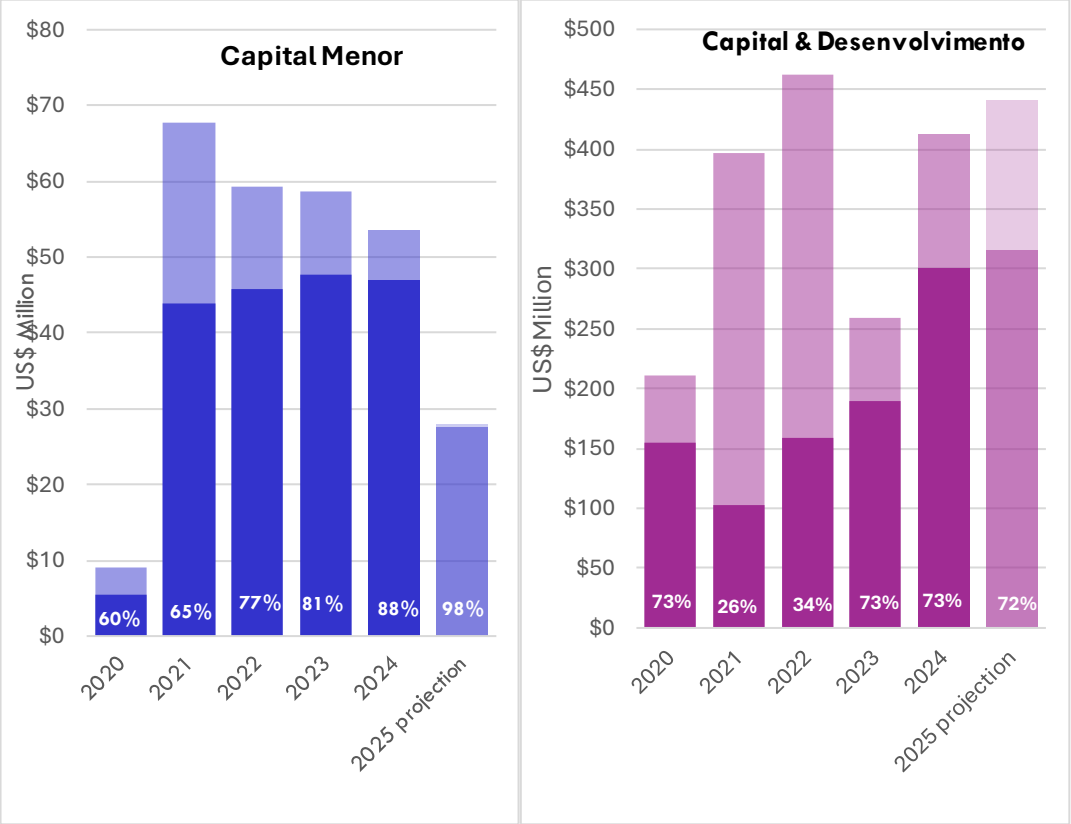
Figura 21: Top 90% das despesas de transferência 2020-2025, US$ milhões



Fonte: Análise da Direção Nacional de Política Económica com base em dados PRFV, Ministério das Finanças, setembro de 2025. Os valores incluem transferências da Administração Central para a RAEOA.

3.12. As despesas e execução em Capital e Desenvolvimento e Capital Menor apresentaram um aumento global na dotação orçamental e melhoria na execução ao longo do período 2020-2024. O Capital de Desenvolvimento teve as taxas de execução mais fracas e variáveis de todas as categorias, com uma média de 56% entre 2020-2024. Isso sugere fraquezas no planeamento de projetos e nos processos de aquisição. No entanto, espera-se que a execução aumente em 2025 para ambos os tipos de capital, devido à melhoria do processo de aquisição.

Figura 22: Orçamento e execução das despesas de capital, US$ milhões



*Fonte: GRP, Ministério das Finanças, setembro de 2025; *Os números do orçamento de 2025 incluem ajustes de janeiro a agosto de 2025*

3.13. O Tabela seguinte apresenta uma panorâmica do desempenho orçamental em 2024 a partir de 15 de setembro de 2024. A tabela também fornece uma projeção para execução por classificação econômica até 31 de dezembro. As previsões de execução para 2024 são informadas por uma combinação de padrões históricos e uma visão geral dos contratos pendentes e não executados. Esta abordagem provou ser bastante precisa no passado. Por exemplo, a execução final para 2023 foi apenas 2 pontos percentuais superior à projeção da proposta de orçamento para 2024.

Tabela 22: Orçamento e Despesas, Efetivos e Previstos em 31 de agosto de 2025, US$ milhões

Categoria Económica	OGE Original 2025	OGE atual 2025	Autorizações	Obrigações	Despesas de caixa reais	Previsão de Despesas de Caixa
Salário & Vencimentos	490,4	497,0	0,8	1,7	300,6	496,7
Bens e Serviços	414,8	411,5	18,1	42,9	148,7	320,0
Transferências*	767,6	758,4	19,5	1,5	504,7	758,4
Capital Menor	22,6	28,0	10,2	8,3	4,9	27,5
Capital e Desenvolvimento	439,8	440,3	41,8	42,7	91,2	315,0
Total da Administração Central Não Consolidada & RAEOA	2.135,2	2.135,2	90,4	90,4	1.050,2	1.917,6
Total da Administração Central Consolidada & RAEOA*	2.125,2	2.125,2	90,4	90,4	1.050,2	1.917,6

*Fonte: Atualidades do GRP, Ministério das Finanças, Projeções da Direção-Geral do Orçamento e Política, DGPO, Ministério das Finanças, setembro de 2025, * O total consolidado é o total não consolidado subtrair uma transferência de US$ 10 milhões da Administração Central para a RAEOA*

Estratégia orçamental para 2026

3.14. Esta seção fornece uma visão geral da Estratégia Orçamentária para 2026 para a Administração Central e a RAEOA. A dotação total para o orçamento consolidado de 2026 é de US$ 2,245 mil milhões. Isto representa um aumento de 5,6% face ao orçamento original de 2025.

3.15. A tabela abaixo mostra o orçamento para 2025 e 2026 categorizado por classificação económica. Esta classificação categoriza as despesas públicas com base na sua finalidade económica e consiste em despesas correntes e de capital. O maior aumento, atingindo 57,6%, é para pequenas despesas de capital, refletindo a necessidade de alguns ministérios modernizarem seus equipamentos após um ano de gastos relativamente baixos em 2025

3.16. As despesas recorrentes cobrem os custos operacionais diários, incluindo salários e vencimentos de funcionários públicos, aquisição de bens e serviços e pagamentos de transferência, como benefícios sociais e benefícios de veteranos. As despesas de capital são afetadas a investimentos a longo prazo, tais como projetos de infraestruturas e aquisição de equipamento (capital menor).

3.17. A maior parte do aumento é impulsionada por uma alocação 12,7% maior para bens e serviços, nomeadamente resultante da melhor alocação ao Ministério do Petróleo e Recursos Minerais para a realização de estudos avançados sobre o projeto Greater Sunrise.

3.18. A dotação para Salários e Vencimentos regista uma diminuição moderada. Isto apesar das pressões ascendentes sobre os salários, tanto das contratações como dos aumentos salariais. As pressões ascendentes sobre os salários incluem a contratação de novos cadetes da PNTL, o recrutamento de cerca de 2000 novos professores a partir do conjunto de candidatos aprovados e a concessão de contratos permanentes a vários profissionais de saúde que anteriormente tinham contratos temporários.

3.19. Reconhecendo as disparidades salariais no setor público, o Governo vai prever aumentos salariais para os funcionários efetivos do regime geral, que deverão subir um ou dois escalões nas tabelas salariais do regime geral (tal como definido pelo Decreto-Lei n.º 24/2016). Ao mesmo tempo, o Governo tomou medidas para racionalizar as despesas com os contratantes. A introdução da reforma obrigatória aos 65 anos para os funcionários públicos também proporcionou algumas poupanças, devendo ser feitas mais poupanças a médio prazo.

Tabela 23: Comparando Orçamento 2025 e Orçamento 2026 por Classificação Econômica, US$ Milhões

Classificação Económica	Orçamento aprovado para 2025	Proposta de Orçamento 2026	Variação percentual
Salário & Vencimentos	490,4	485,4	-1,0%
Bens e Serviços	414,8	467,5	12,7%
Transferências	757,6	796,4	5,1%
Capital Menor	22,6	35,6	57,6%
Capital e Desenvolvimento	439,8	459,8	4,6%
Total	2.125,2	2.244,7	5,6%

Fonte: DBFTL, Ministério das Finanças

3.20. A tabela mostra o orçamento para 2025 e 2026 com base na finalidade dos gastos, de acordo com o padrão internacional Classificação das Funções do Governo (COFOG). Essa estrutura foi desenvolvida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e publicada pela Divisão Estatística das Nações Unidas, podendo ser aplicada às despesas governamentais e à aquisição líquida de ativos não financeiros. A COFOG auxilia na análise comparativa das alocações orçamentárias ao longo do tempo ou entre países e regiões, e aumenta a capacidade do governo de analisar a eficiência da alocação de recursos e o monitoramento e a avaliação eficazes dos programas governamentais.

Tabela 24: Orçamento 2025 e 2026 pela COFOG

Categoria COFOG	Orçamento aprovado para 2025	Proposta de Orçamento 2026	Variação percentual
Defesa	24,8	53,2	114,1%
Assuntos Económicos	693,9	681,8	-1,7%
Formação Académica	164,3	205,2	24,8%
Proteção do ambiente	6,8	12,2	80,0%
Serviços Públicos Gerais	602,0	547,6	-9,0%
Saúde	100,0	138,3	38,3%
Habitação e Comodidades Comunitárias	68,6	49,8	-27,4%
Ordem Pública e Segurança	90,3	121,7	34,8%
Recreação, Cultura e Religião	31,0	28,9	-6,8%
Proteção social	343,3	406,1	18,3%
Total	2.125,2	2.244,7	5,6%

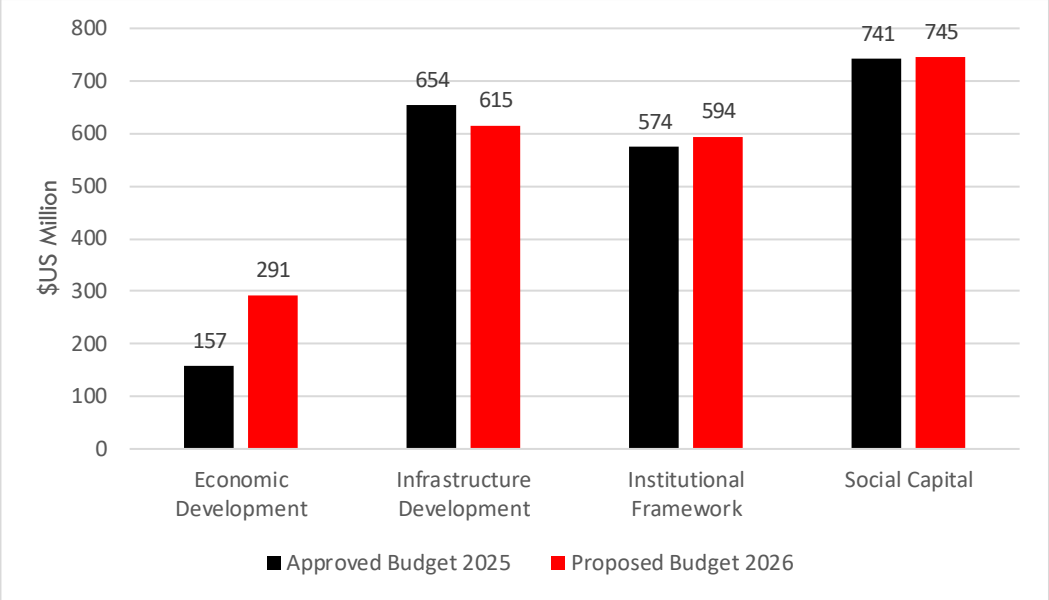
Fonte: DBFTL, Ministério das Finanças

3.21. O gráfico e a tabela abaixo ilustram a dotação orçamental de acordo com o Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento de Timor-Leste para 2011-2030[11].

3.22. Como mostra o gráfico e a tabela abaixo, a maior parte do aumento orçamentário entre 2025 e 2026 é impulsionada por uma alocação adicional de US$ 135 milhões para o pilar de Desenvolvimento Econômico, incluindo um aumento de 132% no subsetor petrolífero e um aumento de 173% no investimento do setor privado. Isto corresponde a cerca de 65 milhões de dólares para a Timor Gap e o Ministério do Petróleo e Recursos Minerais realizarem os estudos iniciais necessários para o projeto Greater Sunrise (levantamento geotécnico, estudo pré-FEED, avaliação de impacto ambiental, etc.) e 55 milhões de dólares para a capitalização do Banco Nacional de Desenvolvimento. Por conseguinte, os aumentos mais significativos do orçamento visam diretamente dois investimentos a longo prazo que promovem o crescimento económico e a prosperidade.

[11] https://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2011/07/Timor-Leste-Strategic-Plan-2011-20301.pdf

Figura 23: Orçamento de 2025 e Orçamento de 2026 por SDP, US$ milhões



Fonte: DBFTL, Ministério das Finanças

Tabela 25: Orçamento 2025 e Orçamento 2026 por Setor e Subsetor SDP, US$ milhões

Plano Estratégico de Desenvolvimento Setorial	Subsetor do Plano Estratégico de Desenvolvimento	Orçamento aprovado para 2025	Proposta de Orçamento 2026	Variação percentual
Desenvolvimento Económico	Agricultura	31,2	30,9	-1,0%
	Meio Ambiente	2,2	1,9	-14,5%
	Petróleo	60,1	139,2	131,6%
	Investimento do setor privado	33,4	91,3	173,1%
	Investimento do setor privado e desenvolvimento rural	13,3	13,5	1,5%
	Desenvolvimento rural	6,6	4,8	-26,4%
	Turismo	9,8	9,6	-1,8%
Desenvolvimento de Infraestruturas	Agricultura e Pescas	13,9	7,1	-48,8%
	Aeroportos	33,0	44,5	34,9%
	Eletricidade	182,8	136,5	-25,3%
	Finanças	2,1	2,4	13,8%
	Execução de Grandes Projetos (Fundos de Infraestruturas)	4,8	6,3	30,9%
	Desenvolvimento Institucional	24,9	29,5	18,8%
	Conceção e Supervisão de Novos Projetos	0,4	0,4	3,0%
	Edifício Público	9,4	6,5	-31,6%
	Estradas e Pontes	302,3	304,6	0,7%
	Portos Marítimos	5,0	5,2	3,1%
	Segurança e Defesa	0,0	0,7	-

Plano Estratégico de Desenvolvimento Setorial	Subsetor do Plano Estratégico de Desenvolvimento	Orçamento aprovado para 2025	Proposta de Orçamento 2026	Variação percentual
	Telecomunicações	10,2	12,2	19,9%
	Transporte	0,8	1,0	22,3%
	Desenvolvimento Urbano e Rural	37,9	34,7	-8,5%
	Água e Saneamento	26,4	23,1	-12,4%
Tabela institucional	Defesa	51,5	59,5	15,6%
	Negócios Estrangeiros	25,9	31,9	22,8%
	Justiça	33,1	36,1	9,3%
	Agência Nacional de Desenvolvimento e Agência de Política Económica e Investimento (Fundos de Infraestruturas)	0,6	0,2	-62,8%
	Gestão do Setor Público e Boa Governação	395,1	396,1	0,3%
	Segurança	67,5	70,1	4,0%
Social Capital	Cultura e Património	30,8	32,7	6,3%
	Educação e Formação	196,8	201,0	2,1%
	Saúde	115,3	128,1	11,1%
	Inclusão Social	398,1	383,0	-3,8%

Fonte: DBFTL, Ministério das Finanças

3.23. A tabela a seguir mostra a dotação orçamental com base nas metas dos ODS. As metas dos ODS são 17 objetivos globais definidos pelas Nações Unidas para enfrentar desafios como a pobreza e as alterações climáticas.

3.24. Em comparação com o orçamento original de 2025, o orçamento proposto para 2026 coloca especial ênfase no crescimento económico a longo prazo, com um aumento de 56% no financiamento para o Objetivo 8 relacionado com o crescimento inclusivo e sustentável, e um aumento de 62% na dotação para o Objetivo 9 relacionado com o desenvolvimento de infraestruturas. Isto demonstra o compromisso do governo em garantir que todas as despesas adicionais sejam direcionadas para lançar as bases para um desenvolvimento económico mais resiliente.

Tabela 26: Orçamento 2025 e Orçamento 2026 por ODS, US$ milhões

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Orçamento aprovado para 2025	Proposta de Orçamento 2026	Variação percentual
Objetivo 1. Erradicar a pobreza em todas as suas formas em toda a parte	2,0	1,9	-1,9%
Objetivo 2. Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável	40,0	31,6	-21,0%
Objetivo 3. Garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades	114,6	132,6	15,8%

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Orçamento aprovado para 2025	Proposta de Orçamento 2026	Variação percentual
Objetivo 4. Assegurar uma educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	195,0	201,7	3,4%
Objetivo 5. Alcançar a igualdade de género e capacitar todas as mulheres e raparigas	389,6	375,1	-3,7%
Objetivo 6. Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água e do saneamento para todos	22,8	20,3	-10,6%
Objetivo 7. Garantir o acesso a energia a preços acessíveis, fiável, sustentável e moderna para todos	171,7	127,4	-25,8%
Objetivo 8. Promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos	93,7	146,1	55,8%
Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	194,7	315,9	62,3%
Golo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	192,9	105,9	-45,1%
Golo 12. Assegurar padrões sustentáveis de consumo e produção	68,4	74,7	9,2%
Golo 13. Tomar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos[b]	2,2	2,3	3,1%
Golo 14. Conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável	1,8	0,7	-61,6%
Golo 15. Proteger, restaurar e promover a utilização sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e inverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade	0,1	0,1	-5,1%
Golo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis	630,5	706,8	12,1%
Golo 17. Reforçar os meios de execução e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável	5,1	1,4	-72,2%
Total	2.125,2	2.244,7	5,6%

Fonte: DBFTL, Ministério das Finanças *O orçamento não inclui uma dotação para o ODS 10 (reduzir as desigualdades dentro dos países e entre países).

Perspetivas das despesas a médio prazo

3.25. O Tabela seguinte apresenta um resumo do Tabela Orçamental de Médio Prazo do Governo. Isto inclui os montantes consolidados do Orçamento para a Administração Central e a RAEOA, bem como as estimativas futuras até 2030, discriminadas por classificação económica.

3.26. As dotações para Salários e Vencimentos deverão diminuir de ano para ano, em linha com a decisão do Governo de congelar as contratações para o setor da administração pública, enquanto se aguarda uma revisão liderada pela Comissão da Função Pública do regime salarial e laboral do setor público. Juntamente com o Ministério das Finanças, a Comissão da Função Pública está a avaliar a dimensão e a eficiência do sector público. A análise está em curso e a recomendação procurará melhorar o impacto e a sustentabilidade da despesa pública, desenhando um regime de contratação justo e sustentável. As dotações abaixo pressupõem que não serão realizados mais aumentos de salários e vencimentos antes desta revisão. Ao mesmo tempo, o governo introduzirá a aposentadoria compulsória para funcionários públicos permanentes aos 65 anos, o que levará a uma economia anual de cerca de US$ 4-8 milhões de 2027 a 2030.

3.27. As dotações para transferências deverão ser congeladas a médio prazo. Veteranos e idosos representam pressões ascendentes. A melhoria dos resultados em termos de saúde, conducente a um aumento da esperança de vida, significa que se prevê que as transferências para o regime não contributivo aumentem a médio prazo. Ao mesmo tempo, há pressões ascendentes para a lista de veteranos como resultado de novas reivindicações.

3.28. Apesar das pressões ascendentes, o Governo está a tomar medidas para racionalizar as despesas de transferência a médio prazo. Os planos para estabelecer um ID único lançarão as bases para a potencial introdução de um registo único de pagamentos por transferência. Tal permitiria ao governo acompanhar melhor o total dos pagamentos a indivíduos e famílias, conduzindo a potenciais poupanças através da eliminação de quaisquer pagamentos duplicados e da melhoria da eficiência na alocação dos pagamentos de transferências. Facilitar o investimento dos sectores público e privado em painéis solares reduzirá também a dependência das importações de combustíveis para a produção de eletricidade, conduzindo a potenciais poupanças nas transferências para a EDTL, a empresa estatal de eletricidade.

3.29. Além disso, a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDTL) oferece uma nova oportunidade para racionalizar as despesas com transferências públicas a médio prazo. O BNDTL constituirá uma fonte essencial de financiamento em todo o país através de empréstimos em condições favoráveis, garantias de crédito e regimes de financiamento de base comunitária. Tal não só proporcionará um apoio financeiro fundamental aos setores insuficientemente servidos, como também permitirá ao governo eliminar progressivamente as transferências públicas relacionadas com o desenvolvimento empresarial e os regimes de diversificação económica.

3.30. A dotação para Bens e Serviços deverá ser plana até 2029 e depois manter-se constante em termos reais. Como demonstrado na seção Desempenho Orçamentário acima, a execução de Bens e Serviços foi, em média, de 74% nos últimos cinco anos (2020-2024). As perspetivas de Médio Prazo pressupõem que a execução de Bens e Serviços melhorará gradualmente e atingirá perto de 100% até 2029. Por conseguinte, embora as dotações de bens e serviços permaneçam congeladas até 2029, prevê-se que as despesas globais com bens e serviços aumentem todos os anos até atingir 100% de execução. Para programas e itens individuais, prevê-se que as despesas com bens e serviços aumentem em linha com a inflação e os aumentos dos preços dos combustíveis. Do mesmo modo, em 2027 e 2028, prevê-se que a execução global das despesas com bens e serviços aumente devido às despesas associadas à organização de eleições presidenciais e legislativas, respetivamente. No entanto, tal não exigirá um aumento do limite máximo global, uma vez que os futuros orçamentos terão como objetivo a reafetação de fundos de programas subexecutados e com fraco desempenho.

3.31. A fim de assegurar a melhoria da prestação de serviços e uma melhor gestão dos investimentos públicos, o governo concentrar-se-á, a médio prazo, na conclusão de todos os projetos em curso. Tal não só garantirá uma boa relação custo-benefício, mas também criará espaço orçamental para novos projetos que estarão prontos para execução. Uma alocação de US$ 436 milhões foi feita para cobrir a implementação de projetos em andamento previstos para conclusão em 2026, bem como a implementação de novos projetos aprovados. Essa dotação inclui US$ 26,2 milhões para projetos de municípios, US$ 300 milhões para projetos financiados pelo fundo de infraestrutura (FI) e US$ 110,4 milhões para outros projetos de ministérios de linha que estão previstos para serem incluídos no orçamento.

3.32. De acordo com a política orçamental de médio prazo do Governo de contenção das despesas e com os objetivos da reforma da GFP de gestão eficiente dos investimentos públicos, espera-se que os projetos de capital a considerar para financiamento orçamental sejam examinados quanto à viabilidade e preparação para a implementação.

3.33. Dada a política do governo de conclusão dos projetos existentes e de aplicação do Tabela de avaliação e de definição de prioridades para os projetos antes da sua inclusão no orçamento, as perspetivas globais para as despesas de capital de desenvolvimento manter-se-ão estáveis nos próximos anos. Estas perspetivas de despesas serão impulsionadas pelo volume existente de projetos na reserva de projetos, pelos compromissos transitados de atividades não executadas no ano anterior, pelo aumento geral dos preços dos materiais, pela reestruturação dos projetos não produtivos e pela melhoria das taxas de execução.

3.34. Além disso, os aumentos nas despesas de capital de desenvolvimento em 2029 e 2030 serão impulsionados pela melhoria prevista nas taxas de execução, impulsionada por uma mudança de política para permitir contratos plurianuais, bem como pela preparação e escrutínio rigorosos dos projetos antes da sua implementação. As dotações para despesas de capital em 2029 e 2030 abaixo têm em conta potenciais novos projetos que possam entrar na calha nesses anos. Estes não foram atribuídos nas dotações do programa previstas nos livros e Tabelas orçamentais suplementares, que apenas preveem dotações para projetos em preparação. A diferença entre o gasoduto existente e os números abaixo indicados representa o espaço fiscal que o governo poderá alocar a novos projetos.

Tabela 27: Perspetivas de despesas a médio prazo, Administração Central e RAEOA, US$ milhões

Classificação Económica	2026	2027	2028	2029	2030
Salário & Vencimentos	485	481	474	468	460
Bens e Serviços	467	467	467	477	486
Transferências	796	796	796	796	796
Capital Menor	36	36	37	38	38
Capital e Desenvolvimento	460	460	460	501	544
Limite máximo total	**2.019**	**2.086**	**2.157**	**2.236**	**2.285**

Marcadores de orçamento

3.35. O Governo continua a demonstrar o seu empenho na transparência e responsabilização orçamentais, tal como evidenciado pelos seus esforços para promover a boa governação e uma gestão orçamental responsável, que visam melhorar o processo orçamental no âmbito da gestão das finanças públicas.

3.36. Para além da manutenção e melhoria dos quatro marcadores orçamentais existentes utilizados em 2026, nomeadamente género, criança, nutrição e clima, foram introduzidos dois

marcadores adicionais, deficiência e economia azul, para 2026. Tal representa uma mudança significativa no compromisso do Governo para com a boa governação, a transparência e uma gestão orçamental responsável, abordando simultaneamente questões transversais que contribuem para o crescimento económico e a inclusão.

a) Marcador de género

3.37. O sistema de marcadores de género consiste em três marcadores distintos, cada um concebido para permitir uma avaliação abrangente das dotações orçamentais em termos da sua capacidade de resposta ao género e alinhamento com o compromisso do governo de promover a igualdade de género e reduzir as disparidades. Para mais pormenores, ver abaixo a definição de cada marcador:

Não.	Marcador	Definição
1	**Principal (P)**	Esta categoria aplica-se a atividades em que o principal resultado esperado é a redução da desigualdade entre homens e mulheres e a promoção da inclusão social. Trata-se de intervenções explicitamente concebidas para promover objetivos relacionados com o género
2	**Significativo (S)**	Esta categoria indica que uma atividade foi concebida após uma análise de género para ter um impacto significativo e positivo no programa e subprograma do ministério, contribuindo para a igualdade de género e inclusão social. Estas intervenções têm um objetivo de género claro, mas secundário.
3	**Não direcionado (NT)**	Esta categoria aplica-se a atividades que não foram concebidas com uma análise de género e cujo objetivo principal não aborda, direta ou indiretamente, as necessidades e preocupações de grupos vulneráveis e marginalizados.

Tabela 28:D Atribuição do Orçamento do Estado por Marcador de Género 2026

Marcador de género	Alocação 2026 (US$)
Principal [P]	220.314.478
Significativo [S]	260.777.340
Total	481.091.818

Fonte: Sistema de planeamento e orçamentação de Timor-Leste (Dalan Ba Futuru), setembro de 2025

3.38. O Marcador de Gênero 2026 regista US$ 481 milhões em alocações, sendo US$ 292 milhões direcionados para intervenções principais que se concentram diretamente na igualdade de gênero e US$ 192 milhões para iniciativas onde o gênero é um objetivo importante, mas secundário. Estes investimentos abrangem a proteção social, a saúde reprodutiva, a consolidação da paz, a agricultura, as infraestruturas e a capacitação dos jovens, refletindo um forte empenho na promoção dos direitos, da emancipação e da inclusão das mulheres.

Embora os progressos sejam evidentes, são necessários mais esforços para reforçar a integração entre homens e mulheres em todos os setores, incluindo a saúde e o desenvolvimento económico, a fim de assegurar resultados sustentados e equitativos.

b) Marcador nutricional

3.39. Para o ciclo de planeamento e orçamento do ano financeiro de 2026, o NBT será implementado em duas categorias distintas no nível de atividade visando intervenções destinadas a erradicar a desnutrição e o déficit de estatura na população.

Não.	Marcador	Definição
1	**Intervenções Nutricionais Específicas (NE)**	Atividades em que o objetivo principal é melhorar os resultados nutricionais, como tratamento para crianças desnutridas, suplementação vitamínica ou campanhas de conscientização nutricional.
2	**Intervenções sensíveis à nutrição (NS)**	Atividades não focadas principalmente na nutrição, mas com um impacto significativo nos resultados da nutrição, como programas de alimentação escolar, projetos WASH ou diversificação agrícola que melhora a qualidade da dieta.

Tabela 29: Distribuição do Orçamento Geral do Estado por Marcador Nutricional, 2026

Marcador nutricional	Alocação 2026 (US$)
Intervenções Nutricionais Específicas (NE)	30.553.177
Intervenções Sensíveis à Nutrição (NS)	23.066.222
Total	53.619.399

Fonte: Sistema de planeamento e orçamentação de Timor-Leste (Dalan Ba Futuru), setembro de 2025

3.40. O Marcador de Nutrição 2026 regista US$ 53,6 milhões em alocações, com US$ 30,6 milhões direcionados a intervenções específicas de nutrição que proporcionam melhorias diretas e mensuráveis na qualidade da dieta, crescimento infantil e saúde. O Ministério da Saúde lidera com serviços básicos de nutrição, cuidados de saúde primários, nutrição clínica, saúde materna e neonatal e alcance da comunidade. Gastos sensíveis à nutrição de US$ 23,1 milhões apoiam atividades em todo o sistema, como programas municipais e de alimentação pré-escolar, iniciativas de segurança alimentar baseadas na agricultura e campanhas de promoção da saúde. Em conjunto, estes investimentos reforçam as plataformas de prestação de serviços e amplificam os resultados nutricionais, contribuindo para a estratégia de capital humano do Governo e salvaguardando recursos para programas de nutrição de alto impacto.

c) Marcador de criança

3.41. O Marcador da Criança consiste em três categorias distintas, cada uma concebida para avaliar até que ponto os direitos das crianças são priorizados ao nível da atividade. Estas categorias servem de guia crucial para garantir que os recursos orçamentais são eficazmente atribuídos para promover o bem-estar e os direitos das crianças:

Não.	Marcador	Definição
1	**Específico (E)**	Esta categoria aplica-se a atividades cujo objetivo principal é contribuir diretamente para os direitos das crianças, como vacinas, programas de educação infantil ou serviços de proteção infantil.
2	**Estendido (A)**	Esta categoria aplica-se a atividades que beneficiam principalmente a população em geral, mas também fornecem bens e serviços que têm um impacto significativo e mensurável nas crianças. Exemplos incluem projetos de saneamento público que melhoram a saúde da comunidade, incluindo a das crianças.
3	**Indireto (I)**	Esta categoria refere-se a atividades que têm uma contribuição ampla e indireta para o desenvolvimento e o bem-estar das crianças, tais como projetos de infraestruturas nacionais ou a administração pública em geral

Tabela 30 : Distribuição do Orçamento Geral do Estado por Marcador Infantil

Marcador de criança	Alocação 2026 (US$)
Específico [E]	76.528.020
Estendido [A]	85.748.959
Total	162.276.979

Fonte: Sistema de planeamento e orçamentação de Timor-Leste (Dalan Ba Futuru), setembro de 2025

3.42. O Marcador Infantil 2026 totaliza US$ 162 milhões, sendo US$ 76,5 milhões classificados como Específicos e US$ 85,7 milhões como Estendidos. Isso reflete um mapeamento mais rigoroso entre os objetivos do programa e a marcação, dando maior peso às intervenções com impacto direto e mensurável nos resultados infantis. As alocações específicas priorizam serviços de sala de aula e esquemas de proteção social, como o Bolsa da Mãe, enquanto o estendido inclui grandes programas de saúde e WASH que apoiam o bem-estar infantil indiretamente. Em conjunto, estas dotações reforçam o alinhamento com as prioridades em matéria de capital humano, melhoram a relação custo-eficácia e aumentam a credibilidade dos relatórios orçamentais sobre as despesas centradas nas crianças.

d) Marcador climático

3.43. O Marcador Climático consiste em três categorias distintas, cada uma concebida para avaliar até que ponto a mitigação das alterações climáticas, a resiliência climática e a utilização sustentável dos recursos naturais são priorizadas ao nível da atividade.

Não.	Marcador	Definição
1	**Altamente Relevante (H)**	Atividades cujo objetivo principal é fornecer resultados climáticos mensuráveis, como reflorestamento, gestão de bacias hidrográficas, infraestrutura resiliente e projetos de energia renovável.
2	**Média relevância (M)**	Atividades não concebidas principalmente como iniciativas climáticas, mas com co-benefícios climáticos significativos — por exemplo, obras de drenagem que reduzem o risco de inundações ou projetos de transporte e saneamento que incorporam características de resiliência.

Tabela 31: Distribuição do Orçamento Geral do Estado por Marcador Climático, 2026

Marcador climático	Alocação 2026 (US$)
Alta relevância [H]	15.544.067
Média relevância [M]	36.299.333
Total	51.843.400

Fonte: Sistema de planeamento e orçamentação de Timor-Leste (Dalan Ba Futuru), setembro de 2025

3.44. O Climate Marker 2026 regista US$ 51,8 milhões em alocações, sendo US$ 15,5 milhões direcionados para projetos de alta relevância e US$ 36,3 milhões para aqueles de média relevância. As despesas de elevada relevância centram-se em sistemas de água e saneamento, respostas rodoviárias de emergência, gestão de resíduos sólidos, iniciativas florestais e conservação da biodiversidade, todos diretamente ligados à resiliência climática e à redução dos riscos. O financiamento de média relevância apoia programas de desenvolvimento mais amplos com co-benefícios climáticos, incluindo a conceção do controlo das inundações, drenagem e saneamento municipais, conservação dos solos e da água, pescas e aquicultura. Em conjunto, estes investimentos abrangem setores-chave como as obras públicas, as administrações locais, a agricultura, o ambiente e a proteção civil, reforçando os esforços de adaptação, a proteção dos recursos e a preparação para catástrofes.

e) Marcador da Economia Azul

3.45. Enquanto novo sistema de marcação para 2026, o marcador da economia azul acompanha sistematicamente o financiamento para a gestão e o desenvolvimento sustentáveis dos recursos marinhos e costeiros, apoiando a diversificação económica, a proteção ambiental e o alinhamento com os objetivos de desenvolvimento nacionais e internacionais. É composto por três categorias distintas:

Não.	Marcador	Definição
1	**Específicos [S]:**	Atividades cujo principal objetivo é promover a Economia Azul, como centros de aquicultura, apoio à pesca artesanal, proteção da biodiversidade marinha ou a campanha de sensibilização "Ha'u nia Tasi, Ha'u nia Timor".
2	**Expandido [E]:**	Atividades fora do âmbito imediato da Economia Azul, mas com benefícios significativos para a mesma, incluindo projetos de saneamento costeiro, infraestruturas de ecoturismo, conservação da biodiversidade e educação ambiental
3	**Indireto [I]:**	Programas mais amplos não se centraram principalmente na Economia Azul, mas com relevância indireta, como o projeto Tasi Mane, a reabilitação portuária, o desenvolvimento do transporte marítimo e os programas de formação profissional que beneficiam as comunidades costeiras.

Tabela 32 Distribuição do Orçamento Geral do Estado por marcador da Economia Azul

Marcador da Economia Azul	Alocação (US$)
Específico [S]	1,830,797
Expandido [E]	11,207,976
Indireto [I]	173,497,691
Total	**186,536,464**

Fonte: Sistema de planeamento e orçamentação de Timor-Leste (Dalan Ba Futuru), setembro de 2025

3.46. O Marcador da Economia Azul de 2026 identifica quase US$ 186 milhões em dotações orçamentárias. Embora apenas US$ 1,8 milhões sejam dedicados a intervenções específicas que promovam diretamente a pesca, a aquicultura e o ordenamento do espaço marinho, mais de US$ 11 milhões são alocados para atividades expandidas que geram benefícios climáticos e comunitários significativos por meio de projetos de restauração de manguezais, ecoturismo e saneamento costeiro. Além disso, o financiamento indireto de US$ 173 milhões apoia programas intersetoriais de infraestruturas, segurança marítima e formação profissional. Esta distribuição destaca o vasto âmbito da Economia Azul e sublinha a necessidade de uma forte coordenação interministerial para alinhar os investimentos com o desenvolvimento sustentável e a resiliência nacional a longo prazo.

f) Marcador de deficiência

3.47. A par do Marcador da Economia Azul, o IX Governo Constitucional está a introduzir um Marcador de Deficiência na elaboração do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2026. Este marcador identifica e monitoriza sistematicamente as dotações orçamentais que promovem a inclusão das pessoas com deficiência, em consonância com os Tabelas nacionais e internacionais. É composto por duas categorias:

Não.	Marcador	Definição
1	**Principal (P):**	O principal objetivo da atividade é promover os direitos e a equidade das pessoas com deficiência.
2	**Integrado (I)**:	A inclusão da deficiência é um objetivo deliberado e significativo no âmbito da atividade, embora não seja o seu foco principal.

Tabela 33: Distribuição do Orçamento Geral do Estado por Marcador de Deficiência

Marcador de incapacidade	Alocação 2026 (US$)
Principal [P]	2.073.586
Integrado [I]	209.564.503
Total	211,638,089

Fonte: Sistema de planeamento e orçamentação de Timor-Leste (Dalan Ba Futuru), setembro de 2025

3.48. O Marcador de Deficiência 2026 identifica uma alocação total de US$ 2.073.586 para atividades em que a inclusão da deficiência é o foco principal, com oito ministérios envolvidos. O Ministério da Solidariedade Social e Inclusão alocou US$ 476.891 para programas de inclusão social, incluindo empoderamento socioeconômico para pessoas com deficiência, enquanto o Ministério da Saúde dedicou US$ 53.146 para saúde mental, cuidados com epilepsia e serviços para comunidades vulneráveis. Além disso, a categoria integrada do marcador destaca a inclusão mais ampla da deficiência em 36 ministérios, incluindo uma alocação de US$ 340.000 do Ministério da Juventude, Desporto, Artes e Cultura para o desenvolvimento de atletas de alto rendimento e a integração de infraestrutura e atividades desportivas acessíveis .

4. Receitas e Financiamento

Receitas Internas

4.1. As receitas internas em Timor-Leste compreendem receitas fiscais e não fiscais que são cobradas pela Administração Central e pela RAEOA. Os impostos cobrados pela RAEOA são retidos pela Administração Central, enquanto as receitas não fiscais cobradas pela RAEOA são retidas pela RAEOA.

4.2. Os impostos são discriminados em Impostos Diretos e Indiretos. As receitas não fiscais são compostas por Lucros, Taxas e Penalidades e Vendas de Bens e Serviços. Estas são repartidas do seguinte modo:

- **Os impostos diretos** incluem os impostos sobre os rendimentos salariais e não salariais.
- **Os impostos indiretos** incluem direitos de importação, impostos sobre vendas, impostos especiais de consumo e impostos sobre serviços.
- **Os ganhos** incluem ganhos de arrendamento de propriedades do governo e receitas de juros.
- **Taxas e Penalidades** que compreendem várias taxas e encargos administrativos, tais como: taxas sobre jogos sociais, estacionamento, passaporte, visto e taxas de transporte, bem como penalidades como transporte e penalidades relacionadas com o tribunal. A lista completa das taxas e penalidades previstas para cobrança em 2025 é fornecida nas tabelas orçamentárias.
- **Vendas de Bens e Serviços** , incluindo vendas de impressão, leilões de carros e vendas de bens e serviços de entidades públicas como o Museu da Resistência e o Instituto do Bambu. Uma lista completa dos bens e serviços previstos para venda em 2025 é fornecida. na tabela 4 da lei OGE 2026.
- **Outras Receitas Correntes** constituídas por receitas correntes internas que não são classificadas nas outras categorias. Possíveis razões podem ser que a linha de receita não se encaixa bem em itens e itens de linha existentes. Estes são relativamente pequenos na sequência da alteração das classificações económicas a partir de 2023 e não são projetados para o Orçamento de 2026 e mais além.

4.3. O gráfico abaixo apresenta uma desagregação das receitas internas de 2014 a 2024. As receitas domésticas aumentaram de US$ 173,6 milhões em 2015 para US$ 196,7 milhões em 2018, antes de diminuir em 2019 e 2020. As coleções recuperaram em 2021 para US$ 217,5 milhões, moderaram em 2022 e subiram para seus níveis mais altos em 2023 e 2024, com US$ 238,7 milhões e US$ 233,9 milhões, respetivamente.

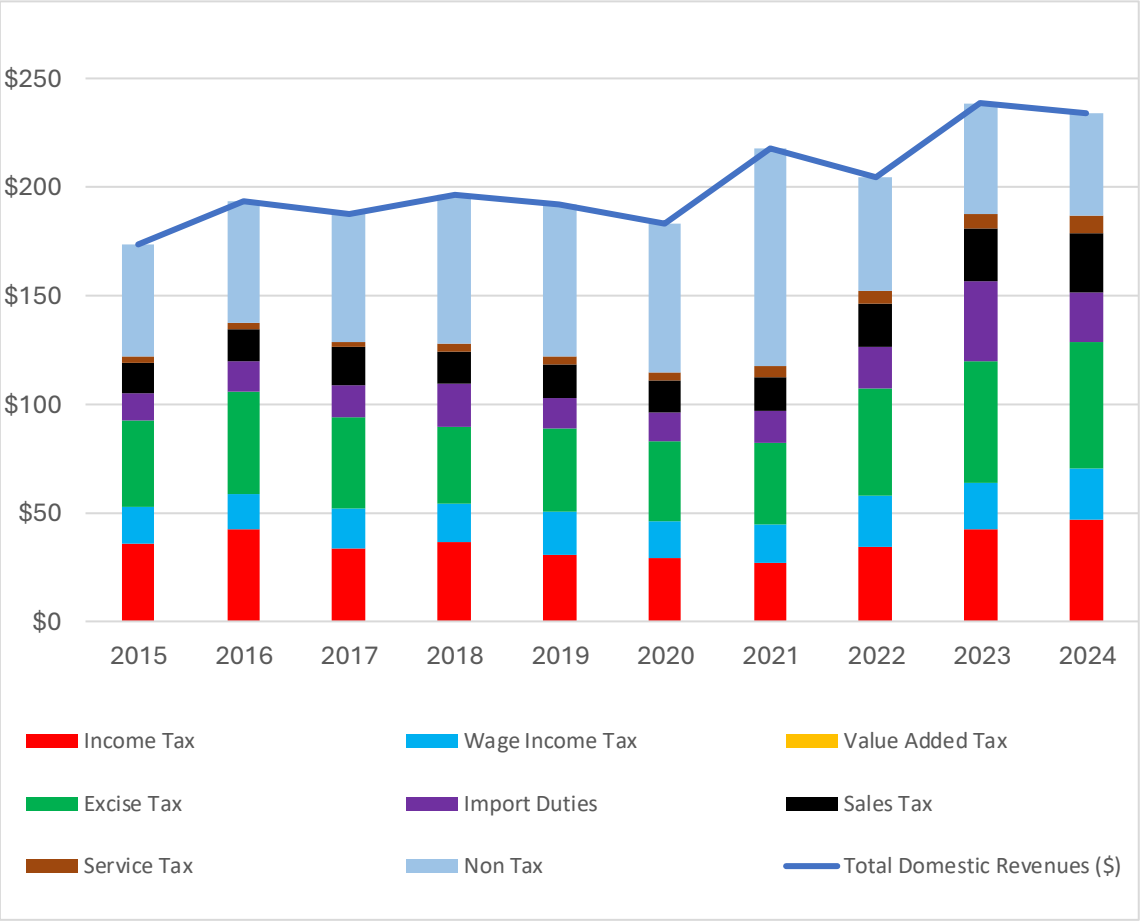
4.4. Os impostos diretos mantiveram-se estáveis durante a maior parte do período. O imposto de renda salarial aumentou gradualmente de US$ 17,4 milhões em 2015 para US$ 23,6 milhões em 2024. O imposto de renda não salarial foi mais volátil, caindo após 2016, mas se recuperando fortemente para atingir US$ 47,2 milhões em 2024.

4.5. Os impostos indiretos cresceram de forma constante. Os impostos especiais de consumo aumentaram de US$ 39,6 milhões em 2015 para US$ 58,2 milhões em 2024, apoiados por taxas mais altas introduzidas entre 2020 e 2023. Os direitos de importação aumentaram até 2018, flutuaram depois disso e atingiram um pico de US$ 36,9 milhões em 2023. As receitas de impostos sobre vendas aumentaram consistentemente, de US$ 13,6 milhões em 2015 para US$ 27,0 milhões em 2024. A cobrança de impostos sobre serviços, embora pequena, mais do que duplicou no mesmo período.

4.6. As receitas não fiscais foram, em média, de US$ 60 a US$ 70 milhões entre 2015 e 2019, antes de caírem em 2020 após o estabelecimento da EDTL e da Bee-TL como empresas estatais. As taxas e penalidades, que ultrapassavam US$ 50 milhões anuais antes de 2020, caíram para cerca de metade desse nível nos últimos anos. Os lucros e as vendas de bens e serviços permaneceram modestos, enquanto outras receitas correntes, embora por vezes significativas, não são claramente classificadas.

4.7. A estrutura global das receitas internas alterou-se. As receitas fiscais tornaram-se o principal motor do crescimento, enquanto as receitas não fiscais diminuíram em importância. Até 2024, os impostos especiais de consumo e os impostos sobre o rendimento representaram uma parte mais importante das receitas totais, refletindo tanto as mudanças políticas como as reformas estruturais.

Figura 24: Administração Central de Receitas Domésticas e RAEOA 2014-2024, US$ Milhões



Fonte: Receitas da Administração Central são cálculos da Direção Nacional de Política Económica com base em dados do Tesouro, Ministério das Finanças. Receitas não fiscais retidas pela RAEOA das Contas Financeiras Consolidadas, Ministério das Finanças, setembro de 2025

4.8. Prevê-se que as receitas internas aumentem moderadamente em 2025. As projeções abaixo são baseadas em padrões históricos e números de receita até agosto de 2025. Prevê-se que os impostos sobre o rendimento e sobre os salários aumentem com base nas cobranças até agora este ano. Isso é indicativo de maior atividade econômica e maiores ganhos em 2024. Por outro lado, prevê-se que as receitas aduaneiras diminuam com base nos padrões observados nos primeiros 9 meses do ano. As receitas não fiscais deverão manter-se semelhantes às dos anos anteriores.

4.9. No futuro, projeta-se que as receitas não fiscais agregadas aumentem em linha com o crescimento da população e a inflação. Prevê-se que os impostos sobre o rendimento e os salários aumentem em linha com o crescimento do PIB. Prevê-se que as receitas aduaneiras recuperem em 2026, após uma queda inesperada no primeiro semestre de 2025. A recuperação deve-se, em parte, às expectativas de níveis mais altos de importação devido a uma transferência de US$ 98 milhões para o fundo do veterano, prevista para começar em dezembro de 2025 e continuar em 2026 e além.

4.10. As previsões de receitas internas abaixo também fornecem projeções indicativas para as receitas que resultarão da implementação de um Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)

em 2027. Serão apresentados ao Parlamento mais pormenores sobre o IVA após a finalização e apresentação de um projeto de lei sobre o IVA. Embora a política exata relacionada com a aplicação do IVA ainda não tenha sido confirmada, será implementada de acordo com o seguinte princípio de aumento das receitas globais, mas mantendo-se neutro em termos de inflação para os cidadãos mais pobres. Isto pode ser conseguido através de classificações zero para certos bens essenciais. As classificações zero exatas serão confirmadas após uma análise cuidadosa dos impactos distributivos da política.

4.11. O IVA substituirá os impostos sobre serviços e os impostos sobre vendas. Substituirá igualmente os direitos de importação, um passo importante, uma vez que os direitos de importação deixarão de ser aplicados às mercadorias provenientes dos países da ASEAN após um período de transição. A duração exata do período de transição está atualmente sujeita a negociações. As previsões que se seguem baseiam-se no pressuposto de que o período de transição é negociado com êxito para 2026, o que significa que os direitos de importação não são reduzidos para as importações provenientes da ASEAN e que o IVA é então aplicado com êxito até 2027.

4.12. Se um IVA não estiver em vigor no momento em que Timor-Leste for obrigado a eliminar os direitos de importação para as importações da ASEAN, isso levará a uma queda significativa dos Direitos de Importação em relação à previsão apresentada abaixo.

Tabela 34: Projeções da Receita Interna Real 2024-2029, US$ Milhões

	2024 Atual	Proj 2025	Proj 2026	Proj 2027	Proj 2028	Proj 2029	Proj 2030
Receita Interna (Central + RAEOA)	**233,9**	**242,9**	**259,2**	**290,0**	**305,3**	**321,9**	**339,2**
Receitas Não Fiscais RAEOA	*2,4*	5,6	5,9	2,3	2,5	2,6	2,7
Receitas Internas (Administração Central)	**231,7**	**237,3**	**253,3**	**287,7**	**302,9**	**319,3**	**336,5**
Receitas Fiscais	186,7	186,0	200,5	232,8	245,9	260,1	275,1
Imposto sobre o Valor Acrescentado				77,8	82,2	87,1	91,9
Imposto especial de consumo	58,2	58,0	64,2	67,7	71,5	75,7	80,0
Direitos de Importação	22,5	20,1	22,2				
Imposto sobre vendas	27,0	20,7	22,9				
Imposto sobre Serviços	8,2	7,9	8,3				
Imposto de Renda	47,2	55,8	58,3	61,4	64,8	68,4	72,5
Imposto sobre o rendimento dos salários	23,6	23,6	24,7	26,0	27,4	29,0	30,7
Receitas não fiscais (Administração Central)	**45,0**	**51,3**	**52,9**	**54,9**	**57,0**	**59,2**	**61,4**
Taxas e Penalidades	26,4	25,8	29,9	31,0	32,2	33,4	34,7
Ganhos	12,3	14,8	15,2	15,8	16,4	17,1	17,1
Vendas de Bens e Serviços	4,9	7,5	7,7	8,0	8,3	8,7	9,0
*Outras Receitas Correntes**	*1,4*	3,2	-	-	-	-	-

Fonte: Cálculos e previsões da Direção Nacional de Política Económica com base em dados do GRP, Ministério das Finanças. *Não há projeções para *Outras receitas correntes, pois assumimos que, no futuro, essas receitas serão*

corretamente classificadas em um dos outros itens de linha. Os valores não incluem reembolsos, adiantamentos de caixa ou Reposições não Abatidas nos Pagamentos. Trata-se de fluxos de caixa resultantes de pagamentos não realizados do ano anterior. Esses valores eram de US$ 18,1 milhões em 2024 e estima-se que cheguem a US$ 14,4 milhões em 2025. Não há previsão para o futuro.

Fundo Petrolífero

4.13. O Orçamento Geral do Estado é financiado em grande parte pelo Fundo Petrolífero. O montante retirado é dividido entre o montante do Rendimento Sustentável Estimado (RSE) e qualquer levantamento em excesso que seja justificado pelo Governo como sendo do interesse a longo prazo de Timor-Leste

4.14. O cálculo do FEEI requer a projeção do valor do Fundo no início do exercício orçamental, juntamente com o valor presente das receitas futuras do petróleo.

Tabela 35: Estimativas para o Fundo Petrolífero, US$ Milhões

Número	Valor
Início do balanço do Fundo Petrolífero em 2025	18.274,1
Receita petrolífera estimada em 2025	28,4
Rendimentos de investimento estimados em 2025	1.369,8
Estimativa de retiradas do governo em 2025	-1.561,1
Saldo final estimado em 2025/ saldo inicial em 2026	***18.111,0***
Valor presente líquido estimado da receita futura de petróleo em 2026	0,0
Riqueza Petrolífera Estimada 2026	***18.111,0***
ESI 2026 (3% da riqueza petrolífera)	543,3
Retiradas superiores ao FEEI	1.175,9
Levantamentos orçamentados em 2026	***1.719,2****

Nota: * Os valores podem não somar devido a arredondamentos.
Fonte: Gabinete de Política e Gestão do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, setembro de 2025.

4.15. O saldo inicial do Fundo em 1º de janeiro de 2025 foi de US$ 18.274,1. A receita de petróleo para 2025 é estimada em US$ 28,4 milhões, com US$ 23,4 milhões já recebidos até agosto. Este valor é inferior à estimativa do Orçamento de 2025, principalmente devido à cessação da produção no campo de Bayu-Undan, em junho de 2025, mais cedo do que o previsto.

4.16. O retorno do investimento do Fundo para 2025 é estimado em 7,82%, equivalente a US$ 1.369,8 milhões em receita esperada. Esta estimativa inclui o desempenho real até julho, onde o Fundo obteve 5,7%, com 2,7% da carteira de liquidez (projetada para cobrir retiradas projetadas para os próximos três anos) e 6,7% da carteira de crescimento. As projeções para o restante do ano também estão incluídas, embora o resultado final dependa dos movimentos do mercado no 4º trimestre.

4.17. Em comparação, o Fundo lucrou 6,8% em 2024, gerando US$ 1.200 milhões em rendimentos de investimento, impulsionado por fortes retornos de capital de quase 18%, enquanto os ativos de juros fixos na carteira de crescimento retornaram 2,2% e a carteira de liquidez ganhou 5,2%.

4.18. Em 2024, as retiradas efetivas do Fundo totalizaram US$ 1.300,0 milhões, ligeiramente abaixo do teto aprovado de US$ 1.377,5 milhões no Orçamento de 2024. Para 2025, a retirada aprovada é de US$ 1.561,1 milhão. Até agosto, US$ 851,95 milhões já haviam sido transferidos para a conta do Tesouro. Se for totalmente retirado em 2025, o Fundo Petrolífero deverá terminar o ano em US$ 18.111,0. As ações e obrigações terão de ser vendidas em 2026 para reabastecer a carteira de liquidez e cobrir o levantamento total estimado para 2026 a 2028.

4.19. O campo de Bayu-Undan, que começou a ser produzido em 2004, encerrou sua operação em junho de 2025, 1 ano antes do projetado anteriormente. O campo do Greater Sunrise continua em negociação e nenhum outro campo petrolífero cumpre atualmente os critérios de inclusão no ESI. Como resultado, nenhuma receita futura do petróleo foi incluída na previsão do Orçamento de 2026.

4.20. A riqueza petrolífera em 1º de janeiro de 2026 é estimada em US$ 18.111,0 milhões, que resulta num ESI para 2026 de US$ 543,3 milhões. Isso é US$ 15,2 milhões maior do que o projetado no Orçamento de 2025, principalmente devido ao retorno do investimento mais forte do que o esperado em 2025.

4.21. Em 2026, as retiradas totais estão projetadas em US$ 1.561,1 milhões, o equivalente a 8,5% da riqueza petrolífera estimada, o que supera o ESI de 2026 em US$ 1.009,1 milhões.

4.22. As retiradas excedentárias são coerentes com a política de antecipação do Governo, uma vez que estas retiradas estão a ser utilizadas para financiar infraestruturas essenciais e capital humano, o que é necessário para o crescimento a longo prazo.

4.23. Os elementos informativos da proposta de orçamento descrevem as principais informações sobre o Fundo Petrolífero e fornecem informações pormenorizadas sobre o cálculo dos FEEI e os pressupostos subjacentes.

Empréstimos, limites da dívida, PPP e subvenções

Empréstimos

4.24. O Governo recorre a empréstimos estrangeiros para satisfazer as suas necessidades de financiamento. De acordo com o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 e com a Lei n.º 13/2011 do Regime da Dívida Pública, os empréstimos concessionais destinam-se principalmente à construção de infraestruturas estratégicas indispensáveis ao desenvolvimento nacional de apoio à diversificação económica. As condições dos empréstimos estão descritas abaixo:

Tabela 36: Condições de Empréstimos

Credor	Moeda	Empréstimo aprovado US$m	Período de carência (anos)	Período de Amortização Original (anos)	Ano Completo	Taxa de juro ano financeiro de 2025
BAD	EUA, DSE	615,65	5	20	2048	4,6%
BM	EUA, DSE	134,56	7	24	2059	2,5%
JICA	JPY	68,72	10	20	2042	0,60%
AIFFP	EUA	45	5	20	2048	N/A
Total		**863,93**				
Nota: O fundo AIFFP para o projeto do aeroporto está atualmente em análise e ainda não entrou na fase de implementação. Portanto, não tem encargos de juros aplicáveis.						

Fonte: Ministério das Finanças, junho de 2025

4.25. Em 11 de dezembro de 2024, o Conselho de Ministros decidiu cancelar vários acordos com o Banco Mundial, reduzindo o total de empréstimos em US$ 161 milhões para US$ 864 milhões.

4.26. Dado o peso substancial e as elevadas taxas de juro globais, a taxa de empréstimo do BAD deverá subir para 4,6%, com a taxa de juro da carteira a atingir 3,72% em 2025. Embora este valor ainda seja inferior ao retorno de 4,40% do fundo petrolífero, exige que o Governo se concentre em garantir mais empréstimos a taxa fixa para manter os pagamentos futuros da dívida geríveis.

Tabela 37: Custo do empréstimo vs retorno do PF

Descrição	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025F
Custo do empréstimo (taxa efetiva)	2,34%	2,03%	1,50%	1,56%	3,25%	3,6%	3,72%
Retorno histórico da PF (anual desde a criação)	4,45%	4,81%	4,90%	3,95%	4,27%	4,40%	4,57%

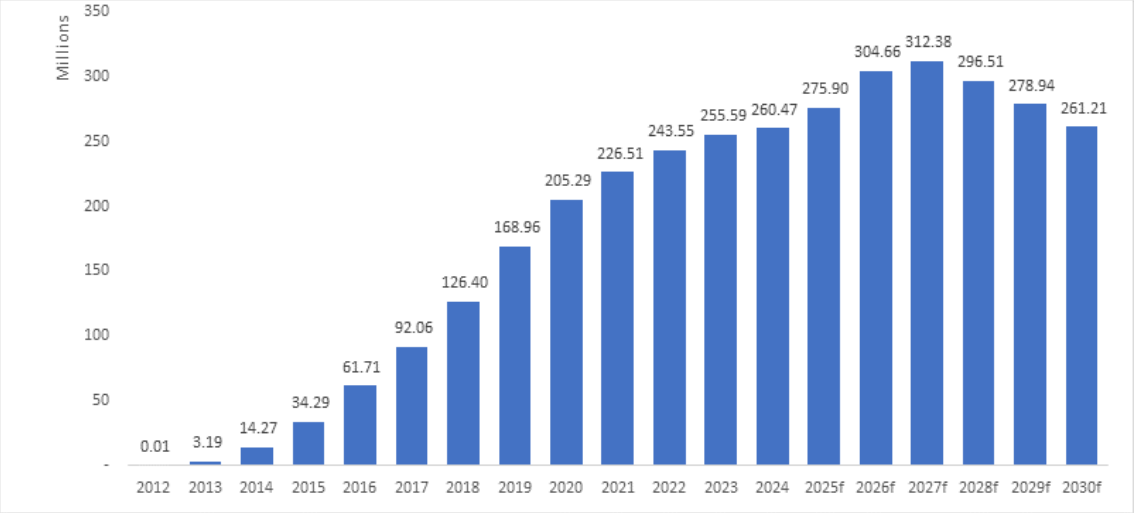
Fonte: Ministério das Finanças, junho de 2025

4.27. As negociações com instituições de crédito internacionais indicam que alguns acordos de empréstimo podem ser alterados, o que pode atrasar o desembolso. As previsões atuais

sugerem que a dívida externa atingirá o pico em 2027, antes de diminuir. O Governo está também a considerar o reembolso antecipado, o que poderá reduzir ainda mais a dívida.

4.28. Até o final do ano financeiro de 2025, a dívida externa deve atingir cerca de US$ 276 milhões. É provável que os juros e taxas diminuam de US$ 9,4 milhões em 2024 para US$ 8,6 milhões até o final de 2025, à medida que os projetos em andamento chegarem à conclusão. Esta dívida é relativamente pequena em comparação com a dívida total do Governo.

Figura 25: Estoque da dívida externa, US$ Milhões



Fonte: Ministério das Finanças, junho de 2025

4.29. Em 2026, prevê-se que o desembolso permaneça relativamente estável devido à conclusão da maioria dos projetos. Um desembolso moderado de empréstimos de US$ 50 milhões é projetado para esse ano, elevando o estoque total da dívida estimado para US$ 304,66 milhões até o final de 2026. Durante o ano de 2025, o governo está autorizado a contrair ou emitir dívida pública até um montante máximo de US$ 850 milhões, com prazo máximo de 40 anos. O Governo propõe a continuação deste limite máximo da dívida (850 milhões de dólares) para 2026, que deverá representar 42% do PIB.

4.30. Os rácios da dívida do país registaram um aumento marginal nos últimos quatro anos. No entanto, a partir de 2023, registou-se uma ligeira diminuição destes rácios, refletindo uma queda no desembolso de empréstimos.

Tabela 38: Indicadores da Dívida Externa para o período 2021-2030, % do PIB e Receitas

	2021	2022	2023	2024	2025F	2026f	2027f	2028f	2029f	2030F
Total da Dívida Externa em relação ao PIB	14,5%	14,5%	14,2%	13,8%	14,1%	14,9%	14,5%	13,0%	11,6%	10,3%
Total do Serviço da Dívida à Receita	4,5%	8,0%	9,6%	10,1%	10,8%	10,4%	12,5%	12,9%	12,4%	11,0%

	2021	2022	2023	2024	2025F	2026f	2027f	2028f	2029f	2030F
Total da dívida externa ($M)	226,5	243,6	255,6	260,5	275,9	304,7	312,4	296,5	278,9	261,2
Serviço da Dívida	9,8	16,4	22,9	23,7	26,3	26,9	36,2	39,5	39,8	37,4
Receitas (ESI + receitas internas) ($M)	765,4	758,9	728,8	756,0	794,8	802,5	809,2	790,2	768,6	744,0

Fonte: Ministério das Finanças, junho de 2025.

4.31. Dívida externa em relação ao PIB - A dimensão da dívida externa em relação ao PIB permanece abaixo do limiar de 30% estabelecido pelos Tabelas de sustentabilidade da dívida para os países de baixo rendimento com um risco moderado de incumprimento. Em 2025, o rácio dívida/PIB deverá ser de 14,1%.

4.32. Serviço da Dívida à Receita (ESI + Receita Interna) – O rácio entre o serviço da dívida e a receita total deverá aumentar de 1,3% em 2021 para 4,7% em 2030, prevendo-se o valor mais elevado em 2029. Apesar da trajetória ascendente, os valores mantêm-se abaixo dos 14%.

Tabela 39: Previsões do Serviço da Dívida, US$ Milhões

Credor	Serviço da Dívida	2024	2025F	2026f	2027f	2028f	2029f	2030F
BAD	Mandante	11,02	13,48	14,76	24,78	28,75	28,90	27,80
	Juros	7,55	6,89	6,30	5,71	5,11	3,83	3,52
	Taxas	0,32	-	-	-	-	-	-
BM	Mandante	2,5	2,73	2,73	2,73	2,73	3,58	4,31
	Juros	1,35	1,56	1,54	1,46	1,39	1,28	1,33
	Taxas	-	-	-	-	-		-
JICA	Mandante	0,76	1,39	1,39	1,39	1,39	3,58	3,42
	Juros	0,15	0,21	0,20	0,19	0,18	1,28	1,15
	Taxas	-	-	-	-	-		-

Fonte : Ministério das Finanças, junho de 2025.

Estado do Projeto

4.33. Os custos dos projetos financiados por empréstimos concessionais são principalmente retirados de três fontes diferentes : empréstimo, fundo de infraestrutura e subvenção. A Tabela 15 indica que o custo total de investimento do total de projetos financiados por empréstimos de 2012 a 2024 é estimado em US$ 596.427.690,19, dos quais US$ 436.549.931,29 são financiados por empréstimos, US$ 156.945.354,43 pelo fundo de infraestrutura e US$ 2.932.404,47 por subvenções.

4.34. A Tabela 15 também mostra que o maior componente do custo do investimento são as obras civis, que representam US$ 522.483.282,48 ou 87,6% do total. As obras civis são financiadas principalmente por empréstimos (71,1%) e pelo fundo de infraestruturas (28,4%),

com uma pequena contribuição de subvenções (0,6%). O segundo maior componente é a supervisão, que custa US$ 51.676.661,14 ou 8,7% do total. A supervisão é inteiramente financiada por empréstimos. A terceira componente é outra, que inclui despesas como a reinstalação e a capitalização. Esse componente custa US$ 22.267.746,57 ou 3,7% do total e é financiado por empréstimos (61,8%) e pelo fundo de infraestrutura (38,2%).

4.35. O governo está atualmente em negociações com instituições de crédito para garantir uma doação adicional de US$ 10 milhões para apoiar projetos de infraestrutura rodoviária

Tabela 40: Custos totais de investimento, US$

Categoria Orçamental	Total (US$)	Empréstimo (USD)	Fundo para as infraestruturas (USD)	Subvenção (USD)
Obras Civis	522.483.282,48	371.105.523,58	148.445.354,43	2.932.404,47
Supervisão	51.676.661,14	51.676.661,14	N/A	N/A
Outros	22.267.746,57	13.767.746,57	8.500.000,00	N/A
Total	**596.427.690,19**	**436.549.931,29**	**156.945.354,43**	**2.932.404,47**

Fonte: Ministério das Finanças, junho de 2025

4.36. Além disso, a desagregação do setor revela que o setor rodoviário é responsável pela maior parte dos financiamentos e dos contratos, seguido dos setores aeroportuário e energético. O Tabela indica igualmente que a maioria dos projetos rodoviários foi concluída ou está prestes a ser concluída, enquanto o aeroporto e os projetos energéticos ainda estão a ser analisados. Dois projetos rodoviários atualmente em construção são os percursos de Bau cau a Viqueque e o projeto rodoviário TL.

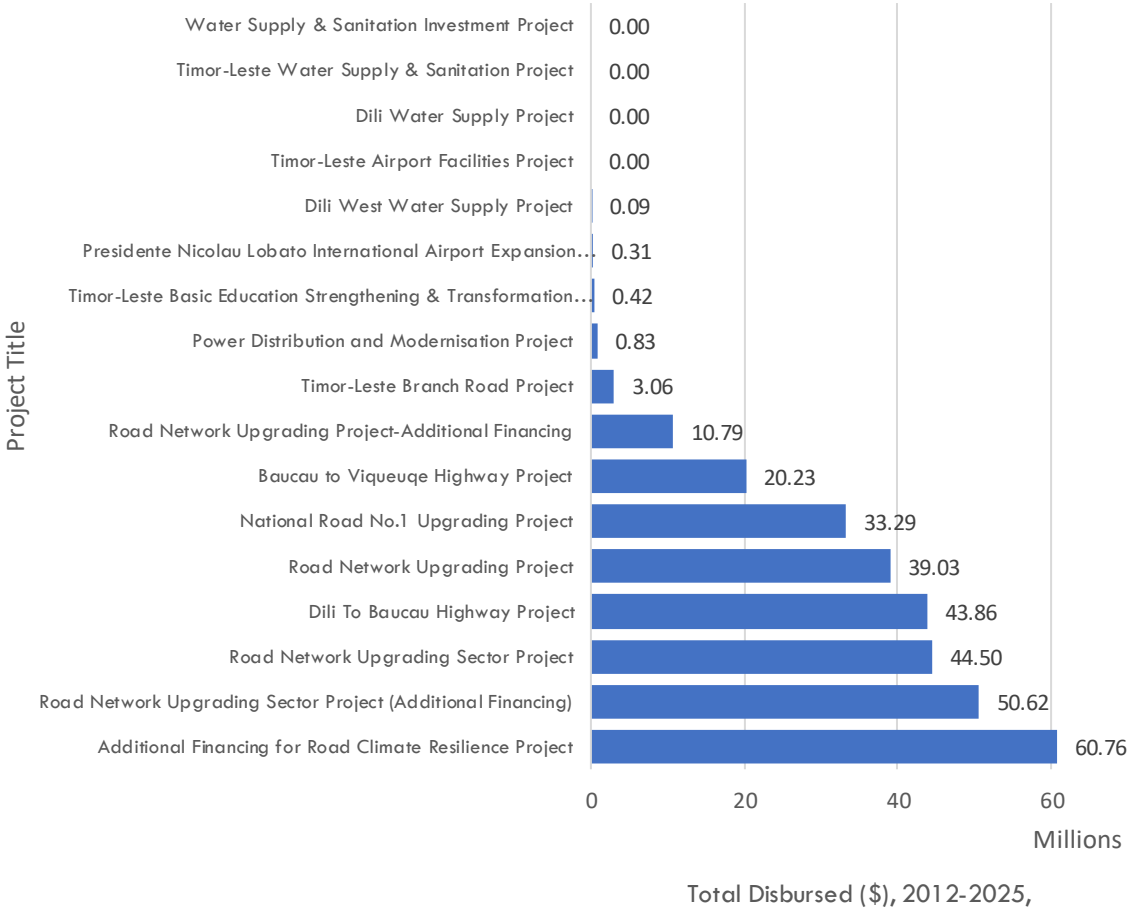
Tabela 41: Repartição por sectores

Setor	Orçamento total (US$)	Número de Contratos de Obras Civis	Número de contratos de supervisão	Número de Projetos Concluídos
Estrada	496.435.584,23	16	7	14
Aeroporto	93.000.000,00	1	1	Em revisão
Energia	6.992.105,96	1	1	Em revisão
Total	**596.427.690,19**	**18**	**10**	

Fonte: Ministério das Finanças, junho de 2025

4.37. Como mostra o gráfico a seguir, os projetos com maior taxa de desembolso são a expansão da rede viária. Estes projetos contribuíram para melhorar a conectividade e as condições de vida do país, tanto para a população urbana como rural. Por outro lado, os projetos com menor taxa de desembolso são o abastecimento de água e saneamento, o desenvolvimento do setor da educação, os projetos aeroportuários e energéticos. É importante ressaltar que, embora acordos de financiamento entre o governo e instituições financeiras internacionais tenham sido executados, esses projetos estão atualmente em revisão.

Figura 26: Desembolso do projeto, US$ milhões



Fonte: Ministério das Finanças, junho de 2025

Aceleração do pagamento da dívida

4.38. O Governo de Timor-Leste está a considerar a opção de reembolsos antecipados da dívida como uma componente fundamental da sua política orçamental para o ano de 2026. Este movimento estratégico visa reforçar ainda mais a estabilidade económica do país e a confiança dos investidores. O pagamento antecipado da dívida oferece vários benefícios à economia de Timor-Leste. Em primeiro lugar, assegura a estabilidade económica, reduzindo a dependência do financiamento externo e minimizando o risco de incumprimento. Em segundo lugar, o reembolso antecipado da dívida permite a Timor-Leste tirar partido das elevadas taxas de juro prolongadas do mercado, poupando despesas de juros significativas a longo prazo. Tal traduz-se num perfil de dívida mais favorável, contribuindo, em última análise, para um desenvolvimento económico sustentável.

4.39. Em consonância com estas considerações, o Governo notificou proativamente as principais agências de crédito, nomeadamente a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), o Banco Mundial e o Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD), sobre os seus

planos para acelerar o reembolso da dívida. Em resposta, foi afirmado que existem atualmente seis contratos de empréstimo que são elegíveis para o pagamento antecipado da dívida.

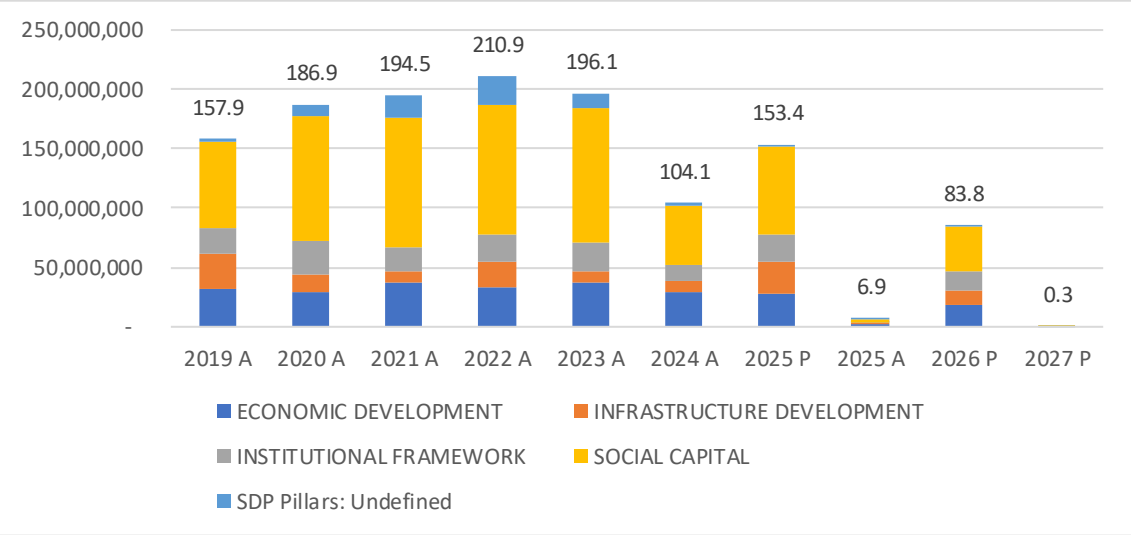
4.40. Até 2026, poderão ser considerados mais seis acordos para reembolsos antecipados, resultando num total de doze acordos.

4.41. O Orçamento de 2026 apresenta uma abordagem inovadora para o financiamento das principais instalações de desenvolvimento de infraestruturas petrolíferas. O teto de empréstimos do governo de US$ 850 milhões visa facilitar as negociações com potenciais credores, abrindo portas para o financiamento dessas iniciativas cruciais. Com um rácio dívida/PIB relativamente baixo de 14,1%, este plano responsável de contração de empréstimos assegura que os níveis da dívida se mantêm sustentáveis a médio prazo. Ao investir neste setor estratégico, o Governo pretende gerar novas ou adicionais fontes de rendimento para o Estado a médio e longo prazo, garantindo ainda mais a estabilidade financeira e o desenvolvimento de Timor-Leste

Previsões não relacionadas com a concessão de empréstimos

4.42. O Gráfico 23 mostra a evolução dos desembolsos de ajuda ao desenvolvimento não relacionada com empréstimos a partir de 2019. O aumento acentuado do financiamento de 2019 para 2020 reflete o aumento da assistência em consequência da pandemia de COVID-19. Os desembolsos planejados para 2026 são atualmente relatados como US$ 83,8 milhões. Estes valores parecem ser baixos, mas os valores das despesas previstas são frequentemente subnotificados. Além disso, espera-se que as despesas planeadas comunicadas aumentem à medida que os orçamentos anuais se tornam mais claros.

Figura 27: Desembolsos reais 2019-2025 e desembolsos planejados 2025-2027, milhões de US$



Fonte: Portal da Transparência da Ajuda, relatório gerado em 23 de junho de 2025. Os dados não incluem os valores do Apoio Orçamental Direto.

4.43. Além disso, vemos um aumento no pilar de infraestrutura, isso reflete o próximo investimento no "Projeto de Melhoria do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato".

Tabela 42: Desembolsos planeados de parceiros de desenvolvimento por fonte de fundo para 2026, US$

Fonte do Fundo	2026 Planejado US$
Governo da Austrália	55.710.169
Governo do Japão	17.696.036
Agência de Cooperação Internacional da Coreia	2.805.594
Organização Mundial de Saúde	2.776.950
União Europeia	1.521.072
Programa de Ajuda da Nova Zelândia, Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Comércio	1.087.904
Fundo Verde para o Clima	1.046.485
Banco Mundial	551.757
Banco Asiático de Desenvolvimento	450.000
ONU Mulheres	132.766
TOTAIS	**83.778.734**

*Os valores não incluem o apoio orçamental direto a fornecer pela Austrália (ver abaixo). Fonte : Direção-Geral de Mobilização de Recursos Externos (DGMRE), Ministério das Finanças, junho de 2025

Tabela 43: Desembolsos planeados por Subpilar e Pilar SDP para 2026, US$

PSD	Subpilar do PDS	Previsto para 2026
Social Capital	Saúde	17.304.564
	Educação e Formação	11.851.660
	Inclusão Social	5.965.969
	Meio Ambiente	1.391.006
Subtotal		**36.513.199**
Desenvolvimento Económico	Desenvolvimento rural	10.976.146
	Agricultura	5.946.124
	Investimento do setor privado	1.962.355
Subtotal		**18.884.624**
Desenvolvimento de Infraestruturas	Aeroportos	10.863.811
	Água e Saneamento	732.763
	Eletricidade	200.000
	Estradas e Pontes	50.000
Subtotal		**11.846.575**
Tabela institucional	Gestão do Setor Público e Boa Governação	11.692.379
	Segurança	3.597.650
	Justiça	608.872
	Agência Nacional de Investimento e Agência de Política Económica e Investimento	236.881

PSD	Subpilar do PDS	Previsto para 2026
Subtotal		**16.135.782**
SDP Indefinido		398.553
TOTAL		83.778.734

Fonte: Portal da Transparência da Ajuda, Ministério das Finanças, junho de 2025

Apoio orçamental direto

4.44. Timor-Leste já recebeu apoio orçamental direto da União Europeia, do Governo da Austrália e da Organização Internacional do Trabalho (apoio pontual em 2020). O DBS é considerado como financiamento do Orçamento do Estado para 2026 porque utiliza sistemas do Governo (o dinheiro vai para o Tesouro) e do Orçamento, em que o financiamento é utilizado diretamente pelos ministérios beneficiários.

4.45. O apoio orçamental continua a ser a opção preferida para o apoio ao desenvolvimento do Governo de Timor-Leste, uma vez que reconhece e reforça as instituições governamentais, mas ao mesmo tempo permite a flexibilidade e a oportunidade necessárias para realizar projetos no terreno.

4.46. Em 2026, a Austrália fará uso deste método de entrega de apoio para apoiar o programa de Nutrição do Ministério da Saúde. A União Europeia prestará igualmente apoio orçamental para reforçar os esforços do Governo no sentido de melhorar a GFP e a digitalização. Os números abaixo não estão incluídos no relatório acima, uma vez que serão refletidos em outras áreas da informação do orçamento.

Tabela 44: Apoio Orçamental dos Doadores 2026

Apoio orçamental dos doadores	Programa do Governo	2026	2027	2028
Governo da Austrália	Programa de Apoio à Nutrição	4,5 milhões USD		
União Europeia	Parceria para a Gestão das Finanças Públicas e Transição Digital em Timor-Leste	1 milhão EUR (fixo)	0,5 milhões EUR (fixo)	0,5 milhões EUR (fixo)
		2m EUR (variável)	2m EUR (variável)	2m EUR (variável)

Fonte: Direção-Geral de Mobilização de Recursos Externos, DGMRE, junho de 2025

Tabela 45: Resumo do Apoio dos Parceiros de Desenvolvimento ao Ministério Beneficiário 25-27 Planeado, US$ Milhões

Ministério beneficiário	Plano 2025	Plano 2026	Plano 2027
Ministério da Saúde	23,5	14,3	0,0
Ministério dos Transportes e Comunicações	24,5	12,4	0,0
Ministério da Educação	15,1	7,8	0,0
Ministério da Agricultura, Pecuária, Pesca e Florestas	15,6	6,5	0,0

Ministério beneficiário	Plano 2025	Plano 2026	Plano 2027
Ministério das Obras Públicas	8,0	6,0	0,0
Ministério da Administração Estatal	5,3	5,5	0,0
Ministério do Interior	6,0	4,3	0,0
Presidência do Conselho de Ministros	4,3	3,0	0,0
Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos	3,9	2,9	0,0
Instituição RDTL não especificada	7,8	2,8	0,3
Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura	5,4	2,0	0,0
Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação	2,5	1,3	0,0
Ministério da Solidariedade e Inclusão Social	1,6	1,7	0,0
Ministério das Finanças	4,5	1,1	0,0
Ministério do Desenvolvimento Rural e da Habitação Comunitária	1,1	1,1	0,0
Ministério da Juventude, Desporto, Arte e Cultura	5,9	0,3	0,0
Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico	0,5	0,3	0,0
Ministério do Comércio e Indústria	1,1	0,2	0,0
Ministério do Turismo e Ambiente	2,0	0,2	0,0
Ministério da Justiça	0,1	0,0	0,0
Gabinete do Primeiro-Ministro	0,2	0,0	0,0
Secretário de Estado da Formação Profissional e da Política de Emprego	1,9	0,0	0,0
Secretária de Estado para a Igualdade e a Inclusão	0,1	0,0	0,0
Sector não governamental	12,6	10,1	0,0
Totais	153,4	83,8	0,3

Fonte: Direção-Geral de Mobilização de Recursos Externos (DGMRE), Ministério das Finanças, junho de 2025

Parcerias público-privadas

4.47. Em termos gerais, as Parcerias Público-Privadas (PPP) referem-se a acordos de longo prazo em que o setor privado constrói ativos de infraestrutura e presta serviços que tradicionalmente são prestados pelo Estado. A propriedade do ativo de infraestrutura continua nas mãos do Governo e o sector privado tem de o transferir de volta em boas condições no final do contrato.

4.48. O DL 8/2014 estipula a constituição de uma Unidade de PPP (UPPP), uma agência de facilitação de PPP no âmbito do Ministério das Finanças para assumir as tarefas de gestão e implementação do Ciclo de Projetos de PPP em coordenação com os ministérios de linha e o Conselho de Administração do Fundo de Infraestruturas (CAFI). Um papel importante da UPPP é promover e criar um ambiente para atrair investimento direto estrangeiro (IDE) através da modalidade PPP, procurando ao mesmo tempo formas de incentivar a participação do sector privado local em projetos de PPP através da prossecução de políticas que permitam o desenvolvimento de PPP de pequena e média escala.

4.49. Atualmente, um projeto de PPP encontra-se em fase de Implementação e Operação (PPP Porto da Baía de Tibar), um está em fase de Viabilidade (Habitação Acessível) e vários em fase de Iniciação identificados com ministérios e agências de linha como Ministério do Turismo e Ambiente, Ministério do Comércio e Indústria, Ministério do Desenvolvimento Rural e Habitação Comunitária, APORTIL e Autoridade Municipal de Díli. A situação mais recente destes projetos é apresentada abaixo.

4.50. A modalidade de PPP escolhida para o Porto da Baía de Tibar foi uma concessão de 30 anos, incluindo o projeto, construção, financiamento, operação e transferência (DBFOT) da infraestrutura portuária. O projeto foi adjudicado a um consórcio constituído pela Bolloré Africa Logistics e pela SDV Timor-Leste através de um concurso público internacional que constituiu a Timor Port SA (TPSA) como concessionária. O contrato de concessão foi assinado a 3 de junho de 2016 entre o GoTL e a Concessionária (TPSA) e a concessão de 30 anos inclui um período de construção de três anos, que teve início em 30 de agosto de 2018.

4.51. A construção foi concluída em 29 de abril de 2023 com a emissão de Certificado de Conclusão de Engenheiro Independente para o Projeto Portuário da Baía de Tibar. A única obra que resta é a Bluezone Construction, pendente de atribuição de terreno ao Ministério das Finanças e ao Porto de Timor para a construção das referidas instalações. Após a construção, o Bluezone será equipado com instalações polivalentes para atividades desportivas e sociais, como futebol, basquetebol, futsal, centro multimédia e biblioteca com acesso total à Internet e outros eventos comunitários.

4.52. A data de início dos serviços caiu em 30 de setembro de 2022 (início antecipado). Desde então, até 30 de maio de 2025 (32 meses), 461 navios fizeram escala no porto da Baía de Tibar. Durante este período, o Porto da Baía de Tibar movimentou 202.917 contentores TEUs, incluindo 273 TEUs contentores da primeira alça de transbordo no Porto da Baía de Tibar, que foi descarregado pela Meratus e ANL Darwin Trader em abril de 2024. Além disso, 694.341 toneladas de carga fracionada também foram movimentadas no Porto da Baía de Tibar. Enquanto isso, a receita total do Grantor durante o período de outubro de 2022 a maio de 2025 é de US$ 3.668.931,80.

4.53. A PPP de Habitação Acessível encontra-se em fase de estudo de viabilidade e estruturação da transação. O projeto beneficiou de serviços de aconselhamento da Corporação Financeira Internacional (SFI) do Grupo Banco Mundial. Em maio de 2024, a IFC apresentou um Relatório de Estruturação de Transações (TSR) atualizado.

4.54. O projeto PPP de Habitação Acessível é um projeto residencial concebido para fornecer unidades habitacionais a compradores elegíveis a um preço acessível. Este objetivo deverá ser alcançado através da construção de cerca de 500 unidades habitacionais – cerca de 90 por cento a preço acessível, enquanto as restantes a preço de mercado, todas em parcelas de terreno de 200 m^2. As unidades acessíveis serão uma mistura de estúdio, um quarto, dois quartos e unidades de três quartos, enquanto o tipo de unidades de mercado será decidido pelo licitante vencedor.

4.55. A habitação a preços acessíveis no âmbito de um modelo PPP provou ser bem-sucedida em vários países. Para este projeto em particular, o Governo selecionou um terreno de propriedade do governo de 20 ha em Suco Hera, cerca de 14 km a leste de Díli. Além do projeto, financiamento e construção, o incorporador será responsável pela venda de unidades habitacionais, enquanto entidade responsável por certas obrigações de O&M, como O&M de infraestrutura de serviços públicos e manutenção de áreas comuns serão esclarecidas em uma fase posterior. Os beneficiários-alvo do projeto são famílias com emprego formal e renda na faixa de US$ 300 a US$ 600 por mês. O projeto foi autorizado a avançar para os próximos passos pelo CAFI durante uma reunião em 23 de outubro de 2023. O Grupo de Trabalho Interministerial foi reformulado e realizou a sua primeira reunião em 21 de outubro de 2024. Foram discutidas

na reunião várias questões críticas relativas ao registo dos terrenos de 20 Ha e subsequente subdivisão dos mesmos em parcelas de terreno de 200 m^2. Uma série de discussões foi conduzida com o Ministério da Justiça no 1º trimestre de 2025, resultando na emissão de despacho do Ministério da Justiça para o reconhecimento do local do projeto como terra estatal. Atualmente, aguarda atribuição de terrenos do MJ ao Ministério do Trabalho Público como proprietário do projeto.

4.56. Com base na decisão do Governo, a modalidade de Parceria Público-Privada Híbrida (PPP) que foi escolhida para o desenvolvimento do projeto do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato foi revisitada, e várias questões administrativas precisam ser tratadas com a Corporação Financeira Internacional (SFI). Por conseguinte, foi elaborado um orçamento provisório para o exercício de 2026, antecipando os custos administrativos da anulação das PPP, tal como refletido no Tabela abaixo.

4.57. Estão a ser preparadas novas iniciativas de PPP no âmbito da implementação de subvenções do Banco Mundial. A subvenção é uma colaboração bem-sucedida entre a DGGMRE-DNPPP e o Banco Mundial com objetivos de capacitação, preparação de novas iniciativas, bem como melhoria do ambiente legal e regulatório para facilitação de projetos de PPP. Até agora, no âmbito deste programa de subvenções, várias formações básicas de PPP foram realizadas com os ministérios de linha, culminando com um workshop sobre o desenvolvimento de projetos de PPP. Foi identificada uma "longa lista" de catorze potenciais projetos com vários ministérios e agências de linha, incluindo o Ministério do Turismo e do Ambiente, o Ministério do Comércio e Indústria, o Ministério do Desenvolvimento Rural e da Habitação Comunitária, a Autoridade Municipal de Díli e a APORTIL. Destes catorze projetos, dois serão selecionados para passar por um estudo de pré-viabilidade a ser implementado por uma equipa de consultoria contratada através da subvenção. Uma nova iniciativa previamente identificada com o Ministério do Turismo e do Ambiente prosseguirá como parte do estudo de pré-viabilidade.

4.58. O Tabela seguinte contém as despesas efetivas das administrações públicas para 2022 a 2024, as despesas estimadas para 2025, a dotação orçamental geral proposta para 2026 e a dotação orçamental estimada para 2027 em diante para projetos PPP.

Tabela 46: Despesas Efetivas (2022 – 2024), Despesas Estimadas (2025), Alocação (2026) e Alocação Estimada (2027-2029), US$ Milhões

	2022 Atual	2023 Atual	2024 Atual	2025 Est.	2026 Est.	2027 Est.	2028 Est.	2029 Est.
Orçamento de Fontes Combinadas (DTG + IF)	**0,67**	**0,17**	**0,00**	**1,18**	**4,61**	**5,78**	**2,65**	**2,05**
Dotação *Todo Governo (DTG)*								
PMU Habitação Acessível					0,13	0,13	0,13	0,13
TBP - Auditoria - TP-OMSU				0,30	0,49	0,02	0,02	0,02
SUBTOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,30**	**0,62**	**0,15**	**0,15**	**0,15**
Fundo de Infraestruturas (FI)								
TBP PPP								

	2022 Atual	2023 Atual	2024 Atual	2025 Est.	2026 Est.	2027 Est.	2028 Est.	2029 Est.
Etapa O&M da PPP do Porto da Baía de Tibar - Levantamento Hidrográfico Independente				0,09	0,10			
Estágio O&M de PPP do Porto de Tibar Bay - Perito Hidrográfico Independente					0,05			
SUBTOTAL	**0**	**0**	**0,00**	**0,085**	**0,15**	**0**	**0**	**0**
Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato Hybrid PPP (FASA - FS & TSR - IFC)								
FASA - FS & TSR - IFC	0,67				1,11			
SUBTOTAL	**0,67**	**0**	**0**	**0**	**1,11**	**0**	**0**	**0**

Fonte: Direção-Geral de Mobilização de Recursos Externos (DGMRE), Ministério das Finanças, junho de 2025

Operações de Tesouraria e Saldos de Caixa

4.59. A receita efetiva total do Orçamento Geral do Estado da Administração Central e da RAEOA para 2024 foi de US$ 1.933,8 milhões, compreendendo receitas internas (fiscais e não tributárias) de US$ 230,5 milhões, transferências do Fundo Petrolífero de US$ 1.300,0 milhões, saldo de final de ano (do Tesouro e da RAEOA) de US$ 344,9 milhões e empréstimos de US$ 17,7 milhões.

4.60. Durante o ano que terminou em 31 de dezembro de 2024, um total de US$ 1.300,0 milhões foi transferido do Fundo Petrolífero para cobrir as necessidades operacionais do Governo. Isso representa 94% da transferência prevista para o ano de 2024 (US$ 1.377,5 milhões) e está US$ 748,1 milhões acima do ESI.

4.61. O detalhe dos Saldos de Caixa mantidos na Administração Central e na RAEOA em 31 de dezembro de 2024 é indicado abaixo

Tabela 47: Saldo de caixa do Governo Central e da RAEOA no final de 2024, US$ Milhões

Conta	Valor – US$m
FCTL	66,983
IF	14,279
FDCH	808
Fundo COVID-19	432
LMs	40,243
Agências Autónomas	21,916
Municípios	13,303
FEDA	413
Saldo de caixa no ANP em bancos comerciais	15,717
Saldo de caixa no ANM em bancos comerciais	1,216
Total Administração Central	**175,310**

Conta	Valor – US$m
Saldo de caixa nos bancos comerciais (Escola, Alimentação, PNDS, Crédito Suave)	21,972
RAEOA	64,968
Total Administração Central + RAEOA	**262,250**

Fonte: Direção-Geral do Tesouro, Ministério das Finanças, setembro de 2024

4.62. Até ao final de 2024, a receita interna total arrecadada e depositada no Fundo Consolidado de Timor-Leste (FCTL) e noutras contas do Banco Central de Timor-Leste foi de 231,7 milhões de dólares de estimativa total para o ano de 2024 de 194,5 milhões de dólares. Até ao final de 2024, a receita interna total arrecadada e depositada no Fundo Consolidado de Timor-Leste (FCTL) e noutras contas do Banco Central de Timor-Leste foi de 230,5 milhões de dólares (119%) da estimativa total para o ano de 2024 de 194,5 milhões de dólares.

4.63. Até ao final de agosto de 2024, um total de 1.300,0 milhões de dólares (94%) do total de transferências permitidas em 2024, de 1.377,5 milhões de dólares, foi transferido do Fundo Petrolífero para a conta do Tesouro para cobrir as necessidades de execução orçamental do Estado.

Tabela 48: Saldo de caixa do Governo Central e RAEOA até o final de agosto de 2025, US$

Conta	Valor
FCTL	171.102
IF	20.412
FDCH	627
Fundo COVID-19	432
Entidades autónomas	25.712
LMs	65.553
Fundo Especial de Desenvolvimento de Ataúro (FEDA)	271
Municípios	7.681
Total Administração Central	**291.790**
RAEOA	11.459
FEDR	8.131
Total RAEOA	**19.590**
Total Administração Central + RAEOA	**311.380**

Fonte: Direção-Geral do Tesouro, Ministério das Finanças, setembro de 2025

4.64. Até ao final de agosto de 2025, um total de 851,9 milhões de dólares (55% do total de transferências permitidas em 2025 de 1.561,1 milhões de dólares) tinha sido transferido da conta do Fundo Petrolífero para a conta do Tesouro (CFET) para cobrir as necessidades de execução orçamental do Estado.

4.65. Subtraindo as despesas totais das receitas provenientes das transferências do Fundo Petrolífero, do saldo de caixa de fim de ano, dos empréstimos externos e das receitas internas, resulta num saldo total de caixa da Administração Central e da RAEOA de US$ 311,4 milhões no final de agosto de 2025.

4.66. Até ao final de 2025, o Tesouro prevê que um saldo total de caixa reconciliado para a Administração Central de 181,7 milhões de dólares transite como saldo inicial em 2026 (será usado para financiar despesas em 2026, além de outras fontes de financiamento permitidas pela Lei do Orçamento de 2026). A projeção para o saldo de caixa da RAEOA até o final do ano será de cerca de US$ 24,1 milhões até o final do ano. Espera-se que mais US$ 700 milhões sejam retirados da PF até o final do ano, se a execução orçamentária atingir 94% até o final de 2025.

4.67. Com base na Lei n.º 3/2025, de 23 de abril, Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e da sua gestão, o Setor Público Administrativo do Tesouro é constituído pelo Tesouro Central do Estado, pelo Tesouro da Segurança Social e pelo Tesouro da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno.

4.68. Abaixo estão os detalhes dos saldos de caixa do Setor Administrativo Público, referentes a 31 de dezembro de 2024 e 31 de agosto de 2025.

a) Equilíbrio no Setor Administrativo Público no final de 2024

4.69. Ao final do ano de 2024, o saldo de caixa conciliado do Setor Público Geral foi de US$ 538,4 milhões, representando uma redução de cerca de 10% em relação aos US$ 600,8 milhões de 2023.

Tabela 49: Equilíbrio no Setor Administrativo Público no final de 2024

No	Conta	2024 (Milhares de US$)	2023 (Milhares de US$)
1.	Saldo na Caixa da Administração Central (no BCTL)	175.312	186.660
2.	Saldo no Fundo de Segurança Social (em bancos comerciais)	235.724	200.040
3.	Saldo na caixa registadora da RAEOA (em bancos comerciais)	64.968	102.293
4.	Saldo na Caixa ANPM (em bancos comerciais)	-	55.910
5.	Saldo de Caixa Refeições Escolares, PNDS e Crédito Suave» (na BNCTL)	21.972	31.685
6.	Saldo de Caixa em Contas de Garantia (no BNCTL e Mandiri)	34.716	19.001
7.	Royalties minerais e aluguel de superfície (em BCTL)	3.829	2.261
8.	Saldo de caixa dos projetos dos doadores (em BCTL)	1.915	2.987
Total do Setor Administrativo Público		**538.436**	**600.837**

Fonte: Direção-Geral do Tesouro, Ministério das Finanças, setembro de 2025

b). Saldo na Caixa do Setor Administrativo Público em 31 de agosto de 2025

4.70. O saldo total de caixa do Setor Administrativo Geral, após contabilização de diferentes fontes de financiamento e despesas até o final de agosto de 2025, foi de US$ 394,4 milhões, composto por: Administração Central, US$ 291,8 milhões, RAEOA US$ 19,0 milhões e Previdência Social US$ 70,1 milhões e outros US$ 12,5 milhões. A lista seguinte fornece informação detalhada sobre os saldos de caixa do Setor das Administrações Públicas em 31 de agosto de 2025. Estes saldos de caixa são mantidos no Banco Central de Timor-Leste e nos Bancos Comerciais.

Tabela 50: Saldo na Caixa do Setor Administrativo Público em 31 de agosto de 2025

No	Conta	Milhares de dólares
1	Saldo de caixa de LMs (em BCTL)	65.553
2	Saldo de Caixa CFET (no BCTL)	171.102
3	Saldo de caixa do FI (em BCTL)	20.412
4	Saldo de Caixa FDCH (no BCTL)	627
5	Saldo de Caixa dos Municípios (em BCTL)	7.681
6	Saldo de Caixa de Entidades Autónomas, Serviços e Fundos em BCTL	25.712
7	Saldo de Caixa do Fundo COVID (em BCTL)	432
8	Saldo de Caixa FEDA (em BCTL)	271
	Saldo total da Administração Central em numerário da Administração Central (no BCTL)	**291.790**
9	Saldo de caixa RAEOA (em BCTL)	11.459
10	Saldo do FEDR (em BCTL)	8.131
	RAEOA total (em BCTL)	**19.590**
11	Saldo de Caixa da Segurança Social (no BCTL e Bancos Comerciais)	70.103
12	Saldo de caixa dos projetos financiados pelos doadores (em BCTL)	2.747
13	Saldo de caixa do Ensino Superior Kualidade+ (no BCTL)	5.014
14	Imposto sobre Minerais (em BCTL)	4.786
	Total do Setor Administrativo Público	**394.030**

Fonte: Direção-Geral do Tesouro, Ministério das Finanças, setembro de 2025

Financiamento

4.71. Os Tabelas abaixo fornecem fontes de financiamento para o Orçamento de 2026. O primeiro Tabela fornece o financiamento para a Administração Central e RAEOA (a Região Administrativa de Oe-Cusse Ambeno). Isto inclui transferências para o Fundo de Segurança Social e capta a despesa total que o governo deve procurar financiar através de uma combinação de receitas fiscais e não fiscais, retiradas do Fundo Petrolífero ou através da mobilização de recursos externos, tais como empréstimos e subvenções.

4.72. O segundo Tabela mostra o financiamento do Fundo de Segurança Social. O Fundo de Segurança Social é financiado por uma combinação de transferências públicas da administração central orçamental, de contribuições patronais e dos trabalhadores para o fundo e de receitas provenientes de juros ou de investimentos.

4.73. Os limites máximos de despesas da Administração Central e da RAEOA foram explicados na secção Perspetivas a Médio Prazo deste documento. As reduções moderadas dos tetos máximos em 2027 e 2028 são um reflexo do compromisso do Governo em racionalizar as despesas recorrentes, nomeadamente na massa salarial e nas transferências públicas. No entanto, o aumento das retiradas do Fundo Petrolífero reflete as melhorias previstas na execução de Bens e Serviços e nas despesas de capital como resultado das reformas nas aquisições e orçamentação.

4.74. Prevê-se que as receitas internas aumentem em 2027 com a introdução de um Imposto sobre o Valor Acrescentado. As previsões da Receita Interna para 2026 mostram uma aparente queda a partir de 2025. No entanto, tal deve-se ao facto de os reembolsos e as ordens de compra de tesouraria devolvidas terem sido contabilizados como receitas internas no ano passado. Reembolsos e fluxos de caixa de TPOs devolvidos ao Tesouro que resultem de despesas não executadas em anos anteriores. Representam operações extraorçamentais e não receitas. A melhoria da gestão das finanças públicas e da capacidade de execução deverá conduzir a uma redução destes fluxos de caixa nos próximos anos.

4.75. A acumulação de grandes saldos de caixa no início de cada ano será também reduzida com melhorias na execução das despesas públicas a médio prazo.

Tabela 51: Financiamento da Administração Central e RAEOA 2025-2030, US$ Milhões

Fontes de financiamento	OGE Original 2025	Proposta OGE 2026	Proj. 2027	Proj. 2028	Proj. 2029	Proj. 2030
Total de retiradas de petróleo	**1,561.1**	**1,719.2**	**1,662.0**	**1,726.1**	**1,841.1**	**1,903.8**
Rendimento sustentável estimado (ESI)	551.9	543.3	514.4	485.9	454.3	417.7
Levantamentos em excesso	1,009.1	1,175.9	1,147.6	1,240.1	1,386.8	1,486.1
Receitas Internas	**258.6**	**259.2**	**290.0**	**305.3**	**321.9**	**339.2**
Administração Central	257.9	253.3	287.7	302.9	319.3	336.5
Receitas não fiscais da RAEOA	0.7	5.9	2.3	2.5	2.6	2.7
Empréstimos	**45.0**	**52.6**	**55.5**	**40.8**	**31.2**	**30.9**
Apoio orçamental direto*	**9.0**	**7.9**	**7.9**	**7.9**	**7.9**	**7.9**
Financiamento do saldo de caixa	**251.5**	**205.8**	**225.3**	**155.1**	**77.9**	**43.8**
Administração Central	200.0	181.7	220.3	150.1	72.9	38.8
RAEOA	51.5	24.1	5.0	5.0	5.0	5.0
Total	**2,125.2**	**2,244.7**	**2,240.6**	**2,235.2**	**2,279.9**	**2,325.5**

Nota:* A projeção do DBS para 2027-2030 assume que o nível do DBS permanecerá constante, mas não se baseia em nenhum acordo. Fonte: Direção Nacional de Política Económica, DNPE Ministério da Fazenda, setembro de 2025.

O Tabela seguinte apresenta as fontes de financiamento do Fundo de Segurança Social para o Orçamento 25 e as projeções para os anos futuros.

Tabela 52: Financiamento da Segurança Social 2025-2030, US$ Milhões

	Orçamento aprovado para 2025	Proposta de Orçamento 2026	2027	2028	2029	2030
Total Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	***176.3***	***170.4***	***192.9***	***199.1***	***199.1***	***200.0***
Contribuições para a Segurança Social	*50.5*	*46.3*	*60.6*	*65.1*	*65.1*	*65.4*
*Multas e Penalidades**	*0.0*	*0.0*	*0.0*	*0.0*	*0.0*	*0.0*
Rendimentos	*0.1*	*0.1*	*0.1*	*0.1*	*0.1*	*0.2*
Transferências da Administração Central	*124.3*	*124.1*	*132.2*	*134.0*	*133.8*	*134.4*
Transferências Recorrentes do Fundo de Reserva da Segurança Social	*0.4*	*0.0*	*0.0*	*0.0*	*0.0*	*0.0*
Transferências de 3º Países	*0.1*	*0.0*	*0.0*	*0.0*	*0.0*	*0.0*
Utilização do Saldo de Caixa	*1.0*	*0.0*	*0.0*	*0.0*	*0.0*	*0.0*

I. Anexo 1: Nota metodológica

Metodologia do Modelo de Sustentabilidade Orçamental

1.138. O Ministério das Finanças realiza análises de sustentabilidade fiscal para o teto orçamental escolhido em cada ciclo orçamental. Utilizando modelização, o impacto do limite orçamental selecionado na sustentabilidade a longo prazo de Timor-Leste pode ser estimado, especificamente o saldo global do Fundo Petrolífero.

1.139. Para produzir a análise, precisamos projetar as despesas, as receitas internas e o desempenho do Fundo Petrolífero. Abaixo resumimos os principais dados e pressupostos do modelo que são usados para alcançar isso.

Dados reais

1.140. Retirada de petróleo em 2025- O valor da retirada do Fundo Petrolífero em 2025 é o estabelecido na proposta de orçamento para 2025. O valor da retirada para 2026 também é o estabelecido neste documento. A análise de tendências sugere que a execução orçamental atingirá os 90% em 2025. Presume-se que qualquer excedente do financiamento disponível que exceda a execução orçamental será novamente adicionado ao Fundo Petrolífero.

1.141. Dados do Fundo Petrolífero – O modelo utiliza dados do Fundo Petrolífero de setembro de 2025. Isso inclui o saldo do Fundo Petrolífero, informações sobre a divisão de ativos do Fundo Petrolífero e informações mais recentes sobre Levantamentos e Rendimento Sustentável Estimado.

1.142. Dados sobre empréstimos e apoio orçamental direto – O modelo incorpora previsões de desembolso para empréstimos e apoio orçamental direto mencionados neste documento.

Pressupostos/Projeções

1.143. Despesa pública – Os limites máximos de despesa para 2027 a 2030 são descritos na secção Perspetivas de médio prazo do documento. Os limites máximos globais deverão manter-se estáveis em 2027 e 2028 e aumentar em linha com a inflação em 2029 e 2030. No entanto, as melhorias na execução deverão traduzir-se num aumento anual das despesas de cerca de 2-4%. Prevê-se que as despesas aumentem em linha com a inflação e o crescimento demográfico (3,8%) para além de 2030.

1.144. Receitas Internas – As previsões para as receitas internas são explicadas abaixo

1.145. Retorno do Fundo Petrolífero - O modelo também utiliza pressupostos atualizados sobre a taxa de retorno estimada do fundo petrolífero da Unidade do Fundo Petrolífero do Ministério das Finanças. O Fundo Petrolífero está segmentado numa componente de crescimento e liquidez. De acordo com os pressupostos da Unidade do Fundo Petrolífero em setembro de 2025, assumimos que a componente de crescimento tem um retorno de 4,7% enquanto a componente de liquidez é assumida como tendo um retorno de 3,0% A componente de liquidez do fundo é assumida como suficiente para financiar três anos de levantamentos. Para

modelar isso, assumimos que o componente de liquidez a cada ano é três vezes o valor do saque.

1.146. Apoio orçamental direto (DBS) - As estimativas do apoio orçamental direto para 2026 são fornecidas pela direção-geral de mobilização de recursos externos. Embora as estimativas ainda não estejam disponíveis para além de 2028, partimos do princípio de que o DBS se manterá constante até 2030 e aumentará com a inflação para além disso.

1.147. Desembolso de empréstimos - As previsões de desembolso de empréstimos a médio prazo são fornecidas pela Direção-geral de Mobilização de Recursos Externos. Para além do médio prazo, presume-se que cresçam em linha com a inflação e o crescimento demográfico.

Método de Previsão da Receita Interna

1.148. As receitas internas para 2025 baseiam-se na análise de tendências (ou seja, tomando os primeiros oito meses de dados e assumindo que o crescimento da receita está em linha com os anos anteriores). As previsões de receitas para 2026 e anos seguintes são apresentadas da seguinte forma:

1.149. Presume-se que os impostos sobre vendas, os direitos de importação e os impostos especiais de consumo cresçam em linha com o crescimento das importações. Tal deve-se ao facto de estes impostos serem cobrados na fronteira e não haver alterações na política. Presume-se que os impostos sobre o rendimento, os salários e os serviços mantêm um rácio constante com o PIB nominal na ausência de alterações da matéria coletável ou da política fiscal. Portanto, à medida que o PIB e as importações aumentam, a arrecadação de impostos também aumenta. Presume-se que as receitas não fiscais cresçam em linha com o crescimento da população e da inflação.

1.150. As projeções pressupõem a introdução de um Imposto sobre o Valor Acrescentado em 2027. Embora a política do IVA ainda esteja sujeita a discussão, as estimativas preliminares do limite inferior estimam que o IVA substituirá os direitos de importação, os impostos sobre serviços e os impostos sobre as vendas e verá as receitas internas totais aumentarem 1% do PIB. Partimos também do princípio de que o impacto do IVA nas famílias de baixos rendimentos será neutro em termos de inflação. Este objetivo será alcançado através da taxa zero em produtos essenciais, como alimentos e medicamentos.

Previsão do PIB

1.151. As previsões do PIB contidas neste documento foram elaboradas utilizando um Tabela de modelização macroeconómica desenvolvido através da assistência técnica do Instituto de Formação de Singapura (STI) do FMI e do Centro de Assistência Técnica Financeira do Pacífico (PFTAC).

1.152. A contribuição do Governo para o PIB é estimada através da análise da execução da despesa pública em 2025 e da aplicação de tendências históricas de execução. Para 2026 a 2030, assumimos que a despesa pública aumenta em linha com as previsões de despesa delineadas na secção de projeções macro-fiscais deste documento. Partimos também do princípio de que as taxas de execução pública das despesas de capital registarão melhorias

constantes em resultado da GFP e das melhorias em matéria de contratos públicos mencionadas no presente documento.

1.153. As previsões para o consumo do setor privado e para a atividade de investimento são informadas pela análise das tendências históricas do consumo, investimento, remessas da balança de pagamentos e do crédito ao setor privado. Presume-se que o setor privado registe um forte crescimento consistente entre 2026 e 2030.

1.154. Todos os pressupostos relacionados com o crescimento dos preços do petróleo e das matérias-primas, as taxas de câmbio mundiais e as previsões de inflação a longo prazo são retirados das Perspetivas Económicas Mundiais do FMI. A última publicação é de abril de 2025.

1.155. As previsões económicas contidas neste documento visam prever as taxas de crescimento anual do PIB nos próximos cinco anos. Embora isto seja importante para apoiar as decisões de planeamento governamental, deve notar-se que estas previsões dependem de pressupostos e, por conseguinte, incluem um elemento de incerteza. Estas dependem igualmente do êxito da aplicação das políticas mencionadas na secção 2. Fora isso, há mais incertezas.

1.156. As principais fontes de incerteza nas previsões orçamentais acima apresentadas são as seguintes:

- Execução de Orçamentos
- Afetação e qualidade das despesas públicas
- Volume de Importações.

1.157. As taxas de execução podem variar de ano para ano e estão sujeitas a riscos políticos e económicos. Por exemplo, as despesas executadas foram impactadas em 2017, 2019 e 2020 pela crise política e pela COVID-19.

1.158. As taxas de execução dependerão também da capacidade de absorção dos diferentes ministérios. Este é o montante que os ministérios de linha podem gastar, independentemente do seu orçamento. Por exemplo, os ministérios de linha que veem um grande aumento em seus orçamentos podem não ter a capacidade de executar os gastos mais altos devido a restrições de recursos. Se as taxas de execução ficarem abaixo do esperado (as previsões pressupõem que as taxas de execução históricas se mantêm), é provável que as previsões do PIB apresentadas no presente documento sejam sobrestimadas.

1.159. Do mesmo modo, as previsões acima apresentadas formulam pressupostos sobre a afetação e a qualidade das despesas. As previsões acima referidas pressupõem que haverá uma grande mudança para as despesas de capital, uma vez que o Governo procura visar taxas de crescimento mais elevadas. Pressupõe também que esta despesa será gasta em investimentos de elevada qualidade que conduzam a melhorias no stock de capital do país.

1.160. Se, em vez disso, forem atribuídos orçamentos mais elevados a despesas de transferência improdutivas ou a projetos ineficientes, as previsões do PIB não serão atingidas.

1.161. Outra grande incerteza prende-se com as importações. Se a despesa pública for particularmente dependente das importações, o que significa que grande parte da nova

despesa vai para bens e serviços de fora de Timor-Leste, as previsões do PIB para os próximos anos podem ser reduzidas em baixa, uma vez que as importações têm um efeito negativo no PIB final.

Comparação entre as previsões macroeconómicas e orçamentais utilizadas e as previsões dos organismos internacionais de referência

1.162. Apresenta-se seguidamente uma comparação das previsões do Ministério das Finanças com as previsões de outras instituições. Todas as instituições utilizam pressupostos ou fontes de dados diferentes quando fazem as suas previsões, pelo que existem frequentemente diferenças nas projeções entre instituições. Muitas vezes, o Ministério das Finanças disporá de informações mais atempadas relacionadas com os planos de despesa pública do que outras instituições.

Tabela 53: Previsão da taxa de crescimento do PIB, %

Instituição	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Ministério das Finanças	4.5	4.5	4.7	4.8	4.8	5.0
FMI	3.9	3.2	3.2	3.1	3.0	3.0
Banco Mundial	4.0	3.4	3.8			
ADB	3.8	3.4				
Instituto Nacional de Estatística (INETL)	4.5					
Banco Central de Timor-Leste (BCTL)	4.4					

Fonte: Previsões do FMI: Previsão para 2025 da missão Artigo IV, Previsão para 2026-2030 do FMI World Economic Outlook abril de 2025, Previsões do Banco Mundial: Perspetivas Económicas Globais do Banco Mundial, junho de 2025, https://www.worldbank.org/en/publication/global-economic-prospects; ADB Forecasts: Asian Development Outlook, Septembro de 2025, https://www.adb.org/where-we-work/timor-leste/economy

1.163. O Tabela seguinte apresenta uma comparação entre as previsões macroeconómicas e orçamentais utilizadas na lei do OGE para o Orçamento de 2025 e a evolução real observada.

1.164. O crescimento para 2024 foi previsto em 3,7%, com base na estimativa de que a despesa pública teria uma execução de 86%. A execução final em dezembro de 2024 foi superior ao previsto, conduzindo a uma taxa de execução final de 88%. Como resultado, estimativas preliminares do PIB sugerem que a economia cresceu 4,1% em 2024.

1.165. A previsão de crescimento para 2025 foi prevista em 4,1% no Orçamento de 2025. Esta previsão foi revista em alta para 4,5%, tendo em conta uma inflação inferior à esperada, um aumento das remessas, um aumento das chegadas ao estrangeiro e um aumento do crescimento do crédito.

1.166. A previsão de crescimento para 2026 é semelhante à publicada no relatório orçamental do ano passado (0,1 pontos percentuais).

Tabela 54: Previsões macroeconómicas no relatório orçamental de 2025 vs. relatório orçamental de 2026, %

Número	Relatório do Orçamento 2025			Relatório do Orçamento 2026		
	2024	2025	2026	2024 (atual)	2025	2026
Crescimento do PIB %	3.7	4.1	4.4	4.3	4.5	4.5
IPC %	3.0	2.2	2.0	2.1	0.5	1.2

Fonte: Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças

II. Anexo 2: Informações financeiras das empresas públicas

Esta secção fornece informações sobre receitas e despesas, quando disponíveis junto das empresas públicas. A quantidade de detalhes fornecidos varia de acordo com a empresa estatal individual. Cada uma das tabelas a seguir fornece as principais informações operacionais das demonstrações financeiras da SOE.

Tabela 55: Bee TL, $US

Informação Operacional	2021	2022	2023	2024
Receitas	451,805	748,689	1,155,210	1,332,628
Subvenções governamentais e outras subvenções		5,400,454	6,995,483	5,716,298
Custos de Pessoal	(1,199,764)	(3,303,301)	(3,802,311)	(3,777,885)
Fornecimentos e Serviços Externos	(969,348)	(2,791,104)	(3,349,520)	(3,145,926)
Resultados antes de juros, impostos e depreciações	**(1,717,307)**	**54,739**	**998,862**	**125,114**
Despesas/reversões de depreciação e amortização	(16,333)	(99,157)	(643,871)	(643,827)
Resultado Operacional	**(1,733,640)**	**(44,419)**	**354,991**	**(518,713)**
Juros e rendimentos semelhantes	78,306	172,149	335,038	656,801
Juros e despesas similares	-	-	-	-
Custos Líquidos de Financiamento	**78,306**	**172,149**	**335,038**	656,801
Ganhos obtidos em associados líquidos de impostos	-	-	-	-
Ganhos antes de impostos	**(1,655,334)**	**127,730**	**690,029**	**138,088**
Imposto sobre o rendimento	-	-	-	-
Resultado contínuo do ano operacional	**(1,655,334)**	**127,730**	**690,029**	**138,088**
Lucro líquido do período	**(1,655,334)**	**127,730**	**690,029**	**138,088**
Outros rendimentos integrais	-	-	-	**-**
Total do Rendimento Integral, líquido de impostos	**(1,655,334)**	**127,730**	**690,029**	**138,088**
Numerário e Depósitos Bancários	**31,096,227**	**37,822,429**	**40,765,375**	**33,980,727**

Tabela 56: EDTL, $US

	Exercício 30/12/2021	Exercício 31/12/2022
Operações em Continuidade		
Receitas	41,407,054	47,564,184
Subvenções Governamentais	157,933,907	148,653,498
Custo dos bens vendidos e materiais consumidos	-79,765,421	-86,280,104
Custos de Pessoal	-4,918,695	-6,395,651
Fornecimentos e Serviços Externos	-23,500,741	-29,233,596
Resultados antes de juros, impostos e depreciações	**91,156,105**	**74,308,331**
Despesas/reversões de depreciação e amortização	-1,144,277	-2,581,100
Resultado Operacional	**90,011,828**	**71,727,231**
Juros e rendimentos semelhantes	110,599	469,710
Custos Líquidos de Financiamento	110,599	469,710
Ganhos antes de impostos	**90,122,427**	**72,196,941**
Imposto sobre o rendimento	-9,012,243	-7,219,694
Resultado do ano de operações em continuidade	**81,110,184**	**64,977,247**
Total do Rendimento Integral, Líquido de Impostos	81,110,184	64,977,247
Numerário e Depósitos Bancários	**85,012,256**	**131,702,851**

	Exercício 30/12/2023	Exercício 31/12/2024
Subvenção governamental	79,784,434	132,439,671
Venda de eletricidade	52,584,154	60,959,646
Taxas de conexão do cliente	62,633	97,021
Outras receitas	470,059	713,577
Total das receitas	**132,901,280**	**194,209,915**
Combustíveis e lubrificantes	-106,915,812	-112,217,472
Manutenção	-36,644,077	-14,437,777
Amortização de ativos fixos	-25,233,104	-41,407,791
Pessoal	-8,278,791	-8,169,920
Comissão do agente	-1,671,313	-1,718,699
Outros	-17,342,599	-22,643,567
Total das despesas operacionais	**-196,085,696**	**-200,595,627**
Lucro operacional	-63,184,416	-6,385,712
Receitas financeiras	801,742	560,825
Custos financeiros	-13,777	-8,765
Lucro antes de impostos	**-62,396,451**	**-5,833,252**
Despesas com impostos sobre o rendimento	3,709,351	-
Lucro do exercício	-58,687,100	-5,833,252
Numerário e Depósitos Bancários	**73,585,509**	**89,880,920**

Tabela 57: ANPM, ANP e ANM, $US

ANPM	2021	2022	2023
Receitas Outras Receitas			
Taxas de Serviço de Contrato	320,000	320,000	325,000
Subvenção	8,735,000	8,500,001	8,500,000
Taxas a jusante	1,197,683	1,010,899	946,208
Licenças Downstream - taxas de negociação	117,913	123,417	122,039
Juros	70	1,118	3,935
Outros rendimentos			180,000
Receitas Totais	**10,370,666**	**9,955,435**	**10,077,182**
Despesas			
Custos com funcionários	3,024,473	4,357,393	4,406,929
Geral e Administração	3,957,287	6,570,227	4,820,286
Depreciação e Amortização	4,074,821	287,092	239,955
Despesas com juros	273	689	36
Prejuízo Líquido em Câmbio	1,551	4,316	-17
Total de Despesas	**7,391,065**	**11,219,717**	**9,467,189**
Défice/Excedente do Ano	**2,979,601**	**-1,264,282**	**609,993**
Saldo de Caixa	**88,570,820**	**383,503,265**	**55,909,871**

ANP *	2024
Receitas Outras Receitas	
Taxas de Serviço de Contrato	320,000
Subvenção	8,002,553
Taxas a jusante	714,685
Licenças Downstream - taxas de negociação	153,519
Juros	4,483
Outros rendimentos	-
Receitas Totais	**9,195,240**
Despesas	
Custos com funcionários	3,684,461
Geral E Administração	5,855,101
Depreciação e Amortização	411,144
Despesas com juros	27,696
Prejuízo Líquido em Câmbio	2,019
Total de Despesas	**9,980,421**
Défice/Excedente do Ano	**(785,182)**
Saldo de Caixa	**23,596,162**

*A ANP foi criada após separação da ANPM na sequência do Decreto-Lei n.º 62/2023, de 6 de setembro de 2023

ANM*	2024 ($)
Receitas Outras Receitas	
Subvenção do Governo de Timor-Leste	4,000,000
Total das receitas	**4,000,000**
DESPESAS	
Custos com funcionários	1,438,200
Generalidades e administração	1,121,035

ANM*	2024 ($)
Depreciação e amortização	183,820
Despesas com juros	12,941
Total das despesas	**2,755,996**
Excedente do exercício	**1,244,004**
Outros rendimentos/(perdas) abrangentes	**–**
Total do rendimento integral do exercício	**1,244,004**

*A ANM foi criada após separação da ANPM na sequência do Decreto-Lei n.º 63/2023, de 6 de setembro

Tabela 58: Murak Rai Timor, $US

Categoria	3 meses encerrados em 31 de dezembro de 2023	Ano encerrado em 31 de dezembro de 2024
Receitas		
Receitas de Operações	-	
Subvenções Governamentais	-	5,893,661
Outros Rendimentos	529	24,615
Total das Receitas	**529**	**5,918,276**
Despesa		
Custos com funcionários	82,944	1,103,290
Honorários Jurídicos e de Consultoria	24,772	163,647
Despesas de viagem	18,606	203,367
Despesas de Formação e Desenvolvimento	-	181,275
Custos de exploração	-	150,434
Despesas de aluguer de curta duração	5,555	20,140
Telefone e Comunicação	2,966	33,634
Despesas de Escritório	918	54,481
Equipamento Menor	567	28,300
Publicidade e Promoção	334	27,167
Transporte Local	74	9,842
Despesas com Juros sobre Responsabilidade de Locação	2,062	29,453
Câmbio (Ganho)/Perda	-	1,092
Encargos Bancários	37	4,064
Amortização do Direito de Utilização	6,609	113,539
Despesas de Depreciação e Amortização	228	94,170
Outras Despesas	705	47,108
Despesa Total	**146,377**	**2,265,003**
Lucro		
Lucro / (Perda) antes de impostos	(145,848)	3,653,273
Imposto diferido (despesa)/ Write-back	788	(73,731)
Imposto de Renda (Despesa)/ Write-back	13,796	(291,596)
Lucro/(Perda) após Impostos	**(131,264)**	**3,287,946**
Saldo de Caixa	**1,928,064**	**4,933,013**

Tabela 59: Timor Gap, US$

Menções	Ano encerrado 31 dez'21	Ano encerrado 31 dez'22	Ano encerrado 31 dez'23	Ano encerrado 31 dez'24
Receitas				
Receitas de contratos com clientes	20,665,059	29,055,843	21,565,926	1,075,428
Outros rendimentos	17,411,308	16,921,616	26,458,650	27,089,853
Receitas (A)	**38,076,367**	**45,977,459**	**48,024,576**	**28,165,281**
Compra de Stock de Combustível	20,034,982	30,258,764	22,071,283	237,070
(Aumento)/diminuição do inventário	57,099	-35,628	3,036	(15,558)
Custos com funcionários	4,249,097	4,498,389	4,744,772	5,804,976
Custo Financeiro	31,705,202	33,041,188	34,500,787	36,058,773
Despesas com imparidade	1,690,632	956,374	1,189,160	5,016,653
Despesas de depreciação e amortização	904,967	893,131	1,064,952	1,013,317
Custo de exploração e avaliação		1,074,800	2,499,549	40,715
Outras despesas	5,586,665	9,744,696	19,199,421	13,483,637
Despesa Total (B)	**64,228,644**	**80,431,714**	**85,272,960**	**61,639,583**
Lucro Antes da Participação nos Lucros/(Perdas) dos Associados e impostos (C) = (A-B)	-26,152,277	-34,454,255	-37,248,384	-33,474,302
Participação nos Lucros/(Perdas) dos Associados (D)		-	(2,250)	
Lucro/(Perda) antes de impostos (E)= (C-D)		-34,454,255	-37,250,634	-33,474,302
Despesa fiscal				
Despesa com imposto de renda	674,992	19		
Despesa com imposto de renda (anos anteriores)	-452,859	-		
Cobrança de impostos diferidos/(Crédito)	35,553	-27,147	63,339	2,642
Despesa Total de Impostos (F)	**257,686**	**-27,128**	**63,339**	**2,642**
Lucro/(Perda) após impostos (G)= (E-F)	**-26,409,963**	**-34,427,127**	**-37,313,975**	**-33,476,944**
Outros rendimentos abrangentes				

Menções	Ano encerrado 31 dez'21	Ano encerrado 31 dez'22	Ano encerrado 31 dez'23	Ano encerrado 31 dez'24
Itens que não serão reclassificados para resultados:				
Ganhos/(perdas) de remuneração em planos de benefícios definidos (líquidos)	**115,715**	**270,231**	(114,367)	111,774
Efeito do imposto sobre o rendimento acima referido	**-11,572**	**-27,023**	11,437	(11,177)
Total de Outros Rendimentos Abrangentes (H)	**104,143**	**243,208**	**-102,930**	**100,597**
Lucro Integral Total/(Perda) (I)= (G+H)	**-26,305,820**	**-34,183,919**	**-37,416,905**	**-33,376,347**
Total do Lucro/(Perda) atribuível a:				
Timor GAP, E.P	-26,417,049	-34,427,147	(37,313,887)	(33,476,962)
Participação não controladora	7,086	20	(88)	18
Lucro/(Perda) Total Abrangente atribuível a:				
Timor GAP, E.P	-26,312,906	-34,183,939	(37,416,817)	(33,376,365)
Participação não controladora	7,086	20	(88)	18
Saldo de Caixa	**34,503,510**	**79,377,491**	**106,053,463**	**90,123,581**

Tabela 60: BNCTL, US$

	2021	2022	2023	2024
Proveitos Operacionais				
Juros e outros proveitos	14,211,492	21,673,174	40,770,314	44,731,299
Despesas com juros	-1,190,059	-2,610,437	-3,473,596	-6,892,305
Margem financeira	**13,021,433**	**19,062,737**	**37,296,718**	**37,838,994**
Receitas de taxas e comissões	4,536,326	5,449,262	5,855,948	9,830,576
Taxas e despesas com comissões	-170,758	-371,092	-626,863	-1,255,682
Receitas líquidas de taxas e comissões	**4,365,568**	**5,078,170**	**5,229,085**	**8,574,894**
outros rendimentos	457,698	429,887	264,989	512,325

	2021	2022	2023	2024
Receita Operacional Líquida Total	**17,844,699**	**24,570,794**	**42,790,792**	**46,926,213**
Despesas Operacionais				
Perdas líquidas por imparidade de ativos financeiros	1,330,829	3,648,264	9,586,126	-3,564,447
Despesas com pessoal	4,847,270	6,516,133	7,558,263	12,092,366
Despesas gerais e administrativas	2,524,620	3,786,362	4,844,586	6,579,408
Depreciação e amortização	1,695,189	2,148,008	1,959,751	2,343,593
Outras despesas	1,389,603	2,339,593	3,235,546	3,985,846
Taxa de amortização dos ativos com direito de utilização	121,117	111,241	148,658	472,359
Despesa Operacional Total	**11,908,628**	**18,549,601**	**27,332,930**	**21,909,125**
Lucro antes do imposto de renda	**5,936,071**	**6,021,193**	**15,457,862**	**25,017,088**
Receitas fiscais / (despesa)				
Atual	-171,962	-671,332	-1,686,655	-2,087,493
Adiado	-421,645	35,229	-133,520	-242,031
Receitas fiscais / (despesa)	-593,607	-636,103	-1,820,175	-2,329,524
Lucro do Ano	**5,342,464**	**5,385,090**	**13,637,687**	**22,687,564**
Outros rendimentos/perdas abrangentes do ano	-	-	-	-
Total do Rendimento Integral do Ano	**5,342,464**	**5,385,090**	**13,637,687**	**22,687,564**
Saldo de Caixa	**308,529,262**	**545,676,326**	**189,310,319**	**245,794,359**

Tabela 61: RTTL, US$

Categoria	Montante em 2023	Montante em 2024
Receitas	3,666,481	2,522,934
Transferência do orçamento	1,986,479	2,000,000
Outras Receitas	1,680,002	522,934
Despesas	3,666,481	2,150,587
Saldo de Caixa	497,895	2,209,471

Tabela 62: ANATL, US$

	2024
RECEITAS	
Subvenção Governamental/OGE 2024	1,634,000
Receitas Próprias Aeronáuticas	1,884,827
Receitas Próprias Não Aeronáuticas	979,588
Juros Bancários	5,367
Receitas totais	**4,503,782**
DESPESA	
Vencimentos e subsídios regulares e permanentes	1,551,198
Subsídios variáveis ou ocasionais	90,721
Contribuição para a Segurança Social	127,965
Vestuário e Artigos Pessoais	25,055
Bens Públicos	38,233
Alimentação	15,424
Material de Escritório	15,895
Combustível	59,994
Limpeza e Segurança	367,476
Manutenção	630,984
Serviços Públicos	40,417
Comunicações	79,801
Transportes	46,142
Restauração	23,214
Serviços Profissionais	5,574
Edição, Cópia e Impressão	5,008
Serviços financeiros	3,478
Transferências Correntes para Famílias	2,000
Equipamento Informático	12,690
Equipamentos de Segurança	74,441
Equipamentos de Segurança	15,772
Equipamento de Ar Condicionado	10,170
Outros Equipamentos	15,816
Aeroportos	69,882
Compensação para CFET (Saldo de Subsídios)	4,800
Total de Despesas	**3,332,148**
Saldo de caixa	**5,067,645**

Tabela 63: Execução das despesas das empresas públicas por classificação económica, US$ milhões

Empresa Pública/SA	Classificação Económica	2020		2021		2022		2023		2024	
		Orçamento	Despesas	Orçamento	Despesas	Orçamento	Despesas	Orçamento	Despesas	Orçamento	Despesas
ANATL E.P	Salário & Vencimentos		1.48		1.50		1.54		0.88	1.83	1.83
	Bens e Serviços		0.73		0.59		1.17		0.68	1.53	1.53
	Capital Menor		0.05		0.09		0.41		0.00	0.26	0.26
	Capital de Desenvolvimento		0.00		0.00		0.14		0.06	0.55	0.55
	Transferência Pública (Contingência)		0.00		0.00		0.59		0.00	0.01	0.01
Timor GAP E.P	Salário & Vencimentos		4.75		4.25		4.50		4.74		5.80
	Bens e Serviços		34.31		57.33		73.04		75.77		49.78
	Capital Menor										
	Capital de Desenvolvimento						1.07		2.50		12.27
	Transferência Pública										
RTTL E.P	Salário & Vencimentos	1.61	1.12	1.18	0.72	1.29	1.13	1.37	1.33	1.49	1.43
	Bens e Serviços		0.43	0.67	0.67	0.80	1.06	0.56	0.48	0.49	0.51
	Capital Menor		0.01	0.12	0.01	0.10		0.06	0.04	0.02	0.04
	Capital de Desenvolvimento		0.10			0.00	0.00	0.00	0.00		
	Transferência Pública		0.00			0.00	0.00	0.00	0.00		
BTL E.P	Salário & Vencimentos	0.71	0.69	2.12	1.08	3.65	3.30	3.98	3.72	3.73	3.68
	Bens e Serviços	3.24	2.64	1.45	0.59	2.69	2.25	4.68	2.45	1.48	2.61
	Capital Menor			1.05	0.10	0.60	0.65	1.21	1.84	0.78	2.35
	Capital de Desenvolvimento			31.39	3.40	10.06	4.69	4.13	4.07	0.00	5.76
	Transferência Pública			0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
EDTL E.P	Salário & Vencimentos	1.71	1.67		4.71	6.99	6.42	8.96	7.87	10.55	7.65
	Bens e Serviços	160.58	121.35		89.22	212.98	137.25	170.54	140.63	185.56	154.28
	Capital Menor				3.46	19.72	4.31	19.31	6.55	18.79	6.02
	Capital de Desenvolvimento				0.00	31.05	10.69	44.69	30.06	53.20	15.02
	Transferência Pública (Contingência)				0.00	1.50		0.54	0.35		
Murak Rai Timor, E.P	Salário & Vencimentos							0.91	0.08	1.55	1.11
	Bens e Serviços							0.71	0.05	2.58	1.52
	Capital Menor							0.38	0.12	1.37	1.39
	Capital de Desenvolvimento							0.00	0.00	0.00	0.00
	Transferência Pública							0.00	0.00	0.00	0.00
BNCTL, S.A	Salário & Vencimentos		4.36		4.85		6.52		7.56		12.09
	Bens e Serviços		4.97		5.73		6.13		8.08		10.57
	Capital Menor								4.69		3.37
	Capital de Desenvolvimento								12.57		1.02
	Transferência Pública										

III. Anexo 3 – Certificado do Fundo Petrolífero

No.:439/GMdF/IX/2025-09

Díli, 30 de setembro de 2025

Excelentíssimo

Senhor Primeiro-Ministro

Kay Rala Xanana Gusmão

Excelência,

Nos termos previstos nas alíneas a) e b) do artigo 8.º da Lei do Fundo Petrolífero, aprovada pela Lei n.º 9/2005, de 3 de agosto, alterada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro, e pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro, apresenta-se *infra* o cálculo do Rendimento Sustentável Estimado para o ano orçamental de 2026, ano no qual a transferência é feita, bem como para o ano orçamental precedente de 2026.

Estimativa do Rendimento Sustentável para o ano orçamental de 2026	Montante (US Dólares) 543.331.077,00
Estimativa do Rendimento Sustentável para o ano orçamental precedente (2025)	Montante (US Dólares) 551.949.714,00

O Rendimento Sustentável Estimado é calculado segundo as regras definidas no Anexo I da Lei do Fundo Petrolífero.

A análise da metodologia na qual se baseiam os cálculos do Rendimento Sustentável Estimado é incluída no Relatório da proposta de lei do Orçamento Geral do Estado para 2026.

De acordo com a alínea c) do artigo 8.º da Lei do Fundo Petrolífero, o Auditor Independente deverá certificar o montante do Rendimento Sustentável Estimado, pelo que se junta, em anexo, o relatório de certificação emitido em 30 de setembro de 2025.

Sem mais assunto de momento, aceite os protestos da minha mais elevada estima e consideração.

Com os melhores cumprimentos,

A Ministra das Finanças

Santina J. R. F. Viegas Cardoso

Shape the future
with confidence

Ernst & Young
9 The Esplanade
Perth WA 6000 Australia
GPO Box M939 Perth WA 6843

Tel: +61 8 9429 2222
Fax: +61 8 9429 2436
ey.com/au

Ms. Santina J.R.F. Viegas Cardoso
Ministro das Finanças
Torre do Ministério das Finanças, 10.º andar
Aitarak Laran
Díli, Timor-Leste

30 de setembro de 2025

Relatório Independente De Garantia De Fiabilidade Sobre O Cálculo Do Rendimento Sustentável Estimado (“Rse")

Âmbito

Fomos contratados pelo Ministro das Finanças da Republica Democrática de Timor Leste (“Ministério das Finanças”) em conformidade com a alínea c) do Artigo 8.º da Lei n.º 9/2005, de 3 de agosto de 2005, Lei do Fundo Petrolífero, alterada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro de 2011, e pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro de 2022, (“a Lei”) para a realização de um trabalho de segurança razoável conforme definido nas Normas Internacionais de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade, de ora em diante referido como o trabalho, em relação ao cumprimento pelo Ministério das Finanças, em todos os aspetos materiais, com os requisitos para o cálculo do Rendimento Sustentável Estimado (“RSE”), de acordo com os parágrafos II e III do Anexo I da Lei para o ano a findar em 31 de Dezembro de 2026 (“Anexo I”).

Responsabilidades do Ministério das Finanças

O Ministério das Finanças é responsável pelo:

- Cálculo do RSE para o ano fiscal a findar em 31 de dezembro de 2026 em cumprimento com os requisitos estipulados no Anexo I da Lei
- Confirmar que a mensuração e avaliação dos pressupostos subjacentes que suportam o cálculo cumprem com os requisitos dos parágrafos IV e V do Anexo I da Lei e que todas as matérias relevantes são refletidas no cálculo do RSE
- Desenho, implementação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, manutenção de registos e efetuar as estimativas que sejam relevantes para o cálculo do RSE de acordo com o Anexo I da Lei, livre de distorções materiais devido a fraude ou erro.

Responsabilidades da EY

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião se o Ministério das Finanças cumpriu, em todos os aspetos materiais, com os requisitos dos parágrafos II e III do Anexo I da Lei no cálculo do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2026, com base no trabalho realizado e na evidencia obtida.

A member firm of Ernst & Young Global Limited
Liability limited by a scheme approved under Professional Standards Legislation

O nosso trabalho foi realizado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista) "Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica", e pelos termos de referência acordados com o Ministério das Finanças para a realização deste trabalho em 20 de setembro de 2024. Esta Norma exige que o trabalho seja planeado e executado para obter uma garantia razoável de fiabilidade de que o Ministério das Finanças cumpriu, em todos os aspetos materiais, com os requisitos dos parágrafos II e III do Anexo I da Lei, no cálculo do cálculo do Rendimento Sustentável Estimado ("RSE") para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2026, e para emitir o nosso relatório. A natureza, o tempo e a extensão dos procedimentos selecionados dependem do nosso julgamento profissional, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material no cálculo do RSE, quer devido a fraude ou a erro.

Entendemos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base razoável para a nossa opinião.

Gestão de Qualidade e independência

Mantivemos a nossa independência e confirmamos que cumprimos com os requisitos do Código de Ética do *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e que temos as competências e a experiência necessárias para executar este trabalho.

Aplicamos igualmente a Norma Internacional de Gestão de Qualidade 1, Gestão da Qualidade para Firmas que Executem Auditorias ou Revisões de Demonstrações Financeiras, ou Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade ou Serviços Relacionados e, como tal, projetamos, implementamos e operamos um sistema de gestão da qualidade incluindo políticas ou procedimentos documentados relativos ao cumprimento com requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulatórios aplicáveis.

Descrição dos procedimentos realizados

Os nossos procedimentos incluíram:

- A realização de entrevistas ao pessoal-chave para entendimento do processo de reporte do RSE, incluindo o processo de obter e preparar a informação para o cálculo do RSE
- A verificação se os critérios de cálculo foram corretamente aplicados de acordo com as metodologias descritas nos parágrafos II e III do Anexo 1 da Lei;
- A confirmação, com base numa amostra, que os dados usados para o cálculo do RSE estão de acordo com os da base de dados (ver limitação);
- A verificação das fórmulas usadas no cálculo do RSE e dos mapas de suporte;
- A realização de procedimentos de revisão analítica para apoiar na verificação da razoabilidade dos dados usados para calcular o RSE.

Também realizamos outros procedimentos que consideramos necessários nas circunstâncias.

A member firm of Ernst & Young Global Limited
Liability limited by a scheme approved under Professional Standards Legislation

Ênfase - Limitaçõe inerente

O Ministério das Finanças prepara o cálculo do RSE com base nos pressupostos subjacentes de acordo com as disposições dos parágrafos IV e V do Anexo I da Lei. Alguns desses pressupostos têm por base informação previsional fornecida ou obtida junto de terceiros (por exemplo, produção real e prevista e custos reais e orçamentados, através da informação fornecida pelo operador de joint ventures Bayu-Undan field através da Autoridade Nacional do Petróleo de Timor-Leste e a taxa de retorno de longo prazo do Fundo Petrolífero, fornecida por consultores de investimentos independentes) e o nosso trabalho não inclui a verificação da exatidão, plenitude ou validade das informações obtidas de terceiras entidades.

Segurança razoável significa um nível de segurança elevado, mas não absoluto. A segurança absoluta é raramente alcançável como resultado de fatores tais como: o uso de testes seletivos, as limitações inerentes ao controlo interno, o facto de que muitas das evidências que nos foram disponibilizadas serem persuasivas e não conclusivas, e o uso de julgamento profissional na recolha e avaliação de provas e na formação das nossas conclusões com base nessas provas.

Opinião

Em nossa opinião, o Ministério das Finanças cumpriu, em todos os aspetos materiais, com os requisitos dos parágrafos II e III do Anexo I da Lei no cálculo do Rendimento Sustentável Estimado para o ano a findar em 31 de dezembro de 2026. O cálculo apresenta um Rendimento Sustentável Estimado de 543.331.077 de dólares americanos.

Restrições de uso

A informação contida neste relatório é unicamente para uso do Ministério das Finanças, de acordo com a carta compromisso datada de 20 de setembro de 2024, com o objetivo de expressar uma opinião se o Ministério das Finanças cumpriu, em todos os aspetos materiais, com os requisitos dos parágrafos II e III do Anexo I da Lei no cálculo do Rendimento Sustentável Estimado para o ano a findar em 31 de dezembro de 2026. Renunciamos a qualquer responsabilidade perante terceiros, para além do Ministério das Finanças, por qualquer fiabilidade neste relatório, ou para qualquer propósito diferente daquele para o qual foi preparado.

Ernst & Young
Perth
Australia

A member firm of Ernst & Young Global Limited
Liability limited by a scheme approved under Professional Standards Legislation

No.:433 /GMdF/IX/2025-09

Díli, 30 de setembro de 2025

Excelentíssimo

Senhor Primeiro-Ministro

Kay Rala Xanana Gusmão

Assunto: **Estimativa do montante em que ficará reduzido o Rendimento Sustentável Estimado nos exercícios orçamentais subsequentes**

Excelência,

Nos termos previstos na alínea b) do artigo 9.º da Lei do Fundo Petrolífero, aprovada pela Lei n.º 9/2005, de 3 de agosto, e alterada pela Lei nº 12/2011, de 28 de setembro, e pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro, apresenta-se *infra* a redução do Rendimento Sustentável Estimado para os anos orçamentais a partir de 2026, em resultado da inscrição na proposta de lei do Orçamento Geral do Estado para 2026 de uma transferência do Fundo Petrolífero no valor de US$1.719.214.230.00, montante que excede o valor do Rendimento Sustentável Estimado:

Ano orçamental	Valor do RSE nos anos orçamentais subsequentes ao Ano Orçamental, caso em 2026 seja feito um levantamento superior ao RSE	Valor do RSE nos anos orçamentais subsequentes ao Ano Orçamental, caso em 2026 seja feito um levantamento igual ao RSE	Redução do RSE
2027	514.393.934	550.441.992	(36.048.058)
2028	521.126.130	557.645.972	(36.519.842)
2029	527.946.435	564.944.235	(36.997.800)
2030	534.856.001	572.338.015	(37.482.014)
2031	541.855.998	579.828.562	(37.972.564)
2032	548.947.607	587.417.142	(38.469.535)
2033	556.132.029	595.105039	(38.973.010)
2034	563.410.479	602.893553	(39.483.074)
2035	570.784.185	610.783.999	(39.999.814)
2036	578.254.396	618.777.713	(40.523.317)

Os cálculos foram realizados por técnicos especialistas do Ministério das Finanças, com base nas regras definidas no Anexo 1 à Lei do Fundo Petrolífero.

De acordo com a alínea c) do n.º 1 artigo 9.º da Lei do Fundo Petrolífero, o Auditor Independente deverá certificar as estimativas da redução do Rendimento Sustentável Estimado, pelo que se junta, em anexo, o relatório de certificação emitido em 30 de setembro de 2025.

Sem mais assunto de momento, aceite os protestos da minha mais elevada estima e consideração.

Com os melhores cumprimentos,

A Ministra das Finanças

Santina J. R. F. Viegas Cardoso

Shape the future
with confidence

Ernst & Young
9 The Esplanade
Perth WA 6000 Australia
GPO Box M939 Perth WA 6843

Tel: +61 8 9429 2222
Fax: +61 8 9429 2436
ey.com/au

Ms. Santina J.R.F. Viegas Cardoso
Ministro das Finanças
Torre do Ministério das Finanças, 10.º andar
Aitarak Laran
Dili, República Democrática de Timor-Leste

30 de setembro de 2025

Relatório de Conclusões Factuais para o Ministro das Finanças da República Democrática de Timor-Leste relativas à redução estimada no Rendimento Sustentável Estimado (RSE)

Escopo e propósito

Efetuámos os procedimentos descritos abaixo, que foram acordados com o Ministério das Finanças da República Democrática de Timor-Leste ("Ministério das Finanças") (a "Parte Contratante"), com o objetivo de auxiliar o Ministério das Finanças a avaliar a exatidão do montante pelo qual o RSE será reduzido, para os anos a findar em 31 de dezembro de 2027 até 31 de dezembro de 2036, em resultado da transferência pelo Fundo Petrolífero de um valor em excesso do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2026 em conformidade com a alínea c) do artigo 9.º da Lei n.º 9/2005 do Fundo Petrolífero, de 3 de agosto de 2005, alterada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro de 2011, e pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro de 2022, o Orçamento Geral do Estado e o Regime de Gestão das Finanças Públicas ("Lei"). Os relatório de conclusões factuais pode não ser adequado para outro propósito.

Restrições ao uso

O presente relatório destina-se exclusivamente ao uso da parte contratante e não se destina a ser e não deve ser usado por outras partes.

Renunciamos a qualquer responsabilidade perante terceiros, por qualquer perda ou responsabilidade que esses terceiros possam sofrer ou incorrer, decorrente de ou relacionada com ou de qualquer forma ligada com o conteúdo do nosso relatório, da entrega do nosso relatório a terceiros ou a confiança que terceiros depositem no nosso relatório.

Responsabilidades da parte contratante

A parte contratante reconheceu que os procedimentos acordados são apropriados para o propósito do nosso trabalho.

A member firm of Ernst & Young Global Limited
Liability limited by a scheme approved under Professional Standards Legislation

Responsabilidades do EY

Nós executamos os procedimentos acordados em conformidade com a Norma Internacional de Serviços Relacionados (ISRS) 4400, Trabalhos para Executar Procedimentos Acordados com Respeito a Informação Financeira. Um trabalho de procedimentos acordados consiste em executar os procedimentos acordados com a parte contratante, e reportar as conclusões, que são os resultados factuais dos procedimentos acordados. Não expressamos qualquer representação sobre a adequação ou a suficiência dos procedimentos acordados descritos abaixo seja para o propósito para o qual este relatório foi solicitado ou para qualquer outro propósito.

O presente trabalho de procedimentos acordados não é uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião ou uma conclusão de segurança razoável. Caso tivéssemos efetuado procedimentos adicionais, outras matérias poderiam ter chegado ao nosso conhecimento que seriam reportadas a V. Exas.

Nossa independência e gestão de qualidade

Ao realizar o trabalho de procedimentos acordados, cumprimos com os requisitos de ética no Código de Ética para Contadores Profissionais emitido pelo Conselho Internacional de Normas de Ética para Contadores (Código de Ética). Não precisamos ser independentes para os fins deste trabalho. No entanto, cumprimos os requisitos de independência do Código de Ética que se aplicam a trabalhos de garantia de fiabilidade que não sejam auditoria financeira ou trabalhos de revisão.

A EY aplica a Norma Internacional de Gestão da Qualidade 1, que exige que concebamos, implementemos e operemos um sistema de gestão da qualidade, incluindo políticas ou procedimentos relativos ao cumprimento de requisitos éticos, padrões profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Descrição dos procedimentos realizados

Executamos os procedimentos descritos abaixo, que foram acordados com a parte contratante sobre o montante pelo qual o RSE será reduzido, para os anos a findar em 31 de dezembro de 2027 até 31 de dezembro de 2036, em resultado da transferência pelo Fundo Petrolífero de um valor em excesso do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2026.

Nossos procedimentos e conclusões factuais

Os procedimentos foram efetuados exclusivamente com o objetivo de auxiliar o Ministério das Finanças a avaliar a exatidão do montante pelo qual o RSE será reduzido, para os anos a findar em 31 de dezembro de 2027 até 31 de dezembro de 2036, em resultado da transferência pelo Fundo Petrolífero de um valor em excesso do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2026. Os procedimentos efetuados e as conclusões factuais são como segue:

A member firm of Ernst & Young Global Limited
Liability limited by a scheme approved under Professional Standards Legislation

Procedimentos efetuados	Conclusões factuais
1. Obtenção dos cálculos subjacentes ao apuramento do montante pelo qual o RSE(Nota 1) será reduzido, para os anos a findar em 31 de dezembro de 2027 até 31 de dezembro de 2036, em resultado da transferência pelo Fundo Petrolífero de um valor em excesso do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2026, os quais suportaram o relatório ao Governo elaborado nos termos da alínea b) do artigo 9.1.º da Lei.	Obtivemos os cálculos subjacentes ao apuramento do montante pelo qual o RSE será reduzido, para os anos a findar em 31 de dezembro de 2027 até 31 de dezembro de 2036, em resultado da transferência pelo Fundo Petrolífero de um valor em excesso do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2026, os quais suportaram o relatório ao Governo elaborado nos termos da alínea b) do artigo 9.1.º da Lei.
2. Resumo do montante pelo qual o RSE será reduzido para os anos a findar em 31 de dezembro de 2027 até 31 de dezembro de 2036, será reduzido como resultado da transferência do Fundo Petrolífero de um valor superior ao ESI para o ano com término em 31 de dezembro de 2026, com base nos cálculos obtidos no procedimento 1.	Resumimos, no Apêndice A, o montante pelo qual o RSE será reduzido, para os anos a findar em 31 de dezembro de 2027 até 31 de dezembro de 2036, em resultado da transferência pelo Fundo Petrolífero de um valor em excesso do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2026, em resultado dos cálculos obtidos no procedimento 1.
3. Conciliação da metodologia subjacente aos cálculos obtidos no procedimento 1 com a metodologia adotada no cálculo do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2026, de acordo como os parágrafos II e III do Anexo I da Lei previamente obtido pela EY como parte do trabalho de garantia de fiabilidade cujo respetivo relatório foi emitido em 30 de setembro de 2025. Reporte de quaisquer exceções encontradas.	A metodologia de cálculo subjacente aos cálculos obtidos no procedimento 1 estão em conformidade com a metodologia adotada no cálculo do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2026, de acordo como os parágrafos II e III do Anexo I da Lei previamente obtido pela EY como parte do trabalho de garantia de fiabilidade cujo respetivo relatório foi emitido em 30 de setembro de 2025. Não foram identificadas quaisquer exceções.
4. Obtenção do valor proposto da transferência do Fundo Petrolífero, que consiste num valor em excesso do RSE calculado pelo Ministério das Finanças para efeitos do Orçamento do Ano Fiscal de 2026 e reconciliação do valor com o cálculo obtido no procedimento 1.	Obtivemos do Ministério das Finanças o valor proposto da transferência do Fundo Petrolífero, o qual ascende a 1.719.214.230 de dólares americanos. Conciliámos o valor da transferência proposta, no montante de 1.719.214.230 de dólares americanos, com os cálculos obtidos no procedimento 1.

A member firm of Ernst & Young Global Limited
Liability limited by a scheme approved under Professional Standards Legislation

Procedimentos efetuados	Conclusões factuais
5. Recálculo do montante da redução no RSE, para os anos a findar em 31 de dezembro de 2027 até 31 de dezembro de 2036, em resultado da transferência proposta pelo Fundo Petrolífero de um valor em excesso do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2026.	Efetuámos o recálculo do montante da redução no RSE, para os anos a findar em 31 de dezembro de 2027 até 31 de dezembro de 2036, em resultado da transferência proposta pelo Fundo Petrolífero de um valor em excesso do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2026. Não foram identificadas quaisquer exceções.

Note 1 – O RSE para um determinado ano fiscal é calculado em 3% do valor total estimado do Fundo Petrolífero ao final do ano fiscal anterior, acrescido do valor presente líquido das "receitas futuras de receitas petrolíferas", utilizando uma taxa de desconto igual aos retornos futuros de investimentos do Fundo Petrolífero. Com a cessação da produção no campo de Bayu-Undan em 2025, as receitas futuras de receitas petrolíferas após 2025 foram estimadas em zero. O RSE para o ano findo em 31 de dezembro de 2026 é de US$ 543.331.077.

Ernst & Young
Perth
30 de setembro de 2025

A member firm of Ernst & Young Global Limited
Liability limited by a scheme approved under Professional Standards Legislation

Shape the future with confidence

Apêndice A

A tabela abaixo resume a redução ao RSE para os anos a findar em 31 de dezembro de 2027 até 31 de dezembro de 2036, em resultado da proposta transferência pelo Fundo Petrolífero de um valor em excesso do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2026.

RSE para os anos fiscais de 2027 a 2036 assumindo:

	A proposta de transferências do Fundo Petrolífero em 2025 no valor de 1.719.214.230 de dólares americanos	A proposta de transferências do Fundo Petrolífero em 2025 no valor de 543.331.077 de dólares americanos	Redução do RSE
Ano fiscal	de dólares americanos	de dólares americanos	de dólares americanos
31 de dezembro de 2027	514.393.934	550.441.992	(36.048.058)
31 de dezembro de 2028	521.126.130	557.645.972	(36.519.842)
31 de dezembro de 2029	527.946.435	564.944.235	(36.997.800)
31 de dezembro de 2030	534.856.001	572.338.015	(37.482.014)
31 de dezembro de 2031	541.855.998	579.828.562	(37.972.564)
31 de dezembro de 2032	548.947.607	587.417.142	(38.469.535)
31 de dezembro de 2033	556.132.029	595.105.039	(38.973.010)
31 de dezembro de 2034	563.410.479	602.893.553	(39.483.074)
31 de dezembro de 2035	570.784.185	610.783.999	(39.999.814)
31 de dezembro de 2036	578.254.396	618.777.713	(40.523.317)

A member firm of Ernst & Young Global Limited
Liability limited by a scheme approved under Professional Standards Legislation

Aitarak Laran, Dili
www.mof.gov.tl